

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

MERYHELEN ALVES DA CRUZ QUIUQUI

***PANTHEON DAS VICTORIAS LITTERARIAS DA MOCIDADE: O
ATHENEU E O ENSINO SECUNDÁRIO NA PROVÍNCIA DO
ESPÍRITO SANTO (1873-1892)***

VITÓRIA

2019

MERYHELEN ALVES DA CRUZ QUIUQUI

***PANTHEON DAS VICTORIAS LITTERARIAS DA MOCIDADE: O
ATHENEU E O ENSINO SECUNDÁRIO NA PROVÍNCIA DO
ESPÍRITO SANTO (1873-1892)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Kátia Sausen da Motta

VITÓRIA

2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

Q6p Quiuqui, Meryhelen Alves da Cruz, 1986-
Pantheon das victorias litterarias da mocidade : o Atheneu e o ensino secundário na província do Espírito Santo (1873-1892) / Meryhelen Alves da Cruz Quiuqui. - 2019.
208 f. : il.

Orientadora: Adriana Pereira Campos.
Coorientadora: Kátia Sausen da Motta.
Dissertação (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Educação. 2. Ensino Secundário. 3. Espírito Santo. I. Campos, Adriana Pereira. II. Motta, Kátia Sausen da. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

MERYHELEN ALVES DA CRUZ QUIUQUI

***PANTHEON DAS VICTORIAS LITTERARIAS DA MOCIDADE: O
ATHENEU E O ENSINO SECUNDÁRIO NA PROVÍNCIA DO
ESPÍRITO SANTO (1873-1892)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Aprovada em ____ de _____ de 2019

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos
Orientadora
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Kátia Sausen da Motta
Coorientadora
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira
Membro externo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Membro Interno
Universidade Federal do Espírito Santo



A minha família e a Deus, que me ajudaram a
insistir, persistir e não desistir.

AGRADECIMENTOS

Finalizado o mestrado, chegou o momento de agradecer e exaltar aqueles que me incentivaram a correr atrás do meu sonho e não desistir de concretizá-lo. Há tantas pessoas que esse pequeno espaço não comportaria, mas algumas necessitam ser destacadas.

Em primeiro lugar, quero agradecer as minhas orientadoras, Adriana Campos e Kátia Motta, por acreditarem quando nem eu mesma conseguia. Obrigada por me ajudarem a crescer como pessoa e pesquisadora, pela paciência incansável, pelos dias e noites corrigindo meus erros e apontado os caminhos. A paixão de vocês pela pesquisa histórica é contagiante.

Meu agradecimento também é dirigido aos professores que auxiliaram diretamente no desenvolvimento desta dissertação. À professora Regina Helena Simões, por examinar meu projeto de pesquisa e indicar novas perspectivas de investigação. Às professoras Maria Alayde Alcântara Salim e Karulliny Silverol Siqueira, pela leitura e avaliação durante a Qualificação. Aos professores Tânia Maria Bessone Ferreira e Sebastião Pimentel Franco, cujos trabalhos permeiam este estudo e por, gentilmente, aceitarem participar da banca de defesa.

Não poderia deixar de agradecer aos colegas de profissão. Durante esses dois anos, tive a oportunidade de lecionar nas escolas estaduais Clotilde Rato, Mestre Álvaro e Arlindo Ferreira Lopes, locais que serviram de inspiração ao mostrarem ser possível fazer educação pública de qualidade. Destaco também o apoio institucional do Arquivo Público Estadual, em particular do arquivista e amigo Michel Caldeira, que tornou possível o impossível. Seu conhecimento sobre o acervo histórico capixaba foi essencial para o acesso às fontes manuscritas desta pesquisa.

Dando suporte sentimental, foram essenciais os amigos de fora do meio acadêmico, que, muitas vezes, não entendiam as recusas para os churrascos em plena quinta-feira nem o dia de praia que sempre ficava para depois. Infelizmente, as exigências da pesquisa impediram que estivéssemos constantemente juntos. Além disso, é imprescindível agradecer à família Quiuqui e à De Lasari por terem me recebido de braços abertos. Aos amigos da cidade de Águia Branca/ES, em especial a Thiara Cruz que partilhou comigo as angústias do mundo acadêmico.

É preciso lembrar também as valorosas amigas que a UFES me proporcionou. Agradeço o apoio dos colegas e ex-colegas do *Laboratório História, Poder e Linguagens* da UFES, em especial a Kátia Bandeira, Ana Paula Melo, Karolina Rocha e Geisa Ribeiro, pelas palavras de incentivo lá em 2016, quando o mestrado parecia um sonho distante. Aos colegas de turma, Juliano Gomes, Gabriel Angra, Gabriela Barcelos, Helena Borin, Ingrid Pereira e Agnes

Moschen, mais conhecidos como “Grupo da Maldade”, cujas mensagens trocadas, muitas vezes em plena madrugada serviram como incentivo e me retiravam do limbo acadêmico. À Kátia Motta (agora como amiga), Karla Werner e Rafaela Lago pelo apoio, amizade, companheirismo, mesmo que distantes, e por entenderem que eu precisava me isolar para escrever. Sem a ajuda de vocês eu não teria conseguido.

Dedico esta dissertação a minha família, que mesmo sem entender muito bem, esteve sempre presente. Às minhas mães, Theresinha e Cida, pelo colo quando eu precisava descansar. Ao meu pai, José Carlos, com quem eu divido o amor pela História. Às minhas irmãs, Michelle e Mariany pelo olhar amigo, que mesmo em silêncio reconfortava e dava segurança. Às minhas sobrinhas Isabella e Sofia, dois anjinhos que me tiravam da solidão e faziam rir das coisas mais bobas que podem existir. À minha sogra, Eliane Quiuqui, por se preocupar e cuidar de mim quando foi preciso. Por fim, ao meu esposo e porto seguro, Bruno Quiuqui. Marido, obrigada por me segurar quando achei que não fosse mais aguentar! Obrigada por entender meu isolamento e fazer o impossível para colocar minha carreira profissional em primeiro lugar! Sem você, o caminho trilhado até aqui teria sido bem mais triste e solitário.

RESUMO

Nesta dissertação, discutiu-se a fundação da escola secundária Atheneu em Vitória, Província do Espírito Santo, e seu funcionamento entre os anos de 1873 e 1892. A partir da análise de documentos oficiais, como relatórios de governo e correspondências, percebeu-se que a criação dessa instituição escolar se relacionava à proposta política de consolidar a instrução secundária masculina no país como etapa preparatória para o ingresso nas faculdades do Império. Concepção fortemente influenciada pelo modelo francês de ensino que ajudou a pensar as políticas públicas no Brasil nas décadas finais do século XIX. A investigação de periódicos da época evidenciou a mobilização e as expectativas da sociedade capixaba em torno da construção do Atheneu Provincial. Já em funcionamento, os registros de matrícula e a imprensa permitiram analisar o perfil socioeconômico do corpo discente, docente e responsáveis pela direção da escola, e a participação desses personagens em associações, grêmios e jornais estudantis da época. As trajetórias dos alunos que fizeram parte da história do Atheneu ao longo dos seus 19 anos de funcionamento revelaram o papel da instituição na formação de membros da elite política capixaba que viriam a contribuir na implementação do novo regime republicano.

Palavras-chave: Instrução Pública; Ensino Secundário; Espírito Santo; Brasil Império.

ABSTRACT

This paper assays the creation of the secondary school, Atheneu, located in Vitória, in the state of Espírito Santo, and its operation from 1873 to 1892. It was perceived, from the analysis of official documents, such as government reports and correspondence, that the creation of this institution was related to the political proposal which aimed to consolidate the male education in the secondary level in the country as a preparatory step to join the Universities of the Empire. This conception was strongly influenced by the French teaching model which contributed to the deliberation of public policies in Brazil in the final decades of the nineteenth century. The investigation of periodicals of the time showed the mobilization and expectations of the Capixaba society around the building of the Atheneu Provincial. It was possible to analyze the socio-economic profile of the student body, the faculty and the ones in charge of management due to enrollment records and the press once the establishment was already in operation. The trajectories of the students who were part of Atheneu's history throughout their 19 years of operation revealed the institution's role in the shaping of members of the Capixaba political elite who would contribute to the implementation of the new republican regime.

Keywords: Public Education; Secondary School; Espírito Santo; Brazil Empire.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Anúncio de espetáculo circense beneficente (1877)	59
Figura 2 – Publicação sobre o debate das aulas de latim (1877).....	67
Figura 3 – Anúncio de pensão para alunos do Atheneu Provincial em colégio feminino (1888)	69
Figura 4 – Anúncio de pensão para estudantes do Atheneu Provincial na residência de professor particular (1888)	70
Figura 5 – Livro didático Compendio da História Universal, escrito por Victor Duruy (1865)	80
Figura 6 – Anúncio de venda de manuais didáticos (1883)	82
Figura 7 – Capa do jornal estudantil Sete de Setembro (1878).....	85
Figura 8 – Poema em homenagem a Saldanha Marinho escrito por Affonso Cláudio (1877)	122
Figura 9 – Hino do Espírito Santo escrito por Pessanha Póvoa (1880).....	143

LISTA DE FOTOGRAFIA

Fotografia 1 – Pátio da Escola Normal Pedro II (1912).....	63
Fotografia 2 – Sala de aula da Escola Normal Pedro II (1948).....	64
Fotografia 3 – Registro da primeira matrícula de Affonso Cláudio na Faculdade de Direito de São Paulo (1880)	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Obras de José Joaquim Pessanha Póvoa (1860-1895).....	142
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mapa do ensino secundário provincial durante o funcionamento do Liceu	31
Quadro 2 – Índice de alfabetização no Brasil (1872 e 1890)	36
Quadro 3 – Número de aulas semanais ofertadas pelo Imperial Colégio Pedro II (1838-1890)	43
Quadro 4 – Lista dos periódicos do Espírito Santo analisados (1872-1892)	52
Quadro 5 – Comissões de senhoras designadas para angariar fundos à instrução pública (1871)	54
Quadro 6 – Grade de disciplinas e horários do Atheneu Provincial (1877)	68
Quadro 7 – Número de alunos matriculados nas disciplinas do Atheneu Provincial (1874) ...	70
Quadro 8 – Grade curricular do Atheneu Provincial (1888)	73
Quadro 9 – Listagem de compêndios adotados no Atheneu Provincial (1873-1890)	78
Quadro 10 – Periódicos editados por alunos do Atheneu Provincial (1873-1890)	83
Quadro 11 – Naturalidade dos alunos do Atheneu Provincial (1873-1892).....	103
Quadro 12 – Período de frequência dos alunos no Atheneu Provincial (1873-1892)	105
Quadro 13 – Associações com participação de alunos do Atheneu Provincial (187?-1889) .	107
Quadro 14 – Ocupação dos alunos após concluíram os estudos no Atheneu Provincial	116
Quadro 15 – Período de atuação dos professores no Atheneu Provincial (1873-1892)	125
Quadro 16 – Perfil ocupacional dos docentes do Atheneu Provincial (1873-1892)	126
Quadro 17 – Livros e jornais publicados por José de Mello Carvalho Muniz Freire	132
Quadro 18 – Naturalidade dos professores do Atheneu Provincial (1873-1892).....	134
Quadro 19 – Relação de professores do Atheneu e suas produções literárias (18?-1931).....	135
Quadro 20 – Diretores do Atheneu Provincial (1873-1890)	146

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. DIRETRIZES DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL OITOCENTISTA	25
1.1. ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA: A GERAÇÃO DE 1870.....	25
1.2. DO ENSINO RELIGIOSO AO COLÉGIO DOM PEDRO II: AS DIRETRIZES DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL OITOCENTISTA	26
1.3. DIRETRIZES DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL OITOCENTISTA	32
1.4. <i>LYCÉE</i> : MODELO PARA A ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA.....	37
1.5. O ENSINO SUPERIOR	45
1.6. NOTAS DE CONCLUSÃO	50
CAPÍTULO 2. <i>PANTHEON DAS VICTORIAS LITTERARIAS DA MOCIDADE: O ATHENEU PROVINCIAL DO ESPÍRITO SANTO</i>.....	52
2.1. DONATIVOS DESTINADOS À IMPORTANTE MISSÃO	53
2.2. DE PORTAS (NEM TÃO) ABERTAS.....	64
2.3. GUIAS PARA A BOA APRENDIZAGEM	76
2.4. A IMPRENSA CAPIXABA E ESTUDANTIL: O VOCABULÁRIO SOBRE O ATHENEU	83
2.6. NOTAS DE CONCLUSÃO	99
CAPÍTULO 3. ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA.....	101
3.1. JUVENTUDE BRIOSA	102
3.1.1. Associações e clubes	106
3.1.2. A mocidade atheniense e suas trajetórias.....	115
3.2. OS MESTRES DAS LETRAS	123
3.3 GESTORES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA: DIRETORES OU PROFESSORES?	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICES	169
ANEXOS	204

INTRODUÇÃO

Na obra *A Educação Nacional*, publicada em 1890¹, José Veríssimo analisou a condição da instrução no período imperial brasileiro, pois pretendia viabilizar informações e dar sugestões para reformar a educação nacional, no recém-instaurado regime republicano. Segundo Veríssimo, o ensino primário e o secundário no século XIX nada mais eram do que um “acervo de matérias amontoadas” (2013, p. 77), que não contribuía para o desenvolvimento da educação nacional e que tinha como objetivo civilizar o povo. Aos olhos do autor, a educação deveria mostrar caminhos para a resolução dos problemas advindos da falta de unidade nacional.

Para Anaete Regina Schelbauer (1998, p. 38), a educação no Brasil do Oitocentos tinha como objetivo, além de alfabetizar, unificar a nação e solucionar os impasses advindos da ausência de unidade e espírito nacional. Entretanto, a autora aponta que se viu a descentralização da educação causada pelo Ato Adicional de 1834. Após a Independência do Brasil, o governo central optou por descentralizar a instrução pública, repassando para as províncias a missão de desenvolver o espírito e a consciência dos jovens. Essa alteração na Constituição deu emancipação política para os governos provinciais organizarem a educação escolar de acordo com as características locais e a situação financeira. Dessa forma, coube às províncias criar e gerenciar os colégios destinados ao ensino primário e secundário, enquanto as faculdades ficaram sob a tutela do poder central.

Sobre o ensino secundário, tema desta dissertação, as pesquisas de Geraldo Bastos Silva (1969), Maria de Lourdes Haidar (1972) e Ariclê Vechia e Maria Auxiliadora Cavazotti (2003) se destacam na historiografia por analisarem o percurso de consolidação desse nível de ensino durante os séculos XIX e XX no Brasil.

A obra *A Educação Secundária: perspectiva histórica e teoria*, de Geraldo Silva (1969), contempla a análise das dificuldades e da prática da educação secundária até o momento da publicação do livro, assim como a questão da função seletiva do ensino secundário, na visão do autor. Apesar de não ser o foco de análise, Geraldo Silva aborda o tema sobre o período imperial ao demonstrar as diversas reformas legislativas da época.

Maria de Lourdes Haidar lançou, em 1972², título pioneiro ao desvendar o caminho trilhado pelo ensino secundário em nosso país desde 1834 até a mudança de regime político, em 1889. O estudo aborda diversos assuntos, dentre eles, os exames preparatórios parcelados, o *Colégio*

¹ Nesta dissertação, utilizou-se a quarta edição, publicada em 2013.

² Para esta dissertação, utilizou-se a segunda edição do livro *O Ensino secundário no Império brasileiro*, de 2008.

D. *Pedro II*, as iniciativas particulares e a liberdade de ensino para organização do currículo escolar, além de analisar as iniciativas políticas, no âmbito da Corte, para o desenvolvimento da instrução pública secundária. Utilizando os debates instaurados no Senado durante o Oitocentos, os estatutos das faculdades imperiais e estabelecimentos particulares do período, além de relatórios da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do município da Corte, o trabalho da autora torna-se importante por demonstrar que a educação não foi totalmente descentralizada com o Ato Adicional de 1834, já que o ensino superior comandado pelo governo imperial influenciava as escolas secundárias provinciais.

O livro intitulado *A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)* também forneceu contribuição para o tema. Organizada por Ariclê Vechia e Maria Auxiliadora Cavazotti (2003), a obra contempla a reunião de textos apresentados no *XXIV Colloque Association Internationale pour L'Histoire de L'Éducation* (ISCHE). Os trabalhos apontam a influência francesa na organização curricular e estrutural do ensino ministrado pelas escolas secundárias brasileiras no século XIX e XX, ao comparar os compêndios didáticos e a grade curricular das escolas secundárias brasileiras. Para as organizadoras (2003, p. 8), essa etapa do ensino escolar marca a idade de transição dos jovens, que começam a adentrar o mundo dos adultos e que se define grande parte das suas vidas pessoais e profissionais.

Apesar dos trabalhos acima discutirem o ensino secundário no âmbito nacional, os autores argumentam que a falta de investimento financeiro e o desinteresse por parte de algumas províncias e estados, assim como a baixa frequência estudantil, principalmente no Oitocentos, foram fatores que dificultaram o desenvolvimento desse nível da educação formal. Quanto à esfera provincial, José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler (2008, p. 144) asseveram que o ingresso nas faculdades do Império era o propósito objetivado pelos jovens da elite brasileira. Na busca pela aprovação nos exames preparatórios, os estudantes se preparavam em casa, com o auxílio de preceptores, ou nos colégios secundários públicos ou particulares, espalhados pelo território brasileiro.

Dentre os diversos colégios secundaristas criados durante o Oitocentos, destaca-se o *Imperial Colégio Pedro II*, localizado na Corte. A instituição fora criada para servir como modelo para o ensino secundário, além de possuir objetivos específicos de formação intelectual das elites políticas. A tese de doutoramento de Márcia de Paula Gregório Razzini (2000), o já citado estudo de Maria de Lourdes Haidar (2008) e os estudos de Maria Helena Câmara Bastos (2008), Gilberto Luiz Alves (2009), Antônio Gomes Ferreira e Ariclê Vechia (2010) buscaram retratar o *Colégio Pedro II* quanto sua importância para a juventude brasileira, mostrando a

organização, currículo escolar, compêndios didáticos, professores e alunos, além de analisarem a legislação do ensino secundário brasileiro.

Para além do contexto da capital do Império, pesquisas já vêm delineando a realidade de colégios secundaristas de outras províncias. Sara Dick (2001), por exemplo, analisou o Liceu Provincial baiano entre 1860 a 1890, visando diagnosticar os reais objetivos do ensino secundário naquela localidade: profissionalizar ou preparar para o ensino superior? Para tanto, a autora concentrou sua análise nas políticas públicas da Bahia, dando destaque às questões da gratuidade e obrigatoriedade da instrução secundária, além da liberdade de ensino que as escolas deveriam ter, perpassando pelas críticas feitas pela sociedade baiana quanto às tentativas de reformas legislativas.

Em sua dissertação de mestrado, Leonardo Neves (2006) se deteve na investigação sobre a formação e preparação da jovem elite mineira nos colégios secundaristas de Minas Gerais durante todo o século XIX. O autor verificou que, apesar de diversas reformas legislativas e curriculares na instrução pública, o ensino secundário continuou caracterizado por uma educação propedêutica e literária.

Outro estudo relevante na temática é a de autoria de Cristiano de Jesus Ferronato (2012). Em sua tese de doutorado, o autor focalizou sua pesquisa no âmbito da província da Parahyba do Norte entre 1836 a 1884. Pela leitura de relatórios dos Presidentes de Província, debates produzidos na Assembleia Provincial, jornais em circulação no período analisado, além de dados estatísticos e registros escolares, Ferronato apresentou os enfrentamentos travados por professores, sociedade civil e administradores públicos para que a instituição funcionasse, além de analisar as relações sociais desempenhadas por esses atores sociais dentro da instituição.

Já a dissertação de Sayonara Nascimento (2012) torna-se interessante pelo fato de analisar os arquivos escolares produzidos pelo Atheneu Sergipense entre 1870 a 1926. A autora faz vigoroso estudo sobre as práticas administrativas e a participação dos funcionários na organização da instituição, além de debater a importância dos registros escolares e as atividades didáticas desenvolvidas pelos alunos para, assim, entender o dia a dia da instituição.

A tese de doutoramento de Vanessa Teixeira (2017) procurou demonstrar que ensino secundário na cidade de Rio Grande/RS, a partir de meados do Oitocentos, tinha objetivos educacionais que iam além de preparar os jovens para ingresso nas faculdades do Império. O ensino nessa localidade interiorana, segundo a autora, modificou a estrutura educacional e os objetivos, para possibilitar que diversos grupos sociais utilizassem a educação formal para obter

desenvolvimento intelectual e ascender socialmente dentro da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Quanto ao Espírito Santo, as produções recentes no âmbito da História da Educação provincial apontam para o crescente investimento nas problematizações da história das instituições escolares, da produção dos sujeitos escolares, de modelos pedagógicos produzidos e postos a circular no Estado, das disciplinas e da formação de professores em solo capixaba. Essa última temática, cara à historiografia da educação, tem ganhado fôlego. A partir de estudos apoiados em diversos tipos de documentos, pesquisadores buscam compreender as condições em que foram produzidas as representações sobre a docência, realizando um intenso diálogo entre o passado e o presente. Entretanto, poucas são as discussões que envolvem o ensino secundário capixaba em fins o período imperial, em especial a figura do Atheneu Provincial, única escola secundária masculina administrada pelo poder público.

José Maria Coutinho (1993), ao investigar a educação no Espírito Santo, desde a chegada dos jesuítas até a década de 1990, faz uma pequena referência ao Atheneu Provincial ao discorrer sobre as modificações que passou o ensino secundário no período imperial. Em sua tese de doutoramento, Omar Schneider (2007) analisa a reforma da instrução pública de 1882, executada por Inglez de Sousa, Presidente da Província do Espírito Santo, que afetou diretamente o colégio em voga, principalmente nas matérias oferecidas. Em outra pesquisa, Schneider (2011) faz extensa análise sobre a instrução na província e breve exposição sobre o colégio, citando as matérias ensinadas e sua relação com a Escola Normal da província, responsável pela formação dos professores do ensino primário.

Sobre os compêndios didáticos utilizados na educação capixaba, a dissertação de André Luiz Bis Pirola (2008) se destaca pela originalidade de trabalhar os manuais de ensino. O autor demonstra as representações do Espírito Santo presentes nos livros didáticos, incluindo as obras produzidas por professores capixabas no período imperial e utilizadas pelos alunos do Atheneu Provincial. André Pirola (2013) também aborda o colégio em sua tese de doutorado, mas para investigar os caminhos percorridos pelos professores de história do ensino secundário que atuaram no Espírito Santo entre 1850 a 1950.

Karulliny Silverol Siqueira (2016) também faz menção ao colégio Atheneu em sua tese de doutoramento. Ao analisar a circulação das ideias republicanas na província, a autora destaca a participação dos professores e jovens alunos do Atheneu na elaboração de críticas à monarquia e de defesa pelo novo regime político. O estudo de Maria Alayde Alcântara Salim e Ueber José de Oliveira (2016), ao analisarem o ensino secundário no Espírito Santo durante o Oitocentos,

por meio dos relatórios governamentais, faz breve retrospecto da importância e dificuldades enfrentado pelo Atheneu.

Apesar do desenvolvimento de importantes pesquisas sobre a instrução na província do Espírito Santo, percebe-se que os estudos produzidos até o momento não abordaram o Atheneu Provincial de forma sistemática. As inúmeras pesquisas realizadas não traçam um perfil socioeconômico desses grupos, mas buscam vislumbrar a sua formação inicial e a representação oficial passada pela documentação existente. É preciso observar a educação imperial por meio do dia a dia do professor³ e dos alunos, atentar para o não dito (CERTEAU, 1994) nas fontes oficiais, somente assim é possível compreender o universo desses grupos e o que os caracterizava durante o período.

O objetivo central desta dissertação foi justamente discutir o perfil dos professores e alunos do Atheneu Provincial entre os anos de 1873 e 1892 e a participação do colégio na vida político-social da província. Em segundo lugar, estudar os grupos que frequentaram o Atheneu durante seu funcionamento é evidenciar como a juventude capixaba, assim como os homens letrados que ministravam aulas no colégio, se portaram frente às novas ideias propagadas pós-1870, além de identificar a formação escolar inicial dos primeiros governantes do Estado do Espírito Santo. Por último, almejou-se compreender os significados de ser professor do ensino secundário na província do Espírito Santo em finais do século XIX. Partimos da hipótese de que o Atheneu Provincial teve papel relevante na formação de membros da elite política que viriam a contribuir com a implementação do novo regime político do país, o republicano.

Para alcançar os objetivos traçados, analisou-se fontes de natureza diversas. O primeiro grupo de registros é constituído por documentos oficiais de origem administrativa da instrução pública da província capixaba, que se encontram no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Na seção “Fundo de Educação” que engloba o período de 1869 a 1889, encontram-se resoluções de nomeação, substituição, licenciamento e transferências de docentes;

³ Karen Calegari Campos (2013) pesquisou os educadores capixabas com o objetivo de discutir as representações sobre a docência no Espírito Santo entre as décadas de 1850 e 1880, produzidas e postas a circular por meio do discurso governamental. A pesquisadora não menciona o Atheneu em seu trabalho, mas a partir de sua análise é possível identificar que as cartas dos Presidentes de Província denunciavam a precariedade do ensino primário em que a culpabilidade recaía sobre o docente “inábil, despreparado, preguiçoso, descomprometido e desarticulado” do “grande” projeto/processo de escolarização do país. Convém destacar ainda que, segundo a autora, os Relatórios dos Presidentes de Província Capixabas no período imperial revelam uma história das ausências: seja por meio de um intenso debate sobre a falta de professores hábeis e exemplares, seja pela ausência de um modelo escolar homogêneo, ou, ainda, pela escassez de verbas destinadas à melhoria do ensino público. Nota-se também a penúria dos espaços destinados às aulas, parecendo, ao primeiro olhar, que nada ou quase nada funcionava. Mais lamentável e quase hercúleo seria lograr um status de eficiente ao ensino capixaba. É consenso, na fala dos Presidentes de Província, que somente por meio de professores hábeis – e não os oportunistas, preguiçosos e inábeis – que a educação capixaba poderia sonhar com grandes avanços.

correspondências recebidas e expedidas pelo Secretário da Inspeção Pública; relatórios de inspetores e diretores escolares ao secretário; termos de visitas às escolas; certificados do Curso Primário; livros de matrícula de professores; termo de exames das escolas normais; atas do exame de reabilitação ao magistério primário e termos de exames de alunos. Dos documentos oficiais, utilizou-se também relatórios e falas dos Presidentes de Província.

A dissertação pautou-se ainda nos periódicos em circulação pelo Espírito Santo entre os séculos XIX e início do XX, disponíveis no site da Hemeroteca Digital, pertencente a Biblioteca Nacional. O material permitiu a coleta de dados biográficos de professores, alunos e diretores do Atheneu, além de favorecer a identificação das condições de produção e recepção das mensagens publicadas pelos periódicos sobre o ensino secundário capixaba.

O marco inicial da pesquisa é datado de 1873, ano lei de criação do Atheneu Provincial — Lei n. 1 de 14 de maio de 1873 — e o final, 1892, pela aprovação da legislação que redefiniu a estrutura educacional do Estado do Espírito Santo, substituindo o Atheneu Provincial pelo Colégio Normal.

A análise das fontes foi guiada pelos pressupostos metodológicos da Análise de Conteúdo e da Prosopografia. De acordo com Laurence Bardin (2004, p. 38-111), a análise de conteúdo é uma reunião de técnica de investigação das comunicações que emprega procedimentos sistemáticos e objetivos de exposição do conteúdo das mensagens analisadas, estejam elas em diversos suportes como o textual e o imagético. A autora assevera ainda que essa metodologia, ao unir a categorização aos dados estatísticos, permite um melhor entendimento da realidade, já que fornece uma técnica sistemática de objetividade do escopo investigado e uma assimilação direta do conteúdo em questão. Assim, pretende-se compreender as características das mensagens publicadas nos jornais do período analisado sobre o Atheneu Provincial, entendendo o sentido da comunicação. O primeiro passo para alcançar tal objetivo foi identificar, nos jornais capixabas, as notícias que abordavam o Atheneu Provincial. Após essa etapa, dividiu-se as publicações em oficiais e não oficiais. No primeiro grupo, foram classificadas as publicações das ações governamentais e as Atas da Assembleia Provincial, que se configuravam como a opinião da classe política sobre o colégio. No segundo grupo, alocou-se as notícias de responsabilidade dos jornais, anônimas ou escritas pelos redatores, que também tinham o Atheneu como foco. A terceira etapa de análise foi a separação das notícias em informativas, críticas e elogiosas ao colégio. A partir disso, foi possível visualizar a percepção que a sociedade capixaba, política e civil, possuía do colégio, levando em conta a linha editorial dos jornais em questão.

Para o estudo do nosso tema também se utilizou a prosopografia, ou o método das biografias coletivas. Essa metodologia pode ser considerada um procedimento que utiliza enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, procurando mostrar as características comuns (imutável ou passageira) de um determinado grupo social em dado período histórico. As biografias coletivas auxiliam na organização de perfis sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas, dando evidência aos mecanismos coletivos – de recrutamento, de seleção e de reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos (CHARLE, 2006). Por meio desse método, procurou-se investigar as características comuns do passado dos professores do Império brasileiro através do estudo coletivo de suas vidas.

Sobre a prosopografia, como salienta Benito Bisso Schmidt (2012), em primeiro lugar, é importante ressaltar que a biografia histórica é, antes de tudo, história, portanto, precisa se pautar pelos procedimentos de pesquisa e pelas formas narrativas próprias a essa disciplina, que se propõe a explicar e/ou a compreender o passado. Assim, a prática do gênero, pelo menos em âmbito acadêmico, deve estar subordinada às regras do *métier*, entre as quais se destacam a necessidade de: ter como guia de investigação um problema de pesquisa histórica formulado a partir de referências conceituais e de fontes documentais apropriadas; e a de expor os resultados do trabalho em um texto que remeta “para fora” do texto, ou seja, que indique os procedimentos analíticos utilizados e os materiais empíricos que subsidiaram a investigação.

Cabe assinalar os referenciais teóricos e conceitos norteadores deste trabalho. No caso específico da província do Espírito Santo, segundo Coutinho (1993), a educação do século XIX e começo do XX desenvolveu-se de acordo com as necessidades do grupo dominante, ou seja, de cima para baixo,⁴ pois eles viam a necessidade de elitizar as ocupações em seu favor, já que se exigia estudo para a ocupação de cargos importantes. Como assevera José Murilo de Carvalho (1987; 2001), a sociedade brasileira no século XIX se moveu a partir das iniciativas do Estado, de políticas públicas orientadas pelo crivo político de “especialistas”, sendo a cidadania desenvolvida a partir da concessão de direitos feita pelo Estado.

Como ponto de partida, destaca-se a perspectiva de análise da elite por José Murilo de Carvalho (2008). O autor traz importantes contribuições para esta dissertação ao identificar que o elo ideológico entre a elite imperial foi a educação superior, já que quase todos os membros desses grupos possuíam formação acadêmica, principalmente na área jurídica. Para aqueles que não alcançavam os altos cargos da burocracia imperial, nesse quadro se encontravam os professores,

⁴ Academias, escolas secundárias e depois primárias.

restava os espaços provinciais, ocupando as funções de Presidentes de Província, diretores, chefes de seção, entre outras funções administrativas.

Roderick Barman e Jean Barman (1976, p. 424) corroboram José Murilo de Carvalho ao apontarem a alfabetização como uma característica da elite política imperial brasileira, pois ser letrado já configurava uma diferenciação em uma sociedade basicamente analfabeta. Nesse sentido, Eul-Soo Pang e Ron Secking (1972, p. 237) destacam que, para alcançar os cargos políticos mais elevados do quadro da política nacional do século XIX e adentrar a elite do Brasil Império, era necessário ser formado em direito e circular pelas províncias, estabelecendo vínculos fora da sua terra natal.

A história social das elites é um dos campos da historiografia francesa mais profícuos, embora no passado tivesse permanecido por muito tempo abandonado. Mas o que vem a ser entendido como elite? Segundo Flávio Heinz (2006), não há consenso sobre a definição, contudo, podemos dizer que se trata do grupo de indivíduos que ocupam posições-chaves, que dispõem de poderes e influência. Desse modo, entendemos os professores como uma elite intelectual, que, por meio da sua formação superior, acadêmica ou por vivência, transmitiu para os alunos toda uma abordagem cultural e política. O historiador de elite empreende o estudo dos processos históricos nos quais ela se insere à luz de suas características sociais mais ou menos constantes. Como bem argumenta Flávio Heinz (2006, p. 9), por meio da microanálise, pode-se compreender as diferenças, as relações socioeconômicas, os percursos desses homens privilegiados. Trata-se de analisar os processos históricos, explorando a trajetória dessas elites e o legado cultural deixado por eles, desvelando os laços familiares e política organizada por esses indivíduos.

Outro conceito trabalhado é sobre a cultura escolar. Para tanto, utilizaremos as ideias de Dominique Julia (2001), que a definiu como um conjunto de normas e práticas que determinam conhecimentos e ensinam condutas; é, portanto, impossível estudar a história das instituições de ensino sem levar em conta as relações – culturais, políticas, econômicas e religiosas. Nesse quadro, a figura dos professores não pode ser deixada de lado, pois eles são convocados a obedecer a essas ordens e utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação.

Os resultados alcançados na pesquisa foram divididos em três capítulos. No primeiro, intitulado *Diretrizes do ensino secundário no Brasil Oitocentista*, apresenta-se um painel geral do ensino secundário brasileiro e o contexto histórico de surgimento do Atheneu, buscando-se destacar a influência francesa nesse campo da instrução. O segundo capítulo, *Pantheon das victorias*

litterarias da mocidade, foi destinado a discussão sobre a mobilização e as expectativas da sociedade capixaba em torno desse empreendimento de ensino secundário. Por fim, o último capítulo, *Além dos muros da escola*, foi dedicado ao estudo do perfil socioprofissional do corpo discente, docente e diretores que fizeram parte da história do Atheneu Provincial durante seus 19 anos de funcionamento.

CAPÍTULO 1. DIRETRIZES DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL OITOCENTISTA

1.1. ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA: A GERAÇÃO DE 1870

No Brasil, o início da década de 1870 é consagrado no meio acadêmico como período de intensa efervescência política, científica e cultural. Roque Spencer Maciel de Barros (1959, p. 21) indicou tal decênio como o marco de nova mentalidade brasileira, especialmente na educação. Segundo o autor, tratou-se de um momento de transformações no país, em que o movimento contra a escravidão, a crise econômica, a saída do partido liberal do governo, o surgimento do Partido Republicano, o fim da Guerra do Paraguai, assim como a crescente utilização de conceitos como positivismo, darwinismo e materialismo repercutiu sob o pensamento intelectual brasileiro, colocando a organização estatal em discussão.

O período denominado por Roque Barros (1959, p. 21-27) como Ilustração Brasileira estendeu-se até a primeira Guerra Mundial, dividindo-se em duas fases. A primeira tem como baliza a Proclamação da República do Brasil e representou a juventude do movimento, período em que a crença no poder das ideias esteve em evidência, com especial destaque à instrução escolar e à ciência como caminhos para evolução da sociedade brasileira que, na percepção dessa geração, se encontrava em atraso. Nesse cenário de valorização da educação, a escola fora concebida como o alicerce adequado para ensejar tal transformação. Já a segunda fase do movimento (1889-1914) foi marcada pelas contestações à ilustração, pois a guerra trouxe fatores que o pensamento da geração de 1870 não conseguiu se adaptar ou explicar, abrindo espaço para o surgimento de novas mentalidades.

Angela Alonso (2002, p. 79) informa que até os anos de 1870 a principal promessa institucional na área do ensino escolar estava relacionada com a ascensão social que aconteceria por meio da educação, civilizando os homens. A autora explica que no campo da instrução pública ocorreu o aumento de vagas para os cursos superiores, ensino destinado à formação da elite política do país, e nenhuma preocupação efetiva com o acesso da população de poucas fortunas a esse ramo de ensino.

A mudança na mentalidade da época e, conseqüentemente, o melhor caminho para alcançar a civilização aos moldes do padrão europeu, vieram com a modernização da infraestrutura, que propiciou acesso aos meios de comunicação mais dinâmicos para a época (estrada de ferro e telégrafo), facilitando o recebimento das notícias vindas, principalmente, da Europa. Para

Alonso, “a abertura de livrarias, editoras e jornais intensificou a circulação da informação expandindo o universo intelectual para além da elite política” (2002, p. 94). Esses fatores (multiplicação de meios culturais, falta de reformas sociais e melhor infraestrutura) deram oportunidade para o surgimento de novo fenômeno político, a geração de 1870, que pretendia contestar o status quo imperial.

Para José Murilo de Carvalho (2011, p. 142), os anos de 1870 foram marcados pela divulgação do Manifesto Republicano pelos radicais, fator que ocasionou o regresso nas discussões reformistas. Os liberais radicais já não esperavam que as mudanças desejadas conseguissem ser postas em práticas dentro do regime monarquista. Assim, os debates nesse período centraram-se na questão de qual seria a melhor forma de administrar o Brasil: monarquia ou república. A partir do Manifesto, e com todas as atenções voltadas para a possível queda da monarquia, as outras áreas foram colocadas de lado, ou seja, diminuíram-se as querelas sobre as reformas e questões políticas e sociais tão em voga na década anterior. No entanto, isto não significou que os debates sobre o sistema de ensino cessaram. Carvalho (2013, p. 16) argumenta ainda que, apesar de não ser o principal tema nas Assembleias, a educação foi foco de intensas discussões na capital do Império durante as quatro últimas décadas do Oitocentos. Inúmeras palestras públicas relacionadas ao sistema de ensino, educação pública e particular, pedagogia, entre outros assuntos, foram organizadas pelo governo imperial, ampliando de forma inovadora o debate público da época sobre práticas e políticas necessárias para melhorar a educação sob sua tutela.

Era razoável, portanto, que um novo modelo educacional surgisse no Império para se adaptar ao novo contexto de ideias, nascendo nova proposta de estudos secundários no país. Neste capítulo, objetivou-se explorar as leis educacionais e os aspectos mais abrangentes da concepção e estruturação do ensino secundário no Brasil de forma geral, e na província do Espírito Santo, de maneira específica, apontando a influência do modelo educacional francês na sua formatação.

1.2. DO ENSINO RELIGIOSO AO COLÉGIO DOM PEDRO II: AS DIRETRIZES DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL OITOCENTISTA

Durante grande parte do período colonial do Brasil, a Companhia de Jesus teve o monopólio sobre o sistema educacional praticado na América Portuguesa. A Companhia, fundada por Inácio de Loyola, em 1540, chegou ao Brasil liderada pelo Padre Manoel da Nóbrega. Os

jesuítas atravessaram o Atlântico com a missão de alfabetizar os indígenas e filhos dos colonos e expandir a fé cristã no novo território português (PAIVA, 2010).

Com a criação de seminários e colégios, os jesuítas perceberam a necessidade de diferenciar o ensino para cada grupo social existente na colônia. Assim, aos fidalgos, era destinada instrução formal, longa e diversificada voltada para a formação dos jovens da elite que ocupariam as funções de destaque na sociedade, como administradores do empreendimento colonial e carreira eclesiástica e para aqueles que desejassem seguir os estudos superiores fora do Brasil (CASIMIRO, 2011). Para o restante da população, havia apenas os rudimentos do saber e o catecismo.

Em 1599, os jesuítas coloraram em prática o novo plano de estudos, denominado de *Ration Studiorum*. Esse projeto estabeleceu novo currículo, orientação e a administração do sistema educacional a ser seguido. O ensino foi dividido em quatro cursos: o elementar, de humanidades, de artes e de teologia. O elementar era a educação de primeiras letras, o de humanidades seria uma educação secundária e os outros seriam cursos de formação superior (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2008). O sistema de ensino já não tinha a missão de apenas instruir a ler e escrever, exceto o curso primário, mas preparar os jovens para ingressar nos estudos superiores, principalmente em Coimbra, já que o Brasil não possuía universidade por determinação da Coroa portuguesa (CUNHA, 2003).

Porém, em 1759, devido à política pombalina, os jesuítas foram expulsos de todos os territórios portugueses, fator que teve profundo impacto no campo da educação (Cf. CARVALHO, 2001). Nesse sentido, toda estrutura escolar sofreu modificações, como registrado no Alvará de 28 de junho de 1759:

E atendendo ultimamente a que, ainda quando outro fosse o Método dos sobreditos Religiosos, de nenhuma sorte se lhes deve confiar o ensino, e educação dos Meninos, e Moços [...]. Sou servido privar inteira, e absolutamente os mesmos Religiosos em todos os meus Reinos, e Domínios dos Estudos de que os tinha mandado suspender [...]. Abolindo até a memória das mesmas Classes, e Escolas, como se nunca houvessem existido nos meus Reinos. [...] no ensino das Classes, e no estudo das Letras Humanas haja uma geral reforma, mediante a qual se restitua o Método antigo, reduzido aos termos símplices, claros, e de maior facilidade as Determinações seguintes [...]: Haverá um Diretor dos Estudos; [...] estabeleça um Professor com Classe aberta, e gratuita para nela ensinar Gramática Latina; [...] Professores eleitos por rigoroso exame; [...] Fora das sobreditas Classes não poderá ninguém ensinar, nem pública, nem particularmente, sem a aprovação, e licença do Diretor dos Estudos; [...] Haverá Professores de Grego e Retórica. (Alvará régio em que se extinguem todas as Escolas reguladas pelo método dos Jesuítas e se estabelece um novo regime, 1759).⁵

⁵ Disponível no acervo digital do projeto *Memória de Leitura*, desenvolvido pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Disponível em: <<https://bit.ly/2KhqPLX>>. Acesso em abril de 2018.

Como se nota, com o desmantelamento da organização jesuítica de ensino já se erigia nova proposta baseada em ideias iluministas de educação laica e estatal. A grande inovação da reforma colocada em prática pelo Marquês de Pombal deu-se com a introdução das aulas régias ou isoladas. Tratava-se de aulas abertas a qualquer pessoa e fundamentadas em “ensino puramente literário, clássico e pautado no desenvolvimento do ensino científico” (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006, p. 470), substituindo, assim, o curso secundário de humanidades instituído pelos inicianos.

Com a transferência da administração portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, surgiu nova demanda educacional por parte da aristocracia portuguesa que se instalou nos trópicos. De acordo com Maria Aparecida dos Santos Rocha (2005, p. 11-12), o programa escolástico e literário em vigência já não era capaz de atender aos anseios educacionais da aristocracia residente na América portuguesa, que a partir daquele momento precisava de pessoal capacitado para ocupar as novas funções técnico-burocráticas. Coube a Dom João a tarefa de criar numerosas instituições ligadas à cultura e à educação, tais como o Museu Real, o Jardim Botânico, a Escola Nacional de Belas Artes, escolas de Medicina e a Biblioteca Pública. Apesar dos investimentos, o começo das mudanças metodológicas e curriculares da educação no Brasil somente adviria com a Independência do Brasil.

A nova organização política não trouxe nenhuma modificação em relação ao ensino secundário, pois não foi contemplado com nenhuma lei específica; ao contrário do ensino de primeiras letras que contou com a criação de regulamento próprio um ano após abertura do parlamento do Brasil. Esse esforço legislativo resultou na Lei de 15 de outubro de 1827, na qual foi instituída que nas localidades mais populosas do Império seriam criadas escolas de primeiras letras. Além disso, a legislação também definiu o método de ensino, o Lancasteriano, e o processo de seleção dos docentes, por meio de exames públicos sob responsabilidade da administração provincial.

Cabe salientar que, conforme asseveram Begonha Bediaga (2017, p. 386) e José Maria Coutinho (1993, p. 74), foi no Espírito Santo, em 1848, que se produziu o primeiro regulamento para escolas de primeiras letras no país, confeccionado pelo então Presidente de Província Luiz Pedreira do Couto Ferraz.⁶ Segundo os autores, tal proposta serviu de modelo para as normatizações semelhantes nas demais províncias, pois instituía nas escolas de

⁶ Iniciou sua carreira como deputado pelo Rio de Janeiro (1845) e, ao deixar o Espírito Santo, voltou à província carioca como presidente (1848). Permaneceu no cargo até ser nomeado como Ministro, em 1853.

primeira⁷ e segunda classes a figura do Diretor escolar e a prévia liberação para funcionamento das instituições particulares por parte da província.

A despeito da legislação, a primeira escola de ensino primário no Espírito Santo, após a Independência, foi criada em 14 de setembro de 1824, na vila da Vitória, capital da província, e tinha o método Lancasteriano como diretriz pedagógica (DAEMON, 2010, p. 319). Também conhecido como “ensino mútuo”, o método tinha como característica o emprego dos castigos físicos para corrigir a indisciplina e o uso de monitores em sala, que seriam os alunos mais avançados no grupo auxiliando o regente na tarefa de ensinar. Essa metodologia tinha como objetivo expandir a instrução por meio da economia de tempo, espaço e despesas, já que numa mesma sala estudavam alunos de diferentes idades e nível de ensino e alfabetizar a população (FERREIRA, 2015).

Os relatos dos Presidentes de Província demonstram o estado crítico e a dificuldade em expandir o ensino. A partir desses registros, Dirce Nazaré Ferreira (2015) relata que dentre as principais queixas estavam a crise financeira da província, a falta de professores ou o despreparo deles. Apesar de todos os problemas enfrentados, a autora observa que os relatórios dos Presidentes de Província evidenciam a recorrente preocupação dos dirigentes quanto à necessidade de civilizar a população capixaba por meio das letras. Além disso, Sebastião Pimentel Franco (2011) mostra que o progresso no ensino esbarrava também no desinteresse da população, tendo em vista que os pais não viam sentido prático no ensino das letras, optando por manter os filhos nas atividades agrícolas.

Concernente ao ensino secundário, as aulas permaneceram no formato avulso como padrão em todo território. Somente na década de 1830, esse estágio de instrução foi modificado no campo legal. Com o Ato Adicional, em 1834, a administração do ensino público passou para o âmbito da província. A partir de então, coube à esfera provincial (Assembleias Legislativas e Presidente de Províncias) a legislação e a administração sobre o ensino primário e secundário.

Na Corte, os esforços educativos centram-se no *Imperial Colégio de Pedro II*. Criado em 1837,⁸ o Colégio teve como objetivo melhorar o nível educacional da elite, ampliando os anos de estudo, formando homens capacitados para atuar nos altos cargos do funcionalismo público e privado, servindo de exemplo para as outras instituições secundárias no Brasil. Durante os

⁷ Na escola de primeira classe os discentes aprendiam a ler, escrever, moral cristão, noções de aritmética e geometria enquanto na segunda classe era excluída a geometria.

⁸ A instituição passou por diversas reformas pedagógicas e mudanças de nome após a Proclamação da República, mas permanece em funcionamento sob o nome de “Colégio Pedro II”.

primeiros 20 anos, funcionou como internato no prédio do antigo Seminário de São Joaquim (centro do Rio de Janeiro), acrescentado, após esse período, a modalidade de externato. Prevendo o aumento das matrículas, o pensionato foi transferido para a Tijuca/RJ permanecendo no local até o início da República.

Sobre o viés pedagógico, Carlos Eduardo Dias Souza (2010) aponta que os estudos no Pedro II eram voltados para as humanidades, sendo divididos em sete ou oito anos. A estrutura variou de acordo com as reformas impostas pelo governo Central, possibilitando aos alunos contato com “língua latina, grega, francesa e inglesa, retórica e os princípios elementares de geografia, história, filosofia, zoologia, mineralogia, botânica, química, física, aritmética, álgebra, geometria e astronomia” (MOACYR, 1937, p. 276). Ao finalizar o ciclo curricular, o discente recebia o título de Bacharel em Letras, capacitando-se para ingressar nos cursos superiores sem a necessidade de prestar os exames de admissão das faculdades.

Estudar e usufruir de todo o aparato que a instituição fornecia poderia ser dispendioso para algumas famílias que, em 1855, gastavam entre 108\$000 a 1:212\$000 réis anuais com matrícula e mensalidades, mais o enxoval que os pensionistas eram obrigados a adquirir. José Gondra e Alessandra Schueler (2008) argumentam que o alto custo para manter o filho no colégio, a longa duração do currículo, a não exigência de conclusão do ensino secundário para ingresso no ensino superior, aliado à distribuição de poucas bolsas de estudo, fizeram com que o *Imperial Colégio* sofresse com a falta de alunos no século XIX.

Na província do Espírito Santo, a inauguração do secundário deu-se com a abertura do *Liceu da Vitória*, em 25 de abril de 1854 (DAEMON, 2010, p. 389). Anteriormente, os jovens frequentavam as “aulas maiores” de gramática latina e francês, em Vitória⁹ ou em São Mateus, que tinham as mesmas características das “aulas avulsas” do período Pombalino. Convém esclarecer que a lei de criação do Liceu foi publicada em 1843, mas a falta de professores habilitados e o baixo orçamento provincial atrasaram em 11 anos a abertura do colégio (APEES. Fala ..., 1844; APEES, Relatório ..., 1853). Sanados os problemas, o colégio começou a funcionar com aulas de filosofia racional e moral, aritmética, álgebra, geometria, latim, retórica e música. O ensino ministrado no Liceu e nas outras localidades da província não era propedêutico, tornando avulsa a matrícula nas disciplinas, como demonstra a tabela abaixo, e de acordo com as necessidades do aluno.

⁹ Segundo Basílio Daemon, as aulas maiores de Vitória aconteciam em uma sala dentro do “edifício do antigo Convento dos Jesuítas, por baixo da repartição da Tesouraria de Fazenda” (2010, p. 365).

Quadro 1 – Mapa do ensino secundário provincial durante o funcionamento do Liceu (1854-1865)

Localidade	Matéria	N. de alunos			
		1854	1859	1863	1865
Liceu da Victoria ⁽¹⁾	Filosofia racional e moral	6	(2)	(2)	(2)
	Aritmética, álgebra e geometria	15	(2)	(2)	(2)
	Latim e retórica	6	6	19	21
	Música	10	1	16	18
	Francês	6	1	15	13
	História pátria e língua nacional	-	-	8	(1)
	História e geografia	-	-	1	(1)
São Matheus	Latim	(2)	(2)	5	3
Villa da Serra	Latim	(2)	(2)	8	(2)
Villa de Benevente	Latim	(2)	(2)	6	(2)

Fonte: APEES. *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, o Bacharel, Pedro Leão Velloso, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859*; APEES. *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, a Assembleia Legislativa em 23 de maio de 1863*; APEES. *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. José Joaquim do Carmo a Assembleia Legislativa em 26 de maio de 1865*. (1) As disciplinas de História pátria e Língua Nacional, História e Geografia do Liceu foram criadas em 1862. (2) Não consta a existência de alunos matriculados.

De acordo com Omar Schneider (2011, p. 248), o Liceu da capital tinha como finalidade formar alunos aptos para ingressar no ensino superior, como também professores para atuarem nas escolas de primeiras letras. Anterior à criação do estabelecimento, para a próxima etapa de ensino, os jovens com boa condição financeira e aspirações tinham que ir para as escolas secundárias de Minas Gerais ou da Corte, por exemplo. Nesses lugares, já estavam instaladas faculdades e existiam escolas anexas que preparavam os discentes para as provas de seleção. Existia, ainda, a alternativa de estudar em casa com preceptores os conteúdos necessários para a aprovação.

Em 1867, o Liceu de Vitória foi fechado devido à baixa assiduidade, à falta de professores capacitados e de recursos públicos para manter a instituição nos moldes humanísticos europeus. Em seu lugar foi instalado, em 2 de março de 1868¹⁰, o *Colégio do Espírito Santo*. Segundo Schneider (2011, p. 250), o novo estabelecimento recebeu a missão de construir o magistério capixaba, já que os alunos passariam a frequentar as aulas como assistentes, aprendendo assim

¹⁰ APEES. *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio, na abertura da sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 1868*.

a profissão docente, pois a falta de professores capacitados para o ensino primário era a principal deficiência da instrução pública naquele momento.

Alguns anos depois, em 1873, criou-se o *Atheneu Provincial*¹¹ para substituir o antigo colégio e fornecer o ensino secundário preparatório para o ingresso nas faculdades do país. A formação do magistério local não foi excluída da grade curricular e uma sala no prédio foi destinada especificamente para este fim. Vendo ainda necessidade de criar uma instituição somente para formar professoras de primeiras letras, em vista de o Atheneu ser escola masculina, o governo provincial abriu o *Collegio Nossa Senhora da Penha*, em 1874, também na Capital.

1.3. DIRETRIZES DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL OITOCENTISTA

Ao abrir os trabalhos na Assembleia Constituinte de 1823, D. Pedro I indicou a necessidade de se traçar o perfil educacional da nova nação, instituindo prêmio para quem apresentasse a melhor proposta para educar a mocidade. Vários debates foram realizados e um dos projetos foi apresentado por Martim Francisco Ribeiro d'Andrada Machado¹² à Comissão de Instrução da Constituinte. Tratava-se, na verdade, de proposta originalmente publicada entre 1815 e 1816 e concebida para ser implantada na Capitania de São Paulo. No documento, o deputado brasileiro afirmava que:

A instrução pública é um dever do soberano para com os seus vassallos, é uma obrigação contraída no nascimento das sociedades políticas, entre o governante, e os governados, e que manifestamente redundará em proveito de ambos: a instrução pública, igual, e geralmente espalhada por todos os membros de qualquer Estado, nivela pouco mais ou menos suas faculdades intelectuais; aumenta sem prejuízo a superioridade daqueles, que a natureza dotou de uma organização mais feliz; aniquila esta dependência real, triste monopólio, que as luzes de uma classe exercitarão sobre a cega ignorância da totalidade; destrói a desigualdade, que nasce da diferença de sentimentos morais; facilita a cada um o gozo dos bens, que a sociedade confere; corta pela raiz os males e brandões da discórdia, com que a ignorância em diferentes épocas tem abusado o mundo, e dos quais estão cheios de páginas da história; e finalmente conspira a promover a prosperidade dos Estados e a torná-los firmes, e estáveis pela reunião das forças morais com as físicas (MACHADO, 1945, p. 466).

Pelo excerto, nota-se a importância conferida por Andrade Machado à instrução de toda população do nascente país. Ao defender a obrigação dos governantes para com a educação, o autor do projeto observava a instrução pública como fator primordial de prosperidade das nações civilizadas. Para tanto, acreditava que era preciso padronizar o ensino ministrado para

¹¹ O colégio, tema da pesquisa, será abordado no capítulo seguinte.

¹² Irmão de José Bonifácio, foi o primeiro titular da secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda após a proclamação do Império entre 1822-1823 e eleito deputado constituinte pela Província do Rio de Janeiro.

as crianças e adolescentes do Império, por meio de: (1) estabelecimento dos conteúdos a serem estudados; (2) de modernos métodos de ensino; (3) do número e da localização geográfica das escolas a serem criadas; (4) de programas de ensino; (5) da forma de nomeação de professores; (6) da gratuidade e da responsabilidade do Estado na concretização do sistema de ensino. O projeto estabelecia também o ensino secundário e terciário com duração de seis anos, servindo para formar os funcionários públicos e fornecendo base teórica para aqueles que desejassem seguir nos estudos superiores. De acordo com Bruno Bontempi Junior e Carlota Boto (2014), apesar de aprovado na Comissão, o projeto não chegou a ser discutido em plenário.

Com a dissolução da Assembleia Constituinte, D. Pedro I promulgou a Constituição de 1824, responsável por definir as primeiras diretrizes da educação no Brasil independente. No artigo 179, destinado ao tema da inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos novos cidadãos, instituiu-se no § 32 que “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. A educação emergiu na primeira carta constitucional como um direito dos cidadãos brasileiros (GONDRA, SCHUELER, 2008, p. 30) e, no parágrafo seguinte, assinalava-se que os colégios e as universidades atuariam como instituições “onde seriam ensinados os elementos das Ciências, das Belas Letras e Artes”.

Mas os debates não cessaram com a Constituição, pois outras propostas foram apresentadas na Assembleia Legislativa no transcorrer do Primeiro Reinado. É o caso do projeto de Januário da Cunha Barbosa que, em 1826, almejava instalar escolas de quatro graus¹³ e do padre Diogo Antônio Feijó, apresentado em 1828, que versava sobre a universalização do ensino elementar e secundário, dividido em círculos formados por uma ou mais matérias.

Do relato até agora apresentado, observa-se a total supremacia do Poder Central na educação. Apenas na década seguinte, as províncias estariam envolvidas na promoção do ensino no país por meio da lei que realizou alterações e adições na Constituição (Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834 – Ato Adicional). Para Gondra e Schueler (2008, p. 34), a reforma constitucional respondia aos anseios de autonomia política das elites provinciais, rompendo com a antiga hierarquia centralizadora instituída em 1824 por Pedro I. Os antigos Conselhos Provinciais cederam lugar às Assembleias Legislativas provinciais, com competência de legislar sobre a instrução pública e para destinar recursos financeiros para este fim. Excluiu-se, porém, da alçada dos parlamentos provinciais a ingerência sobre as faculdades de medicina, cursos

¹³ O primeiro abrangia os conhecimentos elementares; o segundo serviria para formar profissionais ligados à agricultura, arte e comércio; o terceiro seria pautado no ensinamento dos saberes científicos gerais; o quarto eram as academias (SAVIANI, 2006).

jurídicos, academias então existentes e quaisquer outros estabelecimentos que, no futuro, fossem criados por lei imperial¹⁴. A partir de então, cabia às províncias promover o acesso das crianças e jovens ao ensino escolar, fornecendo todos os meios necessários para o cumprimento de tal objetivo.

Maria de Lourdes Haidar (2008) explica que o Ato de 1834 não impedia as províncias de criarem cursos superiores, mas sim de interferir nos existentes ou futuramente instituídos pelo governo central. Não impedia também a criação de escolas primárias e secundárias nas províncias. Cabia, portanto, o desenvolvimento da instrução pública¹⁵ ao governo local e geral cumulativamente (SUCUPIRA, 2005, p. 60-62). A única e importante exceção foi o Imperial Colégio Dom Pedro II, que serviria como modelo de ensino para as instituições que preparavam os jovens na busca pela desejada vaga no ensino superior.

Embora o Ato Adicional restringisse a área de atuação do governo central ao município da Corte, diversos regulamentos elaborados para essa localidade serviram como modelo para as províncias ou tentaram, de certa forma, centralizar as informações concernentes à instrução pública¹⁶. São os casos da Reforma Couto Ferraz e da Lei Carlos Leôncio.

Ao ser nomeado ministro do Império, Luiz Pedreira de Couto Ferraz sancionou o Decreto n. 13.331-A (17 de janeiro de 1854) para regulamentar as reformas educacionais. O dispositivo estabeleceu, entre outros aspectos, a Inspeção Geral da Corte, o processo seletivo para admissão de professor, o método simultâneo de ensino e a coleta de dados sobre a instrução pública nas províncias para servir de instrumento de análise do panorama geral da educação do Império. Em relação ao ensino secundário, constituíram-se duas formas de estudo: a organização seriada em sete anos do Colégio Pedro II e as aulas públicas avulsas. Ambas, de acordo com o artigo 79 do Decreto n. 13.331-a de 17 de janeiro de 1854, teriam o seguinte currículo:

Latim. Grego. Inglês. Francês. Alemão. Filosofia racional e moral. Retórica e poética, que compreenderá também o ensino da língua e literatura nacional. História e geografia, [...] incluindo a nacional. Matemáticas elementares [...]. Ciências naturais compreendendo a história natural, zoologia, botânica, mineralogia e geologia, física e

¹⁴ Cf. Artigo 10 § 2 da Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834.

¹⁵ Cf. SOUZA, Paulino Jose Soares. *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1865, vol. 1, p. 189-190.

¹⁶ Durante a segunda metade do século XIX, diversas obras que analisavam a instrução pública do Brasil imperial, foram publicadas: *A Instrução Pública do Brasil*, de Liberato Barroso (1867); *O Ensino Público*, de Antônio Almeida Oliveira (1873); *História da Instrução Pública no Brasil*, de José Pires de Almeida (1889); e *A Educação Nacional*, de José Veríssimo (1890). As citadas obras não serão analisadas, pois fogem do tema central proposto para a dissertação.

química [...]. Uma língua viva do meio dia da Europa e as artes de desenho, música e dança. Ginástica. (BRASIL, 1854, p. 61).

O Decreto n. 7.247, publicado em 19 de abril de 1879 e elaborado por Leôncio de Carvalho¹⁷, também tentou auxiliar as províncias na missão de educar a população. Entre os seus 29 artigos, estabeleceu a criação dos seguintes elementos em cada província: bibliotecas e museus escolares, colégios profissionalizantes, cursos alfabetizantes para adultos, além da contratação de professores particulares para ministrar o ensino primário em aulas avulsas, a equiparação das escolas secundárias particulares ao Colégio Pedro II e a liberdade do ensino básico na Corte e do superior em todo o Império. Três anos depois, em 1882, Rui Barbosa¹⁸ publicou os Pareceres/Projetos sobre o tema, fruto do estudo realizado durante sua participação na comissão da Assembleia Legislativa, incumbida de relatar o referido Decreto n. 7.247. Nos escritos¹⁹, a educação foi apresentada como questão primordial e voltada para o desenvolvimento de cidadãos úteis à nação, necessitando de maiores investimentos por parte do governo.

Como assevera Dermeval Saviani (2006), outras propostas foram debatidas em plenário. Projetos elaborados por políticos como Paulino de Souza (1870), Antônio Cândido Cunha Leitão (1873), João Alfredo Corrêa de Oliveira (1874), Almeida de Oliveira (1882), Rui Barbosa (1882/1883) e Barão de Mamoré (1886) não lograram aprovação, mas demonstram as intensas discussões e preocupações que a instrução pública gerava na classe política. A Reforma de Leôncio Carvalho foi, portanto, o último dispositivo concebido pelo Império que realmente saiu do papel.

As discussões para melhorar o ensino público também ocorreram no Espírito Santo, que durante a fase imperial teve diversas leis, decretos e resoluções publicadas. Entre 1835 e 1888, contabilizaram-se 169²⁰ dispositivos específicos para a instrução. O tema abrangia: a regulamentação do currículo do ensino primário e secundário; os ordenados dos professores; a criação da cadeira de música e a remuneração do profissional; a determinação concernente aos dias letivos; criação do livro de ponto para os docentes provinciais; a idade mínima para os professores prestarem concurso; a necessidade de comprovar o quantitativo mínimo de alunos frequentando às aulas; a criação da inspetoria escolar; a supressão da diretoria de instrução; a

¹⁷ Carlos Leôncio de Carvalho foi professor da Faculdade de Direito de São Paulo, além de ministro pela pasta dos Negócios do Império e deputado pela província de São Paulo.

¹⁸ Rui Barbosa de Oliveira, entre outras importantes ocupações, exerceu durante o império os cargos de deputado pela Assembleia da Bahia em 1877 e, no ano seguinte, pela Corte.

¹⁹ Os dois projetos versavam sobre assuntos distintos: Reforma do Ensino Primário e as várias instituições complementares da instrução pública e o Parecer sobre Ensino Secundário e Superior.

²⁰ Informações extraídas do livro *Legislação provincial do Espírito Santo: ementário 1835-1888*. Foram excluídas as publicações de leis referentes ao uso da verba provincial, já que a instrução pública não era o assunto principal.

criação do Colégio de Nossa Senhora da Penha para formar as normalistas; a aposentadoria dos docentes; o fechamento e transferência de localidade de escolas com poucos alunos; a concessão de bolsas de estudo para os estudos superiores; a criação da escola de taquigrafia, além das normativas específicas do Atheneu Provincial, abordadas no próximo capítulo. Como se vê, diversas foram as tentativas de estabelecer organização mínima do ensino básico, mesmo diante da falta de verbas.

Apesar dos diversos debates e leis levantadas, a instrução básica chegou a poucos habitantes. Como se percebe no quadro abaixo, no primeiro recenseamento realizado no Brasil, em 1872, apenas 3% da população, incluindo homens e mulheres, sabiam ler e escrever. No censo de 1890, nota-se que somente 15% da população se declarou alfabetizada. O contingente tão significativo de analfabetos pode indicar, além do limitado acesso e permanência nos educandários, que o consumo de bens culturais, especialmente periódicos e livros, era parcimonioso e reservado à pequena parte da sociedade.

Quadro 2 – Índice de alfabetização no Brasil (1872 e 1890)

Grau de instrução	1872				1890	
	Homens		Mulheres		Ambos os sexos	
	N.	%	N.	%	N.	%
Sabem ler e escrever	1.012.097	12	550.981	6	2.120.559	14
Não sabem ler e escrever	3.306.602	39	3.549.992	42	12.213.356	85
Frequentam a escola ⁽¹⁾	155.651	2	165.098	2	(2)	(2)
Não frequentam a escola ⁽¹⁾	786.131	9	795.574	9	(2)	(2)
Percentual total dos alfabetizados	3%				15%	
Total de habitantes	8.419.672 ⁽³⁾				14.333.915	

Fonte: IBGE. *Censo do Brasil, 1872*; IBGE. *Censo do Brasil, 1956*. Disponíveis em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em abril de 2018. (1) A idade escolar utilizada para o recenseamento era de 6 a 15 anos. (2) O censo desse ano não levantou a estatística escolar por entender que ao indagar se o recenseado sabia ler e escrever, a indicação positiva pressupõe algum método de estudo. (3) Censo realizado nesse ano não incluiu 181.583 pessoas estimadas para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na época determinada e tão pouco a população escravizada, pois eram proibidos de frequentarem as escolas públicas.

Do ponto de vista de investimentos, a divisão de competência educacional perdurou todo o Oitocentos e garantiu ao governo geral a transmissão de responsabilidades e baixos investimentos no setor, já que por lei eram atribuições das províncias. Newton Sucupira (2005, p. 66) argumenta que, em 1874, por exemplo, enquanto o poder central não gastava 1% da sua receita com a instrução pública, nas províncias, essa cifra beirava os 20% e sem receber

nenhuma verba do governo central para ajudar na tarefa de proporcionar educação básica gratuita a toda população. Como se verá adiante, a província do Espírito Santo precisou recorrer a particulares para edificar a escola responsável pelo seu ensino secundário, o Ateneu Provincial.

1.4. *LYCÉE*: MODELO PARA A ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA

Diversas pesquisas apontam que os estudos ministrados nos colégios secundários brasileiros eram ligados à área da humanidade e que seu modelo de organização foi inspirado nos liceus franceses (GASPARELLO, 2004; VECHIA, 2003; HAIDAR, 2008; SAVIANI, 2013; BASTOS, 2008). Ao analisar a etimologia do termo liceu, Arlette Madeiros Gasparello (2004, p. 54) assinala que um dos significados²¹ remete à Universidade de Paris, pois se referia à classe chamada “de segunda” (*séconde*), conhecida também como a “classe de poesia”, cujos estudos se centravam na disciplina de retórica.²²

Philippe Ariès, ao analisar “a vida escolástica” (1972, p. 165), estabeleceu três fases para a formação das atuais classes escolares: no início do século XV, os alunos eram divididos em grupos de acordo com a capacidade intelectual, mas estudavam juntos com um único professor. No transcorrer daquele século, todos os grupos tinham seu professor específico, mas continuavam estudando no mesmo local. Em fins do século XVIII, surgiu na França nova organização que se tornou o berço da atual estrutura, segundo a qual os alunos foram separados em classes, estipulando professores específicos para cada grupo.

Sobre a função dos níveis escolares, Jean-Claude Caron (1996) argumenta que, durante o século XIX e em grande parte da Europa, as humanidades triunfaram, enquanto os saberes científicos e matemáticos permaneceram como assunto de especialistas. Assim, o secundário tinha a responsabilidade de passar os saberes acadêmicos e a educação moral para os adolescentes, cujos saberes se devotavam à formação das futuras gerações de notáveis enquanto o primário ensinaria as noções básicas para viver em sociedade, ou seja, os rudimentos da leitura e escrita. Na França e em outros países europeus, a vida escolar nessas instituições durava a média de

²¹ De acordo com Gasparello (2004, p. 54), os outros significados são: educação que prepara o indivíduo para atuar na sociedade; aquilo que distingue o sagrado do profano; sábios dedicados a cultura greco-romana durante o renascimento.

²² Em fins do século XVI, a organização adotada pelas escolas laicas e religiosas correspondia ao modelo francês, que fazia a divisão em cinco classes de estudo - três de gramática, uma de humanidade e uma de retórica. Passou-se, assim, a nomear de “primeiro” e “segundo ano de humanidades” os dois anos após o estudo da gramática (GASPARELLO, 2004, p. 55).

quatro a seis anos, com custo elevado. Por essa razão, somente os filhos de famílias de posses poderiam desfrutar de vida acadêmica tão longa. Os estudos, relativamente onerosos e com currículo centrado no humanismo, acabavam sendo privilégio de poucos.

As mudanças educacionais no Brasil do Oitocentos, de acordo com historiadores nacionais, foram influenciadas pela nova organização do modelo francês de ensino. Para Maria Helena Câmara Bastos (2008, p. 43), a apropriação das ideias e as inovações pedagógicas francesas se fizeram necessárias para dar embasamento intelectual às mudanças educativas em desenvolvimento no Brasil. A autora argumenta ainda que a correlação educacional França/Brasil fica evidente ao analisarmos, por exemplo, as reformas educativas e os livros didáticos utilizados pelos estudantes brasileiros, principalmente do Colégio Pedro II.

Interessante é destacar que princípios franceses relacionados à instrução pública, laica, universal e gratuita inspiraram, em grande parte, o Brasil. De acordo com Carlota Boto (2003), a nova concepção surgiu na França com o Marquês de Condorcet²³ ao redigir relatório para ser apresentado à Assembleia Nacional. Lido em 1792, ano em que foi designado para presidir o Comitê de Instrução Pública da Assembleia Legislativa Francesa, o relatório apontou a educação como premissa para o desenvolvimento de uma nação verdadeiramente democrática. Para tanto, era preciso ampliar os índices de alfabetização para grande parte da população e unir os denominados estudos clássicos (latim, francês, grego) com os estudos das ciências físicas (matemáticas).

Carlota Boto (2003) relata que Condorcet desejava uma educação nacional e unificada. Segundo a autora, para o político francês, a educação se constituía em função especial do Estado, que deveria proporcionar a todos os cidadãos oportunidades de igualdade social, além de trazer progresso ao espírito humano e formar cidadãos. Sobre o laicismo, Condorcet acreditava que o ensino da religião deveria ser transmitido nos templos religiosos pelos seus respectivos ministros ou sacerdotes, não nas escolas estatais. Embora o ensino devesse ser nacional, Condorcet também não desejava que fosse administrado pelos governos, nem pelas autoridades do Estado com o fim de não transmitirem no conteúdo suas ideias particulares. Para isso, Condorcet aconselhava que o ensino fosse dirigido por uma sociedade formada de especialistas e docentes, proporcionando assim emancipação educacional. Condorcet pregava também a autonomia de ensino, pois acreditava que as escolas particulares pudessem servir de exemplo, estimulando o serviço oficial. Segundo Eduardo Antônio Jordão (2011, p. 95), mesmo

²³ Marie Jean Antoine Nicolás de Condorcet (1743-1794) foi um cientista, filósofo, ilustrador, enciclopedista, racionalista e político francês nascido em Ribemont-Picardia, de família aristocrática.

com a reprovação do relatório, as ideias de Condorcet influenciaram decisivamente as futuras regulamentações legislativas, ou seja, ele serviu de referência para as mudanças educacionais na França e em outras nações inspiradas em seu modelo.

Outra influência para o Brasil foram os liceus. Tais instituições escolares surgiram na França em 1º de maio de 1802, por meio da Lei de 11 floreal ano X (CARON, 1996). De acordo com Philippe Savoie (2007), essas instituições eram caracterizadas pela divisão dos alunos em classes sucessivas correspondendo cada um há certo grau de estudos. Outra característica, apontada pelo autor, se referia à volta dos internatos. Contraditoriamente, esse retorno aos internatos indicava também a inspiração do modelo pedagógico humanista do Antigo Regime, em que, pela manhã, ocorriam as aulas e, à tarde, os estudos sob supervisão. O currículo também incluía cursos extras como desenho, exercícios, cursos de línguas vivas ou de história e artes recreativas. O internato, porém, podia receber alunos externos que ficavam numa pensão privada ou moravam na casa de algum professor. Conforme demonstram André Chervel e Marie-Madeleine Compère (1999), o ensino tinha como objetivo a aprendizagem da retórica, moral e cívica.

Jean-Noël Luc (2006, p. 5-8) esclarece que a instalação dessa organização escolar, em início do século XIX, foi uma opção política, pois o governo revolucionário chefiado pelo primeiro cônsul, Napoleão Bonaparte, necessitava de novos trabalhadores leais e capacitados para gerir o Estado. Essa seleção dos futuros funcionários do governo, formados no ensino superior, tinha como baliza o nascimento e a fortuna familiar do estudante, raramente o mérito, já que os estudos secundários e superiores eram pagos e apenas uma diminuta população se beneficiava do ensino secundário fornecido pelo governo.

A partir de 1860, outro método começou a ser introduzido nas escolas francesas em oposição ao ensino escolástico (PEREIRA, 2008, p. 2). Tratava-se do método intuitivo ou lição de coisas que, de maneira geral, consistia em induzir a aprendizagem a partir do meio no qual a criança estava inserida. Deixava-se, por sua vez, de lado a memorização. Esse método, por influência francesa, chegou ao Brasil em fins do século XIX, tendo Rui Barbosa como um dos principais defensores, e fez parte das novas propostas de sistematização da instrução brasileira, presentes nos famosos pareceres.

As instituições secundárias francesas foram criadas para ser estabelecimento escolar e não o simples somatório de cátedras professorais, destinadas a pagantes, supostamente sustentados por si mesmos com os meios que lhe davam o Estado (SAVOIE, 2007). Ao estabelecer as instituições, o governo se comprometeu a ajudar nas despesas referentes aos prédios

educacionais, despesas subsidiárias e no pagamento de bolsas, incluindo, posteriormente, os salários dos professores. Assim, o indivíduo que esse ensino buscava construir era aquele que

[...] pela prática dos textos e dos autores, pelo contato com as civilizações fundadoras, pelo exercício da tradução, da imitação e da composição, adquiriu o gosto, o senso crítico, a capacidade de julgamento pessoal e a arte de se exprimir oralmente e por escrito, conforme as normas recebidas. (COMPÈRE; CHARVEL, 1999, p. 149).

Philippe Savoie (2007, p. 21) explica que a partir do século XX novo padrão dominou a pedagogia francesa. O liceu passou a ter outras finalidades, menos voltadas para a exclusiva formação universitária, aliado à vontade das famílias de não mais entregar a educação e a instrução de seus rebentos apenas às instituições escolares. Com as reformas de 1902, a dissertação em latim estava morta e sem honra (PEREIRA, 2008, p. 2). O ensino científico esforçava-se para romper com o antigo modelo de ensino da linguagem baseado na leitura de autores romanos e na composição de exercícios em latim. Visava-se, além de formar o espírito, a inteligência e a alma, proporcionar à nova geração uma educação liberal.

Assim, entendemos o termo secundário como aquela etapa de estudos de humanidades intermediária e propedêutica aos estudos superiores de retórica nas faculdades. De modo geral, o conteúdo relacionado às humanidades ensinadas no secundário foi mantido na França e pode servir de comparação ao que ocorreu no Brasil.

As instituições de ensino secundário brasileiro durante o século XIX receberam diversos nomes: liceu, ateneu, colégio, casa de instrução, casa de educação, escolas e seminário.²⁴ Para Jose Ricardo Pires Almeida (1989, p. 120), essas instituições, exceto a última que preparava os jovens para a vida religiosa, foram criadas para solidificar o ensino secundário regular brasileiro, que deveria preparar os discentes para o ingresso na faculdade, destacando o caráter elitista das escolas secundárias que se destinavam à pequena parcela da sociedade, assim como no secundário francês.

Arlette Gasparello (2004) e Maria de Lourdes Haidar (2008) argumentam também que as instituições denominadas de liceu, colégio e ateneu, durante o período imperial, seguiam o modelo francês de instrução. O ensino aliava a formação humanista e, de certa forma, a

²⁴ Dentre as inúmeras instituições do período podemos citar o Ateneu do Rio Grande do Norte (1835), os Liceus da Bahia e da Paraíba (ambos de 1836), Liceu de Niterói (criado em 1847), o Caraça (colégio particular criado em 1820 pelos missionários da ordem de São Francisco de Paula, fechado depois de alguns anos e reaberto em 1856 pelos lazaristas franceses), o Ginásio Baiano (que funcionou de 1858 a 1871), Colégio Abílio da Corte (unidade do Rio de Janeiro aberta em 1871) e o Colégio Culto à Ciência (1874) apenas para citar alguns exemplos, fazem parte dessa história dos colégios no Brasil.

profissionalização da elite, já que o destino desses jovens era o ensino superior, formando médicos, engenheiros, professores e funcionários públicos.

Durante o Segundo Reinado, foi recorrente a discussão política sobre o ensino secundário no país. Exemplo desse debate pode ser apreendido nos questionamentos feitos pela Inspeção Geral de Instrução da Corte ao Ministério dos Negócios do Império sobre a necessidade de estabelecer definições para as diversas nomenclaturas que as instituições secundárias recebiam nos Regimentos educacionais do publicados pelo Império. A demanda foi encaminhada para a 4ª seção da pasta e analisada pelo Conselheiro Calógeras²⁵, responsável pela elaboração do parecer, e serviu de base ao Aviso expedido pelo Ministro José Ildefonso de Sousa Ramos. Na ocasião, abordou-se a diferenciação entre o ensino primário e secundário, cabendo ao primeiro a instrução dos alunos, já ao segundo instrução e educação:

A maior ou menor idade de quem abre um estabelecimento de instrução deve-se exigir, não somente em relação ao ensino, mas também tendo em consideração se no estabelecimento os alunos recebem somente instrução, ou instrução e educação [...]. Por isso, havendo alunos internos e meio-pensionistas em um estabelecimento, seja qual for o número de professores e das matérias do ensino, o estabelecimento é um colégio, e deve-se exigir do professor ou direito, a maioridade do artigo 102 (25 anos). Assim, pois, um professor de letras, um professor de uma ou mais matérias da instrução primária e secundária, e um estabelecimento com o diretor de professores de várias matérias, em todas estas casas, havendo internos ou meio-pensionistas, o estabelecimento seja qual for o nome que lhe derem seus donos, deve-se considerar como colégio, e seu chefe deve ter 25 anos.

E do mesmo modo, o estabelecimento com o diretor e professores de várias matérias, ainda que seja frequentado somente por externos, é colégio.

Se, porém, o estabelecimento é somente de primeiras letras, ou de uma ou mais matérias de sucessão primária ou secundária, mas em ambas as casas havendo somente alunos externos, e um só professor que é ao mesmo tempo o chefe da casa, o estabelecimento é escola, e basta que seu chefe tenha os 25 anos [...]. Porquanto nestas casas o chefe não tem de dirigir outros professores, [...] e não tem de educar meninos. Nesta categoria compreendem-se naturalmente os estabelecimentos de instrução chamados aulas, cursos, ou de qualquer outro nome, em dente que as circunstâncias (Parecer do Conselheiro Calógeras em 18 de janeiro de 1862, que se encontra no Arquivo Nacional, Seção de Manuscritos, Ensino Secundário, 1861-1862, *apud* GASPARELLO, 2004, p. 51).

O parecer, que se refere somente aos estabelecimentos secundários da Corte, também esclarece sobre os significados dos termos instrução e educação, vigentes na época. Instrução se ligava à noção de ensino de matérias de primeiras letras ou de estudos secundários. A instrução era exercida pelos estabelecimentos que apenas admitiam alunos externos, e neles permaneciam apenas o tempo necessário às lições. Quando, porém, o aluno era meio-pensionista ou interno, a instituição seria também responsável pela educação – no sentido de formação moral – na qual a disciplina ocupava importante lugar. Para atender a função de educar, o diretor e os

²⁵ João Batista Calógeras foi um historiador, educador e funcionário público nascido na Grécia, mas naturalizado brasileiro. Lecionou no Colégio Pedro II e foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

professores contavam, a partir dos estatutos e regimentos da instituição, com um rígido sistema de disciplina, no qual todos os detalhes da vida do estudante estavam previstos e controlados, principalmente em relação aos internos.

Por ser tratar de estudo preparatório para o ingresso nas faculdades, o ensino nos colégios secundaristas estava intimamente ligado ao conteúdo avaliativo cobrado nos exames. De modo geral, essas instituições ensinavam o suficiente para passar nas provas. Na verdade, esse era o tipo de ensino desejado pelos alunos, pois as instituições que tentaram estabelecer um ensino sistemático pouco êxito tiveram, como é o caso do Colégio D. Pedro II (HAIDAR, 2008, p. 78). Essa instituição concedia o título de bacharel para aqueles que completassem todo o ciclo de estudo, com duração média de sete anos. Quando se sentiam preparados para os exames e eram aprovados, os estudantes deixavam o secundário e se matriculavam nas faculdades.

Assim, as escolas que formavam os jovens da elite brasileira continuaram com a vertente humanística, pois era preciso formar futuros dirigentes da nação. Ao realizarmos a comparação da grade curricular do Colégio Pedro II, expressa no quadro a seguir, e a primeira escola secundária da província capixaba (Quadro 1), encontramos grande disparidade em relação ao quantitativo de matérias oferecidas. Ao inventariar os regulamentos curriculares do Colégio Dom Pedro II, Marcia de Paula Gregorio Razzini (2000) esclarece que a carga horária semanal obtida de cada disciplina corresponde à soma de todas as séries, pois o secundário do Pedro II era composto de sete ou oito ciclos/anos de estudos, de acordo com o regulamento vigente. Ao analisar as informações curriculares, observa-se que, até o final da década de 1860, o latim era a disciplina com a maior carga horária do secundário. A partir de 1870, por causa da inclusão do exame de português entre os exames preparatórios, a carga horária de português aumentou no Colégio Pedro; ascensão que, provavelmente, determinou a diminuição da carga horária de latim neste mesmo currículo, marcando o início da decadência desta disciplina.

Quadro 3 – Número de aulas semanais ofertadas pelo Imperial Colégio Pedro II (1838-1890)

Matéria	1838	1841	1862	1863	1865	1870	1877	1882	1890
Grego	18	20	12	12	9	9	12	9	8
Latim	50	31	39	39	30	21	18	12	12
Retórica e Poética	20	10	9	9	9	6	9	(1)	(1)
História da Literatura Nacional	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	3
Francês	5	15	12	12	9	10	12	12	12
Português	10	5	9	9	9	14	16	19	9
Inglês	5	12	12	12	9	10	6	9	11
Alemão	10	10	(2)	(2)	(2)	(1)	12	9	11
História	12	15	24	24	24	16	18	12	9
Geografia	11	8	9	12	12	16	10	12	11
Filosofia	20	10	6	6	6	7	6	6	(1)
Matemática: aritmética e álgebra, geometria, etc. (3)	29	10	12	12	12	21	13	12	25
Ciências Naturais: Física, Química, zoologia, etc. (3)	9	5	6	3	6	8	6	6	17
História Natural	4	4	6	3	6	3	6	6	10
Desenho	8	16	(1)	(1)	(1)	(1)	2	25	11
Música	6	13	(1)	(1)	(1)	(1)	2	23	10
Ginástica	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	2	21	12
Religião	(1)	(1)	3	3	3	4	6	6	(1)

Fonte: RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. *O espelho da nação: a antologia Nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971)*. Tese [Doutorado em Letras] - Instituto de Estudos da Linguagem. Unicamp, São Paulo, 2000; Anexo VI. (1) Não foi possível obter informações. (2) Aula exclusiva para o internato. (3) As matérias dessa área de conhecimento foram ministradas em conjunto ou separadas, de acordo com o Estatuto vigente. Aqui se optou por unir o total da carga horária de todas as matérias.

Para Karl Michael Lorenz e Ariclê Vechia (2011, p. 115-116), a supremacia do ensino clássico humanístico perdurou, incluindo a França, até meados do Oitocentos. A partir de então, diversos cientistas passaram a pedir a inclusão das ciências no currículo escolar europeu, em grande parte, imbuídos pelos avanços tecnológicos da época²⁶. Segundo os autores, argumentava-se à

²⁶ Nesse período foram inventados o telefone, o telégrafo, a lâmpada elétrica, a fotografia, o elevador, o clorofórmio, a dinamite, entre outros (OCHOA; COREY, 1995, p. 175-198 *apud* LORENZ; VECHIA, 2011, p. 118).

época que saber a ciência física era primordial para entender o mundo moderno. Diante da necessidade de aprimorar o ensino da área de exatas, tentou-se incluir elementos da física e matemática ao ensino ministrado nos colégios secundários franceses e brasileiros, mas a supremacia das ciências humanas continuou. Ao observar o quadro anterior, é perceptível o currículo enciclopédico, cujos estudos clássicos se sobrepuseram aos estudos científicos, que estavam em menor número ou reunidos a outras matérias. Corroborando a análise de Clarice Nunes (2000, p. 44), observa-se que, em 1838, num elenco de 18 matérias e aproximadamente 217 aulas semanais, a área da Matemática e da Ciência Natural correspondia somente a 38 aulas. Apenas no último período representado, em 1890, vemos a elevação do quantitativo de aulas destinado às ciências para 42.

Segundo Lorenz e Vechia (2011, p. 145), as razões para o predomínio do ensino humanístico sobre as outras áreas durante todo o século XIX na França, e conseqüentemente no Brasil, podem ser relacionadas ao fato de não existir carreira científica na época; à ideia de que o ensino clássico aprimorava a índole e a mente do aluno, habilitando-o para o ingresso nas faculdades; às pretensões sociais da classe média, que almejava as mesmas características de instrução ostentada pela elite.

A influência francesa no Colégio Dom Pedro II e em outras instituições secundárias, sobretudo até o final do Império, não atingia apenas regulamentos e programas. Ela alcançou também a adoção dos compêndios, seja em versão original, ou edição traduzida para o português. Assim, por meio dos *Programas de Ensino do Colégio Pedro II*, no período entre 1862 e 1898, verificou-se que, além dos compêndios adotados nas aulas de francês, os alunos do Pedro II aprendiam outras disciplinas através de livros franceses importados ou traduzidos, tais como a *História Romana*, de Rosoir e Dumont; a *Histoire Contemporaine*, de Chantrel; o *Cours élémentaire de Philosophie*, de Barbe; a *Arithmétique*, de Guilmin; *Algèbre*, de Bourdonentre e outros (RAZZINI, 2000, p. 32-33). Obras que, em virtude do seu uso sistemático, contavam com traduções para a língua portuguesa, como é o caso *Astronomia Popular*, de Augusto Comte. A supremacia dos livros didáticos franceses nas instituições brasileiras, conforme afirma Maria Helena Câmara Bastos (2008, p. 6-13), pode ser explicada pelos seguintes fatores: a fluência na língua francesa era essencial para adentrar à elite intelectual brasileira; editoras nacionais importavam e publicavam obras educativas estrangeiras em francês²⁷; diversos docentes do Colégio de Pedro II, que tinha seu estatuto como exemplo, estudaram na França e conheciam

²⁷ Maria Helena Câmara Bastos (2008, p. 13) argumenta que diversas obras escritas em francês eram oriundas de outras nações, como a Bélgica.

as obras indicadas aos alunos; e significativa presença de editoras francesas no Brasil. A autora observa, ainda, que, a partir do Estatuto de 1892 do colégio, os livros escolares franceses começaram a ser substituídos por manuais de autores brasileiros editados no Brasil, apesar de muitos deles ainda serem traduções ou codificações de obras estrangeiras, especialmente as francesas.

Essa falta de compêndios nacionais e a adoção de exemplares franceses, por vezes, faziam com que o estudante do Pedro II parecesse um aluno de liceu francês. Maria de Lourdes Haidar (2008, p. 117) comenta que o programa de geologia de 1856 "ignorava as particularidades do solo brasileiro enquanto incluía o estudo cuidadoso do solo parisiense e das formações subapeninas". A grande quantidade de compêndios franceses nos Programas de Ensino do Colégio Pedro II demonstra a importância que a língua e a cultura da França assumiram na educação da elite brasileira.

Na visão de dois intelectuais da época, José Veríssimo (2013) e José Almeida (1989), os estudantes no Brasil contavam com poucas obras nacionais para estudar os aspectos geohistóricos do próprio país. Para o ensino da História, os professores poderiam lançar mão dos compêndios *História Geral do Brasil*, escrita pelo Visconde de Porto Seguro em 1854; *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, em circulação desde 1839; *Lições de História do Brasil*, publicado em 1863, e *Noções de Corografia do Brasil* em 1873, ambos de Joaquim Manuel de Macedo; *Lições de História do Brasil*, de Luís de Queirós Mattoso Maia, publicado em 1880, e *Dicionário Geográfico do Brasil* em 1886.

Por falta de fontes que demonstrassem a grade curricular do Liceu da Vitória, não foi possível conjecturar o número de aulas para cada matéria, até mesmo porque a frequência era livre. Mas observando o número de alunos matriculados, é perceptível a supremacia dos estudos clássicos (latim e francês) sob as outras matérias, que penavam por falta de alunos interessados. Quanto aos compêndios utilizados, André Luiz Bis Pirola (2008, p.68-74) identificou a superior utilização de livros estrangeiros e obras piamente traduzidas pelos próprios professores capixabas para serem empregados nas aulas, além das obras nacionais utilizadas no ensino primário.

1.5. O ENSINO SUPERIOR

Com a chegada da família real e da elite lusitana, o governo passou a administrar o ensino e a ver a necessidade de criação de cursos superiores profissionalizantes em terras brasileiras, já

que, até aquele momento, a formação era adquirida na Universidade de Coimbra. Dom João VI criou, no primeiro momento, cátedras isoladas que funcionavam com um único professor lecionando em locais improvisados. A partir de 1813, as aulas independentes foram organizadas pelo governo e transformadas em academias, com estatuto, currículo, direção, funcionários, corpo docente e processo seletivo para ingresso, permanecendo esse sistema de ensino até a Proclamação da República.

Em 1808, foram criadas as escolas de Cirurgia em Salvador, a de Anatomia e Cirurgia no Rio de Janeiro, funcionando em prédios jesuíticos, formando as primeiras escolas de ensino superior. As escolas de medicina foram transformadas em faculdades, em 1832, e passaram a oferecer os cursos de Médico, Cirúrgico, Farmácia e Obstetrícia. Em 1884, após novo regulamento, essas instituições foram reformuladas e passaram a oferecer os cursos de “Ciências Médicas e Cirúrgicas, em 8 anos, de Farmácia, em 3 anos, de Obstetrícia e Ginecologia, em 2 anos, e de Odontologia, em 3 anos” (CUNHA, 2007, p. 93). Na área médica, existia ainda a faculdade de farmácia em Ouro Preto, cujo funcionamento datava desde 1839.

A *Academia Real Militar*, fundada no Rio de Janeiro em 1810, era frequentada por civis e militares que buscavam aprender as ciências exatas. Em 1858, após algumas reformas, a instituição foi dividida em *Escola Central*, oferecendo os cursos de Engenharia Civil²⁸ e Engenharia Geográfica; e *Escola Militar e de Aplicação do Exército*, que passou então a formar homens para a infantaria, artilharia e engenharia militar. A partir da *Escola Central* criou-se a *Escola Politécnica* em 1874, incumbida de formar quatro tipos de engenheiros – civil, industrial, de minas, geógrafo – e os bacharéis, que se tornavam professores de Química, Matemática e Física nas instituições de ensino secundário (CUNHA, 2007). Ainda na área de exatas, começou a funcionar em 1876 a *Escola de Minas*, em Ouro Preto, visando desenvolver o estudo das riquezas minerais do Brasil por meio da formação de agrimensores e engenheiros de minas.

Para a área jurídica, em 1827, foram instituídos dois cursos superiores. Um em São Paulo e outro em Olinda, sendo esse último posteriormente transferido para Recife. Ambas, em 1854, foram transformadas em faculdades de Direito. Após cinco anos de estudo, os alunos recebiam o grau de bacharel ou de doutor, se desejassem defender teses públicas.

²⁸ De acordo com Luiz Antônio da Cunha (2007, p. 150), o termo “civil”, como é empregado atualmente, passou a ser utilizado a partir do século XX. Antes, o termo era utilizado apenas para se diferenciar dos alunos militares, pois a engenharia do período era essencialmente voltada para a guerra.

O ensino da Agricultura também foi pensado para o Brasil. Desde 1812 foi instituído o curso com duração de dois anos na Bahia, que serviria de exemplo para as outras capitânicas. Durante o período imperial, há menção de várias instituições espalhadas pelo país para o ensino superior em Agronomia, entre elas destacam-se as localizadas nas províncias da Bahia²⁹, instituída em 1875, e no Rio Grande do Sul, em 1883³⁰.

Convém destacar ainda o *Colégio Pedro II*, que fornecia o título de bacharel em Letras para aqueles alunos que completassem os sete anos de estudo, que compunha o seu extenso currículo.

Até o final do marco temporal aqui analisado, ergueram-se ainda importantes instituições superiores como a *Faculdade Livre de Direito* e a *Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais*, ambas no Rio de Janeiro em 1891, que se tornaram a *Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro* na década de 1920 (PAIM, 1982).

Os cursos citados anteriormente tiveram longa duração e foram a origem de muitas das atuais universidades federais brasileiras. Luiz Antônio da Cunha (2007, p. 106) argumenta que vários outros cursos com o grau de superior foram criados após a transferência da Metrópole para o Brasil, mas “tiveram vida curta, apesar da importância cultural, política e econômica”. São os casos da cadeira de *Economia Política* (1808) e do *Imperial Academia de Belas-Artes* (1824), criada para desenvolver o ofício de marcenaria e da arquitetura, ambos no Rio de Janeiro. Em 1817, instituiu-se a cadeira de *Química* na Bahia e a de *História* em Ouro Preto, que deveria também ensinar *Desenho Técnico*. Para lecionar Música, foram estabelecidas escolas na Bahia (1818) e no Rio de Janeiro (1841) e, em Pernambuco, foi criado o curso de *Matemática Superior* (1889).

Como demonstrado, até a virada do século, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente. Seguiu o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas e visava garantir diploma profissional com direito a exercer privilegiadas funções em um mercado de trabalho restrito, além de garantir glória social, já que esse nível educacional se destinava aos jovens herdeiros das elites. O diploma universitário era virtual requisito para ocupar cargo político no império brasileiro (LOVE; BARICKMAN, 2006).

²⁹ Originou-se do “Imperial Instituto Baiano de Agricultura”, criado em 1859. Cf.: IMPERIAL ESCOLA AGRÍCOLA DA BAHIA. In: *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em: <<https://bit.ly/2y9Bwim>>. Acesso em janeiro de 2018.

³⁰ Surgiu com a função de, por meio da ciência, melhorar as raças e a economia agrícola, além de produzir vacinas para todo o império. Cf.: IMPERIAL ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA E DE AGRICULTURA PRÁTICA. In: *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em: <<https://bit.ly/2MiyKua>>. Acesso em janeiro de 2018.

Roderick Barman e Jean Barman (1976), ao analisar os integrantes da política imperial brasileira, argumentam que a primeira característica de um membro da elite era a alfabetização, pois ser letrado já configurava diferenciação em uma sociedade basicamente analfabeta. Assim, no período colonial, a educação, principalmente, o bacharelado, abria as portas da “boa sociedade”. A criação das faculdades em território nacional e o crescente número de titulados nas escolas de direito oitocentistas tornaram o recrutamento para os cargos políticos mais rigoroso. No entanto, a ocupação dos empregos públicos mantinha-se estreitamente vinculada às ligações parentais e redes de influência. O movimento republicano, formado por jovens graduados e desempregados da década de 1870, foi alimentado justamente pela desilusão que a falta de reconhecimento e de emprego dignos dentro do ciclo político imperial trouxe com o crescente número de advogados e os escassos cargos disponíveis. Poucos conseguiam adentrar a elite e os empregos como profissionais liberais não era o objetivo principal, a partir de então começaram as exigências de modificações nas estruturas de acesso aos altos cargos sociais do império.

Segundo Cynthia Greive Veiga (2007, p. 186), o ensino secundário funcionava como ponte de passagem para os exames de ingresso nas faculdades, pois para estudar nessas instituições, os jovens cidadãos tinham que obter a aprovação nos testes de aptidão intelectual. Essa preparação poderia ocorrer por variadas formas de estudo: em casa, com professor particular, cursando aulas avulsas, seguindo o cronograma de estudos nos colégios públicos ou particulares de ensino regular.

Desde 1808, os exames preparatórios eram realizados nos estabelecimentos de ensino superior e caberia aos alunos procurarem a instituição desejada para realizar a prova. A partir de 1837, para alavancar a matrícula no colégio secundário da corte (Dom Pedro II), foi decretado que todos os alunos, que alcançassem o grau de bacharelado na instituição, poderiam se matricular em qualquer curso superior sem necessidade de exames complementares.

Para facilitar o acesso dos estudantes às faculdades, o governo central passou, então, a realizar várias modificações: os exames preparatórios foram transferidos para a Corte e eram realizados perante uma junta especial. Depois coube às províncias organizarem a junta em suas capitais³¹; o prazo de validade da aprovação nos exames passou a ser de dois anos e depois permanente; e as provas foram parceladas, permitindo-se realizar os exames de cada matéria no tempo e no

³¹ O Decreto 5.249 de 2 de outubro de 1873, expedido pelo Ministro João Alfredo, instituiu mesas gerais de exames nas províncias que não tinham faculdades para facilitar o acesso ao ensino superior, visto que a partir desse momento os discentes não precisariam se deslocar até ao Rio de Janeiro para realizar os exames obrigatórios (HAIDAR, 2008, p. 62).

lugar mais conveniente para os candidatos (CUNHA, 2003, p. 155). Com essas modificações, o governo pretendeu facilitar a entrada dos alunos ao grau superior de ensino, no entanto, todas essas alterações foram desastrosas para o já prejudicado ensino secundário regular, que sofreu cada vez mais com a falta de alunos, visto que as provas poderiam ser feitas a qualquer tempo e não necessitavam do diploma de ensino regular.

No período imperial brasileiro, os testes preparatórios para as faculdades tinham como premissa desenvolver o espírito e o caráter dos jovens alunos (HAIDAR, 2008, p. 78). Mas não cumpriram com a missão atribuída, já que essas avaliações apenas forneciam conhecimentos imediatamente necessários à realização dos cursos superiores, incentivando os estudos irregulares e reduzindo o preparo básico dos candidatos aos cursos superiores. As províncias se limitaram a ministrar nos colégios e nas aulas avulsas as disciplinas fixadas nos estatutos dos cursos superiores para admissão de matrícula, enquanto algumas outras disciplinas não cobradas nos exames sofriam com a falta de alunos ou nem eram ofertadas.

Podemos dizer, portanto, que a função atribuída aos estudos secundários, encarados no Império quase que exclusivamente como canais de acesso aos cursos superiores, reduziu-se aos exames preparatórios exigidos para a matrícula nas faculdades. Consubstanciando os requisitos mínimos necessários ao ingresso nos estudos maiores, os conhecimentos requeridos nos exames de preparatórios constituíram o padrão ao qual os estabelecimentos provinciais e particulares de ensino secundário procuraram se ajustar. Por outro lado, os reflexos das disposições do governo central relativas aos exames foram de tal modo decisivos, que os estudos das vicissitudes por que passaram os famosos exames parcelados constitui um dos mais importantes capítulos da história do nosso ensino secundário.

Em outra discussão, entre os deputados tentaram sanar os problemas do ensino secundário regular, equiparando as instituições secundárias provinciais ao Colégio D. Pedro II, permitindo ao governo central conceder auxílio financeiro a essas escolas que não estavam sob responsabilidade direta do império³². De acordo com Haidar (2008, p.39), muitos políticos, embora não fosse consenso, desejavam a participação do poder imperial no ensino público como meio possível para erradicar os problemas. Alguns, no entanto, eram contrários por acreditar que desfalaria os cofres públicos.

³² A ideia fez parte do projeto apresentado por João Alfredo em 1874 (art. 1º 12, IV), mas que só entrou em debate na Câmara dos Deputados no ano seguinte.

Mas nem todos os quesitos passaram por reformas, os conteúdos cobrados nos exames preparatórios, por exemplo, sofreram poucas modificações e continuaram com a predominância do ensino humanístico e literário. Somente em 1884, as faculdades de Medicina passaram a examinar a fluência dos candidatos na língua alemã e as noções de ciências físicas e naturais. Em relação aos cursos de Direito, incluíram-se a Álgebra, a partir de 1882, e o português, que se tornou obrigatório para todos os cursos superiores em 1870³³.

Mesmo com a reforma constitucional de 1834 e a descentralização do ensino, o governo central não abriu mão de influenciar esse nível ao estabelecer que os exames admissionais para as faculdades fossem de responsabilidade do poder central. Além disso, os colégios espalhados pelo território nacional eram a reprodução das disciplinas cobradas nesses testes. Assim, indiretamente, o poder imperial nunca deixou de controlar o nível secundário de ensino. Para Haidar (2008, p. 22), a exigência de aprovação nos exames preparatórios configurou-se no grande empecilho para o desenvolvimento dos estudos secundários, pois a conclusão dos estudos regulares nas escolas não era o suficiente para adentrar as faculdades. Ao exigir testes de proficiência, o governo central relegou os estabelecimentos provinciais a escassez de corpo discente, pois os alunos optavam por estudar nas províncias onde já existiam faculdades ou, quando conseguiam a aprovação dos testes preparatórios, abandonavam o ensino regular.

1.6. NOTAS DE CONCLUSÃO

Do exposto, nota-se a decisiva influência francesa na organização educacional brasileira no século XIX. Observa-se que o ensino secundário, tema desta dissertação, acompanhou em boa medida o sistema de ensino desse nível na França. Desde a nomenclatura da designação da instituição responsável pela instrução à organização curricular e aos materiais didáticos, é possível verificar que os dirigentes do Brasil oitocentista buscaram em terras francesas os elementos basilares para a edificação de um ensino secundário que, assim como na França, almejava alçar a juventude do novo país às cadeiras universitárias. De certo modo, porém, parece que o sistema não mobilizou a sociedade e restringiu-se à função suplementar de ingresso nas faculdades. Observa-se, do conjunto das informações, o ensino superior como

³³ O Decreto n. 9.311 de 25 de outubro de 1884, que entrou em vigor dois anos depois, estabelecia como conteúdo para os exames preparatórios de medicina: português, latim, francês, inglês, alemão, filosofia, história, geografia, aritmética álgebra, geometria, trigonometria retilínea e elementos de física, química e história natural. O Decreto n. 9.360 de 17 de janeiro de 1885, definiu para os cursos jurídicos, que português, latim, francês, inglês, alemão, italiano, aritmética, álgebra, geometria, geografia, história, filosofia, poética, elementos de física, química, botânica e zoologia deveriam ser avaliados nas provas preparatórias.

espaço privilegiado nas políticas públicas de educação no Império, ao ponto de tornar irrelevante as escolas secundárias. Observando a estruturação do Atheneu na província do Espírito Santo, torna-se relevante discutir a implantação do ensino secundário entre os capixabas. Trata-se de verificar como essas determinações governamentais se desenvolveram em nível provincial. No Espírito Santo, o Atheneu existiu entre os anos de 1873 e 1892, quando foi extinto pelo então Presidente de Estado José de Mello Carvalho Muniz Freire. Conhecer seu funcionamento, o perfil de seus docentes e o cotidiano escolar poderá lançar luz no importante debate sobre a difícil trajetória da educação brasileira, que só em história recente venceu as altas taxas de analfabetismo, mas com qualidade ainda muito duvidosa.

CAPÍTULO 2. PANTHEON DAS VICTORIAS LITTERARIAS DA MOCIDADE: O ATHENEU PROVINCIAL DO ESPÍRITO SANTO

Neste capítulo, objetivou-se mensurar a importância do Atheneu no cotidiano capixaba, pois se tratava da escola responsável pelo ensino secundário na capital da província do Espírito Santo entre os anos de 1873 e 1892. Utilizou-se como fonte os jornais em circulação durante seu funcionamento na cidade de Vitória. Os impressos forneceram material para discutir o cotidiano em torno da organização do Atheneu provincial, sua formatação, seu funcionamento, bem como o público discente e o corpo docente que fizeram parte da sua história. Para a pesquisa empírica, foi consultado o acervo digital de periódicos da Biblioteca Nacional. No tocante ao Espírito Santo, 15 jornais fizeram referência ao colégio em suas páginas, durante o seu funcionamento. As notícias veiculadas nos impressos, os ofícios e correspondências oficiais constituíram a base documental para a pesquisa empírica deste capítulo:

Quadro 4 – Lista dos periódicos do Espírito Santo analisados (1872-1892)

N.	Periódicos	Anos
1	A Actualidade: órgão do Partido Liberal	1878
2	A Folha da Victoria	1883-1888
3	A Província do Espírito-Santo: jornal consagrado aos interesses provinciais filiado à escola liberal	1882-1889
4	Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província do Espírito-Santo	1884-1889
5	Commercio do Espírito Santo	1892
6	Diário do Espírito-Santo: Ordem e Progresso	1889
7	Lúcifer: Órgão do Povo	1884
8	O Cachoeirano: órgão do povo – columnas francas a todas as intelligencias	1877-1892
9	O Constitucional: Órgão do Partido Conservador	1885-1889
10	O Espírito Santense	1873-1889
11	O Estado do Espírito-Santo: Ordem e Progresso	1890-1892
12	O Estandarte: Jornal Político, Literario e Noticioso	1873
13	O Horizonte	1880-1885
14	O Liberal	1885
15	Sete de Setembro	1878

Fonte: Site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: setembro de 2018.

Durante os 19 anos de existência do Atheneu, as publicações versaram desde mensagens oficiais e legislação específica, até avisos gerais sobre o expediente escolar e matérias de cunho dissertativo sobre a instituição. Nas seções de *Publicações a Pedido*, encontram-se frequentes cartas publicadas dos leitores com relatos sobre os acontecimentos do ano escolar como festas, lançamento de livros e jornais estudantis. De caráter mais informativo e burocrático, os jornais continham, em geral, a seção *Oficial*, onde se acompanhou a abertura de editais para concurso de professores, convocação para matrícula dos alunos, comunicados referentes aos afastamentos e contratações dos lentes, bem como o orçamento reservado a instrução pública. Na parte dos periódicos destinada à *Assembleia Provincial*³⁴, encontram-se os debates desenvolvidos pelos legisladores sobre a aprovação de leis, as despesas do colégio e a formatação do currículo, como criação ou extinção de cadeiras.

2.1. DONATIVOS DESTINADOS À IMPORTANTE MISSÃO

Até inícios da década de 1880, a província capixaba não tinha edifício próprio que pudesse abrigar a Secretaria de Instrução Pública e a escola secundária masculina. Dessa forma, a solução adotada pelo governo foi a locação de imóvel destinado ao funcionamento da escola. No início de 1870, durante o governo provincial de Francisco Ferreira Correia, nota-se o princípio do esforço de construção da sede para abrigar o futuro Atheneu.

Nos jornais *Correio da Victória* (1871, ed. 26, p. 3) e *O Espírito Santense* (1871, ed. 45, p. 3), consta que uma das ações foi organizar uma comissão de arrecadação para agenciar os donativos da construção. Coube ao Presidente da Província, a nomeação dos integrantes do grupo, que se reuniram em 23 de março de 1871, na casa do diretor de Instrução Pública, Dr. Francisco de Sousa Cirne Lima. Ao final do encontro, por indicação de Manoel Feliciano Muniz Freire, foi definido que três comissões formadas exclusivamente por mulheres seriam responsáveis pela arrecadação de doações pela cidade, as chamadas Comissões de Senhoras. No total, os grupos eram formados por 24 senhoras, que ficaram com a atribuição de saírem com bolsas para arrecadar esmolas em locais e datas pré-determinadas. O primeiro grupo seria responsável por angariar fundos na porta da Igreja e outros lugares durante as festividades de Nossa Senhora da Penha, que ocorreria no dia de 17 de abril daquele ano. Para o segundo e terceiro grupo, determinou-se que no domingo, 9 de abril de 1871, das 16 horas em diante, as

³⁴ Após o advento da República, ao *Congresso Legislativo*.

“senhoras” seguiriam pelas direções norte e sul da Igreja Matriz arrecadando os donativos. A lista das mulheres que participaram das comissões pode ser visualizada abaixo.

Quadro 5 – Comissões de senhoras designadas para angariar fundos à instrução pública (1871)

Comissão	Local de arrecadação	Integrantes
Primeira	Festa de Nossa Senhora da Penha, na porta da Igreja Matriz e outros lugares.	Nicéa Maria Pereira Corrêa, Rita da C. Rodrigues, Cândida C. Cirne Lima, Anna Sampaio Monjardim, Emília F. de Sant’Anna Lopez, Leonor de M. E. Cunha, Aurea R. d’Almeida.
Segunda	Da frente da Igreja Matriz, seguindo em direção à rua Professor Baltazar e adjacentes.	Cândida R. da Rocha, Maria dos P. R. Sampaio, Maria da C. Vidigal, Amália A. N. F. Netto, Joaquina Pessoa de Vasconcellos, Izabel Maria de Alvarenga Santos, Anna Sampaio Monjardim, Maria F. de Azambuja, Beatriz Coutinho Araújo Mascarenhas.
Terceira	Da frente da Igreja Matriz, seguindo em direção a Ladeira da Matriz e adjacências.	Mariana L. de F. Carvalho, Emília Ayres do Carmo Braga, Victoria da P. Antunes, Luiza Gonçalves Netto, Guilhermina de Souto Pinho Gonçalves, Maria Nunes V. Maciel, Dalmácia Monjardim, Senhorinha E. R. Cabral, Leticia Monjardim.

Fonte: *Correio da Victoria*, 1871, ed. 26, p. 3; *O Espírito Santense*, 1871, ed. 45, p. 3.

Interessante é perceber que a estratégia adotada visava lugares de ampla circulação dos moradores da capital e seus arredores. A Festa de Nossa Senhora da Penha, realizada na vila do Espírito Santo, localidade vizinha de Vitória, constituía-se em uma das maiores festividades religiosas da província e da qual participavam inúmeros fiéis (BONICENHA, 2004). As comemorações relacionadas aos dias santos faziam parte do cotidiano capixaba oitocentista, raros eram os finais de semana que não contavam com procissões e encenações de teatro na capital e suas redondezas (BASTOS, 2009, p. 79). Da mesma forma, a igreja aos domingos, por ocasião da celebração das missas, transformava-se em espaço para onde grande parte dos

moradores se dirigia. Tornava-se, portanto, ambiente favorável para atingir o maior número possível de pessoas e, conseqüentemente, de ofertas.

Pelo registro do nome completo de alguns participantes na lista de donativos, é possível verificar a presença de membros da elite capixaba na construção do Atheneu e seu interesse no desenvolvimento da instrução pública secundária na província. Identificamos que três senhoras, entre aquelas que compunham as comissões de arrecadação, foram integrantes da *Associação Libertadora Domingos Martins*, fundada em 1883 por Jose de Mello Carvalho Muniz Freire e Affonso Cláudio de Freitas Rosa, dois intelectuais com destacada atuação política na província. De acordo com Karolina Fernandes Rocha (2016, p. 73-76), a associação tinha como meta extinguir o trabalho escravo e valorizava a participação das mulheres no empreendimento, pois a “abolição tratava-se de uma causa humanitária”, tarefa que exigia sentimentos e emoções, características tidas como femininas à época. Para tanto, os associados promoviam conferências públicas e arrecadações de donativos para o pagamento das cartas de alforria. Izabel Maria de Alvarenga Santos, senhora integrante da Segunda Comissão apontada no Quadro 5, entrou para a *Libertadora* no primeiro ano de seu funcionamento e fora responsável, junto com outras mulheres, por angariar doações em espécie e mimos para a quermesse. Já Aurea Ribeiro D’Almeida e Guilhermina de Souto Pinho Gonçalves, tornaram-se membros do grupo a partir de 1884.

Entre as “senhoras”, destacamos, ainda, Mariana Leopoldina de Freitas Carvalho, dirigente e professora do ensino primário, de música e piano do Colégio Nossa Senhora da Penha, destinado à instrução primária e secundária do sexo feminino, entre 1870 a 1873;³⁵ Joaquina Pessoa de Vasconcellos, esposa de José Marcellino Pereira de Vasconcelos, prestigiado político e jurisconsulto da província e mãe do futuro governante do Espírito Santo;³⁶ além das filhas de Alpheo Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida, o Barão de Monjardim, as “senhoras” Dalmácia, Anna e Letícia Monjardim.³⁷ Por meio do jornal *Correio da Victoria* (1871, ed. 1, p.

³⁵ APEES. Fala ..., 10 de setembro de 1873, p. 26.

³⁶ *A Província do Espírito Santo*, 1883, ed. 226, p. 2. Joaquina era mãe de José Marcellino Pessoa de Vasconcellos, Presidente do Espírito Santo entre 1898-1900 e deputado federal pelo mesmo estado entre 1900-1902.

³⁷ *A Província do Espírito Santo*, 1882, ed. 12, p. 2.

4), foi possível identificar também que Maria Nunes Vieira Maciel³⁸, Luiza Gonçalves Netto³⁹ e Cândida C. Cirne Lima⁴⁰ eram esposas de importantes figuras públicas capixabas.

Maria de Lourdes Viana Lyra (2006) argumenta que, nos últimos anos do Império brasileiro, a mulher ainda enfrentava intensa resistência masculina quanto a sua participação no mundo político, já que a sociedade do Oitocentos via a presença feminina restrita aos cuidados domésticos e familiares. A saída encontrada, por algumas mulheres que desejavam ser mais atuantes, foi a organização de sociedade filantrópicas, com o objetivo de ajudar os mais necessitados. Karolina Rocha (2016, p. 55-68) explica que o trabalho social exigia características tidas pela sociedade como feminil: cristandade, fraternidade e amor ao próximo. Nada mais sensato do que relegar às mulheres a missão de obter recursos com o trabalho filantrópico, pois elas, com sua “docilidade”, conseguiriam “convencer e apaixonar o público” para as causas que cooperavam.

Ao analisar a atuação de mulheres no movimento abolicionista espírito-santense em fins do Dezenove, Rocha (2016, p. 83) esclarece, ainda, que esposas e irmãs dos dirigentes tinham intensa participação nas atividades voltadas à abolição da escravidão. Embora a atuação pública das mulheres se concentrasse na arrecadação de donativos, organização de saraus literários e aquisição de brindes, tais ações estavam longe de serem consideradas apolíticas. Mesmo que a iniciativa de pedir contribuições para a instrução pública parecesse, ao que tudo indica, não ter partido das “senhoras” capixabas, é inegável a postura assumida por essas mulheres e o empenho pela causa da instrução pública na província.

Pelas notícias da empreitada das comissões das “senhoras”, denota-se o efeito positivo da tarefa de arrecadação. Alguns dias depois, o jornal *Correio da Victoria* publicou que o saldo de doações na Festa de Nossa Senhora da Penha foi de 285\$000 réis e que esse ato, apesar de sofrer ataques de opositoristas,⁴¹ era a prova da “generosidade do povo espírito-santense”, com o qual o governo poderia contar para a conclusão da obra (*Correio da Victoria*, 1871, ed. 31, p. 4). Além da quantia monetária, serviços de escravos também foram oferecidos por prestigiosos cidadãos da capital, como se vê do excerto abaixo:

³⁸ Esposa de Deolindo José Vieira Maciel, que foi juiz e diretor da instrução pública e do Colégio Espírito Santo (*O Espírito Santense*, 1872, ed. 150, p. 2).

³⁹ Esposa de Manoel Pinto Netto, comerciante responsável pela iluminação pública de Vitória (*Jornal da Victória*, 1868, ed. 469, p. 1).

⁴⁰ Esposa de Francisco de Souza Cirne Lima, diretor da instrução pública na época e juiz da província capixaba (*A Folha da Victória*, 1883, ed. 41, p. 4).

⁴¹ O periódico *Correio da Victoria* (1871, ed. 31, p. 4) cita uma nota escrita por um correspondente e publicada no *Jornal do Commercio*, que censurava tais atos de doação, entretanto não localizamos nenhuma referência das citadas doações em jornais com este nome.

Donativos em favor da instrução pública – A comissão de senhoras que no dia 17 do corrente agenciou donativos para a edificação de casas para escolas arrecadou, segundo novamente informam, 285\$000 rs. Além dessa quantia, ofereceram mais os serviços dos seus escravos, pedreiros e carpinteiros, os Srs. Capitão João Chisostomo de Carvalho, Gonçalo de Amorim e Machado, e agente da companhia de vapores José Francisco Ribeiro. À comissão central também subscreveram, com 100\$000 rs cada um, os Srs. Coronel Comandante superior Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, Reverendo Padre Joaquim de Santa Maria Magdalena Duarte, Dr. Juiz de direito Francisco de Souza Cirne Lima e Dr. Manoel Feliciano Muniz Freire (*Correio da Victoria*, 1871, ed. 31, p. 4).

Da publicação, nota-se também o relevo dado a alguns doadores, cujos nomes figuravam no jornal. Possivelmente se tratava das contribuições mais elevadas, daí o destaque para esses cidadãos. Entre eles, sublinha-se a presença de José Marcellino Pereira de Vasconcellos, Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, Padre Joaquim de Santa Maria Magdalena Duarte e João Crisóstomo de Carvalho. José Vasconcelos foi importante advogado, político e intelectual capixaba do século XIX (DAEMON, 2010, p. 18). Na esfera política, ocupou cargos de vereador, juiz de paz, deputado provincial e geral. No âmbito intelectual, foi jurista e publicou diversos manuais de direito,⁴² além de livros de poesias e, também, sobre a história da província, como o famoso *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito* (1858). Assim como Vasconcellos, Manoel Mascarenhas também atuou na política, sendo um dos chefes do partido conservador da província (DAEMON, 2010, p. 45). Além disso, também foi deputado provincial nas legislaturas de 1870 a 1873 e Vice-Presidente da província por vários mandatos. Mascarenhas foi, ainda, proprietário do jornal *O Espírito Santense* durante o ano 1872. Deve-se também mencionar que ele fora o primeiro diretor do Atheneu Provincial (DAEMON, 2010, p. 445; 463).

O Padre Duarte também teve intensa participação política na província: eleito deputado provincial por alguns mandatos e Inspetor de Instrução Pública, além de vigário da capital e outras localidades da região. Duarte foi dono de escravos, casas e terrenos em Vitória (*Correio da Victoria*, 1849, ed. 47, p. 4), teve condições financeiras para auxiliar a *Santa Casa de Misericórdia (O Cachoeirano*, 1888, ed. 44, p. 2), figurando como um dos beneméritos da instituição (DAEMON, 2010, p. 551 - 569). Outro importante doador digno de nota foi João Crisóstomo de Carvalho. De nacionalidade portuguesa, veio ainda jovem para o Brasil, onde se dedicou às atividades comerciais⁴³ e, posteriormente, ocupou os cargos de vereador e juiz de paz da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, além de deputado provincial por seis mandatos.

⁴² Sobre os manuais de direito publicados por José Marcellino Pereira de Vasconcellos, a lista completa pode ser acessada em: <<http://opiniodoctorum.ufes.br>>. Acesso em: agosto de 2018.

⁴³ Kátia Sausen da Motta (2018, p. 148), ao analisar o inventário de Dona Antônia Jacintha Ribeiro, esposa de Crisóstomo, constatou que o casal possuía 17 escravos, uma chácara e duas casas de morada.

É importante destacar ainda sua atuação social na irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos ao organizar festas dedicadas a São Benedito e à manutenção financeira da banda de música que alegrava a cerimônia (MOTTA, 2018, p. 147-149).

No ano seguinte ao início das arrecadações, o *Correio da Victoria* noticiou que os cofres públicos já contavam com 2:427\$440 réis de donativos “destinados à importante missão” de construção da escola secundária em Vitória (*Correio da Victoria*, 1872, ed. 48, p. 3). Com efeito, o esforço para a edificação do prédio e a participação dos moradores em tal tarefa eram veiculados na imprensa. Em 1873, consta no jornal *O Espírito Santense* que o Alferes Francisco da Rocha Tagarro doou dez dúzias de tábuas de pinho como material para o forro das salas de aulas (*O Espírito Santense*, 1873, ed. 166, p. 2). Neste mesmo ano, o Capitão José Ribeiro Coelho cederia seu navio para o transporte do material necessário para a obra que precisasse vir de outra localidade (*O Espírito Santense*, 1873, ed. 230, p. 3). Assim, como a construção do edifício contou com doações para sua efetivação, a causa da instrução pública suscitava constante doações. Em 1873, o *Espírito Santense* publicou que José Ribeiro Coelho também cedeu ao Ateneu Provincial “uma primorosa coleção de mapas geográficos, contendo a descrição das cinco partes do mundo” (*O Espírito Santense*, 1873, ed. 230, p. 3). O material, segundo a notícia, auxiliaria a aula de geografia. O impresso ressaltava ainda a gratidão pública ao tenente pelo seu devotamente à causa da instrução pública. As doações direcionadas à construção de escolas espalhadas pela província parecia se constituir em prática comum entre os capixabas. O próprio Ribeiro Coelho cederia, em outra oportunidade, 2:000\$000 réis para a construção de escolas em território capixaba (*O Espírito Santense*, 1871, ed. 60, p. 1). Localizaram-se, por exemplo, as doações do senador da província, José Martins da Cruz Jobim, que ofereceu a quantia de 300\$000 réis e do deputado provincial e jurista, Misael Ferreira Penna, que ofertou a soma de 1:000\$000 réis (*O Espírito Santense*, 1875, ed. 156, p. 1 e 1876, ed. 51, p. 3).

Durante o período de construção do edifício do Atheneu, nota-se também o empenho de professores da região para que a obra fosse concretizada. É o caso, por exemplo, do professor de francês Sr. Ignacio dos Santos Pinto, que ofereceu 416\$600 proveniente dos seus vencimentos para a referida obra. Valor considerável, tendo em vista que um professor desse nível educacional na época recebia cerca de 1:000\$000 anuais (*O Espírito Santense*, 1873, ed. 298, p. 2). A generosidade do professor foi, inclusive, ressaltada pelo governo provincial, como se vê a seguir:

Pálidas seriam todas as frases que pudéssemos empregar para louvar o procedimento do digno lente de francês do Colégio Nossa Senhora da Penha, o Sr. Ignacio dos Santos Pinto, oferecendo metade do respectivo ordenado para as obras do edifício da instrução pública, recebendo a outra metade a título de gratificação (APEES. Ofícios recebidos pelo Inspetor Geral da Instrução Pública. Fundo de Educação. Caixa 6B).

Espetáculos culturais também contribuíram para as obras do Atheneu. Foi o caso do espetáculo circense organizado pela companhia *Grande Circo Penna & Bastos* (*O Espírito Santense*, 1877, ed. 128, p. 4). No jornal, fora noticiado o convite ao público da capital para concorrer ao evento, cujo valor do bilhete de entrada seria revertido em benefício da construção da nova escola. Em relatório de governo, Affonso Peixoto de Abreu Lima⁴⁴ comunicou que o espetáculo produziu a quantia de 100\$000 réis, valor que foi recolhido aos cofres do Tesouro Provincial para ter a conveniente aplicação (Relatório..., em 19 de fevereiro de 1878).

Figura 1 – Anúncio de espetáculo circense beneficente (1877)



Fonte: *O Espírito Santense*, 1877, ed. 128, p. 4.

Quanto ao terreno que abrigou a escola secundária da província, há informação no livro *100 anos: Escola Maria Ortiz* (1992), organizado pela Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo, que o local foi recebido por meio de doação da família Silva Cabral. O terreno estava situado nas redondezas do Palácio do Governo e a condição para a doação consistia que ele fosse aproveitado unicamente para a área educacional, pois de outra forma seria devolvido aos

⁴⁴ Foi Presidente de Província entre 1877-1878.

herdeiros. No entanto, no jornal *Correio da Victoria* (1872, ed. 33, p. 3), de 21 de março de 1872, encontramos o pedido de compra do referido terreno, feito pelo governo. O local desejado, segundo o Inspetor Provincial, era apropriado para abrigar a casa da instrução pública e pertencia a José da Silva Cabral, Antônio Ribeiro de Atahyde Seraphim e a “viúva do Sr. Silveira”. O indicativo de compra foi publicado na seção *Oficial* do periódico e pedia aos proprietários que fornecessem as medidas do referido terreno e que tivessem “espírito patriótico” ao anunciar o valor da venda, cobrando um preço razoável, visto a obra ser de utilidade pública. O mesmo jornal publicou, alguns dias depois, a resposta do Sr. Silva Cabral observando que a quantia solicitada fora de 200\$000 réis para cada proprietário (*Correio da Victoria*, 1872, ed. 58, p. 2). O próprio Presidente da Província na época, Francisco Ferreira Correia, solicitou que se obtivesse urgentemente a resposta dos outros proprietários e que, caso eles concordassem, o dinheiro para a aquisição seria retirado do montante arrecadado com doações. Não é possível afirmar se o terreno foi doado ou adquirido pelo governo local. Mas, de acordo com as memórias de Daemon (2010, p. 460), a construção do colégio fora iniciada por João Thomé da Silva e perdurou até o mandato de Eliseu Souza Martins, em 1880.⁴⁵

Em sua fala dirigida à Assembleia Legislativa em 1873, explicando sobre o regulamento que criou o Atheneu e fez a reforma educacional no Espírito Santo, o Presidente da Província, João Thomé da Silva, argumentou que encontrou a instrução pública em precárias condições (APEES. Fala ..., em maio de 1873). Assim, a autoridade provincial postulava a necessidade de modificação que, ao seu ver, estava baseada nas seguintes ideias: criar “condição de todo verdadeiro progresso” e o fato de que o Brasil se encontrava em grande “esforço no patriótico empenho de expandir a instrução”. Na visão de Silva, as reformas na legislação, no sistema de ensino primário e secundário e do professorado eram necessárias para erguer a condição intelectual da região.

Para elevar o nível educacional, João Thomé da Silva, em seu discurso proferido no início das obras do edifício do Atheneu, em 1873, expressou que a construção foi orçada em 22:000\$980 réis. O Presidente da Província ressaltou que o montante fora recebido de doações: 10:000\$000 (APEES. Fala ..., em maio de 1873). Isto é, metade do valor previsto para as obras caracterizou-se de fundo privado, originado de arrecadações dos moradores da província. Do valor contabilizado, denota-se, portanto, a intensa mobilização da sociedade em prol da implementação do ensino secundário formal na província.

⁴⁵ Governou a província entre 7 de março de 1879 a 19 de julho de 1880.

Sendo a obra para a construção da sede de longo prazo e a reforma da instrução pública secundária urgente, as aulas do Atheneu Provincial tiveram início no dia 23 de fevereiro de 1873, em prédio alugado. O início do ano letivo ocorreu sob a direção do coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas (APEES. Relatório ..., em 5 de outubro de 1886).

Em 25 de março daquele ano, às 17 horas, foi inaugurado solenemente o Atheneu Provincial na capital de Vitória, ainda que em edifício provisório. A cerimônia de abertura foi digna de nota do memorialista Basílio Daemon que registrou o acontecimento, observando a presença do inspetor geral da Instrução Pública, o bacharel Joaquim José Fernandes Maciel, o Presidente da Província, João Tomé da Silva, além de todos os lentes e elevado número de famílias da capital:

[...] todas as autoridades e funcionários públicos e diversos cidadãos sem distinção de cores políticas, tocando uma banda de música na ocasião e dissertando sobre o magno assunto e recitando algumas poesias o bacharel Manoel Godofredo de Alencastro Autran, bacharel José Feliciano de Noronha Feital, Dr. Garcez, bacharel Schimid da Cunha e outros (DAEMON, 2010, p. 460).

No primeiro momento, o Atheneu foi instalado no prédio alugado na Rua da Matriz (atual Rua Pedro Palácio), um dos logradouros mais movimentados da capital capixaba (BASTOS, 2009, p. 169-178). O edifício pertencia à rica família da D. Anna da Fraga Ribeiro, viúva do capitão José Ribeiro Coelho, que, de acordo com os despachos governamentais publicados nos jornais analisados, possuía escravos, terrenos, casas e sítios na capital capixaba (*O Espírito Santense*, 1873, ed. 308, p. 3). Como se mencionou anteriormente, fora Ribeiro Coelho um dos doadores para a construção da sede definitiva da escola. Não foi localizado até que período o colégio ficou instalado no edifício da família Coelho Ribeiro, mas identificou-se que, em 25 de abril de 1878, Dona Anna pediu aumento de 50% no valor do aluguel pago pelo governo provincial. No entanto, o diretor da Inspeção de Instrução Pública sugeriu ao Presidente da Província que concedesse somente 20%, já que o órgão público foi responsável por diversos reparos e melhorias no imóvel alugado. Nesse sentido, também orientou que novo contrato fosse confeccionado para que o Atheneu funcionasse naquele estabelecimento até a conclusão das obras da sede definitiva (APEES, Fundo de Educação, L. 93). Ao que parece, o governo provincial não foi capaz de arcar com o respectivo aumento, já que Donna Anna Ribeiro fez pedido formal do pagamento dos aluguéis atrasados dos meses de abril, maio e junho daquele ano (*A Actualidade*, 1878, ed. 91, p. 2).

Apesar do desejo do governo em ter um prédio definitivo para a instituição secundária, a obra não tinha previsão para ser concluída, o que exigiu da administração provincial a mudança de localização do Atheneu. Em 26 de março de 1879, o diretor da Inspeção de Ensino anunciou

novo local capaz de abrigar satisfatoriamente o colégio. Tratava-se de um sobrado de dois pavimentos, localizado na Praça do Imperador, cuja frente dava para a rua Primeiro de Março, próximo ao Palácio do Governo (APEES, Fundo de Educação, L. 96). O proprietário do imóvel era Antônio Caetano de Sousa, e o novo aluguel custou aos cofres públicos o valor de 100\$000 réis mensais. Além do Atheneu, no local também fora estabelecida a Secretaria da Instrução Pública, além de servir como residência para o diretor do colégio e sua família.

Por meio de doações e participação governamental, a escola foi transferida para o seu local definitivo em 1880 (APEES. Relatório ..., 9 de março de 1880). O novo edifício localizava-se ao lado da sede do Governo Provincial. Em relatório de governo, o Presidente de Província, Eliseu de Sousa Martins, mencionou que as obras da instituição se encontravam paradas desde 1874 e, por isso, o prédio estava abandonado e ocupado por retirantes nordestinos. Segundo o Presidente, a ocupação causou danos na estrutura física do edifício. Em seu discurso relatou, ainda, que até aquele momento cerca de 30:000\$000 réis haviam sido gastos com a estrutura do novo imóvel, sendo 10:000\$000 réis provenientes dos cofres públicos. Argumentando que eram injustificáveis os gastos em face à realidade da construção, tendo em vista apenas a finalização das paredes e teto, o político solicitou a inspeção da obra inacabada por autoridade competente em 1879, no início de seu mandato. O engenheiro encarregado pelas obras públicas da província ficou responsável pela vistoria e elaborou relatório técnico sobre o assunto. Nele foi informado que o prédio ameaçava ruir, daí a urgência em retomar a obra para sua conclusão.

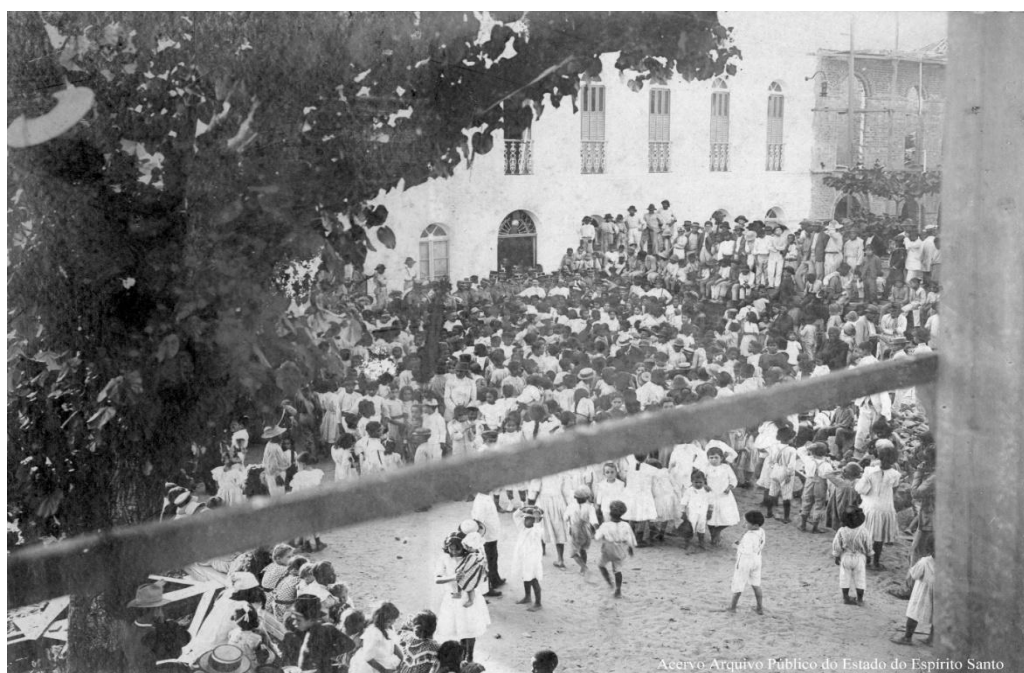
Com efeito, no ano seguinte, em 1880, a construção da sede definitiva do Atheneu fora concluída. Ao final do seu governo, Eliseu de Souza Martins entregou o novo edifício. O empreendimento tinha quatorze metros de largura e oito metros de altura sob vinte e quatro metros de comprimento, contendo nove janelas adornadas na sua fachada distribuídas em dois pavimentos. O imóvel contava com cinco salas espaçosas para as aulas diárias, uma sala destinada à direção, dois compartimentos para cômodo dos estudantes e porteiro, além de cozinha, dispensa e quarto para os criados. O imóvel abrigava ainda a Secretaria de Instrução Pública da Província e seu arquivo, a sala para as reuniões do Conselho Central e, por fim, a Biblioteca Pública (MARTINS, 1880, p. 6). Interessante é destacar que ao final do seu relatório de governo, o Presidente de Província registrou os agradecimentos aos cidadãos colaboradores da construção do Atheneu Provincial, destacando nominalmente o empenho e a generosidade de Jose Ribeiro Coelho e José da Silva Cabral. Apesar da inauguração recente do prédio, a imprensa já noticiava a necessidade de melhorias e reparos prediais poucos anos após a finalização da construção. Em 1884, por exemplo, a biblioteca foi transferida para imóvel em

frente ao colégio com o intuito do antigo espaço servir como sala de aula. A transferência foi ensejada pelo início da reforma do telhado que se encontrava danificado pelas inúmeras goteiras que atingiam quase todos os cômodos do andar superior (*O Horizonte*, 1884, ed. 53, p. 3). Quatro anos depois, em 1888, em virtude de outros reparos, as aulas da instituição chegaram a ser deslocadas para o paço da Assembleia Legislativa Provincial (*A Província do Espírito Santo*, 1888, ed. 1683, p. 3).

Construído e instalado em área nobre da capital da província, os prédios destinados a instrução pública indicam a importância dada ao setor educacional pelo governo. Para Cleonara Maria Schwartz (2004, p. 3), a implantação da escola secundária no território mais prestigiado de Vitória, ladeado pelas moradias das pessoas mais distintas da sociedade capixaba e dos órgãos que representavam o poder legislativo e executivo, demonstra que o colégio agia para projetar seu exemplo e influenciar a população na aquisição dos saberes escolares.

Apesar dos constantes apelos de reforma, o edifício permanente do Atheneu Provincial do Espírito Santo sempre abrigou importantes escolas secundárias da região. Nas imagens abaixo, pode-se observar a fachada e uma das salas de aulas da Escola Normal Pedro II, que devido às reformas governamentais substituiu o Atheneu Provincial, em 1892. Atualmente, encontra-se em funcionamento no edifício a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Ortiz.

Fotografia 1 – Pátio da Escola Normal Pedro II (1912)



Fonte: APEES. Catálogo Geral de Fotos. Pasta JSM, imagem 051.

Fotografia 2 – Sala de aula da Escola Normal Pedro II (1948)



Fonte: APEES. Fundo de Serviço de Cinema, Rádio e Teatro Educativo. Série Carlos Fernando Monteiro Lindemberg. Imagem CFML 888-897.

2.2. DE PORTAS (NEM TÃO) ABERTAS

Para matricular um jovem no Atheneu, era necessário cumprir algumas regras estabelecidas pelo governo. Cerca de um mês antes de iniciar o ano letivo, os jornais capixabas publicavam o edital de convocação para os responsáveis pelos alunos levarem a documentação exigida.

De ordem da Ilm.º Sr. Diretor do Atheneu Provincial, faz-se público por esta Secretaria, que a matrícula do Atheneu acha-se aberta desde o primeiro até o último dia do mês de janeiro, segundo o art. 7 do Regulamento de 19 de junho do corrente ano, os matriculandos deveram apresentar:

Certidão de idade pelo menos seis anos, se for para o ensino primário.

Atestado médico provando não sofrer moléstia contagiosa ou repugnante.

Atestado médico provando ser vacinado.

Atestado que prove não ter sido expulso de outras aulas ou colégio.

Conhecimento de haver pago a taxa de matrícula na Recebedoria de Rendas Provinciais, não sendo necessário este documento para a matrícula do ensino primário.

Nenhum aluno maior de 15 anos será admitido a matrícula no ensino primário.

Ser livre (*O Espírito Santense*, 1874, ed. 312, p. 4).

Além de atestados de saúde, também se exigiam certidões de bom comportamento. Buscava-se, assim, manter um corpo discente exemplar e afastar a possibilidade de acesso aos alunos expulsos de outras instituições de ensino. Nota-se, também, a condição de “livre” como um dos pré-requisitos, vedando-se, dessa forma, a possibilidade de matrícula aos indivíduos não libertos.

Convém destacar, que as normas para matrícula quase não se modificaram durante a existência da instituição. A única alteração ocorreu após a Proclamação da República, que excluiu o comprovante de boa conduta escolar e a taxa de matrícula como requisito (*O Estado do Espírito Santo: Ordem e Progresso*, 1891, ed. 2402, p. 2). Dentre as normas anteriormente expostas, chama atenção a exigência de pagamento de taxa de matrícula e mensalidade. Apesar de a instituição ter caráter público, o ensino não era gratuito.

No Regulamento n. 152, que implantou o Atheneu, foi definido o atendimento a três grupos de alunos, a saber: pensionistas; meio-pensionistas; e, por fim, externos. Os pensionistas e meio-pensionistas pagavam mensalidade trimestrais, sendo para o primeiro grupo o valor de 16\$000 réis e para o segundo 10\$000 réis. Já os discentes externos deveriam arcar com a despesa de matrícula, 10\$000 réis, dividido em duas prestações a serem pagas no começo e final do ano letivo (MOACYR, 1940, p. 43). No Regulamento consta, ainda, que as mensalidades deveriam ser utilizadas pelo diretor do Atheneu para arcar com todos os gastos do colégio, exceto o pagamento da locação do imóvel, enquanto a sede não estivesse pronta, e as remunerações do censor, docentes e mais servidores pagos pela renda provincial. Tratava-se, portanto, de autonomia financeira da escola em relação aos recursos pagos pelos alunos⁴⁶.

Utilizando o preço de alguns produtos da época, percebe-se que o valor pago pelas famílias para a matrícula no colégio não era tão elevado se comparado ao preço de algumas mercadorias e serviços de uso cotidiano. Caso desejassem arcar com o ensino particular para seus filhos, uma família gastaria cerca de 3\$000 mensais, por exemplo. Esse valor era cobrado pelo professor Miguel Sarmiento para ensinar as primeiras letras, assim como português, lógica e gramática por cerca de 2 horas (*A Actualidade*, 1878, ed. 89, p. 4). Para cuidar da saúde bucal no interior da Vila de Itapemirim, gastava-se entre 3\$000 para as visitas durante o dia e 6\$000 para as que ocorressem à noite (*Itapemirinese*, 1876, ed. 11, p. 4).

Já que as famílias precisavam arcar com os custos das mensalidades, ficou estabelecido no artigo 53 do mesmo Regulamento que o colégio poderia conceder bolsas de estudo para jovens pobres, o valor seria o equivalente à mensalidade. A prerrogativa de concessão de bolsas competia ao Presidente da Província. No ano de inauguração do colégio, 1873, foram ofertadas 20 bolsas,⁴⁷ quatro para alunos pensionistas, seis para meio-pensionistas e dez para externos. Segundo Primitivo Moacyr (1940, p. 42), a preferência era para os filhos de funcionários

⁴⁶ Regulamento n. 152, Capítulo 10, Artigo 57 publicado no periódico *O Espírito Santo* (1873, ed. 230, p. 3).

⁴⁷ Para os alunos pensionistas, mesmo aqueles que recebiam bolsas de estudos, era exigido alguns materiais: cama e lavatório de ferro, bacia de banho, urinol, lençóis, fronhas, cobertor de lã e de chita, toalhas de mãos, além da roupa de vestir (*O Espírito Santense*, 1873, ed. 230, p. 2).

públicos. Os empregados do governo deveriam ter distinção pelo bom desempenho de seu cargo, residir fora da capital e o filho ter boa performance nos estudos. Para o orçamento provincial do segundo ano de funcionamento do Atheneu, 1874, o número de bolsas destinadas aos alunos pensionistas subiu para 26, no entanto, não seriam mais ofertadas bolsas para alunos externos. Para o ano de 1875, foram destinados 2:400\$000 réis para custear as bolsas dos pensionistas do colégio (*O Espírito Santense*, 1875, ed. 14, p. 1).

No jornal *O Espírito Santense*, na seção *Oficial*, foram contabilizados 21 pedidos de pensão e meia pensão efetuados entre os anos de 1873 e 1879, período em que a instituição funcionou como internato⁴⁸. De forma geral, as solicitações eram feitas pelos pais ou padrinhos dos alunos. Número expressivo de solicitações, se levarmos em conta que a admissão de novo pensionista só poderia ocorrer em substituição ao aluno que se desligasse do colégio. Por essa razão, era comum mencionar no pedido a vaga do estudante que se buscava substituir. Foram os casos, por exemplo, da D. Joanna Pinto dos Santos Lisboa e do Sr. Joaquim Ramallete Gameiro (*O Espírito Santense*, 1873, ed. 271, p. 3 e 1875, ed. 126, p. 1). No anúncio veiculado no periódico, D. Joanna se identificou como viúva do Comendador Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano, conceituado político da província capixaba,⁴⁹ e requeria pensão para seu filho, Luiz da Silva Azambuja Suzano. Joaquim Ramallete Gameiro utilizou o argumento da distância entre sua vila de origem, Guarapari, e a capital na confecção do pedido de pensão para seu filho “Jose”, para vaga deixada pelo estudante Antônio Moreira Duarte. Embora os dois pedidos pudessem constituir exceção, não se pode afirmar que as bolsas de estudos ensejassem certa democratização de acesso ao Atheneu.

O ano letivo do ensino secundário começava nos primeiros dias de fevereiro de cada ano e era finalizado em meados de novembro, com a realização de pequena confraternização de encerramento oferecida pelo diretor escolar aos alunos e seus familiares. De acordo com a Lei Provincial n. 14, de 27 de abril de 1877, durante o período letivo, os alunos estavam dispensados de frequentar as aulas nos feriados nacionais e dias santos, além das possíveis datas de luto público declarado pelo governo (*APEES. Ofícios recebidos pelo Inspetor Geral da Instrução Pública*. Caixa 6B).

Essa legislação também regulou que todas as aulas tivessem duração de uma hora, com exceção da aula de latim, que deveria ter duração de ao menos três horas para o dia destinado à matéria.

⁴⁸ Instituição onde os alunos moram e estudam.

⁴⁹ Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano fora eleito o primeiro juiz de paz de Vitória. Além do cargo municipal, também fora deputado provincial por diversas legislaturas entre as décadas de 1830 e 1860 (MOTTA, 2013, p. 143).

Sobre a organização e prática do ensino de Latim, eram veiculadas notícias na imprensa. Os debates mediados pelo professor responsável eram publicados no jornal *O Espírito Santense* sob o título “*Aula de latim do Atheneu Provincial*”. As publicações traziam os nomes dos alunos envolvidos no debate, mencionavam o grupo vencedor, a data de realização da atividade e o professor responsável pela cadeira. Interessante é perceber a tradição do nome dos grupos, intitulados partidos, envolvidos na disputa em referência ao mundo greco-romano: Troyano versus Grego.

Figura 2 – Publicação sobre o debate das aulas de latim (1877)



Fonte: *O Espírito Santense*, 1877, ed. 54, p. 4.

As aulas do Atheneu ocorriam no período matutino e vespertino, iniciadas às 8h da manhã e finalizadas às 17h. A permanência dos alunos pensionistas e externos era acompanhada de perto pelo Censor, que ficava incumbido de manter a disciplina e policiar os horários dentro da instituição, já que, para os alunos que pernoitavam no colégio, as atividades começavam bem cedo. Às 5h da manhã no verão e às 6h no inverno, os alunos acordavam para fazer a higiene

peçoal e estudar, sendo que às 7:30h já deveriam estar no refeitório para almoçar. Às 13h acontecia o jantar e o horário após o término das aulas vespertinas, às 17h, era destinado ao descanso e estudo. Por volta das 21h, os estudantes tinham direito à ceia, composta por chá e biscoito, e logo após eram acompanhados pelo Censor aos aposentos, onde somente poderiam sair no outro dia. O fim de semana não era livre para os alunos pensionistas. Aos sábados pela manhã eram realizados “exames” para verificar a higiene pessoal; nos domingos pela manhã, era obrigatório o comparecimento à missa; e à tarde, estava liberada para passeios pela cidade. Todas as atividades deveriam ser acompanhadas pelo Censor escolar, que deveria residir no estabelecimento escolar. Além disso, ainda tinha a obrigação de observar se os professores estavam cumprindo com seus deveres, dando parte ao diretor das faltas cometidas, recebendo um salário de 799\$993 anuais (*O Espírito Santense*, 1873, ed. 230, p. 2).

Em relação ao horário das disciplinas, elas poderiam ocorrer concomitantemente. Em 1875, facultou-se a frequência em todas as matérias, podendo a família optar pelo curso mais apropriado ao aluno, sem precisar seguir a formação regular de seis anos (APEES. Fala ..., 18 de setembro de 1875). Assim, se o discente pretendesse cursar o ensino no Atheneu somente como preparatório para os exames gerais de admissão no curso superior, não teria necessidade de assistir às aulas de música e dança, por exemplo, que não eram cobradas nas provas seletivas. No quadro a seguir, é possível acompanhar as disciplinas ofertadas em 1877 e seus respectivos horários.

Quadro 6 – Grade de disciplinas e horários do Atheneu Provincial (1877)

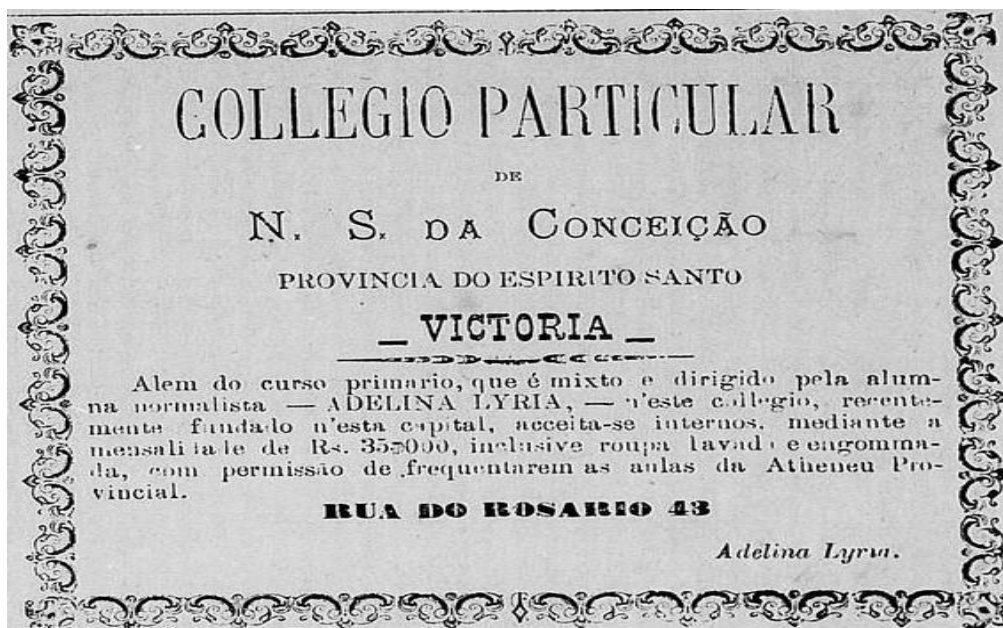
Matéria	Horário da aula	Sala
Filosofia	8h às 11h	C
Geografia	8h às 9h	A
História	9h às 10h	C
Francês	9h às 10h	A
Retórica	10h às 11h	C
Inglês	10h às 11h	A
Português	11h às 12h	B
Geometria	11h às 12h	A
Álgebra e Aritmética	12h às 13h	A
Latim	12h às 15h	B
Música	16h às 17h	A

Fonte: APEES. *Relatório do Dr. Affonso Peixoto de Abreu Lima a Assembleia Provincial do Espírito Santo na sessão do dia 28 de julho de 1877.*

A partir da Lei n. 4, de 12 de novembro de 1879,⁵⁰ o colégio passou a funcionar somente como externato, por isso, tornou-se frequente os anúncios nos jornais de oferta de quartos para os meninos que vinham do interior e não tinham onde morar na capital durante o período letivo (APEES. Relatório..., 9 de março de 1880). Tratava-se de anúncios particulares de pensão para os novos educandos, que incluíam, geralmente, gastos com a alimentação e os cuidados com a roupa.

Um dos anúncios publicados refere-se ao Colégio Nossa Senhora da Conceição, dirigido pela normalista Aldina Adelia da Costa Lyrio e localizado na Rua do Rosário⁵¹ (ver Figura 3). A instituição começou a funcionar em 2 de março de 1888, disponibilizando o ensino primário misto para alunos com até oito anos de idade (*O Espírito Santense*, 1888, ed. 24, p. 4). Comandado por uma mulher, a instituição ofertava o ensino básico para crianças e quartos para jovens alunos do Atheneu, que, possivelmente, se dirigiam ao colégio particular no fim da tarde, após o período letivo.

Figura 3 – Anúncio de pensão para alunos do Atheneu Provincial em colégio feminino (1888)



Fonte: *O Constitucional*, 1888, ed. 30, p. 4.

O anúncio apresentado adiante (Figura 4) fora publicado por Joaquim Barbosa Quitiba, professor público do ensino primário masculino da capital. Ele disponibilizava sua casa para os

⁵⁰ Estabelecida pelo presidente da Província, Eliseu de Sousa Martins.

⁵¹ De acordo com a planta geral da cidade de Vitória em 1895, publicada por Fabiola Martins Bastos (2017, p. 468), observa-se que a Rua do Rosário ficava distante do edifício ocupado pelo Atheneu Provincial.

estudantes do Atheneu, além dos seus serviços profissionais (Cf. *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província do Espírito Santo*, 1884, ed. 01, p. 45).

Figura 4 – Anúncio de pensão para estudantes do Atheneu Provincial na residência de professor particular (1888)



Fonte: *O Cachoeirano*, 1884, ed. 01, p. 4.

Ao ser inaugurado, o Atheneu Provincial oferecia estrutura curricular dividida em seis anos de estudo, ofertando aos alunos as matérias de Língua latina, inglesa e francesa, Geografia e História, Matemática elementar, Filosofia, Retórica, Música, Desenho e Dança (Cf. Anexo 2). O primeiro relatório do Presidente da Província emitido após a inauguração do colégio traz a relação de alunos matriculados na instituição e seus respectivos professores. Como bem demonstra o quadro a seguir, as matérias de filosofia e retórica sofriam com a falta de alunos, enquanto Português era muito requisitado, bem como Francês, Dança, Música e Latim (Cf. APEES. Relatório..., em 28 de julho de 1877).

Quadro 7 – Número de alunos matriculados nas disciplinas do Atheneu Provincial (1874)

Disciplina	N. de alunos
Português	119
Francês	40
Dança	34
Música	31
Latim	24
Inglês	18
Matemáticas	16
Geografia e História	8
Retórica e Poética	3
Filosofia	1

Fonte: APEES. *Relatório do Dr. Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, Vice-Presidente da Província, a Assembleia Provincial do Espírito Santo na sessão do dia 01 de setembro de 1874.*

Pela falta de alunos, a disciplina de Filosofia chegou a ser extinta da grade curricular em 1874, voltando no ano seguinte com apenas seis alunos matriculados (*O Espírito Santense*, 1874, ed. 422, p. 1; APEES. Fala..., em 18 de setembro de 1875). Em 1877, novamente a cadeira destinada ao ensino filosófico foi suprimida, juntamente com a disciplina de Retórica. A retirada da cadeira de Retórica da grade curricular foi polêmica na época e gerou intenso debate e mobilização dos alunos. Não sem razão, como instrumento de ação foi utilizado o jornal *Sete de Setembro*, folha editorada por três alunos do Atheneu Provincial, Lídio Mululo, Pedro Lírio e Amâncio Pereira (DAEMON, 2010, p. 835).⁵² Em carta dirigida ao deputado provincial, Jose Feliciano Horta de Araújo⁵³ e publicada naquela folha, pediu-se o auxílio do representante para que a disciplina retornasse ao currículo. Os alunos suplicavam em nome da “mocidade” da província para que o parlamentar interferisse junto ao Presidente, convencendo-o da necessidade da matéria para a instrução, já que os ensinamentos transmitidos eram primordiais para os exames de ingresso nas faculdades imperiais:

O público desta província deve ter visto, o quanto tem pugnado pela instrução pública este ilustrado cavalheiro.

É justo pois, que quando os alunos do Atheneu Provincial, de que somos órgão, tenham de solicitar algum benefício em favor da instrução, seja o Exm. Sr Horta de Araújo o intérprete dos sentimentos.

Há de pois o Exm. Sr. desculpar a nossa ousadia por esta forma, pois se assim o fazemos é porque a mocidade espírito santense tem o Sr. como o defensor de seus direitos [...] (*Sete de Setembro*, 1878, ed. 10, p. 1).

No editorial, pode-se perceber que os discentes recorreram ao deputado para resolver a questão, pois o referido legislador já tinha interferido anteriormente nos assuntos acadêmicos do Atheneu para o retorno da cadeira de filosofia. Segundo a carta, o parlamentar fora o autor do projeto aprovado naquele ano na Assembleia provincial sobre a (re)criação da disciplina de Filosofia. Ao que parece, Horta de Araújo era muito bem quisto entre os editores do periódico, que teceram elogios e colocam sua atuação como “benemérito” da instrução pública na província. Seu filho, Bernardo Horta de Araújo, inclusive, consta como aluno da instituição em 1877, fator que possivelmente facilitava a proximidade dos discentes com o representante político e, também, motivava a atuação ativa do deputado nas questões relacionadas ao colégio. Outras modificações relacionadas às disciplinas ofertadas ocorreram ainda na década de 1870. Uma delas foi a supressão da aula de música, que no dia 30 de julho de 1877 entrou em

⁵² A participação dos alunos na publicação de jornais locais é abordada na seção 2.4 deste capítulo.

⁵³ Foi advogado e eleito por diversas vezes para deputado provincial e geral no Espírito Santo.

discussão na Assembleia Provincial capixaba e foi aprovado pelos deputados provinciais (*O Espírito Santense*, 1877, ed. 96, p. 2). Balthazar Antônio dos Reis, professor responsável pela disciplina, foi transferido para a escola Nossa Senhora da Penha já que era funcionário efetivo. Em 1878, houve o acréscimo da aula de taquigrafia, que era ofertada uma vez por semana das 17h às 18h, objetivando melhorar a velocidade da escrita dos alunos, ensinando-lhes escrever de forma abreviada. Cabe salientar que tal método era adotado nas reuniões das assembleias legislativas, constituindo técnica para ofício público de taquígrafo (Relatório..., dia 19 de fevereiro de 1878).

Naquele mesmo ano, Manoel da Silva Mafra, Presidente da Província, propôs mais algumas alterações no programa curricular, sugerindo que as cadeiras de Literatura e Língua Nacional se juntassem à de Retórica e Poética, bem como a Geografia com a História Universal, e, por fim, a de Geometria e Trigonometria com Aritmética e Álgebra (APEES. Relatório..., em 22 de outubro de 1878). O dirigente da província alegou que a junção das cadeiras geraria economia financeira para a província, tendo em vista a diminuição de docentes contratados para a escola. Além disso, argumentou que as matérias de Literatura e Trigonometria representavam gastos desnecessários, já que não eram ensinadas durante todo o ano letivo e não constituíam matéria de prova nos preparatórios.

A alteração curricular mais drástica ocorreu durante o governo de Herculano Marcos Inglez de Sousa⁵⁴. Integrante do Partido Liberal, chegou no Espírito Santo sob os olhos atento da população, que depositavam em sua experiência política a saída para os problemas administrativos e o desequilíbrio das contas fiscais (SCHNIDER, 207, p. 210). Antes de Sousa assumir a presidência provincial, já estava tramitando Assembleia Provincial o projeto de Lei n. 12, apresentado pelos deputados Eliseu Martins e Jose de Mello Carvalho Muniz Freire, que pretendia reformar a instrução pública, tendo como premissa o ensino obrigatório para todas as crianças. A reforma não chegou ao terceiro debate na Câmara, em razão da Assembleia ter determinado que o Presidente da Província deveria conduzir os trabalhos.

Logo, em 20 de maio de 1882, o Presidente da Província publicou a Lei n. 31 que o autorizava convocar os deputados provinciais para formar a Comissão da Instrução Pública e, assim, criar novas regulamentações educacionais. Para o Presidente da Província, o projeto de reforma deveria abordar a reestruturação curricular do Atheneu, dando destaque para as matérias

⁵⁴ Concluiu o ensino superior pela Faculdade de Direito de São Paulo, ocupando diversos cargos políticos depois, entre eles, o de deputado provincial por São Paulo em 1880, presidente das províncias de Sergipe, em 1881, e do Espírito Santo no ano seguinte. Foi escritor de romances também.

cobradas nos exames de preparatórios, a criação de dois cursos normais na província, a fiscalização do ensino, escolas particulares, processos disciplinares para os professores, além das gratificações dos docentes e demais questões relacionadas ao ensino primário (*O Horizonte*, 1882, ed. 42, p. 2). Para debater as novas regras, Inglez de Sousa, convidou Jose de Mello Carvalho Muniz Freire, que já estava envolvido na reforma da instrução pública, Francisco Gomes de Azambuja Meirelles, Manoel Rodrigues de Campos e Alfredo Paulo de Freitas, professores do Atheneu e deputados provinciais. A função da comissão era

“[...] estudar um plano de reforma de Instrução Pública, reunindo-se uma vez por semana em uma das salas do Palácio do Governo, com assistência do Presidente da Província e do Inspetor Geral da Instrução Pública, além das reuniões particulares que julgar dever fazer, sob a presidência do [deputado] Dr. Elizeu de Sousa Martins” (*O Horizonte*, 1882, ed. 42, p. 3).

Após o debate, a reforma foi aprovada ainda em 1882. O novo regulamento estabeleceu uma série de mudanças, desde a idade de admissão, até a organização das disciplinas. Daquele ano em diante, para estudar no Atheneu, o aluno deveria ter idade mínima de 11 anos e possuir o diploma do curso primário. Além disso, definiu-se que não era admissível exercer cargo público sem ter concluído pelo menos um dos três cursos do Atheneu. A partir daquele momento, o colégio também passou a oferecer os cursos normal, secundário e ensino especial (SCHNEIDER, 2007, p. 264). No total, eram ofertadas quinze cadeiras. Os alunos poderiam optar por cursar as disciplinas que faziam parte da grade curricular do curso escolhido, além das disciplinas de caligrafia, desenho, música e escrituração mercantil, consideradas indispensáveis na constituição do profissional normalista e do curso especial. A lista completa das disciplinas ofertadas pode ser observada no quadro a seguir e no Anexo 1. Ao final da dissertação, encontra-se a grade curricular dos outros cursos oferecidos pelo Atheneu.

Quadro 8 – Grade curricular do Atheneu Provincial (1888)

MATÉRIAS
Gramática e língua nacional. Retórica e poética
Cosmografia, geografia física, comércio e política
Língua latina
Língua francesa
Língua italiana
Língua inglesa
Língua alemã
Língua italiana

MATÉRIAS
Matemáticas elementares (aritmética e álgebra)
Física química e história natural
Psicologia humana precedida das noções de anatomia e higiene
História universal
Filosofia. Noções de direito constitucional, civil criminal e comercial brasileiro
Pedagogia e metodologia
Agricultura, método intensivo e extensivo, notícias dos principais produtos nacionais

Fonte: SCHNEIDER, 2007, p. 264.

Nota-se a gama variada de disciplinas devido as três habilitações disponíveis no Atheneu. De acordo com Omar Schneider (2007, p. 265-270), o curso Normal era destinado aos alunos que desejavam atuar como professores primários e para obter o diploma era necessária a aprovação em sabatina ao final do curso, que contava, inclusive, com a presença do Presidente da Província. Os cursos especiais eram subdivididos em Comércio e Agricultura, cujo objetivo era formar profissionais especializados para o mercado de trabalho. O pré-requisito era a aprovação nas matérias que compunham o curso geral de Letras. Para aqueles que desejavam somente cursar o preparatório para os exames admissionais, foi criado o curso de Letras, que ao final daria o diploma de Humanidades, além da possibilidade de ocupar cargos públicos e lecionar no Atheneu sem a necessidade de concurso.

Ao analisar a grade curricular do curso de Letras (Anexo 2), observamos que foram mantidas as disciplinas avaliadas nos preparatórios, mas também uma variedade de conhecimentos além do exigido nas faculdades, pois, como bem assevera Omar Schneider (2007, p. 267), eram conteúdos tidos como essenciais para formar bons servidores público e profissionais capacitados para lecionar no colégio.

Em 1883, com a chegada de novo Presidente da Província que também pertencia ao Partido Liberal, Miguel Bernardo Ribeiros Amorim⁵⁵, as reformas citadas anteriormente foram revogadas. Amorim esclareceu em relatório de governo que a medida se dava pelo fato de o Espírito Santo não ter condições financeiras para arcar com o alto custo do ensino proposto pelo antecessor (Relatório..., 12 de janeiro de 1884). Outra justificativa para tal modificação diz respeito ao número de alunos matriculados. No mesmo relatório, é citado que a frequência

⁵⁵ Governou a província entre abril de 1883 e janeiro de 1884.

estudantil estava decaindo, logo, a organização do Atheneu provincial deveria retornar ao seu estágio de 1877, ano que a instituição contava com 135.

A justificativa para a diminuta taxa de assiduidade estudantil mencionada pelo Presidente de Província também pode estar relacionada à supressão dos exames gerais⁵⁶ que ocorriam na província. Dessa forma, os alunos preferiam ir para a Corte estudar o secundário, cidade onde ocorriam regularmente os exames. É verdade que, se considerarmos o número de alunos como indicativo de prestígio do estabelecimento escolar, podemos conjecturar que, com o passar dos anos, o Atheneu perdeu parcela de sua notoriedade inaugural. Em 1885, em último relatório governamental que consta o quantitativo do corpo discente, apenas 78 alunos frequentavam a instituição (Relatório..., 6 de março de 1879).

Mesmo com as queixas de diminuto público, o governo provincial tentou manter a instituição escolar em funcionamento. Prova de tal fato está na aprovação da Lei n. 28, de 08 de agosto de 1888, na qual a Assembleia Provincial estabeleceu o mínimo de três educandos matriculados para que qualquer cadeira funcionasse (*A Folha da Victoria*, 1888, ed. 534, p. 3).

Com a chegada dos tempos republicanos, o Atheneu Provincial passou por grandes modificações curriculares, tentando abandonar a educação humanística do período imperial, para atender um novo público ligado à educação profissional e científica do professorado primário (SCHNEIDER, 2011, p. 262). Mas apesar de as mudanças nas matérias do colégio, a instituição ainda preservou alguns aspectos dos tempos imperiais, como bem demonstra a grade curricular de 1890 (Anexo 3). Com a reforma educacional desse ano, o curso do Atheneu passou a ser de quatro anos, dividido da seguinte forma: 1ª ano – língua nacional, francês e geografia; 2ª ano – língua nacional, francês, aritmética e geografia; 3ª ano – ciências, pedagogia, álgebra e geometria; 4ª ano – ciências, pedagogia e geometria (*O Estado do Espírito Santo*, 1890, ed. 2155, p. 3).

Mas as características educacionais do período imperial não perduraram. Com o Decreto n. 2 de 4 junho de 1892, José de Mello Carvalho Muniz Freire (governou entre 1892-1896) substituiu o Atheneu Provincial pelo Colégio Normal Pedro II, que tinha a função de formar recursos humanos para o magistério capixaba. No último relatório do seu mandato, datado de 23 de maio de 1896, o governador mencionou que o Estado estava muito atrasado na área educacional. Ele julgava as mudanças introduzidas por Thomé da Silva e Inglez de Souza como

⁵⁶ Os exames voltaram a ser aplicados no ano seguinte. Cf. Relatório do Dr. Alpheu Adelpho Monjardim d'Andrade e Almeida apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo em sessão do dia 6 de março de 1879.

“infrutíferas e incompletas”, devido ao fato de que concentraram os esforços públicos na melhoria do ensino secundário, deixando de lado o ensino elementar e a preparação do magistério capixaba que, na sua percepção, seriam as bases para uma sociedade mais culta. Muniz Freire argumentou, ainda, que o ensino preparatório para os cursos superiores não poderiam ser o foco do governo antes da educação básica alcançar grande parcela da população. Ao justificar a exclusão do Atheneu Provincial, o governador disse que o estabelecimento masculino “[...] nunca passou de um colégio de preparatório, onde raros moços se habilitaram para os cursos superiores, e outros frequentaram apenas duas ou três aulas para irem depois pretender empregos públicos” (APEES. Relatório ..., 23 de maio de 1896, p. 122).

Assim, a reforma de 4 de junho de 1892 teve como meta modificar a escola primária e dignificar a carreira do magistério (SANTOS, 2012, p. 338), criando instrução sistemática aprendida nas escolas normais, já que, para se eliminar o analfabetismo, objetivo educacional nos primeiros anos da República (SALIM, 2011), necessitava-se de professores qualificados. O programa curricular da nova escola seria mais completo, ao abranger a formação da inteligência e do caráter. Assim, ao estudar nas novas escolas, os jovens seriam habilitados para atuar como cidadãos, desempenhando seus “deveres sociais”, objetivos que, na visão do governador, o Atheneu Provincial não alcançou. Palavras contraditórias, já que o governador foi aluno da instituição (Cf. APEES. Relatório ..., 23 de maio de 1896, p. 122).

2.3. GUIAS PARA A BOA APRENDIZAGEM

De acordo com Gilberto Alves (2009, p. 5), os compêndios escolares nasceram para suprir a falta de professores capazes de ensinar, já que existiam poucos homens com formação suficiente para atender a demanda da educação universal, aclamada pelos franceses, como visto no primeiro capítulo. No Brasil do Oitocentos, os manuais tinham a função de integrar o ensino ministrado nas instituições ao ideal de civilização almejado pelo governo, divulgando os valores pautados na preservação da ordem e da boa sociedade, tendo como exemplo o ensino francês (MARIANO, 2008, p. 6). Até a década de 1870, existiam poucas casas editoriais em solo nacional capazes de acolher o mercado escolar e produzir livros escritos por autores brasileiros, por isso a supremacia de compêndios eram traduzidos ou adaptados para o português, tarefas muitas vezes realizadas pelos próprios professores (MATTA, 2010, p. 61). Assim, a primeira função assumida pelos compêndios refere-se à organização e à agilidade nas atividades educativas.

Em matéria publicada no jornal *A Actualidade* (1878, ed. 112, p. 4), na seção *A Pedidos*, consta uma reclamação do cidadão intitulado “Um pai de família” com severas críticas ao método utilizado pelo professor de geografia para com as moças do Colégio Nossa Senhora da Penha. Na visão do leitor, a culpa pelo fracasso nos exames não pode ser atribuída somente à aluna, mas sim à forma como o professor utilizava os materiais didáticos. O “pai de família” argumenta que “o compêndio não é senão um anotado para ser desenvolvido pelo professor”, ou seja, o livro serviria para auxiliar os docentes nas aulas, não devendo ser o único método de ensino.

Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa, o Presidente da Província, Antônio Joaquim Rodrigues, fez crítica semelhante. Rodrigues, ao discursar sobre o método de ensino, alegou que os professores simplesmente entregam os compêndios nas mãos dos alunos e “esperam que eles memorizem tudo o que está escrito” (APEES. Relatório ..., 15 de outubro de 1876, p. 95). A autoridade provincial asseverou que os livros didáticos se configuravam apenas um amontoado de assunto, sendo uma das atribuições dos docentes desenvolvê-los. Dessa forma, acreditava que cabia aos docentes comentar e explicar o conteúdo e exercícios contidos nos manuais. Esse método de ensino, inclusive, tornou-se umas das normas previstas no Projeto de Reorganização da Instrução Pública do Estado do Espírito Santo de 1890. Na proposta, consta que o professor deveria, sempre que possível, preferir a exposição oral à simples leitura dos compêndios, pois o objetivo do ensino era ser prático, empregando linguagem clara e despretensiosa (*O Estado do Espírito Santo*, 1890, ed. 2154, p. 2).

Apesar da indicação para o manual didático não ser a principal forma de estudo, portar os livros era obrigação dos discentes. O jornal *O Estado do Espírito Santo* (1890, ed. 2325, p. 2) publicou notícia informando que o diretor da Instrução Pública, José Joaquim Pessanha Póvoa,⁵⁷ visitou o Atheneu e verificou que dezesseis alunos não tinham o compêndio “*Os Quatro Autores Clássicos*”. Visto que já tinham sido avisados da obrigatoriedade dos livros durante as aulas, os estudantes foram levados pelo porteiro e diretor da instituição para se apresentarem ao Governador Constante Gomes Sodré e justificar tal fato. O jornal informou que eles foram recebidos no salão de honra e, ao encontrar o governador, Póvoa fez um belo discurso sobre o regimento do Atheneu e da atual situação da instrução secundária, que vinha se agravando por causa do desinteresse de alunos como eles. Por fim, os redatores do jornal conclamaram os responsáveis pelos alunos a participarem da “missão de ensinar”. Alguns dias depois, o mesmo

⁵⁷ Foi professor do Atheneu Provincial e inspetor da Instrução Pública na década de 1870, além de advogado, jornalista, político, escritor e poeta (SIQUEIRA, 2016, p. 72-73).

jornal elogiou a atitude de Póvoa, pois houve verdadeira corrida dos estudantes aos livreiros em busca dos compêndios que lhe faltavam. O periódico ainda criticou o professor da disciplina que não informou aos responsáveis e deixou os alunos “pares de meses sem livros e sem lições” (*O Estado do Espírito Santo*, 1890, ed. 2034, p. 2).

No Atheneu Provincial, existiam regras para a escolha dos compêndios. O primeiro Regimento Interno de 1873 estabelecia regras para o processo de escolha dos livros que eram utilizados pelos alunos (Cf. *O Espírito Santense*, 1873, ed. 230, p. 1). Essa prerrogativa cabia à Congregação de Lentes do colégio, formada pelo Diretor e professores, que analisavam os exemplares e redigiam um parecer, posteriormente passado ao Inspetor Geral da Instrução Pública para sancionar a escolha. Quatro anos depois, em 1877, o novo Regulamento da Instrução Pública declarou que em nenhum colégio da província, de ensino primário ou secundário, poderia ser aceita a circulação de livros sem autorização do Conselho Central.⁵⁸ Entendemos então que a Congregação dos Lentes analisava e aprovava uma listagem dos livros aptos para serem lidos pelos alunos do Atheneu e, em seguida, a listagem era enviada ao Conselho Central que acatava as decisões. Neste mesmo Regulamento, foi definida multa entre 10\$000 a 20\$000 para os professores que burlassem a regra e indicassem leituras não autorizadas pelo governo provincial (Cf. *O Espírito Santense*, 1877, ed. 153, p. 2). Obrigava-se também os alunos a apresentarem no prazo máximo de 30 dias os livros, que eram escolhidos pela Congregação, ao docente responsável pela matéria (*O Horizonte*, 1885, ed. 17, p. 3).

Nos periódicos analisados, localizamos a indicação de alguns livros utilizados pelos discentes e aprovados pelo governo para os anos de 1873, 1875, 1882, 1885, 1886 e 1890, como se vê a seguir.

Quadro 9 – Listagem de compêndios adotados no Atheneu Provincial (1873-1890)

Compêndio	Disciplina	Ano
Psicologia e lógica por Barthe	Filosofia	1873
Gramática Sevene	Francês	
Gramática das Fables de Lafontaine	Francês	
História por Victor Duruy	História	
História por Macêdo	História	
Novo Curso Robertson	Inglês	
Selecta por Blair	Inglês	
Grâmatica de Clintock a Sintaxe de Dantas	Latim	

⁵⁸ O grupo era formado por três membros mais o Inspetor Geral, sendo excluído a participação de professores públicos primários ou secundários (*O Espírito Santense*, 1877, ed. 152, p. 1).

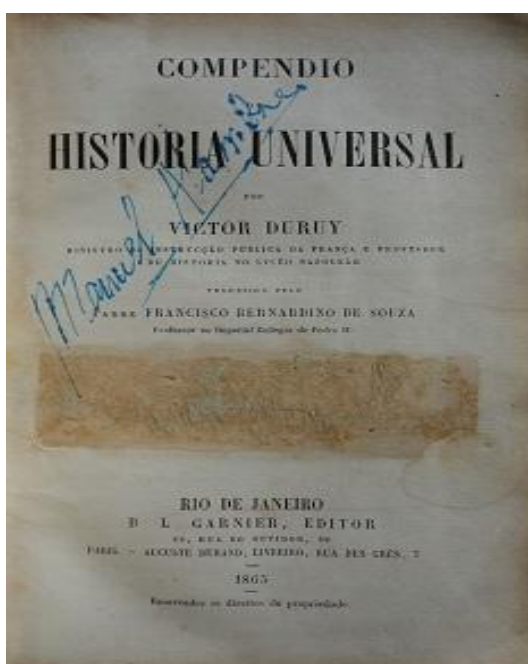
Compêndio	Disciplina	Ano
Dicionário de Champie	Latim	
Curso Especial de Fernandes Pinheiro	Literatura	
Curso Superior de Sá	Matemática	
Escrito de Freyre de Carvalho	Retórica	
Curso Especial de Fernandes Pinheiro	Retórica	
Novo método para ensino da gramática Latina	Latim	1875
A vida do Padre Antonio Veira	Latim	
Trechos Clássicos de Nicolau Alves	Literatura	
Pedagogia por M. Cordeiro	Pedagogia	1882
Chateaubriand Theattro Classico de Regnier	Francês	1886
Geographia de Abreu	Geografia	
História Geral de Victor Duruy	História	
História do Brasil de Mattoso Camara	História	1886
Macanlay	Inglês	
Grammatica de Severe	Português	
Os Quatros Autores “Lisboa, Caldas, Alexandre Herculano e Garret”	Português	
Ensaio Critico e Paraiso Perdido de Milton	Português	
Grammatica de Motta	Português	
Chateaubriand Theattro Classique de Regnier	Francês	
Grammatica Franceza no Florilegio Brasileiro	Francês	1890
História e Geographia do Brazil e Chorographia do Brazil, ambos escritos por Moreira Pinto	Geografia	
Grammatica da língua Nacional por B. d’Oliveira	Português	
Leitura dos Classicos ou Poetas mais notáveis	Português	
Odie de Horacio	Latim	
Logfelloor, obras poéticas	Inglês	
J. Balmer, Bousem, tradução de Dicles	Filosofia	
O Caramuru de Jose Santa Rita Durão	Literatura	
História do Brazil por Mattoso e História do Brazil por R. Southey	História	

Fonte: MOACYR, 1940, p. 140; *O Espírito Santense*, 1875, ed. 65, p. 2; *O Espírito Santense*, 1886, ed. 9, p. 1; *Diário do Espírito Santo*, 1889, ed. 2119, p. 4; *O Estado do Espírito Santo*, 1890, ed. 2216, p. 3.

Ao analisar a listagem dos compêndios adotados na instituição, percebemos que no primeiro momento, em 1873, o conjunto de manuais era formado preponderantemente por livros estrangeiros. A partir de 1885, no entanto, nota-se a supremacia das obras nacionais. Para o ano letivo de 1890, a Congregação dos Lentes e professores do Atheneu publicou no jornal *Diário do Espírito Santo* (1889, ed. 2119, p. 4) que os livros utilizados nas aulas de Aritmética, Desenho Linear, História e Geografia Universal eram produzidos pelo Instituto Normal de Santa Catarina.

Dentre as obras citadas no quadro 6, André Luís Bis Pirola (2008, p. 75) esclarece que o livro *Compendio da História Universal*⁵⁹ (Figura 5), escrito por Victor Duruy, era um clássico da literatura histórica e, ao ser adotado nos programas escolares brasileiros, foram realizadas alterações, já que seu conteúdo original não abarcava o continente americano. Inserção que se considerava importante. Como consta na capa do compêndio, a primeira edição traduzida para o português data de 1865 e foi realizada pelo Padre Francisco Bernardino de Souza, professor de Latim e Português do Colégio D. Pedro II.

Figura 5 – Livro didático *Compendio da História Universal*, escrito por Victor Duruy (1865)



Fonte: *Livreiros Monasticon*. Disponível em: <<https://bit.ly/2wDyIpB>>. Acesso em: agosto/2018.

Em pesquisa de mestrado sobre os manuais didáticos no ensino da província do Espírito Santo, André Pirola (2008, p. 72) argumenta que os professores poderiam traduzir livros estrangeiros ou mesmo utilizar no idioma de origem. Entretanto, diversas traduções passavam por mudanças significativas para se adaptar à realidade nacional. As alterações, no entanto, deveriam ter a aprovação da Congregação de Lentes do Atheneu. Fato que não aconteceu com o compêndio *Chateaubriand Theattro Classique de Regnier*, cuja tradução não foi aprovada (*O Espírito Santense*, 1886, ed. 9, p. 1).

Outros exemplares didáticos adotados na educação provincial foram: as *Syntaxe Latina*, *Ortografia Sintaxe*, *Poemêto*, *Esboço Histórico dos Costumes do Povo Espírito Santense* e *Allocução Congratulatoria*, todas escritas pelo lente de latim do Atheneu, o Padre Antunes de

⁵⁹ Título original é *Nouveau Manuel de Baccalauréat et Lettres*, sendo a primeira edição publicada em 1852.

Siqueira, que lecionava na instituição desde 1877 (*Commercio do Espírito Santo*, 1897, ed. 282, p. 2). Dentre as obras em circulação pela província capixaba, cabe destacar a presença do manual *Syntaxe Latina*, escrita pelo Padre Siqueira em 1885 (*O Espírito Santense*, 1886, ed. 9, p. 1). Sua função religiosa justifica seu entendimento na língua latina e a produção de material autoral para seu curso na instituição. O próprio Antunes de Siqueira anunciou, no jornal *O Constitucional* (1885, ed. 31, p. 2), a doação de alguns exemplares desse livro para os alunos que não pudessem adquiri-lo.

No tocante à venda dos manuais no Brasil Império, as livrarias constituíam espaço privilegiado para o comércio dos impressos. Marco Morel e Mariana Monteiro Barros (2003, p. 80) informam que as tipografias instaladas na Corte eram locais de vendas, leituras e encontros. Em Vitória não era diferente. As tipografias capixabas publicavam anúncios informando a venda de livros e outros produtos impressos em seus estabelecimentos (BASTOS, 2016, p. 149). Em edição de 1874, do jornal *O Espírito Santense* (1874, ed. 329, p. 4), fora anunciado que os manuais, compêndios e biografias encontravam-se à venda na rua de Santa Luzia.⁶⁰ Em outro anúncio, datado de 1883, e publicado no jornal *O Horizonte* (1883, ed. 10, p. 4), encontramos a listagem de compêndios do Dr. Abílio Cesar Borges, que eram adotados nas escolas públicas primárias do Espírito Santo (*A Província do Espírito Santo*, 1885, ed. 813, p. 3). A publicação informava que o material era vendido nas livrarias da Corte. Ao que parece, os proprietários das livrarias e diretores da escola na província adquiriam os manuais na capital do Império e revendiam nas cidades capixabas. Fora nesse sentido, por exemplo, o anúncio impresso no jornal *A Província do Espírito Santo*, de 1888. A publicação de *Guimarães & Silva* noticiava aos leitores a existência de variados títulos disponíveis no seu estabelecimento “Charuto Popular” e que “poderia, sob encomenda, mandar vir do Rio de Janeiro qualquer obra literária ou compêndio (*O Espírito Santense*, 1888, ed. 20, p. 4). Cientes do potencial de negócios, alguns estabelecimentos do Rio de Janeiro divulgavam seu acervo nos jornais do Espírito Santo, direcionando seus anúncios aos livreiros e diretores de colégios da província. Este é o caso da livraria *Alves & C* (Figura 6), que informara “vantajosos abatimentos” para os colégios e livrarias da província que adquirissem os compêndios à venda em seu ponto de comércio.

⁶⁰ Até 1875 a tipografia do jornal *O Espírito Santense* estava localizado na rua Santa Luzia (BASTOS, 2016, p. 144).

Figura 6 – Anúncio de venda de manuais didáticos (1883)

REVISTA DO ENSINO
PUBLICAÇÃO MENSAL
 Tomam-se assignaturas por um anno a..... **3\$000**
 NA LIVRARIA DE
ALVES & C.
 SUCCESSORES DE
NICOLAU ALVES
 46 e 48 Rua de Gonçalves Dias 46 e 48
RIO DE JANEIRO

Aviso aos srs. livreiros e directores de collegios

Fazem hoje parte de nosso fundo as obras abaixo mencionadas, umas adquiridas por contracto com os auctores e outras por termos comprado o resto dos exemplares ao edictor o sr. Dias da Silva Junior :

DR. MATTOSO MAIA, professor de Historia do Brasil no Imperial Collegio de D. Pedro II, Licções de Historia do Brasil , obra approvada pelo conselho de instrucção publica da provincia de Pernambuco, 1 vol. in-8°	4\$000
FELIX FERREIRA. — Noções da vida pratica	2\$000
” ” ” domestica	2\$000
” ” Trechos selectos dos auctores classicos	2\$000
FELIX FERREIRA. — A má estrella	1\$000
THOMAZ RIBEIRO. — D. Jayme . BR.....	1\$000
GOMES DA SILVA JUNIOR. — Flôr do Martyrio , romance brasileiro.....	1\$500
MANOEL ANTONIO DE ALMEIDA. — Memorias de um sargento de milicias	1\$500
LAURINDO RABELLO. — Poesias . BR.....	1\$500
DR. FERREIRA PINTO. — O medico da primeira infancia ou o conselheiro da mulher grávida, e hygiene da primeira infancia . BR.....	2\$000
Album do Trovador Brasileiro , collecção de lindas modinhas, etc. br.....	\$500

Vantajosos abatimentos nas vendas para os collegios e livrarias.

Fonte: *A Província do Espírito Santo*, 1883, ed. 170, p. 4.

Sobre a circulação dos materiais didáticos, Maria Alayde Salim e Ueber José de Oliveira (2017) argumentam que, a partir da década de 1870, abriram-se postos de vendas especializados na comercialização de livros, incluindo os didáticos, revistas e romances. Para os autores, o aumento na oferta estava relacionado à criação e manutenção de diversas escolas públicas e particulares, para ambos os sexos, na capital. Ao analisar os anúncios de vendas publicados nos jornais capixabas, como o da livraria *Alves & C*, percebe-se a grande quantidade de obras dedicadas ao ensino primário e secundário, livros que versavam desde história e geografia, passando pela matemática e contos literários. Dentre os fascículos de literatura propostos aos alunos, destacavam as seletas literárias, além de escritos clássicos como *Eneida*, de Virgílio e os *Lusíadas*, de Camões (SALIM; OLIVEIRA, 2017, p. 50).

2.4. A IMPRENSA CAPIXABA E ESTUDANTIL: O VOCABULÁRIO SOBRE O ATHENEU

Em levantamento sobre a imprensa na Província do Espírito Santo, Heráclito Amâncio Pereira (1922, p. 39-40; 1925, p. 30; 1926, p. 44-52) constatou que 77 periódicos, incluindo os estudantis, foram postos a circular pelo Espírito Santo durante o período em que o Atheneu Provincial esteve em funcionamento. Concernente aos jornais produzidos pelos alunos do Atheneu, entre 1873 e 1890, circularam seis jornais científicos e literários, como se vê a seguir.

Quadro 10 – Periódicos editados por alunos do Atheneu Provincial (1873-1890)

Periódico	Ano de lançamento	Redatores
A Aurora	1875	Jose de Mello Carvalho Muniz Freire, Affonso Cláudio e João Monteiro Peixoto
A Liberdade	1876	Jose de Mello Carvalho Muniz Freire, Candido Vieira da Costa, Affonso Cláudio e Cleto Nunes Pereira
Sete de Setembro	1878	Amâncio Pereira, Lydio Mululo e Pedro Lyrio
Pyrilampo	1882	João Magalhães Junior, Aldano Paiva, Lydio Mululo e José Araujo Monjardim, amos integrantes da Sociedade <i>Amor as Letras</i> ⁽¹⁾
O Athleta	1885	Sociedade <i>Amor as Letras</i> ⁽¹⁾
O Semanal	1889	Affonso de Magalhães, Éneas Tagarro e Sebastião Barroso

Fonte: PEREIRA, Heráclito Amâncio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória: Tipografia Coelho, 1922, p. 39 – 40; 1925, p. 30; 1926, p. 44 - 52. (1) O capítulo 3 desta dissertação abordará as sociedades, incluindo o *Amor as Letras*, formadas pelos alunos do Atheneu.

O primeiro impresso organizado pelo corpo estudantil foi o *A Aurora*. A edição de lançamento data de 24 de setembro de 1875 e seus redatores foram José de Mello Carvalho Muniz Freire, Affonso Cláudio e João Monteiro Peixoto. Na época da inauguração, Muniz Freire tinha apenas 14 anos. A folha impressa tinha como objetivos debater ciência e literatura, além de melhorar a instrução pública da província (BASTOS, 2016, p. 278-280). O jornal, no entanto, teve duração curta e suas atividades encerraram-se naquele mesmo ano. Em carta enviada ao professor do Atheneu, José Joaquim Póvoa, Muniz Freire revelou que o jornal finalizou suas atividades no primeiro ano de funcionamento devido à oposição do Capitão Basílio Carvalho

Daemon,⁶¹ redator e proprietário do jornal *O Espírito Santense*, em face das ideias progressistas dos jovens estudantes.

Ilmo. Sr. Dr. Póvoa. Eu e alguns colegas desejamos dar à luz um pequeno jornal, sem outras pretensões senão escrevermos alguma coisa, visto que aqui nesta cidade os moços pouco ou nada leem por falta de incentivo e a iniciativa deve haver. O ano passado começamos a escrever um periódico Aurora, mas retirando-se o Peixoto que era incansável, publicação dele parou; procuramos continuar este ano, mas como não desejamos fazê-lo na tipografia do Sr. Capitão Daemon, atenta a oposição que ele fez na publicação da mencionada Aurora, em setembro de 75, aguardamos uma ocasião oportuna para tal.[...] Consentindo não só na publicação deste nosso periódico nos prelos do seu conceituado jornal, e também concorrendo com sua amestrada e hábil pena para o brilhantismo do mesmo. Aqui paro contando desde já com sua proteção e auxílio assino-me. Am^o e abr^o - José de Mello Carvalho Muniz Freire (SANTOS, 2013, p. 59).

Curiosamente, no jornal *O Espírito Santense* (1875, ed. 115, p. 3), a única menção ao referido periódico estudantil teve como propósito felicitar os jovens pela iniciativa e desejar longa duração, já que o jornal serviria de espaço para os estudantes porem em práticas os ensinamentos e se prepararem para o futuro. De acordo com a carta transcrita anteriormente, Muniz Freire não desistiu dos seus ideais e procurou seu professor pedindo proteção política contra Daemon e ajuda financeira para a confecção de novo jornal. Atendendo ao pedido, Póvoa cedeu a oficina e os materiais do jornal *Gazeta do Commercio*⁶² para a produção daquele que viria a ser o segundo periódico produzido pelos estudantes, *A Liberdade*. O novo jornal saiu à luz em 6 de agosto de 1876 e, de acordo com Heráclito Pereira (1922, p. 40) teve vida curta, sendo dirigida por Muniz Freire e Candido Vieira da Costa e com a colaboração de Affonso Cláudio, Cleto Nunes Pereira e outros jovens.

Ao que tudo indica, o embate entre Daemon e os estudantes não acontecia nas folhas d'*O Espírito Santense*, já que nenhuma crítica ao Muniz Freire, enquanto estudante, ou aos jornais sob sua direção foram localizadas nas páginas do impresso. Ao contrário, em nota d'*O Espírito Santense*, de 1877, fora mencionada a partida de Muniz Freire da província. Na ocasião, relatou-se que o jovem estudante optou por completar os estudos fora da terra natal e o editor desejava-lhe boa viagem (*O Espírito Santense*, 1877, ed. 15, p. 2).

⁶¹ Nascido no Rio de Janeiro em 8 de fevereiro de 1834, veio para o Espírito Santo aos 27 anos, se instalando em Cachoeiro de Itapemirim, onde exerceu diferentes profissões, incluindo advogado e professor de primeiras letras. Em 1872, foi eleito para a Assembleia Provincial e passou a residir em Vitória, onde foi Promotor Público e Fiscal, tesoureiro da alfândega, curador de órfãos e bibliotecário da Biblioteca Pública, última ocupação. Faleceu em 1^o de dezembro de 1893 (ROCHA, 1977, p. 87-89).

⁶² Surgiu em 24 de junho de 1876, encerrando as atividades dois anos depois. Póvoa, seu redator e proprietário, contou com a colaboração de Cleto Nunes Pereira e Affonso Cláudio, alunos do Atheneu na época. Em 1878, Póvoa lança outro periódico denominado de *Gazeta da Victoria*.

O Sete de Setembro foi lançado em 1878, na data comemorativa da Independência do Brasil, e teve a primeira edição impressa em folhas verdes e amarelas em homenagem ao dia (PEREIRA, 1925, p. 30).

Figura 7 – Capa do jornal estudantil *Sete de Setembro* (1878)



Fonte: *Sete de Setembro*, 1878, ed. 10, p. 1. Disponível em: <bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em julho/2018.

A folha circulava aos domingos e era dirigida por Amâncio Pereira,⁶³ Lydio Mululo e Pedro Lyrio, todos alunos do Atheneu. Como as outras tentativas, essa também contou com o auxílio do professor Póvoa ao utilizar a sua tipografia para a impressão. Deve-se mencionar que este é o único jornal disponível em acervos de pesquisa. Na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, consta duas edições do *Sete de Setembro*, o número dez, de 10 de novembro de 1878, e o número 18, de 16 de agosto de 1879. Na publicação, encontramos matérias ligadas às notícias corriqueiras da província, além de trechos de obras literárias traduzidas, anúncios, biografias, poemas e editorial sobre a instrução pública.

Alguns anos depois, viria a luz *O Pyrilampo*. Sua primeira edição data de 20 de agosto de 1882 e era publicado duas vezes por mês. O jornal pertencia à sociedade *Amor as Letras*,⁶⁴ e tinha

⁶³ Anunciou sua saída n' *O Espírito Santense* (ed. 80, 18 de setembro 1878, p. 2) isentando-se de qualquer responsabilidade que o jornal pudesse trazer a partir daquele momento.

⁶⁴ No capítulo 3 desta dissertação, abordaremos a sociedade *Amor as Letras*, entre outras associações e grêmios estudantis organizados pelos alunos e professores do Atheneu Provincial, para estabelecermos o perfil intelectual da instituição.

como redatores principais os alunos João Magalhães Junior, Aldano Paiva, Lydio Mululo e José Araújo Monjardim. O jornal *A Província do Espírito Santo*, ao abordar o lançamento do “jornalzinho estudantil”, comenta que ele foi recebido com festejos pela sociedade capixaba, pois em suas páginas trazia uma variedade de assuntos, como: poesias, notícias, charadas, folhetins, crônicas e artigos, tudo escrito pelos alunos e alguns colaboradores (*A Província do Espírito Santo*, 1882, ed. 68, p. 2).

Em 16 de agosto de 1885, começou a ser distribuído pela capital: *O Athleta*. O periódico que pretendia, em suas quatro páginas, “advogar pela instrução e auxiliar a mocidade estudiosa” (PEREIRA, 1926, p. 49), era publicado três vezes ao mês pela tipografia do jornal *A Folha da Vitória* e também contava com a participação de integrantes da sociedade estudantil *Amor as Letras*. Apesar de escrito em Vitória, o jornal circulava por localidades distantes da capital. Em Cachoeiro de Itapemirim, região sul da província, o início de sua publicação fora noticiado em periódico local que ressaltou a atitude dos estudantes, afirmando que era “digno do maior apreço esse esforçado tentamento da mocidade espírito-santense ao encetar seu tirocino ao mundo das letras. Caminhai, mocidade!” (*O Cachoeirano*, 1885, ed. 38, p. 1).

O Semanal foi o último jornal organizado pelos alunos do Atheneu. Começou a ser impresso em 02 de abril de 1889, com o corpo editorial formado por Affonso de Magalhães, Éneas Tagarro e Sebastião Barroso, chegando ao fim em 18 de agosto de 1890, com 44 números publicados com a colaboração do diretor, lentes e normalista do Atheneu, além de outros professores da capital. *A Província do Espírito Santo*, que cedia sua tipografia para impressão d’*O Semanal*, observou em um dos seus números o lançamento da folha organizada pela “mocidade estudiosa que veio armar a tenda de combate nas duas gloriosas arraias da imprensa” (*A Província do Espírito Santo*, 1889, ed. 1908, p. 3).

Não obstante, na impossibilidade de analisar o conteúdo desses impressos devido à ausência de grande parte dos registros, é interessante notar o empenho dos alunos em produzir seu próprio jornal e contribuir para a esfera literária do Espírito Santo. É perceptível a importância da instituição para a vida intelectual da província, elemento comumente ressaltado nos demais periódicos inventariados quando o tema se referia ao Atheneu Provincial.

Segundo Karulliny Silverol Siqueira (2016, p. 75-83), os jornais capixabas publicados a partir da década de 1870 foram caracterizados pela diversidade de opinião política, podendo ser da ala liberal, conservador ou democráticos. Essa última denominação, embrião no movimento republicano, foi responsável por trazer uma nova vertente que pautava suas opiniões na ideia de “progresso, ilustração e ciência”

Como demonstrado anteriormente, nas últimas décadas do período imperial brasileiro houve vigorosa circulação de teorias ligadas ao progresso e ciências, assim como novas ideias políticas. Siqueira (2013) argumenta que a ampliação da área de alcance de jornais e livros em solo capixaba ocorreu, em grande parte, pela atuação da elite intelectual, que tinha acesso à instrução e ao ensino superior. A autora demonstra, ainda, que a imprensa foi um importante espaço de debate político, ajudando a ampliar a esfera literária e intelectual da província.

Ao analisar a esfera ou espaço público, Jüger Habermas (2014) esclarece que a opinião do público leitor teria a competência de dominar o exercício do poder político. O controle surge a partir da publicização das ações institucionais, fato que permitiu ao público supervisionar e criticar tais ações. Assim, para este estudo entende-se que os jornais tiveram a função de, “através da opinião pública (da esfera burguesa que era composta pelos proprietários e leitores), intermediar as relações entre o Estado e as necessidades da sociedade” (2014, p. 93-95). Habermas destaca ainda que uma das funções da esfera pública diz respeito à formação da opinião dos indivíduos, pois compete a ela reconhecer problemas sociais e pressionar os políticos, de modo a influenciá-los nas questões que foram debatidas e problematizadas. É claro que a aceitação dessa opinião pode variar de acordo com o divulgador, sua qualificação como membro da sociedade, a argumentação e entre outras variáveis. Assim, grupos ou indivíduos com popularidade na sociedade podem utilizar de seus discursos, com maior poder de alcance, para facilitar a captação de adeptos para suas ideias e julgamentos. No entanto, para estabelecer uma opinião pública que possa influenciar a política é imprescindível que haja a participação das outras pessoas, inclusive dos leigos, pois estes também constituem a esfera pública.⁶⁵

Durante os anos que o Atheneu auxiliou no desenvolvimento intelectual e moral dos estudantes, as notícias referiam-se à instituição como “a casa da instrução” (*O Espírito Santense*, 1890, ed. 2325, p. 2). A missão educacional da instrução pública era ressaltada nos periódicos. Para os redatores cabia ao colégio “separar o joio do trigo” (Cf. *A Província do Espírito Santo*, 1883, ed. 274, p. 3), formar “cidadãos úteis” (Cf. *A Folha da Victoria*, 1884, ed. 104, p. 4) e prover a “inteligência e ilustração provincial” (*O Estado do Espírito Santo*, 1890, ed. 2201, p. 2), ou seja, estabelecer a ordem e disciplina no Atheneu, transpassando esses ideais à sociedade.

⁶⁵ Jüger Habermas (2003, p. 107) acrescenta ainda que diferentes grupos podem usar a esfera pública para propagar suas ideias e que, certas pessoas, têm o monopólio das informações. O autor não só reconhece a existência de outras esferas como admite que suas existências garantem um acesso mais amplo à esfera pública. Assim, ele estabelece três tipos de esferas públicas parciais: episódica, presença organizada e a abstrata. Para Habermas (2003, p. 107), estes níveis diferentes de esferas públicas estão sempre interagindo entre si, justapondo-se e interligando-se, de modo que essas esferas parciais sempre produzam uma expansão daquilo que é elaborado na esfera pública.

Foi por causa da sua função que a reforma curricular do Atheneu em 1882 suscitou intenso debate entre três importantes jornais da província, a saber: *A Folha da Victória*, *A Província do Espírito Santo* e *O Horizonte*. Convém esclarecer, então, quem era o público divulgador dessas tentativas de mudanças.

Compartilhando a mesma opinião sobre a reforma de 1882, mesmo com posições políticas distintas, *A Folha da Victoria* e *A Província do Espírito Santo* eram favoráveis ao acréscimo das aulas normais e cursos complementares de Letras, Agricultura e Comércio na grade curricular do colégio. Sobre as características ideológicas desses jornais, Karulliny Silverol Siqueira (2016, p. 123-128) assevera que *A Folha da Victoria* foi um periódico conservador e se destacava por realizar intensos ataques políticos e por defender a exclusão do povo da participação política.⁶⁶ Já *A Província do Espírito Santo* foi o jornal com a maior tiragem da província, produzindo cerca de 1.200 exemplares por dia, e filiado ao partido liberal.⁶⁷

Na visão de ambos jornais, a instrução pública deveria ter como objetivo principal a formação de “cidadãos úteis” para o trabalho, atuando no ensino de uma profissão. Acreditavam que a instituição não poderia se limitar às atividades dos exames preparatórios de ingresso nas faculdades. O ensino, portanto, deveria ser voltado para o mercado de trabalho, substituindo o “ensino estéril, puramente oficial” (*A Província do Espírito Santo*, 1882, ed. 93, p. 1). Enquanto o currículo em execução era denominado como “antigo”, o novo currículo escolar fora considerado mais útil e importante por abrir “aos espíritos estudiosos um horizonte mais rasgado do que o atual”, e não se concentrar apenas na preparação para as funções administrativas dos governos e aos cursos superiores como a versão curricular até então em execução. Fica claro nesse discurso a ideia da instrução pública para todos os cidadãos, atendendo aos jovens que desejavam ingressar nos cursos superiores como para aqueles que somente queriam adentrar o mundo do trabalho.

Ainda sobre a reforma de 1882, *O Horizonte*, que teve Maximino Maia como redator, não aprovou as reformas. Para esse jornal, ligado ao partido liberal e lançado em 1882, a instituição tinha por obrigação ser “útil para a vida” intelectual, função que as aulas destinadas à formação do magistério não trariam, pois essa “nova política [teria] aniquilado e entorpecido a marcha regular do progresso” (*O Horizonte*, 1883, ed. 79, p. 2). O jornal esclarece, ainda, que o ensino secundário não precisava de professores formados pelo magistério, já que os atuais possuíam

⁶⁶ A Folha fora fundada em 1883 e era dirigida por Aristides Freire (PEREIRA, 1925, p. 46).

⁶⁷ *A Província* iniciou sua tiragem em 1882 e tinha como editores José de Mello Carvalho Muniz Freire e Cleto Nunes.

“os predicados físicos, intelectuais e morais, indispensáveis ao preceptor da mocidade”. Na opinião de Maximino Maia, os professores do Atheneu tinham condições de preparar os alunos para os exames das faculdades imperiais e formar bons cidadãos (*O Horizonte*, 1883, ed. 81, p. 2).

Karulliny Siqueira (2016, p. 134) aponta que Muniz Freire, Cleto Nunes e Maximino Maia faziam parte de um grupo de reformadores que discutiam o atraso da província e a necessidade do fim da escravidão, sem precisar cortar os vínculos com a monarquia. Para a autora, esse aspecto é evidente nas páginas de *A Província do Espírito Santo*, pois os redatores tinham uma “linguagem ordeira” em suas publicações ao tentarem manter os preciosos vínculos ao partido Liberal sem se exaltar nas críticas ao governante. Quanto à instrução pública, Maia acusava seus companheiros de partido de aderirem ao tema por mero negócio político. Dez anos depois, veríamos que Maia estava enganado, já que Muniz Freire foi o responsável pela reforma definitiva do Atheneu. Percebe-se que nesse momento o futuro governador já demonstrava a fragilidade, em sua opinião, do ensino ofertado pelo colégio que atendia uma pequena parcela da população e não dava os frutos esperados. Nota-se, portanto, que sua crítica sobre a real função da instrução pública secundária já começava a ser elaborada na década anterior.

Quanto às publicações em tom de crítica ao Atheneu, é no periódico *A Folha da Victória* que se encontram o maior número. Nas suas páginas, foi possível verificar reclamações dos editores sobre a péssima condição estrutural do edifício, sobre a demora na efetivação dos contratos dos professores e a baixa frequência estudantil, além de protestos sobre a falta de itens básicos para seu funcionamento como água, material didático etc.

As páginas também eram utilizadas para denunciar o que os redatores consideravam os abusos cometidos pelos dirigentes em razão de perseguição política. Um dos casos diz respeito à paralisação das atividades docentes do Padre Francisco Antunes Siqueira por 15 dias, devido à acusação de incivildades com outros professores. Para *A Folha da Victória* (1884, ed. 101, p. 1-2), em 1884, reinava a desordem no Atheneu, e os lentes estavam submetidos a “mesquinhas vinganças” por conta de assuntos particulares. A prova de tal fato foi a substituição do reverendo pelo professor Miguel Teixeira da Silva Sarmiento, que ministrava aulas de primárias de Português sem concurso. Por fim, o jornal conclamava a presidência da província para tomar medidas que visassem restabelecer a paz entre os professores.

Sobre o Padre Siqueira, convém destacar algumas informações. Nascido em terras capixabas em 1832, o padre ministrou aulas de Latim, Literatura e Língua Nacional entre 1876 e 1891⁶⁸ no Atheneu Provincial, além de ter atuado como professor do ensino primário em diversas escolas da região ⁶⁹ e diretor do colégio particular Nossa Senhora da Victoria (*Jornal da Victoria*, 1869, ed. 506, p. 4). Com o encerramento das atividades do Atheneu Provincial, o professor Siqueira passou a lecionar na Escola Normal como lente de Português, desempenhando também a função de diretor, cargo que ocupou até falecer, em 1897 (*O Estado do Espírito Santo*, 1897, ed. 282, p. 2).

Durante os 65 anos de vida, Padre Siqueira também se dedicou ao serviço público. Atuou como Inspetor das Escolas Públicas de Santa Cruz (*Jornal da Victoria*, 1867, ed. 330, p. 1), secretário do Atheneu (*A Folha da Victoria*, 1889, ed. 572, p. 4) e Deputado Provincial da província capixaba para a legislatura de 1862 (DAEMON, 2010, p. 413). No campo literário, o professor-padre teve vida ativa. Publicou diversos livros sobre religião, história do Espírito Santo e língua portuguesa, que estão descritos no Quadro 19 desta dissertação, além do poema em comemoração ao fim da Guerra do Paraguai, em 1870 (*Vida Capichaba*, 1940, ed. 506, p. 24).

Alguns jornais também desaprovavam que as lutas políticas fossem levadas para dentro do colégio, com prejuízo para a educação e manchando a decência do governo. Não consideravam aceitável que as querelas entre conservadores e liberais motivassem a exoneração do professor, como foi o caso da demissão do Lente de Português Aristides Brasileiro de Barcellos Freire. Argumentavam que o professor deveria ser punido pelos erros que cometesse como funcionário público, não por causa de fofocas políticas.

Não é o valor intrínseco do ato de demissão, mas o prejuízo que sofre a mocidade com essa vilania, que abate a dignidade do governo. Puna-se o funcionário que falta ao cumprimento de seus deveres comprometendo o serviço público; mas não se constitua de resíduos de ódios e vinganças a ação do governo, porque tal procedimento prepara um futuro terrível. O sacrifício da justiça e a falta de reconhecimento ao mérito de um empregado público, abre fundas brechas nos governos, que não sabem reagir contra as ciladas da intriga. Não será a presente situação a última; o partido conservador ainda galgará, e talvez muito cedo, as alturas do governo; e só isso deve trazer sobressaltadas essas consciências, que de descuidam do futuro, que tão bons elementos vai recebendo do presente, exclusivamente consagrado ao sacrifício da lei e da moralidade. Não desesperem os nossos amigos. O partido conservador há de ter

⁶⁸ Os anos que o professor Siqueira ministrou aulas no Atheneu estarão especificados no Apêndice B – Lista dos docentes (1873-1892).

⁶⁹ Foram identificados a localidade de Santa Cruz (*Jornal da Victoria*, 1864, ed. 18, p. 2), o Colégio Espírito Santense (*A Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo*, 1869, ed. 03, p. 17), da Companhia de Aprendizes Marinheiros (*O Horizonte*, 1882, ed. 39, p. 6) e diretor do colégio particular Nossa Senhora da Victoria (*Jornal da Victoria*, 1869, ed. 506, p. 4).

tempo de pagar com usura os excessos do atual governo (*A Folha da Victoria*, 1889, ed. 648, p. 1).

Corroborando essas ideias, *O Cachoeirano* (1889, ed. 43, p. 1) citava que os liberais censuraram as aulas do professor Freire até ele não ter condições de lecionar e ser demitido, perfazendo, assim, perda lastimável para a instrução pública. Esse jornal, que tinha como proprietário e redator João Loyola e Silva, surgiu em 1877 e defendia ideias mais progressistas, por exemplo, o alcance das classes menos favorecidas ao ensino escolar. Silva caracterizava seu jornal como “porta-voz de denúncias contra o governo” ao colocar os anseios da população em primeiro lugar. Logo, a demissão do professor era mais um abuso de poder cometido pelo poder público.

O jornal *A Província do Espírito Santo* (1883, ed. 277, p.2) publicou diversas notícias elogiosas à instituição. Algumas matérias tinham a clara intenção de parabenizar o esforço institucional para melhorar a instrução secundária, por exemplo, a iniciativa do diretor escolar em pedir ao inspetor das obras públicas brevidade na construção da calçada em frente ao prédio, assim como a reforma da fachada do mesmo. O periódico noticiou ainda, em 1886, que a organização administrativa e escolar da instituição eram destaques na imprensa internacional. Anunciou que o Atheneu Provincial fora caracterizado na *Escrepta para a Exposição de Berlim*⁷⁰ como o “título de um bem montado estabelecimento de instrução pública secundária” (*A Província do Espírito Santo*, 1886, ed. 1235, p. 4). Trata-se da obra escrita por Joaquim Adolpho Pinto Pacca e que nela constaria a história do colégio.

Convém destacar que o Presidente da Província costumava visitar a instituição periodicamente. N’*O Horizonte* (1882, ed. 32, p. 3), foi noticiado que o Dr. Inglez de Sousa, acompanhado do secretário de governo, estivera na repartição da Instrução Pública, na Biblioteca Pública e no Atheneu Provincial, onde assistira as aulas de Inglês e Português, objetivando fiscalizar o bom andamento da educação provincial. As regulares visitas do diretor escolar nas aulas para examinar os materiais didáticos dos alunos também era destaques na imprensa local: “O Sr. Dr. Diretor do Atheneu, desde segunda-feira que tem estado examinando as cadernetas, e reunindo os alunos de cada aula, no seu gabinete, em presença do lente de cada língua ou ciências, tem separado o joio do trigo. Há ordem e disciplina tais no Atheneu, que parece que foi ali o campo de Troia!” (*A Província do Espírito Santo*, 1883, ed. 274, p. 3).

⁷⁰ A exposição acontecia regularmente em Berlim, Alemanha. A província recebeu o convite para participar pela primeira vez em 1886 e algum tempo antes, a sociedade capixaba começou a se organizar para o evento internacional. Como primeira iniciativa realizou uma reunião em que ficou exposto, nas salas da Inspeção de Terras e Colonização os produtos que deveriam ser enviados. Pare aquele ano, além do livro, seriam enviados produtos naturais, frutos medicinais, minerais, produtos agrícolas e industriais, além de bebidas típicas do Espírito Santo (*O Cachoeirano*, 1886, ed. 28, p. 1; *A Folha da Victoria*, 1886, ed. 288, p. 3).

O Atheneu também era louvado por abrigar exposições. *O Constitucional*⁷¹ (1888, ed. 29, p. 2), de ideias conservadoras, comunicou, em 1888, com “grande animação e entusiasmo”, que a exposição organizada pela *Sociedade Espírito Santense de Imigração*⁷² estava há alguns dias de ser inaugurada no Atheneu, já que era local mais propício para receber a “festa do verdadeiro progresso”. Além de manifestações culturais, o edifício também era utilizado para as eleições de vereadores e juizes de paz da capital (*A Província do Espírito Santo*, 1882, ed. 37, p. 4) e concursos para professores públicos do ensino primários e secundários da província (*A Actualidade*, 1878, ed. 64, p. 8).

Pelas folhas impressas, nota-se a visão de destaque dada aos professores no âmbito da instituição e do ensino da província. Ressaltava-se o protagonismo dos docentes e a função meritória da profissão. A linguagem utilizada pelos redatores quando se referiam aos catedráticos eram sempre adjetivos elogiosos. Aos docentes eram reservados vocábulos como “ilustrados lentes”, “mestres” e “preceptor da mocidade”, geralmente precedido pelo status acadêmico ou social.

Em editorial publicado no jornal *A Actualidade* (1878, ed. 42, p. 3 e ed. 44, p. 1), foi anunciada a revogação por parte do governo provincial da nomeação para lente efetivo do Atheneu pela ausência de ensino superior do “Sr. Adolpho de Siqueira”⁷³. Admitido para a cadeira de Geometria e Trigonometria do colégio em 9 de outubro de 1877, Siqueira teve sua nomeação questionada pelo referido jornal. Pautado na Lei de 12 de julho de 1867, o periódico argumentava que a nomeação de lentes efetivos sem concursos somente devia ocorrer para os formados em Academias do Império ou com grau acadêmico, o que não era o caso do referido lente. Para os demais professores, era necessário o concurso público para assumir o cargo. O jornal afirmava ainda que o “Dr. Francisco Gomes Azambuja Meirelles”⁷⁴, designado como lente efetivo de Aritmética e Álgebra na mesma data, não teve problemas para assumir suas funções.

⁷¹ Circulou entre 1885-1889 em Cachoeiro de Itapemirim e travou vários embates com os republicanos em suas páginas.

⁷² Surgiu em 1886 e teve como primeiro presidente eleito, o Desembargador Antônio Joaquim Rodrigues, além de outras figuras importantes da província como Cleto Nunes Pereira, Basílio Daemon, Jose de Mello Muniz Freire e Alpheu Adolfo Monjardim de Andrade e Almeida (*O Cachoeirano*, 1886, ed. 30, p. 2).

⁷³ Adolpho José de Siqueira foi secretário do Atheneu Provincial, além de professor particular do ensino primário e secundário (*Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola do Província do Espírito Santo*, 1886, ed. 3, p. 27). Anos depois, seu nome figura entre os professores da instituição para a cadeira de Matemática (*A Folha da Victoria*, 1887, ed. 394, p. 4).

⁷⁴ Nasceu em 1835 na cidade da Serra, deste Estado. Coursou o ensino primário e secundário no Rio de Janeiro a partir de 1848, onde concluiu o curso de Medicina em 1857. Foi médico da *Santa Casa de Misericórdia*, vereador municipal, lente de Matemática do Atheneu e inspetor do Tesouro Provincial, além de deputado provincial e geral. Faleceu em 03 de junho de 1883 (*Diário da Manhã*, 1917, ed. 127, p. 3).

O jornal *O Cachoeirano* (1877, ed. 20, p. 4) também fez questão de mencionar o status acadêmico de dois professores da instituição. Em carta assinada pelos docentes “Dr. Florêncio Francisco Gonçalves”,⁷⁵ “Bacharel Eduardo Gomes Ferreira Veloso”,⁷⁶ entre outros cidadãos, e enviada à redação, prestava-se homenagens aos bons serviços exercidos pelo então Presidente da Província, Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama.

O comprometimento dos docentes com o colégio também era digno de nota. Nas páginas dos jornais da província, era comum a divulgação de notícias relacionadas à publicação de livros pelos professores. Esse foi o caso da obra produzida pelo professor de Latim, o padre Antunes de Siqueira, por ocasião da impressão da *Syntaxe Latina*. A notícia publicada em 1885 pelo periódico *O Espírito Santense* (1885, ed. 89, p. 2) ressaltava o “acabamento que presta a nosso fraco juízo a obras didáticas esse luminoso trabalho”. Já o jornal *O Horizonte* noticiou as diversas publicações da *Memória Histórica* do Atheneu Provincial. De acordo com o Regulamento n. 152 artigo 19 § 9, organizado no ato de criação do Atheneu, a redação do livro ficava sob responsabilidade de um professor da instituição, escolhido pela Congregação de Lentes ao final de cada ano letivo (*O Espírito Santense*, 1873, ed. 230, p. 1). Para o ano de 1883, designou-se o Dr. Alfredo Paulo de Freitas⁷⁷ para escrever a história do Atheneu do ano anterior (*O Horizonte*, 1883, ed. 13, p. 3).

Com efeito, ressaltava-se a capacidade intelectual dos docentes com os avanços do sistema de ensino. Era louvável para as instituições secundárias terem professores com ensino superior e ótimo relacionamento com a comunidade externa, como se registrou: “A instrução primária e secundária também deu um avanço e não pequeno: o Atheneu e o Colégio Nossa Senhora da Penha demonstram o grande melhoramento, pois que, hoje, lecionando nesses estabelecimentos professores de subida capacidade [...]” (*O Espírito Santense*, 1875, ed. 8, p. 4).

As notas de pesares pelo falecimento dos professores também revelam o prestígio social daqueles que atuaram no âmbito do Atheneu. Entre os professores cabe destacar a figura de Ignacio dos Santos Pinto⁷⁸, que faleceu em 1879 e, mesmo 46 anos após sua morte, ainda era

⁷⁵ Foi médico e cirurgião mór, encarregado da enfermaria militar do Espírito Santo, além de lente de Francês do Atheneu Provincial (*O Cachoeirano*, 1877, ed. 20, p. 4).

⁷⁶ Promotor público da comarca da capital e lente de Geometria da Atheneu Provincial (*O Cachoeirano*, 1877, ed. 20, p. 4).

⁷⁷ Médico do exército brasileiro (*Gazeta de Itapemirim*, 1883, ed. 9, p. 1), professor de Filosofia e diretor da instituição (*O Espírito Santense*, 1883, ed. 50, p. 4), além de redator do jornal *O Horizonte*. Em 15 de novembro de 1883, é noticiado pelo jornal *A Folha da Victória* (1883, ed. 38, p. 2) que Freitas transferiu sua lotação militar para o Rio Grande do Sul.

⁷⁸ Foi professor de Latim da instituição desde a sua criação e teve biografia escrita por Basílio Daemon em 1879 (*Folha da Victoria*, 1883, ed. 8, p. 2).

lembrado com pesar pelos jornais. Em 1883, a *Folha da Victória* anunciou que há quatro anos “a mocidade perdia um preceptor modelo” (*Folha da Victoria*, 1883, ed. 8, p. 2.), por isso, era preciso prestar homenagens. Para tanto, foi redigido um documento assinado pelos mestres e discípulos do Atheneu pedindo ao diretor da instituição a permissão para colocar o retrato em óleo do professor em uma sala de honra. Apesar do pedido negado, o jornal conclamou os interessados a não desistirem. Alguns anos depois, ainda eram publicadas notas relembrando o triste dia para a educação capixaba. *A Província do Espírito Santo* (1885, ed. 857, p. 3) argumentou que se perdeu um dos docentes com “inteligência culta e caráter [...] moldado pela severidade e pela honra” e o *Jornal Oficial* (1907, ed. 166, p. 1) anuncia que a memória do professor é sempre venerada por seus conterrâneos, mesmo 28 anos após sua morte. É curioso notar que o nome do professor não veio precedido por nenhuma titulação acadêmica, o que pode indicar que Pinto não fez o curso superior. Tal episódio pode ser explicado pelo fato de o professor ministrar as aulas Latim para o ensino secundário desde o tempo do Liceu, adquirindo status entre o governo provincial que o incumbiu da missão de ensinar aos jovens. Affonso Cláudio (*Vida Capixaba*, 1925, ed. 48, p. 17), que possivelmente teve contato com o lente durante sua passagem como aluno pelo Atheneu, ao publicar memorial sobre Ignacio Pinto, o descreve como homem sério que era costume lecionar vestido de sobrecasaca preta, cartola, de paletó, colete branco, gravata e calças pretas, e que provavelmente sabia as línguas gregas, hebraicas, inglesa, francesa e espanhola.

Outro professor que teve o falecimento divulgado nos jornais foi Francisco Gomes de Azambuja Meirelles. *O Horizonte* (1883, ed. 60, p. 2) e *O Cachoeirano* (1883, ed. 25, p. 2) comentaram que, mesmo sem o convite formal da família, número superior a duas mil pessoas acompanhou o sepultamento, algo que o jornal ressaltava como nunca visto na cidade. Os redatores o descreveram como “figura querida pelos capixabas”, que recebeu diversas homenagens por onde seu caixão passava, incluindo de professores e alunos do Atheneu, que ofereceram flores e fizeram discursos. Ernesto Vieira de Mello⁷⁹ foi outro docente que mereceu destaque nos periódicos pelo seu falecimento em 1887. Os jornais *O Constitucional* (1887, ed. 51, p. 1) e *A Província do Espírito Santo* (1887, ed. 1495, p. 2) informaram que receberam o telegrama vindo da capital do Império, anunciando sobre sua morte e que tal notícia foi sentida

⁷⁹ Era natural de Pernambuco, onde concluiu a faculdade de direito em 1872 e exerceu o cargo de deputado provincial em diversas legislaturas. Veio para o Espírito Santo ocupar o cargo de juiz municipal de Vitória, mas pediu exoneração da magistratura para abrir um escritório de advocacia. Foi também procurador fiscal e lente de Retórica do Atheneu, onde foi empossado em 1881. Pertencia ao partido conservador e faleceu aos 40 anos (*O Constitucional*, 1887, ed. 51, p. 1).

por todos da província. Com grande pesar, os redatores o colocaram como “cavalheiro de fino trato”, conhecido na província pela “generosidade e largueza dos seus sentimentos partidários”.

Aos docentes, cabia a tarefa de instruir os alunos, considerados "germem (sic) isolado que não cresce pela simples força nativa" (*A Província do Espírito Santo*, 1885, ed. 1118, p. 3), necessitando, assim, de um auxílio externo para despertar a inteligência. Para cumprir a missão, acreditava-se que os professores deveriam ter certos qualificativos como “dignos e morais”, "homens de inequívoca probidade", "severidade bronze, espírito culto e dominado das boas maneiras" (*A Província do Espírito Santo*, 1882, ed. 59, p. 2). Como se nota, tratava-se de valores ligados à moral e bons costumes considerados essenciais para um bom professor.

Em oposição aos qualificativos considerados ideais aos docentes, as páginas dos impressos revelaram os valores imputados como prejudiciais à carreira do magistério e à educação dos alunos. Não são raras as denúncias referentes a práticas ilegais dos professores, como ocupar dois cargos públicos concomitantes, faltas sem justificativas e até a análise do método educativos utilizado dos professores.

A crítica mais recorrente aos professores nos jornais era o acúmulo de cargo público. Foram os casos de Benjamim Constant Pereira da Graça, Alfredo Paulo de Freitas e Manoel Goulart de Souza. Benjamim da Graça, durante o governo do Presidente da Província Domingos Monteiro Peixoto, foi nomeado para exercer as funções de Secretário de governo, professor de Retórica e Poética do Atheneu, membro do Conselho Central e Inspetor Geral, ambos da Instrução Pública. Para o Promotor Público, que publicou a acusação, Augusto Nogueira da Gama, a prática feria a Circular n. 573 de 10 de novembro de 1837, que permitia o acúmulo de cargo somente quando fossem de pequeno ordenado, o que não era o caso (*O Espírito Santense*, 1876, ed. 1, p. 3). Em outra situação, Basílio Daemon assinou o editorial expondo a atitude do Presidente da Província no período, Miguel Bernardo Vieira de Amorim, que concedeu férias ao lente de Filosofia, Dr. Freitas, quando este se encontrava nomeado como cirurgião de um batalhão em Porto Alegre/RS. Daemon questionava como poderia o professor estar em duas províncias ao mesmo tempo? A prática, na visão do redator, era o “desrespeito patente tributado a moral” (*O Espírito Santense*, 1883, ed. 95, p. 1). Já o Dr. Souza recebeu um aviso do Ministério do Império, informando que devido a seu cargo de Inspetor da Saúde Pública, não poderia acumular os cargos de professor do Atheneu e de médico de partido da Câmara Municipal da Capital, pois o exercício da medicina necessitava de horas livres para atender aos chamados (*O Horizonte*, 1884, ed. 2, p. 2).

A forma de ensinar aos alunos também era questionada nos jornais. Em matéria assinada pelo indivíduo denominado de “Lycurgo”, expunha-se que o professor Miguel Sarmiento não tinha capacidade para ensinar, já que suas aulas não preparavam os alunos para as provas de admissão no ensino superior. Contudo, para o assinante do editorial, o que mais chocava era a falta de atitude do Presidente da Província, Marcelino de Assis Tostes, que não tinha exonerado o professor Sarmiento.

[...] Se S. Ex.^a tivesse interesse pela província não havia de consentir que continuasse no Atheneu Provincial o Sr. Miguel Sarmiento, que, sem método para o ensino, está prejudicando a mocidade, acarretando gastos aos pobres pais de família, que para poderem preparar seus filhos para fazerem exames, socorrem-se de professores particulares, em vista do atraso em que os mesmos se acham. [...]. (*O Espírito Santense*, 1881, ed. 84, p. 1)

O mesmo professor voltou a ser criticado pelo jornal *O Espírito Santense* (1881, ed. 86, p. 2) em algumas edições depois. Para o redator, mesmo que o professor aperfeiçoasse seu método de ensino, de nada valeria para assegurar sua permanência nas instituições de ensino secundário, já que lhe faltava um dos requisitos exigidos pelo Regulamento da Instrução Pública: ser casado. O citado jornal era conservador e circulou entre 1870 e 1889 (PEREIRA, 1922, p. 37-38), tendo como objetivo atingir públicos variados ao abordar assuntos políticos e literários em suas páginas. A partir de 1874, sob a direção de Basílio Daemon, o jornal passou a dispor da cooperação de diversos intelectuais locais, inclusive daqueles que não pertenciam ao partido conservador, por exemplo, Pessanha Póvoa, Affonso Cláudio e Padre Antunes de Siqueira (SIQUEIRA, 2016, p. 77).

O professor Aristides Freire, lente de Literatura e Língua Nacional do Atheneu Provincial, também foi repreendido pelos métodos pedagógicos empregados nas avaliações. Para Basílio Daemon (*O Espírito Santense*, 1886, ed. 92, p. 4), o docente pecava ao aplicar avaliações com conteúdo não trabalhado em sala de aula e ao publicar textos dos alunos reprovados. O redator alertava ainda para a falta de concordância gramatical nos textos dos alunos mais avançados, questionando, assim, o estado em que estariam os estudantes iniciantes. Por fim, conjecturava que a “gramática [para Freire] não é mais a arte de falar e escrever corretamente, e sim a arte das figuras”.

Se para os professores havia uma dicotomia entre os qualificativos considerados ideais e dispensáveis ao profissional do ensino, para o corpo estudantil a situação foi semelhante. Os termos mais utilizados foram “mocidade estudiosa” em oposição a “meninos ardilosos” (Cf. *A Província do Espírito Santo*, 1883, ed. 357, p. 3; 1887, ed. 1291, p. 4; 1889, ed. 3, p. 2; *A Folha da Victória*, 1883, ed. 3, p. 2). O primeiro termo era empregado, por exemplo, para congratular

os estudantes pelos excelentes resultados nos exames gerais para ingresso nas faculdades do Império, a participação em sociedades literárias, como o *Amor as Letras*, e lançamentos dos jornais estudantis. É interessante perceber que a expressão também era utilizada pelos discentes. Foi o caso do Pedro Jorge Nolasco Pereira da Cunha ao anunciar o falecimento do também aluno Américo Espíndula Batalha Ribeiro no jornal *A Província do Espírito Santo*, argumentando que “é mais uma luz que se apaga no luminoso céu da mocidade estudiosa espírito-santense [...]” (1887, ed. 1291, p. 4.).

O uso do termo “meninos ardilosos”, por sua vez, se restringia às notícias que relatavam certas traquinagens e travessuras dos alunos, buscando destacar a indisciplina e o mau comportamento dos jovens, como a divulgação da barulhenta reunião dos alunos perto da Igreja Matriz, a algazarra perpetrada na Repartição Geral do Correio na busca pelas encomendas e cartas e o relato do jornal *O Espírito Santense* de 1883 sobre algumas caricaturas coladas na Ladeira Pedro Palácio, esquina do Atheneu Provincial (*O Espírito Santense*, 1879, ed. 44, p. 4; 1883, ed. 94, p. 4 e ed. 35, p. 2).

Sobre esse último fato, *O Espírito Santense* comunicava que, entre os desenhos, havia um com referência ao Diretor do Atheneu, José Joaquim Pessanha Póvoa, representado na “figura de oficial, barbeado a inglesa, de óculos, espada em punho e regulamento na mão”, e outra alusiva ao porteiro, desenhado com “trajes de quem vai para a roça”. Em vista da desmoralização causada pelos “meninos ardilosos”, os redatores pedem a exoneração do diretor. Pelo tom da notícia, a crítica não girava em torno do mau comportamento dos alunos, apesar da reprovação, mas sim da baixa popularidade de Póvoa, que não teria capacidade para controlar e disciplinar os alunos, ocupando a direção “somente pelos ganhos financeiros”.

Nos impressos, torna-se evidente a missão da instituição em fornecer instrução e disciplina aos jovens. Para tanto, acreditava-se que as transgressões deveriam ser reprimidas e criticadas. Pelos jornais, nota-se, inclusive, que o mau comportamento dos alunos chegava ao conhecimento das autoridades provinciais, como o Presidente da Província. Este foi o caso da notícia “Sabonete oficial” que publicou o Ofício n. 25 enviado pelo Presidente da Província, Miguel Bernardo Vieira de Amorim, à diretoria do Atheneu.

N. 25 – Palácio do governo da província do Espírito Santo [...]. Chegando ao meu conhecimento que diversos alunos do Atheneu Provincial, infringindo as boas normas da educação escolar e doméstica, perturbam o sossego público, e ao mesmo tempo desrespeitam a disciplina desse estabelecimento, apupando (sic) pessoas estranhas que por ali passam e até alguns de seus professores, recomendo-lhes que sindicando do ocorrido sem perda de tempo de as mais enérgicas providências no sentido de fazer desaparecer esse desregramento de conduta dos referidos alunos, retomando-me

circunstanciadamente do resultado de suas sindicâncias com os nomes dos infratores para posteriores providencias (*A Província do Espírito Santo*, 1883, ed. 246, p. 3).

Para os redatores, a publicação do ofício é de enorme constrangimento para os “moços sérios e briosos”, que formavam a maioria da instituição, pois demonstrava o desrespeito de alguns alunos, que esqueceram os ensinamentos, baseados na moral e na ordem pública transmitidos pelos professores.

Em outro pequeno anúncio de apenas quatro linhas, impresso no jornal *A Província do Espírito Santo* (1884, ed. 507, p. 1), é possível perceber que as traquinagens dos “meninos ardilosos” transpassavam os muros do colégio e afetavam os moradores de Vitória. No anúncio intitulado “Cuidado” e assinado apenas com o codinome de “A represália”, encontramos a solicitação da comunidade pedindo para os jovens “menos convenientes que frequentam o Atheneu o favor de não incomodarem a vizinhança” com suas algazarras pelas ruas da capital. Como se vê, a ação dos alunos fora interpretada como infração às “boas normas da educação escolar e doméstica” e perturbadoras do “sossego público”, dignas de reprimenda pública do Presidente de província em exercício e da sociedade capixaba.

Com a finalização das atividades do Atheneu Provincial, em 1892, a instituição fora recorrentemente lembrada e citada nos periódicos. Os termos e adjetivos mais comuns para se referir ao colégio traziam em seu bojo o sentimento de saudosismo. Denominações como “saudosa instituição” (*O Cachoeirano*, 1896, ed. 23, p. 2), “Pantheon das victorias litterarias da mocidade” (*Commercio do Espírito Santo*, 1892, ed. 494, p. 1), “lugar das mentes brilhantes” (*Commercio do Espírito Santo*, 1892, ed. 558, p. 1), “onde iluminaram-se os talentos de tantas gerações” (*Commercio do Espírito Santo*, 1892, ed. 665, p. 1) e “lugar de progresso” (*Commercio do Espírito Santo*, 1892, ed. 666, p. 1) eram empregados para indicar a magnitude da instituição e de onde “saíam tão aureoladas inteligências” (*Jornal Oficial*, 1905, ed. 216, p. 1). O Atheneu era descrito como o lugar para onde as famílias enviavam seus filhos para se instruírem, recebendo, inclusive, alunos de outras Províncias/Estados (*Jornal Oficial*, 1905, ed. 216, p. 1). O fim da instituição era então considerado o “golpe de morte desfechado contra o futuro da mocidade e contra as aspirações dos filhos desta terra” (*Commercio do Espírito Santo*, 1892, ed. 558, p. 1). Em outro editorial publicado n’*O Cachoeirano* (1917, ed. 4, p. 1), 25 anos após o fim do colégio, a instituição ainda era lembrada como o “histórico Atheneu”, indicando que naquele período a sociedade espírito-santense cultuava as tradições e valorizava os professores, que faziam do cargo um “sacerdócio”. Assim, Muniz Freire e a sua reforma da instrução pública eram acusados pelo aniquilamento da instrução secundária do Estado.

Importante é notar que a narrativa construída sobre o passado do Atheneu não ocorria num vazio institucional. A menção à “saudosa instituição” acompanhava também severas críticas à Escola Normal, colégio que o substituiu. Logo após o fim do Atheneu, *O Commercio do Espírito Santo* (1892, ed. 558, p. 1) publicou matéria questionando para onde os estudantes, principalmente os de baixa renda, deveriam recorrer para se preparar para os estudos das Academias da República. O *Jornal Oficial* de 1905 (ed. 39, p. 1) argumentava que o colégio dedicado à formação de professores jamais poderia ser comparado ao Atheneu, já que os resultados obtidos estavam muito distantes das vantagens oferecidas pela instituição provincial, que formou diversos profissionais liberais e políticos. Para tanto, citava o exemplo de Horácio Plínio, único docente diplomado pela Escola Normal até aquele momento e que fora aprovado no concurso dos Correios.

O Atheneu era louvado por ter preparado a mocidade e contribuído na formação de intelectuais que levaram progresso pelas atividades que desempenharam, como médicos, advogados e políticos.⁸⁰ Com efeito, no momento em que o Atheneu não mais se encontrava em funcionamento, as observações sobre suas atividades tinham o intuito de ressaltar que a Escola Normal não poderia contribuir com o avanço acadêmico da mesma forma daquele que fora interpretado como o “phanteon das victórias litterarias da mocidade”.

2.6. NOTAS DE CONCLUSÃO

Com base nas informações apresentadas neste capítulo, é possível compreender a importância do Atheneu Provincial para a sociedade capixaba. Observa-se que a construção do edifício para abrigar o colégio secundário contou com doações da população que via na instituição uma das alternativas para continuar os estudos na província e se preparar para o ensino superior. Apesar da sua importância educacional para adentrar nas faculdades do Império, o colégio sofreu com a falta de alunos em determinadas matérias, o que ocasionou diversas reformas curriculares para suprir, principalmente, a falta de professores primários no Espírito Santo. Para alguns políticos, a instrução secundária não poderia ser prioridade em uma província marcada pela alta taxa de analfabetismo. Com os livros adotados pela instituição, percebe-se também a preocupação da direção escolar em oferecer ensino mais próximo da realidade. Se no começo da instituição, a maioria das obras era em francês e latim, com o passar dos anos, adotaram-se obras nacionais

⁸⁰ Os alunos egressos do colégio são tematizados no 3º capítulo desta dissertação.

ou traduzidas. Apesar do seu ensino ser restrito à pequena parcela da sociedade com condições de arcar com as despesas estudantis, o Atheneu não deixou de figurar entre as notícias publicadas nos jornais espírito-santenses. Nas páginas dos periódicos, vemos as diversas críticas e elogios que docentes e alunos recebiam, as discussões em torno das reformas curriculares, a luta pela construção e manutenção do prédio, além da participação dos estudantes e professores na vida intelectual da sociedade capixaba. É preciso alertar para a oposição entre liberais e conservadores durante o Império, que animou as críticas aos professores e alunos do Atheneu nos diferentes jornais da província. Esse é, admita-se, o vício das fontes pesquisadas. No entanto, a instauração da República não arrefeceu o debate, que gerou, inclusive, a implantação de novo modelo de ensino secundário na província.

Curiosamente, um de seus mais célebres discentes seria o autor da reforma: Muniz Freire. No embate intelectual sobre a missão do ensino médio no Espírito Santo, o novo regime, na voz de um ex-atheniense, questionou e combateu o antigo objetivo precípua de preparação para a educação superior. No próximo capítulo, por meio da abordagem da vivência liberal da mocidade capixaba e entusiasta da política com suas associações literárias, discutiremos os frutos do Atheneu.

CAPÍTULO 3. ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA

O presente capítulo tem como objetivo analisar as experiências profissionais, coletivas e individuais de alunos, professores e diretores do colégio Atheneu Provincial do Espírito Santo entre 1873 a 1892. Para tanto, buscou-se traçar o perfil socioprofissional desses personagens, assim como os espaços de atuação política e sociabilidades, dos quais participavam na capital da província do Espírito Santo.

Como recurso metodológico, utilizou-se a prosopografia ou biografia coletiva, que, segundo Lawrence Stone (2010), constitui o estudo das características comuns de um grupo, a fim de identificar as correlações internas e externas inerentes aos envolvidos. O material obtido por meio do levantamento de dados sobre o grupo mencionado foi organizado em quadros e anexados ao final da dissertação.

Para demarcar o perfil desses personagens, foram coletados dados biográficos nos periódicos capixabas e cariocas da época de funcionamento do Atheneu Provincial e que se encontram disponíveis no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Além da imprensa diária, também foram consultadas obras especializadas em biografias como o *Diccionario Bibliographico Brasileiro* (1883, 1893, 1895, 1898, 1899, 1900, 1902), de Augusto Victorino Blake; o *Catálogo Biográfico dos Senadores Brasileiros* (1986), editorado pelo Senado brasileiro; e o livro produzido pelo memorialista Bazílio Daemon, *A Província do Espírito Santo* (1879)⁸¹, que narra os principais acontecimentos e personagens da província capixaba.

A análise dos Relatórios de Presidente de Província e das comunicações publicadas na Seção Oficial dos jornais capixabas permitiu identificar 46 professores que atuaram no Atheneu Provincial ao longo das duas décadas de funcionamento. A investigação desses profissionais se concentrou na análise de cinco categorias, a saber: a) formação educacional; b) ano de ingresso no colégio secundário; c) trajetória no magistério público; d) participação em sociedades intelectuais e políticas; e, por fim, e) produção bibliográfica e escrita de periódicos.

O inventário de 446 dos alunos, por sua vez, foi produzido a partir dos livros de matrícula da escola⁸² e das listagens oficiais publicadas nos jornais a pedido da direção do Atheneu. As informações disponíveis nos registros de matrícula permitiram avaliar quatro itens biográficos: a) idade; b) naturalidade; c) filiação, d) período de frequência escolar. Já os jornais e as obras

⁸¹ A primeira edição do livro *A Província do Espírito Santo* foi publicada em 1879. Para este trabalho optou-se pela utilização da edição recente, lançada em 2010.

⁸² O livro encontra-se no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

mencionadas permitiram explorar o movimento associativo estudantil e a trajetória profissional dos alunos após a conclusão do curso secundário.

Outro grupo mencionado são os funcionários administrativos do Atheneu Provincial, em especial a figura do diretor, que teve como função mediar os conflitos existentes dentro da unidade escolar e sofreu diversas críticas do corpo estudantil e da imprensa. Ao analisar as falas e os relatórios dos Presidentes da província capixaba, foi possível identificar a atuação de 14 diretores escolares entre 1873 a 1892. Para traçar o perfil dos responsáveis pela administração do estabelecimento de ensino, priorizou-se a análise das cinco categorias seguintes: a) idade; b) província de origem; c) formação profissional; d) funções nos setores públicos administrativos; e) ocupação de cargos políticos.

3.1. JUVENTUDE BRIOSA

Entre 1873 e 1892, passaram pelo colégio Atheneu pelo menos 446 estudantes. Não foi possível localizar informações completas sobre idade, naturalidade, filiação e carreira profissional de todos os alunos, mas com os dados obtidos tornou-se viável estabelecer algumas características dos estudantes secundaristas que frequentaram a instituição capixaba.

Do total de alunos inventariados, levantou-se informações sobre a idade de ingresso de 319 (72%) do corpo discente. Os dados revelam que dentre esses alunos, 178 (56%) ingressaram no colégio entre 12 e 14 anos de idade. Cabe salientar, que dentro do Atheneu havia discrepância em relação à idade, pois foram localizados seis alunos que se matricularam com apenas nove anos⁸³ e um, com 23 anos⁸⁴. A divergência é explicada pelo fato de existir no edifício do Atheneu sala dedicada ao ensino primário e, segundo as regras para matrícula abordada no capítulo anterior, somente fora estabelecida idade máxima para a frequência dos estudantes nesse nível do ensino. Assim, para a frequência das aulas destinadas aos preparatórios de ingresso nas faculdades, não havia a exigência de idade.

⁸³ Trata-se os estudantes Affonso Luís de Sá Athayde, José Francisco Monjardim, José Ribeiro Pinto de Azevedo, Luiz Gonzaga Borges da Fonseca, Manoel Maria de Mello Muniz Freire e Rodolpho Chapot Prevost (APEES, Fundo de Educação, Livro 73).

⁸⁴ Refere-se ao estudante Joaquim de Castanheda Pimentel (APEES, Fundo de Educação, Livro 73).

Sobre a naturalidade dos jovens estudantes, foram levantadas informações sobre 306 (68%) membros do corpo discente.⁸⁵ Como se pode ver no quadro abaixo, a maioria era natural da província do Espírito Santo (269/60%).

Quadro 11 – Naturalidade dos alunos do Atheneu Provincial (1873-1892)

Província de origem	Alunos	
	N.	%
Alagoas	1	0,2
Amazonas	2	0,4
Áustria	1	0,2
Bahia	2	0,4
Ceará	1	0,2
Espírito Santo	269	60
Itália	2	0,4
Minas Gerais	1	0,2
Pernambuco	3	0,7
Rio de Janeiro	20	4
Rio Grande do Sul	1	0,2
Santa Catarina	1	0,2
São Paulo	2	0,4
Sem informação	140	32
Total	446	100

Fonte: APEES, Fundo de Educação, Livro 73.

Os livros de matrícula, referentes aos anos de 1889 a 1892, revelam que grande parte dos 77 estudantes capixabas provinha das localidades de Vitória (67), Benevente (5), Itapemirim (2), Serra (2) e São Mateus (1), demonstrando a presença, mesmo que diminuta, de jovens do interior sul e norte da província. Convém lembrar que, como mencionado no capítulo anterior, nos primeiros anos de funcionamento, o Atheneu Provincial possuía pensionato para receber os alunos de fora da capital, assim como estabelecimentos particulares com a mesma finalidade eram anunciados nos jornais até fins do Oitocentos. Os alunos possivelmente estudavam durante o dia e, ao finalizar as atividades escolares, dirigiam-se ao pensionato. Interessante é destacar o papel crucial do Atheneu no monopólio da formação escolar da juventude da capital

⁸⁵ Cf. Apêndice A desta dissertação.

que, a partir da década de 1870, passou a ter a comodidade de adentrar o mundo das letras sem se afastar de casa.

Apesar do número de alunos provenientes de outras províncias não ser expressivo, verificamos que, após os espírito-santenses, os naturais do Rio de Janeiro caracterizaram-se como o segundo grupo de alunos mais comum. Sobre a presença de indivíduos de outras províncias, cabe salientar o estudo feito por Maria de Lourdes Haidar (2008, p. 64). A autora explica que era comum os estudantes viajarem pelas províncias à procura de facilidades na aquisição dos certificados dos exames preparatórios, já que era mais cômodo realizar os exames parcelados ao invés de cursar extensa grade curricular nos colégios secundários, que poderia durar cerca de sete anos. A autoria cita, inclusive, que na década de 1870, a província do Espírito Santo era conhecida pelas comissões das faculdades no Império como a “banca milagrosa”, já que estudantes reprovados sucessivamente em outras localidades alcançavam resultados positivos em terras capixabas. Logo, tal fato, pode explicar a matrícula de alunos naturais de outras províncias, em especial do Rio de Janeiro, pela proximidade com o Espírito Santo.

Observando o quadro anterior, destaca-se também a indicação de três estrangeiros entre os discentes do Atheneu. Trata-se do austríaco José João Valentim Debiasi e dos italianos Dante Bettini e Emiliano Bello Amorim. Sobre Debiasi, sabe-se que ele estudou no Atheneu Provincial entre 1886 e 1889 e, ao terminar os estudos, atuou, em 1895, como subdelegado de polícia em Vitória (*Commercio do Espírito Santo*, 1895, ed. 305, p. 2). Acredita-se que José João Debiasi já fosse naturalizado cidadão brasileiro quando ingressou na escola, tendo em vista que seu pai, o comerciante austríaco João Debiasi, obteve a cidadania brasileira em 1883 (*O Horizonte*, 1883, ed. 88, p. 2). Sobre Dante Bettini, sabe-se muito pouco. Era filho de Adriano Bettini e cursou o ensino secundário entre 1880 a 1882. Pouco tempo depois, entre 1887 e 1889, fora a vez do italiano Emiliano Amorim frequentar o Atheneu. Ao que parece, ele seguiu carreira no funcionalismo público, já que, em 1892, três anos após se afastar da escola, desempenhava a função de Segundo Secretário Geral do Estado do Espírito Santo (*O Estado do Espírito Santo*, 1892, ed. 2753, p. 1). Algum tempo depois, em 1916, também concorreu às eleições locais de Cachoeiro de Itapemirim (*O Cachoeirano*, 1916, ed. 34, p. 2).

Ao analisar o livro de matrículas, pode-se também levantar algumas questões sobre a frequência e a permanência dos estudantes no Atheneu. Dentre os 446 alunos matriculados, constatou-se que 155 (35%) alunos frequentaram a instituição somente por um ano, como mostra o quadro a seguir. Possivelmente os estudantes escolhiam o colégio visando a aprovação nos exames preparatórios. Após obter a aprovação, dirigiam-se à faculdade, sem concluir toda a grande

curricular. Foi o caso, por exemplo, de Dário Soares de Azevedo. Paulistano, nascido em 1870, Dario se matriculou no Atheneu em 1889, aos 19 anos de idade, e, no ano seguinte, mudara-se para a Bahia para cursar a faculdade de farmácia (*O Estado do Espírito Santo*, 1892, ed. 2712, p. 4). Em notícia divulgada no jornal *A Província do Espírito Santo* (1888, ed. 1793, p. 2), nota-se que Dario já frequentava o Espírito Santo em busca da aprovação nos exames gerais preparatórios antes mesmo de se matricular no Atheneu, possivelmente movido pela fama de condescendência da banca examinadora.

Quadro 12 – Período de frequência dos alunos no Atheneu Provincial (1873-1892)

Período de frequência	Alunos	
	N.	%
1 ano	155	35
2 anos	71	16
3 anos	65	15
4 anos	50	11
5 anos	36	8
6 anos	23	5
7 anos	20	4
8 anos	17	4
9 anos	6	1
10 anos	2	0,4
12 anos	1	0,2

Fonte: APEES, Fundo de Educação, Livro 73; *O Espírito Santense*, 1873, ed. 300, p. 4; *O Espírito Santense*, 1874, ed. 453, p. 4; *O Espírito Santense*, 1875, ed. 140, p. 4; *O Espírito Santense*, 1876, ed. 142, p. 4.

O curso secundário completo do Atheneu Provincial durava entre quatro e seis anos, dependendo da grade curricular em vigência. Observa-se, então, que a maioria dos estudantes (76%) frequentou por até quatro anos as aulas do colégio. Fugindo desse padrão, destacam-se Manoel José Dias Junior, que estudou no colégio por 12 anos, e José Francisco Monjardim, que durante 9 anos frequentou os bancos escolares do Atheneu.

Sobre Dias Junior, poucas informações foram localizadas. O obituário publicado pelo jornal *Commercio do Espírito Santo* (1897, ed. 194, p. 2), oito anos após sua morte, o descreve como professor que, no Atheneu Provincial, era admirado pela “mente fértil e pelas poesias que declamava”. Além disso, ele não temia expor seu ideal republicano, tanto que “publicou diversos trabalhos sobre o assunto”, mas, infelizmente, não viu o despontar do dia 15 de novembro que ele “tanto divisava naquelas entusiásticas e suaves rimas”.

Quanto a José Francisco Monjardim, sabe-se que ele nasceu em Vitória no dia 2 de dezembro de 1870 e pertencia a proeminente família de políticos,⁸⁶ filho de Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, o barão de Monjardim. José Monjardim estudou no colégio entre 1880 e 1888, ano que ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde veio a se formar três anos depois, em 1891. Ao retornar à terra natal, abriu escritório de advocacia especializado em direito criminal. Seguindo a trajetória da família paterna, o recém-formado advogado ingressou na política e elegeu-se para os cargos de governador municipal de Vitória (1895-1898), deputado estadual (1898-1900) e deputado federal (1900-1908). Nara Saletto e Fernando Achiamé (2013a) destacam que, durante os nove anos em que ocupou o cargo de relevância nacional, Monjardim participou de diversos debates jurídicos. Ele participou, inclusive, da comissão que elaborou o Código Civil Brasileiro, do qual foi responsável pela parte que abordava o “pátrio poder, tutela e curatela”. Convém enfatizar, ainda, que o nosso personagem foi professor, Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Espírito Santo e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Deve-se apontar também que sua família doou, em 1910, o terreno para a construção da Escola de Aprendizes Artífices em Vitória, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes).

3.1.1. Associações e clubes

Outro dado relevante obtido por meio do levantamento prosopográfico diz respeito à participação dos alunos na organização de associações ligadas a temas políticos e culturais. Entre as décadas de 1870 e 1880, nota-se a intensa mobilização do grupo estudantil na fundação de pelo menos 11 associações. De natureza variada, os espaços de sociabilidade dos alunos eram dedicados às artes teatrais, como também às discussões políticas, abolicionistas, literárias e carnavalescas. No quadro a seguir, foram elencadas as associações e a relação de sócios que eram alunos matriculados no Atheneu Provincial.

⁸⁶ Destaca-se Inácio João Monjardim (bisavô), que foi capitão-mor governador da capitania do Espírito Santo; José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim (avô), vice-presidente da província e deputado provincial - numerosas vezes; e seu pai, vice-presidente da província e deputado provincial e geral no Império, além de presidente do estado em 1891 e um dos mais importantes líderes da política capixaba nas primeiras décadas republicanas (DAEMON, 2010; SALETTO, ACHIAMÉ, 2013).

Quadro 13 – Associações com participação de alunos do Atheneu Provincial (187?-1889)

Ano de fundação	Associação	Alunos-sócios
18?	Menemosina	Não há informação
187?	Polynia	José Gomes da Silva Neto, Hortêncio Gomes da Silva Netto, Antônio Pereira Leitão da Silva, Valdemiro Augusto de Silveira, Tito Lívio de Alvarenga Costa, Lídio J. S. Alfavaca Mululo, José Antônio dos Reis Bastos Junior, Pedro Corrêa de Lívio e Amâncio Pinto Pereira (9 alunos)
187?	Saldanha Marinho	Antônio das Neves Marins Junior, Antônio Francisco de Athayde, Antônio Pereira Leitão da Silva, Antônio Rodrigues Miranda, Cândido Ferreira de Santanna, Eduardo Chapot Prevost, Eduardo Eurico Daemon, Francisco José Santiago Pinto Eloy, José Ramalho de Oliveira Garneiro, Lídio José S. Alfavaca Mululo, Luís Chapot Presvot Junior, Pedro Corrêa de Lívio, Tito Lívio de Alvarenga Costa, Urbano Candido de Vasconcellos, Virgílio Moraes Coutinho e Costa e Virgílio Pinto Barbosa (16 alunos)
1878	Democrata	Não há informação
1880	Amor as Letras	Affonso L. de Sá Athayde, Aldano Ferreira de Paiva, Alfredo Pinto V. de Mello, Antônio R. de Campos Sobrinho, Américo Espindola B. Ribeiro, Aureliano Augusto Nunes, Belarmino M. Vieira Machado, Calixto Fernandes de Azevedo, Delfim Horta de Araújo, Deocleciano Nunes de Oliveira, Eugenio G. da Silva Neto, Francisco J. S. Pinto Eloy, Frederico Guilherme de Almeida, Gélio Ferreira de Paiva, Horácio Fernandes Magalhães, João A. F. Magalhaes Junior, João de Almeida Coelho, José Augusto Monjardim de Araújo, José Candido de Vasconcellos, José Marcellino P. de Vasconcellos, Lídio Jose S. A. Mululo, Manoel J. Dias Junior, Olímpio Corrêa Lívio, Olívio F. do Nascimento Rosa, Pedro Jorge N. P. Sá Cunha, Sebastião Rodrigues, Sizenando R. Bourguignon de Mattos, Ticiano Corregio Daemon, Tulio de Alencar Araripe, Ubaldo R. de Andrade Pereira (30 alunos)
1885	25 de Março	Alexandre Muniz Freire, Álvaro Benicio Gonçalves, Aureliano Vicente Pereira, Francisco Ribeiro E. Araújo, Horácio Lopes Almeida, João T. Silva Sarmiento, José Ferreira Dias, Manoel F. Souza Filho, Rodolpho Collares Barroso e Sebastião J. R. Azevedo (10 alunos)
1886	Club dos Namorados	Benedicto Jogoanhara da Fonseca e José João Valentim Debiase (2 alunos)
1886	União Juvenil	Alexandre Muniz Freire, Américo Espindola B. Ribeiro, Antônio Carmelita C. Barroso, Appolônio Fernandes R. de Miranda, Argeo Hortencio Monjardim, Aristides Ribeiro da S. Malta, Benedicto Jogoanhara da Fonseca, Emiliano Bello Amorim, Emilio Rangel de V. Coutinho, Francisco Rodrigues de Campos, Francisco Rodrigues Pessoa, João Maria C. Adnet, José Francisco Monjardim, Manoel Antônio de Moraes, Olavo P. do Bom Jesus, Pedro Jorge N. P. Sa Cunha, Rufino Rodrigues Campos, Virgínio Calmon F. Fernandes (18 alunos)

Ano de fundação	Associação	Alunos-sócios
1887	Tagarellas	Aureliano Nunes de Azevedo, Epaminondas de Souza Gouvêa Junior, João Luiz de Albuquerque Tovar, José Carlos da Silva Junior e Francisco Modesto de Araújo (5 alunos)
1888	13 de Maio	Não há informação
1889	Atheneu da Victoria	Affonso Henrique de Magalhães, Alcides O. Pinto Pacca, Amadeu Fernandes Magalhães, Argeo Hortêncio Monjardim, Aureliano Nunes de Azevedo Maciel, Cyrillo Ayres de Albuquerque Tovar, Emiliano Bello Amorim, Enéas Rodrigues Tagarro, Heitor Pimentel de Vasconcellos Coutinho, João Luiz de Albuquerque Tovar, Juvenal Francisco Pereira Ramos, Manoel José de Faria e Silva, Manoel Silvino Monjardim e Orozimbo Corrêa de Lório (14 alunos)

Fonte: *A Província do Espírito Santo*, 1887, ed. 1413, p. 2; *O Cachoeirano*, 1882, ed. 37, p. 1; *A Folha da Victoria*, 1883, ed. 19, p. 2; *O Horizonte*, 1883, ed. 63, p. 3; *Diário da Manhã*, 1917, ed. 183, p. 2; *O Espírito Santense*, 1883, ed. 68, p. 1; *A Província do Espírito Santo*, 1885, ed. 904, p.4; *O Espírito Santense*, 1886, ed. 30, p. 3; *A Província do Espírito Santo*, 1888, ed. 1746, p. 3; *Província do Espírito Santo*, 1888, ed. 1742, p. 2; *O Espírito Santense*, 1888, ed. 67, p. 1; *A Folha da Victoria*, 1886, ed. 312, p. 2; *A Folha da Victoria*, 1886, ed. 346, p. 4; *Província do Espírito Santo*, 1885, ed. 904, p. 2; *Província do Espírito Santo*, 1889, ed. 2075, p. 3; *Província do Espírito Santo*, 1889, ed. 2079, p. 4.

Ao analisar a cultura escolar, Dominique Julia (2001, p. 10) a caracteriza como conjunto de códigos e práticas que produzem conhecimentos e ensinam comportamentos de acordo com a época. Impossível, portanto, estudar a história das instituições escolares e dos seus integrantes, sem levar em conta as relações políticas, religiosas, culturais e econômicas que os envolvem. Para facilitar o desenvolvimento das pesquisas históricas com foco na cultura escolar, Dominique Julia (2001) sugere três eixos temáticos, sendo um deles a análise dos conteúdos ensinados e as práticas escolares. As pesquisas pautadas nesse eixo devem ir além da análise das disciplinas obrigatórias do currículo escolar, pois “o ensino clássico no século XIX, comportava também toda uma educação moral contínua, através dos modelos propostos às crianças como exemplo na escola das versões, dos temas ou dos assuntos a serem desenvolvidos” (JULIA, 2001, p. 33).

Rosinete Maria dos Reis (2008, p. 2) ressalta que as atividades escolares aplicadas pelos professores em fins do Oitocentos constituem importante registro histórico das formas de aprendizagem dos alunos e dos conteúdos ensinados em sala de aula. A autora pondera, entretanto, que se trata de material de difícil obtenção, já que não faziam parte dos documentos oficiais que deveriam ser arquivados pelas escolas. Outra forma de acessar os saberes adquiridos pelos alunos são os jornais produzidos sob a responsabilidade discente e as

agregações estudantis. Segundo Giana Lange do Amaral (2013, p. 3), a análise dos jornais e dos grêmios podem proporcionar o entendimento das configurações da cultura escolar, pois permitem ao historiador averiguar os desejos e anseios dos estudantes.

Ao publicar uma série de textos intitulados “*Homens e cousas espírito santenses*” no jornal *Diário da Manhã* (1917, ed. 183, p. 2), Amâncio Pereira faz referência a duas sociedades formadas por alunos do Atheneu Provincial: a *Menemosina* e a *Polynia*. De acordo com Pereira, as duas sociedades eram classificadas como teatrais e seus encontros ocorriam no edifício do “Dr. Thiers Vellozo”, localizado na rua Pedro Palácios, próximo ao Atheneu. Quanto à data de fundação das sociedades, não é possível estabelecer o marco temporal exato, mas, de acordo com os sócios citados por Pereira em relação a *Polynia*, identificou-se que alguns alunos ingressaram e terminaram seus estudos no Atheneu durante a década de 1870 (Anexo 1).

A terceira sociedade formada por estudantes do Atheneu Provincial foi o *Club Literário Saldanha Marinho*, que contou a colaboração do professor Pessanha Póvoa. O nome da associação se refere a Joaquim Saldanha Marinho, chefe do Partido Republicano na década de 1870.⁸⁷ Pressupõem-se que o clube tenha sido fundado em 1878, já que o *Sete de Setembro*, jornal organizado pelos sócios do *Saldanha Marinho*, surgiu nesse período. Em relação à participação na vida política da província, conta o jornal *O Espírito Santense* (1879, ed. 51 p. 2) que os jovens “entusiastas e de esperanças futuras” organizaram passeata pelas ruas de Vitória no dia 23 de junho de 1879. Os alunos estavam acompanhados de músicos e saudavam os colegas, a imprensa e autoridades, além de distribuírem o seguinte poema:

A Nossa Legenda

Eleva-te Brasil, os ferros quebram
 Dos vis que pretendem escravizar-te
 Encara o teu passado glorioso
 Repete quem pensou avassalar-te
 Hungria, Polônia foram vítimas
 Do tredo despotismo e tirania
 Tu, briareo do Novo Mundo
 Os teus pulsos não de a monarquia
 Fulgure, por toda parte
 Como brilha o diamante
 A estrela que vai surgir
 No portentoso horizonte

⁸⁷ Joaquim Saldanha Marinho, pernambucano nascido em 1816, formado pela Faculdade de Direito de Olinda em 1836. Exerceu diversos cargos legislativos pelas províncias do Ceará, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo e Amazonas. Em 1872, participou da comissão central do Partido Republicano e dirigiu o jornal *A República*, órgão oficial da agremiação (LOPES, 2013).

Salve! República esperada!
 Tu es o horror do verdugo
 Vem vingar o Tiradentes
 Ouvindo os hinos de Hugo.
 (*O Espírito Santense*, 1879, ed. 51, p. 2)

Como pode ser observado nos versos acima, os jovens faziam clara referência aos temas ligados à liberdade e à república, além de exaltarem o amor à pátria e o futuro glorioso esperado com as mudanças na política no contexto de crise da monarquia brasileira. De acordo com a notícia do periódico, após o passeio, que ocorreu “na mais perfeita ordem”, os jovens deram “vivas à república, a Saldanha Marinho e ao Club Científico” e foram aplaudidos por diversas autoridades políticas, como o Presidente de Província, Eliseu de Souza Martins, o chefe de polícia e o diretor da instrução pública (*O Espírito Santense*, 1879, ed. 51 p. 2). Contrariando a visão de calma durante a passeata, outros registros indicam que, ao chegar no cais da cidade, a polícia interceptou os alunos e os obrigou a retornar à sede do clube, demonstrando que as autoridades públicas não foram tão solícitas ao movimento estudantil (BASTOS, 2016, p. 398). Prevendo possíveis represálias que poderiam afligir os sócios estudantes devido ao posicionamento político propagado pelas ruas da capital, o grupo publicou no *Sete de Setembro* editorial esclarecendo o acontecimento e ressaltando que se tratava de “mal-entendido”:

Por ocasião do aparecimento este clube, havendo um ligeiro passeio dos sócios com alguns músicos e dando-lhe alguns vivas à república, houve pessoas que ocultando a brilhante ideia desses moços, apresentaram o panorama político como divisa deles e disse que o clube era de caráter republicano! Ilusão! A república desses moços é a das letras. (*Sete de Setembro*, 1879, ed. 18, p. 1).

Sobre o episódio, Fabíola Martins Bastos (2016, p. 399) assevera que, apesar de noticiarem a defesa da “república das letras”, os jovens alunos defendiam o fim da monarquia no Brasil. A autora argumenta que Saldanha Marinho recebeu telegrama informando-o sobre a criação de associação em sua homenagem na capital do Espírito Santo e respondeu manifestando o gosto pela “coragem e civismo dos moços”.

Contemporânea à associação *Saldanha Marinho* foi a *Sociedade Democrata*. Inaugurada em 1878 sob a presidência de Amâncio Pereira (*Sete de Setembro*, 1878, ed. 10, p. 4), que naquele momento já não era mais aluno do Atheneu Provincial⁸⁸, a sociedade era de natureza dramática. Os membros do grupo, composto em sua maioria por discentes do colégio secundário (*A Folha*

⁸⁸ De acordo com o levantamento realizado, Amâncio Pinto Pereira foi aluno do Atheneu Provincial entre os anos de 1873 a 1876 (Apêndice A).

da *Victoria*, 1883, ed. 14, p. 2), se reuniam no teatro Melpomene para as deliberações e ensaios dos espetáculos teatrais organizados pelo grupo. Dentre os poucos espetáculos anunciados pelos jornais, destaca-se o realizado na cidade de Serra em comemoração aos festejos patrióticos do 7 de setembro (*A Folha da Victoria*, 1883, ed. 19, p. 2). Naquele dia, a cidade se enfeitou com flâmulas e galhardetes nas cores da bandeira nacional para receber os atores que encenaram o drama “Amor e Pátria” ao som da “filarmônica que executava os hinos patrióticos” e foguetes. Segundo a notícia, na ocasião também foram encenadas a peça “Helena” e diversas comédias a pedido dos serranos. Ao final das apresentações, os atores foram aplaudidos “com entusiasmo pelo belíssimo desempenho”, demonstrando o excelente trabalho realizado na festa cívica.

Dois anos depois, em 1880, foi criada a *Sociedade Literária Amor as Lettras* cujo objetivo era estudar e discutir questões científicas e literárias. O estatuto fora publicado no jornal *O Espírito Santense* (1881, ed. 41, p. 3) e estabelecia dois tipos de sócios: os efetivos e honorários. Os efetivos eram formados por estudantes do Atheneu, maiores de 15 anos, que contribuíssem com a mensalidade de 500 réis e possuísem ao menos dois exames preparatórios para as faculdades concluídos. Para sócios honorários eram admitidos os professores e pessoas formadas ou que tivessem “distinto mérito literário”. Quanto aos encontros, o referido estatuto estabelecia sessões classificadas em magnas, ordinárias e extraordinárias, que geralmente ocorriam na biblioteca. As magnas eram aquelas dedicadas ao aniversário da Sociedade, da independência do Brasil e as fúnebres. Nas sessões ordinárias, eram discutidos assuntos propostos pelos membros, além da leitura de atas e projetos. E as extraordinárias ocorriam em caráter de emergência, convocada pelo presidente da sociedade, podendo funcionar com a quantidade reduzida de membros. Não foi possível identificar, através das fontes disponíveis, quais assuntos eram discutidos nas sessões. A falta de informações provavelmente se deva à proibição, que constava no artigo 50 e 51 do estatuto, aos sócios de revelar a pessoas estranhas à Sociedade o que se passava durante as sessões, além de determinar que todas as questões levantadas durante uma reunião seriam resolvidas nela ou em outra marcada para esse fim, nunca fora do grêmio. Nota-se, portanto, certo caráter secreto das reuniões.

Era comum o *Amor as Lettras* organizar festejos em datas comemorativas, que envolviam a sociedade capixaba. Um exemplo é a celebração do terceiro aniversário de existência do grêmio, ocorrida em 1883. O *Espírito Santense* conta que a sessão solene começou as 8 horas da manhã e foi celebrada em uma das salas do Atheneu, que estava tomada de distintos cavalheiros e senhoras “de posição definida no mundo social” para ouvir os discursos do ex-professor, Dr. Diogenes José Teixeira, e dos alunos Belarmino Machado e Frederico Guilherme.

O jornal esclarece ainda que nenhum professor sócio honorário havia comparecido. Para o jornal (*O Espírito Santense*, 1883, ed. 69, p. 1), a ausência dos lentes demonstrava a indiferença para com a “educação mental” da mocidade e prejudicava os avanços literários, já que os jovens alunos não poderiam contar com a sabedoria e os conhecimentos científicos dos professores para as discussões organizadas pela Sociedade. Por fim, o jornal congratulou a Sociedade pela belíssima “festa de civilização” e pela “luta da mocidade estudiosa contra as aberrações e rotinas que entorpecem a crâneo de nossa família”.

Além dos encontros solenes, os sócios também organizavam passeatas pelas ruas da capital. Foi o caso da comemoração do 7 de setembro de 1883, que, naquela madrugada, os membros percorreram as ruas da cidade acompanhados por diversas bandas musicais, levantando-se vivas à independência do Brasil (*O Horizonte*, 1883, ed. 98, p. 2). Como já mencionado no capítulo anterior, a Sociedade *Amor as Letras* também foi responsável pela editoração de dois jornais: o *Pyrilampo* em 1882 e *O Athleta*, em 1885. Quanto ao encerramento da sociedade, não foi possível estabelecer data precisa. Verificou-se, porém, que a última menção à dita sociedade ocorreu no ano de 1887, quando foi anunciado o falecimento do aluno-sócio, Américo Espindola Ribeiro. Na ocasião fúnebre, a associação enviou coroa de flores para ser deposta sobre o caixão e um dos seus membros, Pedro Nolasco, foi o responsável pelo discurso póstumo em homenagem ao ex-aluno.

Em 1885, outra sociedade foi formada pelos alunos do Atheneu e recebeu o nome de *Grêmio Literário 25 de Março*. O nome da sociedade traz certa simbologia que possivelmente representava dois importantes eventos para os alunos: o aniversário da Constituição de 1824 e a data de início da construção do prédio definitivo do Atheneu Provincial, doze anos antes.

A partir de algumas notícias vinculadas nos periódicos sobre o grêmio, pode-se estabelecer alguns assuntos discutidos nas reuniões. O jornal *A Província do Espírito Santo* (1885, ed. 904, p. 2), ao divulgar a festa comemorativa da *Sociedade Amor as Letras*, comentou que um membro da *25 de março*, José Ferreira Dias, discursou sobre a emancipação de escravos nos Estados Unidos da América, além de ter saudado o abolicionista José do Patrocínio. Em outro momento, os sócios do grupo publicaram convocatória para reunião, cujo tema debatido seria “Tiradentes” (*O Horizonte*, 1885, ed. 30, p. 2). O grêmio também publicava cartas nos jornais. É o caso do manifesto direcionado ao conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Junior⁸⁹ para agradecer, em nome dos estudantes, a visita à capital e demonstrar como o político era bem

⁸⁹ Foi presidente de província do Espírito Santo (1861-1863), Ceará (1871), São Paulo (1871-1872) e Rio Grande do Sul (1872), além de Ministro dos Transportes e Agricultura entre 1873 a 1875 e dos Negócios do Império em 1888 e 1889, além de deputado geral pelo província do Espírito Santo por três vezes (BLAKE, 1898, v. 4, p. 420).

quisto pela sociedade capixaba, em razão dos serviços prestados à província (*O Espírito Santense*, 1886, ed. 30, p.3).

Dentre as sociedades que contaram com a participação de alunos, o *Club dos Namorados* ligava-se ao mundo boêmio. O clube foi fundado em 1886, mas, no ano seguinte, trocou de nome e passou a ser denominado de *União da Mocidade*. A mudança não alterou os objetivos da agremiação, que continuavam circunscritos aos festejos carnavalescos (*A Folha da Victoria*, 1886, ed. 346, p. 4). Dentre suas atividades comuns estava a publicação em jornais locais de sonetos felicitando outros clubes do mesmo seguimento, como o *Club Carnavalesco dos Jacobinos*, que surgiu também na capital alguns anos mais tarde, em 1887 (*A Província do Espírito Santo*, 1887, ed. 1327, p. 3). Vale destacar que o clube era composto por alunos, ex alunos e outros senhores que não estudaram na instituição, como os srs. Vicente de Paula Amorim, Alcino Jose Leal, Manoel Braz do Nascimento, Manoel de Almeida Bermudes e João de Almeida Coelho.

O *Club dos Tagarellas* também se caracterizava como sociedade ligada à boemia carnavalesca. Fundada em 1887, as fontes não indicam maiores informações sobre o grupo, apenas que os estudantes se reuniam em certo edifício à rua da Matriz (*A Província do Espírito Santo*, 1888, ed. 1585, p. 3). Também há relato de que, no carnaval de 1888, os meninos, “vestidos com limpeza”, desfilaram pelas ruas da capital ao som de banda de música, guarda de honra da sociedade e precedendo o carro alegórico onde ia o estandarte de outra sociedade carnavalesca, a *Mephistopheles* (*A Província do Espírito Santo*, 1888, ed. 1581, p. 2).

Em 1886, fundou-se a *Sociedade Litteraria União Juvenil*. Nos impressos, pouco foi divulgado sobre os encontros. As notícias publicadas nos jornais versavam sobre a sessão magna de 28 de setembro de 1886, destinada à comemoração da Lei do Ventre Livre. É interessante sublinhar que o jornal *A Província do Espírito Santo* recebeu com grande entusiasmo a iniciativa da “mocidade ateniense” em celebrar com sessão especial a emancipação do ventre escravo. O periódico mencionou que “os sentimentos nobres e humanitários pulsam no coração daquelas esperançosas crianças”, desejosos de homenagear a liberdade por meio do “devotamento e crescente entusiasmo” pela causa (1886, ed. 1191, p. 4). Cabe destacar ainda, que a reunião contou com a participação de membros da *Sociedade Amor as Letras*. Após a finalização dos trabalhos, organizou-se festejo que contou com a participação de distintos cavalheiros, baile ao som da banda Caramuru e peregrinação pelas ruas da capital.

Importante é perceber a mobilização das associações e de seus alunos-sócios em torno de questões políticas e sociais da época, como o fim da escravidão. Conforme atesta Angela

Alonso (2015, p. 354), a realização de *meetings* tornou-se comum na década de 1880 e contava com a participação de diversos segmentos sociais e com certa rede de ativismos. Em homenagem à abolição da escravidão no país, criou-se, em Vitória, o *Congresso Litterario 13 de maio*. Apesar da impossibilidade de localizar os nomes dos integrantes, de acordo com o jornal *A Província do Espírito Santo* (1888, ed. 1746, p. 3), o Congresso era composto por alunos do Atheneu Provincial. O periódico comenta que o 7 de setembro passaria despercebido não fossem os estudantes, integrantes do clube, organizarem os festejos. Para tanto, pela manhã, foram distribuídos pelas ruas da capital jornais escritos pelos discentes, intitulados “Homenagem ao Sete de Setembro”. Logo em seguida, no edifício do Atheneu Provincial, foi realizada sessão magna com a participação dos sócios, integrantes de outras agremiações e personalidades.⁹⁰ Na oportunidade, foi apresentado o busto de Dom Pedro II ao som do hino da Independência entoado pela banca Caramuru. Terminada a sessão, os participantes saíram às ruas de Vitória em *marche aux flambeaux*,⁹¹ realizando vários discursos públicos e saudando a data comemorativa.

Cabe ressaltar que o *Club Abolicionista Dr. João Clímaco*, apesar de classificado pela historiadora Fabíola Bastos (2016, p. 417) como associação estudantil, não contava com alunos matriculados no Atheneu entre seus sócios. Tal constatação é evidente ao compararmos a listagem de discentes (Apêndice A) com os nomes dos membros⁹² publicados nos jornais e verificarmos que não constam alunos arrolados entre os membros da sociedade. Identificou-se, no entanto, que o Club era formado por ex-alunos e funcionários públicos. A associação foi criada em 1884 com o nome de *Club Litterário Abolicionista Pessanha Póvoa* e sua fundação foi marcada por passeio cívico pelas ruas de Vitória, precedidos pela banda musical do São Benedicto do Rosário. Na ocasião pedia-se esmolas em prol da liberdade dos escravizados. Foram integrantes desse movimento as jovens moças Silvana Batalha, Celina Bandeira, Adélia Silva, Emília Martins e Maria Tristão (*O Espírito Santense*, 1884, ed. 32, p. 2). Curiosamente, houve grave divergências com o homenageado. Pessanha Póvoa havia publicado em seu jornal crítica ao clube por abrigar “piratas”. Além disso, Póvoa escreveu que “o negro nasceu para ser escravo”. Como será visto mais a frente, no início da carreira como advogado no Rio de Janeiro,

⁹⁰ Participaram dos festejos o coronel Manoel Ferreira Paiva, presidente da Assembleia Provincial, e o professor Amâncio Pinto Pereira.

⁹¹ Expressão francesa empregada pelo periódico, cuja tradução pode ser “passeio com lanternas, balões e luminárias” (tradução livre).

⁹² Lídio José Mululo, Cincinato do Nascimento, Pedro Corrêa de Lório, Francisco Tibúrcio de Oliveira, João de Almeida Coelho, Cesar Bandeira, Luiz Bernardo Dentice, Antônio J. Ribeiro dos Santos Junior, José Carlos Jardim de Lório e Candido Miranda (*A Folha da Victoria*, 1884, ed. 88, p. 3 e *A Província do Espírito Santo*, 1884, ed. 603, p. 3; 1886, ed. 1103, p. 2; 1888, ed. 1653, p. 4).

Póvoa participou de diversas ações para libertar escravas, entretanto, não foi possível constatar em que momento da carreira houve a mudança de pensamento. Diante da cizânia, os integrantes optaram por homenagear o Dr. Clímaco, defensor devotado da extinção do trabalho servil (*A Folha da Victoria*, 1884, ed. 88, p. 3). A única menção localizada sobre o envolvimento da mocidade atheniense no club abolicionista, refere-se à participação do clube e dos estudantes na festa de celebração do 13 de maio, em 18 de maio de 1888 (*A Província do Espírito Santo*, 1888, ed. 1654, p. 2).

O último grêmio identificado nas páginas da imprensa oitocentista foi a *Sociedade Litteraria e Scientifica Atheneu da Victoria*, organizada em 1889 (*A Província do Espírito Santo*, 1889, ed. 2075, p. 3). Diferentemente das outras, os membros da agremiação foram divididos em comissões (literatura, história, filosofia) e cargos administrativos. Os nomes das comissões, que constituíam matérias ofertadas no colégio, podem indicar que as reuniões funcionavam como grupo de estudos fora do período letivo. Possivelmente, configurava-se como apoio e reforço de conteúdo aos discentes.

A sociedade literária também participava de celebrações políticas. Foi o caso da reunião para saudar José de Mello Carvalho Muniz Freire (*A Província do Espírito Santo*, 1889, ed. 2079, p. 3). Na ocasião, todas as escolas da capital foram convocadas para enviar representantes e saudações ao político que estava de passagem pela terra natal. A mocidade do *Atheneu da Victoria* escreveu para Muniz Freire indicando a confiança que depositava no político para realizar as mudanças necessárias para o desenvolvimento da pátria e do Espírito Santo.

Como visto, a participação em associações e agremiações colaborava não apenas para a socialização política e cultural dos alunos do Atheneu, mas também para a viabilização da participação dos jovens nos movimentos do período. Alunos, ex-alunos, docentes e ex-docentes, pelo exposto, tornaram-se fundamentais na mobilização política e cultural da província do Espírito Santo.

3.1.2. A mocidade atheniense e suas trajetórias

Com o levantamento prosopográfico dos 446 discentes do Atheneu Provincial, também foi possível visualizar a profissão que alguns seguiram após concluírem os estudos. Como mostra o quadro 14, obteve-se dados referentes a 265 alunos, ou seja, para 59% foi possível estabelecer um perfil ocupacional. Cabe ressaltar que, para a classificação dos sujeitos que tiveram diversas ocupações, priorizou-se aquelas relacionadas ao ensino superior e depois as pertinentes ao funcionalismo público. É o caso, por exemplo, de Alberto Gomes Azambuja Meirelles, médico

formado no Rio de Janeiro, em 1883 (*A Folha da Victoria*, 1883, ed. 27, p. 2), descrito como agricultor e que foi também Delegado de Higiene da cidade da Serra (*O Espírito Santense*, 1886, ed. 65, p. 1), assim, optou-se por classificá-lo como médico.

Quadro 14 – Ocupação dos alunos após concluíram os estudos no Atheneu Provincial (1873-1930)

Ocupação	Alunos	
	N.	%
Dançarino	1	0,2
Encadernador	1	0,2
Jornalista	1	0,2
Telegrafista	2	0,4
Secretário	3	1
Agricultor	4	1
Farmacêutico	8	2
Comerciante	9	2
Negociante	9	2
Advogado	20	4
Engenheiro	23	5
Médico	25	6
Professor primário	29	7
Militar	33	7
Funcionário público	97	22
Sem informação	181	41
Total	446	100

Fonte: Cf. Apêndice A

Dentre as ocupações inventariadas, as ligadas ao setor público capixaba estão em primeiro lugar. Como já mencionado, em meio a uma sociedade iletrada, saber ler e escrever era um diferencial e os habilitava para as mais diversas funções. Além disso, o alto número de funcionários se relaciona com a determinação, presente no artigo 115 do Regulamento da Instrução Pública elaborado pelo Presidente da Província, Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama (*O Espírito Santense*, 1877, ed. 154, p. 1), de que os alunos aprovados plenamente em todas as matérias do curso no tempo de cinco anos teriam o direito de ingressar no funcionalismo público.

Cabe ressaltar que os ex-alunos exerceram diversos cargos públicos, não permanecendo na mesma função por muito tempo. Mas dentre os inúmeros cargos ocupados, destacam-se 29 pessoas que exerceram a atividade de amanuense/escriturário⁹³, 11 funcionários do Correios⁹⁴, 10 guarda-livros/contador⁹⁵, 10 inspetores⁹⁶ e 3 funcionários da Caixa Econômica⁹⁷.

Dentre os funcionários públicos provenientes do Atheneu e sem ensino superior, destaca-se Lídio José Sipipira Alfavaca Mululo. Capixaba nascido em 1861 e filho de Zeferino José Mululo, Lídio frequentou o colégio entre 1877 a 1883 e, enquanto estudante, participou da organização de jornais e sociedades estudantis, atividades que não abandonou após concluir os estudos⁹⁸ (PEREIRA, 1928, n. v, p. 61). No ramo profissional, Mululo consta entre os funcionários públicos do Tesouro Provincial (*O Horizonte*, 1884, ed. 20, p. 1) e do Correios em 1886 (*O Espírito Santense*, 1886, ed. 22, p. 2).

Dos 29 identificados como professores primários, 7% do total dos alunos pesquisados, observou-se que 17 sujeitos exerceram outras atividades no funcionalismo público além do magistério. Vale destacar que esses indivíduos, após concluírem os estudos no Atheneu Provincial, começaram a vida profissional como professores e depois procuraram outras ocupações, tais como: tabelião, subdelegado de polícia, juiz de paz, escriturário, amanuense, carteiro. O caso de Appolonio Fernandes Rodrigues de Miranda ajuda a exemplificar. Nascido em 1869, Appolonio iniciou os estudos com 17 anos e, após se formar em 1887, foi lecionar na localidade de Nova Almeida, em 1889 (*A Província do Espírito Santo*, 1889, ed. 2013, p. 3). Após 11 anos, em 1910, passou a residir em Cariacica, onde também exerceu o magistério, sendo eleito prefeito na mesma cidade cinco anos depois (*Diário da Manhã*, 1910, ed. 50, p. 1; *Mensagens do Governador...*, 1915, ed. 1, p. 63).

A esfera militar constituía outro ramo profissional para o qual os alunos se dirigiam após a conclusão do ensino secundário. Constatou-se que 33 estudantes do Atheneu, 7% dos 446 pesquisados, foram classificados como militares pelos jornais. Assim como os professores, sete militares também atuaram em funções públicas como Escriturário da Polícia e da Caixa Econômica, Delegado literário de Cariacica, Escrivão da Coletoria Geral de Santa Leopoldina,

⁹³ Eram as pessoas responsáveis pela cópia e registros dos documentos oficiais e exerceram essa função no Correios, Alfândega, Tesouro Provincial e Estadual, Recebedoria, Fazenda e Obras Públicas.

⁹⁴ Dentro dos Correios, os cargos ocupados eram de contador, carteiro, porteiro e praticante.

⁹⁵ Eram os funcionários responsáveis pela contabilidade de setores do serviço público como do Tesouro, Correios, Alfândega, secretaria de finanças, entre outros.

⁹⁶ Eram os responsáveis pela fiscalização das atividades exercidas pelas secretarias de Obras públicas, telégrafos, Terras e Colonização, Alfândega, Tesouro Provincial e da Instrução Pública.

⁹⁷ Exerceram a função de oficial e tesoureiro.

⁹⁸ Os jornais que contaram com a colaboração de Mululo foram o *Commercio do Espírito Santo*, que surgiu em 1891 e o *Autonomista*, de 1893 (PEREIRA, 1928, n. 5, p. 61 e 66).

Subdelegado e Comandante de Polícia, Inspetor de Portos e Avaliador da Fazenda provincial. Dentre os militares, podemos destacar Antônio Pereira Leitão da Silva, filho de herói da guerra do Paraguai (*Jornal da Victoria*, 1867, ed. 319, p. 5), que dá nome à avenida de Vitória, nascido em 1863 e aluno do Atheneu entre os anos de 1874-1881. Após a conclusão dos estudos, Silva mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou no colégio militar em 1882 (*O Horizonte*, 1882, ed. 53, p. 4; *Commercio do Espírito Santo*, 1908, ed. 178, p. 1).

Dentre os 25 sujeitos identificados como médicos, o que representa 6% dos pesquisados, constatou-se que sete exerceram cargos políticos juntamente com outras atividades no serviço público. Entre as funções políticas, identificou-se que dois atuaram como vereadores, um fora eleito prefeito, cinco deputados provinciais/estaduais, dois deputados nacionais e governador do Espírito Santo. Como exemplo dessa trajetória direcionada à vida pública, podemos destacar a figura de José Marcellino Pessoa de Vasconcellos⁹⁹. Nascido em terras capixabas, em 1865, frequentou o Atheneu Provincial entre os anos de 1875 e 1881. Seu pai fora José Marcellino Pereira de Vasconcellos, de quem herdara não apenas o nome, mas também o interesse pela política. Como vimos no segundo capítulo, Pereira de Vasconcellos foi proeminente político e jurista capixaba e contribuiu com doações para a construção do edifício do Atheneu, espaço no qual seu filho viria, alguns anos mais tarde, a concluir com êxito o ensino secundário. José Marcellino (filho) obteve aprovação nos exames para ingresso na Escola Politécnica, no Rio de Janeiro, mas não o concluiu, formando-se, por sua vez, na Faculdade de Medicina também localizada na capital fluminense, em 1889. No mesmo ano de obtenção do diploma, retornou para o Espírito Santo e foi clinicar em Cachoeiro de Itapemirim. Algum tempo depois obteve êxito na disputa eleitoral para atuar no poder legislativo capixaba, ocupando a cadeira de deputado estadual entre os anos de 1895 e 1898, dando início a ascendente trajetória política. Logo depois, fora governador do Estado (1898-1900) e, em seguida, deputado federal (1900-1902). José Marcellino Pessoa de Vasconcellos veio a falecer em 1902, momento em que ainda fazia parte do quadro legislativo nacional (SALETTTO; ACHIAMÉ, 2013b).

Convém destacar ainda a trajetória dos ex-alunos integrantes da família Chapot Prevost, cujo sobrenome também nomeia importante rua comercial em Vitória. Trata-se dos jovens

⁹⁹ Cabe salientar que pai e filho possuíam o mesmo nome de batismo.

Eduardo¹⁰⁰, José¹⁰¹ e Rodolpho¹⁰², filhos de Luís Chapot Prevost¹⁰³. Os irmãos iniciaram seus estudos no Atheneu em 1878, onde permaneceram até 1880, quando a família partiu de mudança para o Rio de Janeiro. Ao que parece, o período de estudos no Atheneu foi frutífero, pois ambos irmãos Chapot Prevost se formaram em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro (*Commercio do Espírito Santo*, 1897, ed. 113, p. 1).

Quanto aos 23 estudantes identificados na pesquisa como engenheiros, número que representa 5% do total de discentes inventariados, 14 exerceram funções no setor público atuando como Escriturário, Vice-Governador de Minas Gerais¹⁰⁴, Escrivão, Diretor de Instrução Pública do Espírito Santo, Fiscal de Ferrovia, Diretor e Desenhista da Secretaria de Agricultura, Administrador de Rendas e Continuo do Tesouro do Estado. Dentre os engenheiros foram localizados sobrenomes conhecidos na sociedade capixaba. É o caso de Túlio de Alencar Araripe, nascido em 1866 e cuja frequência na escola se deu entre 1878 e 1882. Filho do também engenheiro Delecarliense Dourmond Alencar Araripe, Túlio fora agrimensor da Comissão de Terras das localidades de Rio Preto e de Castello, em 1889 (*O Espírito Santense*, 1889, ed. 28, p. 1). Cabe destacar que o sobrenome Araripe batiza o estádio de futebol na cidade de Cariacica/ES.

Sobre os 20 estudantes que alcançaram o título de advogados, perfazendo o montante de 4% dos 446 pesquisados, apenas para três não foram localizadas informações sobre outras funções que tenham exercido além da advocacia. Dentre aqueles que também exerceram atividades no funcionalismo público e cargos políticos, destacam-se Affonso Cláudio de Freitas Rosa e José de Mello Carvalho Muniz Freire. Tendo em vista que abordaremos a trajetória de Muniz Freire mais adiante e sua atuação como o professor mais jovem do Atheneu, optou-se por salientar a figura de Affonso Cláudio de Freitas Rosa.

Originário de família de produtores rurais, Affonso era filho de José Cláudio de Freitas Rosa e de Rosa Cláudio de Freitas Rosa. Nascido em 1859, na localidade de Santa Leopoldina, freguesia da capital, iniciou os estudos secundários no Atheneu Provincial aos 15 anos de idade,

¹⁰⁰ Nasceu em 1864 no Rio de Janeiro. Foi membro da Comissão de febre amarela do Rio de Janeiro em 1888 e professor adjunto da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ficou mundialmente conhecido pela intervenção operatória para separar as irmãs siamesas, realizada em 1900 (PAULINO NETTO, 2010; *A Folha da Victoria*, 1881, ed. 465, p. 1; *Commercio do Espírito Santo*, 1900, ed. 125, p. 1).

¹⁰¹ Médico dentista formado pela Faculdade do Rio de Janeiro e assim como os irmãos, passou a morar na cidade em que se formou. Nasceu em 1866, na província mineira (*Jornal do Brasil/RJ*, 1892, ed. 123, p. 2).

¹⁰² Nasceu em 1870 no Amazonas. Foi um médico e dentista que atuava no Rio de Janeiro, além de lecionar no colégio Pedro II em 1926. Foi preso, em 1926, por matar o namorado da irmã, por ter sequestrado a mesma (*Diário da Manhã*, 1926, ed. 274, p. 1).

¹⁰³ Médico de nacionalidade francesa (*A Actualidade*, 1878, ed. 47, p. 3).

¹⁰⁴ Trata-se do sr. Domingos José da Rocha, que frequentou o Atheneu entre 1873 a 1877.

em 1874. Tão logo finalizou os exames preparatórios, já ingressou na Faculdade de Direito de Recife, em 1878, transferindo-se para a São Paulo dois anos depois, em 1880. Curiosamente, Affonso Cláudio não permaneceu por muito tempo nas Arcadas do Largo de São Francisco e retornou para a capital pernambucana, em 1882, onde concluiu o ensino superior (ACKERMANN, 2013).

Fotografia 3 – Registro da primeira matrícula de Affonso Cláudio na Faculdade de Direito de São Paulo (1880)



Fonte: ARQUIVO DA FACULDADE DE DIREITO DA USP. Prontuário de Affonso Cláudio de Freitas Rosa.

Com o título de bacharel em Direito, Affonso Cláudio retornou para a província natal em 1883. Estabelecido em Vitória, fundou a *Sociedade Libertadora Domingos Martins*, escreveu em jornais, atuou como advogado, procurador fiscal do Tesouro Provincial (1884 a 1887) e professor da cadeira de Geografia e História Universal no Atheneu (1887 e 1888). No âmbito da imprensa, Affonso Cláudio se notabilizava por abordar temas polêmicos, figurando como um dos principais defensores da abolição na província (SIQUEIRA, 2016, p. 135). Sobre a pauta de reivindicação do fim da escravidão, Affonso Cláudio era palestrante frequente de conferências públicas. Uma delas ocorreu no paço da Assembleia Municipal sob título de “A escravidão e o problema econômico do trabalho”, que contou com a participação da filarmônica

do Rosário (*A Folha da Victoria*, 1884, ed. 83, p. 2). De acordo com o jornal, o ilustre orador “fez sentir a robustez de sua inteligência e a firme convicção que prende a causa que defende”. Dr. Rosa também participou da campanha republicana, articulando palestras e escrevendo para jornais como *O Cachoeirano* e *A Tribuna*. Sobre a república, cabe salientar que o ideal foi defendido por Rosa desde os tempos de estudante no Atheneu. O poema a seguir, escrito por Affonso Cláudio no seu último ano como estudante secundarista, não cita a palavra república, embora o faça indiretamente ao homenagear Saldanha Marinho, um dos fundadores do Clube Republicano da cidade do Rio de Janeiro, núcleo de formação do partido. Ao utilizar expressões como “defensor dos direitos”, “gigante” e “denodado” para caracterizar Saldanha Marinho e “harpas sanguinárias”, para criticar a sociedade monárquica e escravista, Affonso Cláudio mostra admiração pelas ideias defendidas pelo republicano. É pertinente destacar que o poema foi publicado próximo à possível data de fundação do *Club Saldanha Marinho*. Não localizamos qualquer ligação entre o *Club* e Affonso Cláudio enquanto ainda era estudante, mas se pode pressupor que Cláudio tenha ajudado na articulação e criação da agremiação, já que mantinha relações sociais com capixabas enquanto cursava a faculdade e vinha constantemente passar férias na terra de origem (*O Espírito Santense*, 1881, ed. 97, p. 2).

Figura 8 – Poema em homenagem a Saldanha Marinho escrito por Affonso Cláudio (1877)



Fonte: *O Espírito Santense*, 1877, ed. 143, p. 3.

Com o advento da República, Affonso Cláudio foi nomeado o primeiro governador do Espírito Santo, em 20 de novembro de 1889, mas abdicou no ano seguinte em razão de perseguição política e problemas de saúde (ACKERMANN, 2013). Em 1891, tornou-se desembargador e depois presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, além de Procurador Geral do Estado entre 1916 e 1917. Em 1920, aposentou-se das funções públicas e passou a residir no Rio de Janeiro, onde se tornou professor da Faculdade de Direito de Niterói.

O mundo das letras, principalmente a questão jurídica e de Direito, constituía uma das paixões de Affonso Cláudio. Fato que se evidencia pelo vasto rol de publicações de sua autoria. Contabilizam-se pelo menos 23 livros, cujos temas versavam sobre direito, história, sociologia e biografias (ACKERMANN, 2013). No campo literário, Affonso Cláudio também participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia Espírito-santense de Letras, onde ocupou a cadeira nº 1.

Ao longo dos 19 anos de atuação na área da instrução pública capixaba, o Atheneu fora destaque na imprensa local ao elencar os alunos matriculados nos cursos superiores do Brasil Império. Era comum os jornais noticiarem a chegada de ex-alunos ao Espírito Santo em razão do recesso das faculdades, assim como publicarem os nomes daqueles que completavam os estudos superiores. Em matéria impressa no *Espírito Santense*, por Bazílio Daemon, em 1884, exaltaram-se os estudantes que prosseguiram os estudos e o papel relevante do Atheneu na instrução dos jovens, tendo em vista que o estabelecimento escolar estava servindo ao fim de “dotar a província com um curso completo de preparatórios, onde os filhos dela pudessem habilitar-se para as academias” (1884, ed. 50, p. 1). Por essa razão, era comum a veiculação de listagens dos “comprovincianos” matriculados nas faculdades do Império. Em 1882, o jornal *A Província do Espírito Santo* (1882, ed. 80, p. 2) noticiava, em um dos seus números, os universitários egressos do Atheneu e ressaltava que os ex-alunos mereciam ser homenageados e servir de exemplo para os novos estudantes. Ao longo dos seus 19 anos, o Atheneu auxiliou diversos jovens a seguir carreira, principalmente no funcionalismo público, mas também farmacêuticos, engenheiros, bacharéis e médicos, além de grande parcela de militares. Da “juventude briosa” que adentrou o Atheneu Provincial entre os anos de 1873 e 1892, formou-se, portanto, a “mocidade atheniense”, que nas décadas seguintes atuou em diversos campos de conhecimento e forneceu recursos humanos para o novo quadro político da República.

3.2. OS MESTRES DAS LETRAS

João Pintassilgo (1999, p. 86-89), ao analisar a história da profissão docente em Portugal entre fins do século XVIII e início do XX, classificou o professorado como artesão e/ou intelectual. Segundo o autor, na qualidade de artesão, cabe ao docente transmitir aos alunos somente os saberes escolares e, como intelectual, servir como formador e educador das crianças e jovens que estão sob sua responsabilidade na sala de aula, ou seja, é o agente de socialização. O professor é autônomo em relação aos poderes, normas e valores, tornando-se capaz de se adaptar ao seu público escolar sem abandonar a ética profissional. Pintassilgo (1999, p. 97) adverte ainda que o professor artesão e o intelectual não são figuras opostas ou excludentes, já que a posição assumida pelo profissional pode variar de acordo com o percurso biográfico, formas de controle e autonomia do poder público e as práticas pedagógicas. É compreensível que as funções e objetivos assumidos por cada professor possa variar de acordo com a perfil pessoal, mas pressupõe-se que as características comuns indiquem quem eram os profissionais que lecionavam e quais as influências transmitidas por eles aos alunos. Procurou-se, então,

analisar as fontes em busca dos profissionais do magistério secundário capixaba em fins do Oitocentos.

Ao criar a instituição, o governo provincial estabeleceu regras para os docentes. De acordo com a Resolução n. 152, publicada em 19 de junho de 1873 (*O Espírito Santense*, 1873, ed. 230, p. 1-3), sobre as diretrizes do Atheneu Provincial, cabia aos professores da instituição: a) comparecer nas horas marcadas para as aulas, orientar e repreender os alunos quando não cumprirem com os deveres; b) anotar no livro de classes as faltas e nível de inteligência dos alunos, enviando mensalmente para o diretor escolar relatório numeral sobre os dados; c) marcar sabatinas regularmente, visando diagnosticar aqueles que têm o hábito de estudar; e d) manter o silêncio e a disciplina dentro da sala de aula.

Sobre a forma de contratação dos professores secundaristas, somente quatro anos depois da fundação da escola, legislação específica foi elaborada. O Regulamento de Instrução Pública de 17 de dezembro de 1877 definiu que a forma de ingresso dos docentes no Atheneu Provincial e no Colégio Nossa Senhora da Penha se daria via concurso público, salvo algumas exceções, como se observa no excerto abaixo:

Capítulo III artigo 133. – Ninguém poderá exercer efetivamente o magistério público secundário a não ser por direito de concurso, a exceção das pessoas tituladas com grau científico pelas Faculdades do Império, Imperial Colégio de Pedro II e dos clérigos de Ordens Sacras, que só farão concurso se houver mais de um pretendente a cadeira vaga (*O Espírito Santense*, 1877, ed. 154, p. 1).

Como se lê, o concurso público para professor efetivo era a forma de ingresso no magistério secundário. Quem possuía formação superior estava dispensado de realizar o concurso, a não ser que houvesse outro candidato com a mesma titulação interessado no cargo. O mesmo Regulamento estabeleceu as etapas para a realização do concurso. Após constatado que a cadeira estava vaga, o inspetor da instrução pública abriria o concurso anunciando por editais no jornal oficial e marcando o prazo de 60 dias para a inscrição dos candidatos. Terminado o prazo e com a listagem dos interessados em mãos, verificava-se a necessidade ou não do concurso. Contudo, as seleções foram poucas, já que foram localizados somente oito editais de convocação publicados nos jornais em circulação no período analisado. Em 1888, por exemplo, foi aberto o concurso público para a cadeira de Matemáticas do Atheneu, que dava ao candidato o prazo de seis meses, a contar da publicação, para levar a “folha corrida, atestado de conduta moral e seus títulos científicos” (*O Espírito Santense*, 1888, ed. 84, p. 4).

Outra categoria de contratação de professor configurava-se no interino ou substituto. De acordo com o artigo 138 do Regulamento de Instrução Pública de 17 de dezembro de 1877, não se

apresentando candidato algum para o concurso público, a cadeira continuaria provida pelo professor interino, nomeado então pelo Presidente da Província, até que surgisse alguém com formação superior interessado na vaga. O docente interino também era contratado para ocupar a vaga do efetivo enquanto este estivesse de licença médica ou por motivos particulares.

Com as informações obtidas, não foi possível estabelecer quais professores eram efetivos e interinos, mas analisando os dados, identificaram-se poucos profissionais que lecionaram por mais de quatro anos na instituição. No quadro a seguir, pode-se acompanhar o número de professores e seu período de atuação no colégio.

Quadro 15 – Período de atuação dos professores no Atheneu Provincial (1873-1892)

N. de Professores	Período de atuação (anos)
20	2 anos
12	1 ano
7	3 anos
4	4 anos
2	7 anos
1	8 anos
1	9 anos

Fonte: APEES. Relatório... 1873; APEES. Relatório... 1874; APEES. Relatório... 1875; APEES. Relatório... 1876; APEES. Relatório... 1877; APEES. Relatório... 1878; APEES. Relatório... 1879; APEES. Relatório... 1880; APEES. Relatório... 1881; APEES. Relatório... 1882; APEES. Relatório... 1883; APEES. Relatório... 1887; APEES. Relatório... 1888; *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província do Espírito*, 1884, ed. 1, p. 42; 1885, ed. 2, p. 41; 1886, ed. 3, p. 27; 1889, ed. 4, p. 28; *O Estado do Espírito Santo*, 1891, ed. 2451, p. 2; *O Estado do Espírito Santo*, 1890, ed. 2131, p. 1.

Dos 47 professores identificados, 32 (68%) lecionaram pelo período de um ou dois anos no Atheneu, o que evidencia certa rotatividade de profissionais do magistério no âmbito do ensino secundário na capital. O pouco tempo de atuação dos professores no Atheneu pode estar ligado às funções públicas administrativas assumidas, assim como as atividades liberais exercidas por aqueles com formação acadêmica. Como mencionado no capítulo anterior, os funcionários públicos efetivos ou temporários não poderiam atuar em outras atividades laboriosas ao mesmo tempo, o que pode explicar o baixo período trabalhado no Atheneu.

Dentre os profissionais que mais tempo permanecerem atuando no Atheneu, destaca-se Florêncio Francisco Gonsalves, que lecionou no colégio intermitentemente entre 1875 e 1889. Os nove anos de magistério público no Atheneu tiveram início em 1875, quando Florêncio tinha 41 anos. Antes de lecionar no Atheneu, ele fora médico cirurgião do Exército (*A Assembleia*

Legislativa Provincial do Espírito Santo, ed. 1860, ed. 1, p. 49), posto que o levou a participar da Guerra do Paraguai como encarregado da enfermagem militar (*Jornal da Victoria*, 1868, ed. 385, p. 3). Ainda no âmbito da saúde, Florêncio foi presidente da Comissão de Salubridade Pública da capital (*O Espírito Santense*, 1871, ed. 65, p. 1) e professor de francês do Colégio Espírito Santense¹⁰⁵ (*O Estandarte*, 1873, ed. 18, p. 1), o que demonstra sua experiência no magistério. Após iniciar as atividades no Atheneu, identificou-se que Gonsalves foi ainda Delegado Especial da Instrução Pública na província capixaba (*O Constitucional*, 1885, ed. 27, p. 2) e candidato a deputado estadual pelo partido *União Republicana* (*O Cachoeirano*, 1891, ed. 9, p. 2). Apesar da formação em medicina, o professor se aposentou como lente da Escola Normal,¹⁰⁶ em 1897 (*Almanack do Estado do Espírito Santo*, 1899, ed. 1, p. 259).

Em seu obituário, o jornal *O Cachoeirano* (1904, ed. 88, p. 2) presta homenagem ao professor, destacando que se tratava de “ilustrado e humanitário” médico com participação proeminente na província e atuação em diversas sociedades como a *Auxiliadora*, a *Libertadora Domingos Martins* e a maçonaria (DAEMON, 2010, p. 412-413).

A análise dos dados biográficos dos professores da instituição permite fazer algumas sugestões sobre a formação do grupo quanto à carreira acadêmica. Dos 47 professores pesquisados, foram obtidos dados mais completos relativos a 43. Na tabela seguinte, é possível verificar que grande parcela do professorado era formada por profissionais liberais. O grupo composto por médicos, advogados, engenheiros e farmacêuticos representava 60% do corpo docente.

Quadro 16 – Perfil ocupacional dos docentes do Atheneu Provincial (1873-1892)

Ocupação	Professores	
	N.	%
Advogado	12	26
Médico	9	19
Engenheiro	5	11
Professor primário	5	11
Militar	4	9
Padre	3	6
Farmacêutico	2	4
Músico	2	4
Taquigrafo	1	2

¹⁰⁵ Escola destinada à formação do magistério capixaba, funcionou de 1868 até 1873, quando foi substituída pelo Atheneu Provincial (SCHNEIDER, 2011, p. 250).

¹⁰⁶ Escola que substituiu o Atheneu Provincial e tinha a missão de formar os professores do Espírito Santo.

Ocupação	Professores	
	N.	%
Sem informação	4	9
Total	47	100

Fonte: Cf. Apêndice B

Sobre a formação em nível superior no Brasil Império, convém destacar a análise feita por Lilia Moritz Schwarcz (1993), que estabeleceu como característica principal dos alunos o fato de pertencerem à elite. A autora explica que as Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo se constituíram “rapidamente em sedes das elites rurais dominantes [...]” (SCHWARCZ, 1993, p. 142). Sobre as Faculdades de Medicina, a característica elitista permanece, pois era frequentada por clientela privilegiada. Apesar de não ser possível distinguir em quais instituições os professores concluíram sua formação superior, pode-se considerar que parte deles pertencia à elite.

É interessante notar também o quantitativo de militares e padres que atuaram no quadro profissional do Atheneu. Ao coletar os dados referentes aos militares, identificaram-se quatro professores com a patente de major e tenente, que representavam 9% do total de 47 docentes. Como já mencionado anteriormente¹⁰⁷, as escolas militares do Brasil Império ofereciam cursos superiores para civis e militares, além do curso básico para formação do oficialato. Segundo Claudia Costa Alves (2002, p. 2), o ensino nas escolas militares tinha dois níveis, um destinado a formação da baixa patente como soldados e artífices, e outro para os altos cargos militares. Para o segundo nível, existiam escolas durante o período imperial – as principais ficavam no Rio de Janeiro – que ofereciam dois cursos: o básico de quatro anos e o suplementar em engenharia de dois anos (SANTOS, 2012, p. 118). Em 1858, o curso básico contava, por exemplo, com aulas de francês, latim, história, geografia, cronologia, aritmética, metrologia, álgebra e geometria. É interessante destacar que, conforme explica o brasilianista John Schulz (1994, p. 27), a partir da segunda metade do século XIX, os oficiais brasileiros médios¹⁰⁸ vinham de famílias detentoras de pequenas porções de terras e dependiam do salário como fonte de renda medular, ao contrário de tempos anteriores quando a maioria dos oficiais eram de nobres famílias. Para Schulz (1994), a mudança ocorreu devido ao decreto de 6 de setembro de 1850. Com a normativa, as promoções por tempo de serviço, instrução escolar e mérito tornaram mais demorada a mudança de grau militar, chegando a quase dez anos entre os postos.

¹⁰⁷ Os cursos superiores foram abordados no capítulo 1 desta dissertação.

¹⁰⁸ Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão e Tenente.

De modo geral, a instrução de oficiais era alicerçada em sólidos estudos teóricos com base nas ciências modernas e humanísticas, que possibilitavam aos homens servirem tanto nas infantarias como nos cargos burocráticos (ALVES, 2002, p. 9).

Dentre os 47 professores, foi possível identificar a presença de três padres (7%). O grupo de carreira eclesiástica, apesar de não possuir diploma de nível superior, era reconhecido na época imperial quanto aos saberes adquiridos durante sua formação profissional/devocional. Não foi possível estabelecer em quais seminários os padres-professores receberem a formação eclesiástica, mas, de acordo com Raylane Andreza Navarro Barreto (2009, p. 24), existiu um colégio religioso denominado “Convento da Victoria”¹⁰⁹ na província do Espírito Santo, que contava com o curso de Filosofia direcionado para a formação de padres franciscanos. Cabe apontar ainda a existência do *Seminário de Mariana/MG*, pela proximidade geográfica com a província capixaba, e do *Seminário de Olinda*, devido à grande fama na época.

Consoante João Paulo Rodrigues Pereira (2018), o seminário mineiro foi fundado em 1750 pelos jesuítas e após a expulsão da ordem de todo o território português em 1758, ficou sob direção de diversas outras ordens religiosas. Após algum período de decadência, Dom Antônio Ferreira Viçoso assumiu a direção do seminário em 1844 e faz mudanças na instituição, principalmente quanto ao tipo de aluno aceito e à grade curricular, visando receber os discentes das mais diversas regiões do Brasil. A primeira medida do novo diretor foi criar dois cursos: o curso teológico ou o seminário maior, para os alunos candidatos ao sacerdócio; curso de humanidades ou seminário menor, para os estudantes secundarista. Para os alunos que desejassem ingressar na carreira religiosa, era exigido a conclusão nos dois cursos, perfazendo assim nove anos¹¹⁰ de estudos com aulas de língua nacional, latina, grega, inglesa e francesa, geografia, matemáticas, filosofia racional e moral, retórica, teologia, história sagrada e eclesiástica, liturgia, música, entre outras.

Quanto ao seminário pernambucano, criado em fins do século XVIII pelo bispo José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho, encontra-se estrutura curricular semelhante, já que não privilegiava apenas as disciplinas sacras e recebia todos os tipos de alunos, com pretensões religiosas ou apenas para concluir os estudos preparatórios para ingresso nas faculdades. Para Vagner Melo da Costa e Marlúcia Menezes de Paiva (2016), a instituição era uma das mais

¹⁰⁹ De acordo com Wallace Bonicenna (2004, p. 68), trata-se do Convento São Francisco, localizado na região central da cidade de Vitória/ES, que teve o início da construção datada em 1591.

¹¹⁰ A rotina no seminário era rígida, começando as atividades às cinco da manhã e finalizando às nove da noite. Desse período, cerca de dez horas eram dedicadas aos estudos, seja individual ou coletivo (PEREIRA, 2018, p. 73).

avançadas do período colonial e imperial brasileiro, pois contava com professores nacionais e estrangeiros, que ensinavam desde os saberes religiosos, como teologia e história eclesiásticas, à filosofia, gramática, canto, desenho e línguas estrangeiras. Para Costa e Paiva, a proposta educacional do seminário era moderna e inovadora, já que somente 20% da carga horária total era dedicado à formação religiosa, ou seja, os futuros padres recebiam uma formação majoritariamente humanística.

José Murilo de Carvalho (2008, p. 182) esclarece que os padres eram funcionários públicos e recebiam salário pago pelo governo geral, já que a Igreja Católica estava vinculada ao poder estamental. Sobre a origem social do grupo, o autor argumenta que durante a época colonial era comum as famílias ricas enviarem seus filhos para o sacerdócio, carreira que tinha grande prestígio. Evitava-se a participação de pessoas vinculadas a ofícios manuais, além de filhos ilegítimos e negros, mas com a deficiente situação dos seminários na sociedade oitocentista, permitiu-se o ingresso de pessoas fora do padrão estabelecido nos tempos coloniais.

Os docentes inseridos nas categorias profissionais de música e taquígrafo ministravam aulas sobre esses saberes específicos. Embora não houvesse curso superior no campo de ensino da música e taquigrafia, os professores contratados foram indivíduos de relevância na sociedade nacional e capixaba. O professor de taquigrafia, Sebastião Mestrinho¹¹¹, ao deixar o Atheneu em 1877, passou por outras províncias, até se estabelecer na região norte do Brasil em 1887 (*A Folha da Victoria*, 1887, ed. 412, p. 2), quando foi contratado pelo governo local como docente. Suas viagens internacionais para Europa e Estados Unidos da América eram constantemente divulgadas na imprensa do Rio de Janeiro, que exaltava as habilidades técnicas e literárias do professor e poeta (*A Folha da Victoria*, 1888, ed. 468, p. 2).

Balthazar Antônio dos Reis¹¹², professor de música, e João Pereira de Azevedo, responsável pela aula de dança, foram nomes de notoriedade. É interessante salientar que os nomes dos professores circulavam nos jornais capixabas como maestros e dirigentes de corais das Igrejas. Em diversos convites para as festividades religiosas, os nomes dos professores Reis e Azevedo eram citados como colaboradores. Tal fato demonstra que os senhores figuravam entre a “fina flor” da sociedade capixaba, já que as comemorações das irmandades representavam momentos

¹¹¹ Nasceu na província do Rio Grande do Sul em 1843 e faleceu em 1904, em São Paulo. Durante sua estadia na província capixaba, foi secretário da Assembleia Provincial (*O Cachoeirano*, 1883, ed. 24, p. 2; *Correio Paulistano*, 1904, ed. 14533, p. 2)

¹¹² Nasceu na Bahia em 1822 e veio para o Espírito Santo em 1853, quando passou a atuar como professor nas mais diversas instituições do ensino secundário capixabas: Lyceu, Colégio Espírito Santo, Atheneu e Nossa Senhora da Penha. Aposentou-se como professor público em 1880, vindo a falecer dois anos depois (ADEODATO, 2016).

de novidade e euforia na cidade, onde as vielas ficavam animadas e abarrotadas de gente (SANTANA, 2009, p. 14; BONICENHA, 2004, p. 68).

O levantamento realizado nos jornais em circulação na época aponta indícios de que Adolpho José de Siqueira¹¹³, Aristides Braziliiano de Barcellos Freire, Ignacio dos Santos Pinto, José Francisco de Lellis Horta e Miguel Teixeira da Silva Sarmiento não tinham formação superior e ministravam aulas também para o ensino primário da capital. Encontrou-se, assim, o índice de 11% de professores classificados como normalistas no Atheneu. Apesar da ausência de informações em relação às instituições em que eles estudaram, sabe-se que Ignacio Pinto e José Horta foram professores do Liceu da Victória na década de 1850, o que demonstra a experiência profissional na carreira docente. Além disso, há menção no jornal *Diário da Manhã* (1933, ed. 3139, p. 2) sobre Horta ter concluído o ensino secundário em um seminário, e Ignacio Pinto¹¹⁴ ser poliglota. Já Adolpho Siqueira recebeu auxílio governamental para estudar engenharia na Escola Militar do Rio de Janeiro, em 1869, (*Jornal da Victoria*, 1869, ed. 557, p. 3), mas não chegou a se formar, retornando ao objetivo em 1887, quando foi para a Bélgica finalizar os estudos (*Jornal da Victoria*, 1887, ed. 404, p. 3). Infelizmente, Siqueira faleceu em 1888, antes de se formar. Mesmo não tendo curso superior, os professores tinham conhecimentos científicos e prática docente, o que provavelmente os destacava dentro da sociedade iletrada, tornando-os aptos a ministrar aulas no Atheneu Provincial como professores interinos.

Em relação aos docentes com formação normalista, Leonor Maria Tanuri (2000, p. 65) explica que, a grosso modo, as primeiras escolas normais instaladas no Brasil Império tinham organização didática simples, contando com até dois professores e o curso durava dois anos. A grade curricular era incipiente e não extrapolava os conteúdos de estudo primário e a formação no método pedagógico que deveria ser utilizado. Com infraestrutura material e didática precária, as escolas normais sofriam com a baixa frequência, sendo fechadas ou descontinuadas a cada troca de Presidente de Província. A primeira escola normal brasileira foi instalada na província do Rio de Janeiro em 1835 (TANURI, 2000, p. 64), fato que no Espírito Santo, somente iria ocorrer em 1854, com o Liceu da Victória. No primeiro momento, em 1840, o governo capixaba tentou enviar pessoas que se interessassem pelo magistério primário ao Rio de Janeiro com o intuito matriculá-las na escola normal da Corte, mas os dois jovens que se candidataram desistiram antes mesmo da viagem (SCHNEIDER, 2011, p. 240). Diante da

¹¹³ Lecionou matérias ligadas à área de matemática intermitentemente entre os anos de 1877 e 1886. O boletim da Assembleia Provincial publicou no periódico *A Folha da Victoria* (1886, ed. 328, p. 1) a licença com vencimento para tratar da saúde na Europa.

¹¹⁴ Cf. Apêndice B desta dissertação.

dificuldade em formar professores normalistas, a solução encontrada foi criar escola que, além de preparar estudantes para o ingresso no ensino superior, também formasse professores para a docência em escolas primárias. Surgiu, portanto, o Liceu e, posteriormente, o Colégio do Espírito Santo¹¹⁵.

Outro fato que chama a atenção é a idade de ingresso dos professores no Atheneu Provincial, perfazendo a média de 35 anos entre os profissionais cuja data de nascimento foi localizada¹¹⁶. O docente com maior idade, na época em que começou a lecionar no colégio, foi Balthazar Antônio dos Reis, contratado para a cadeira de música aos 58 anos. Já o professor mais jovem a assumir cadeira na instituição foi José de Mello Carvalho Muniz Freire. Aos 22 anos, em 1883, Muniz Freire foi contratado para ministrar aulas de pedagogia e metodologia, retornando, em 1885, como professor de filosofia. Cargo que não ocuparia por muito tempo, já que pediu exoneração naquele mesmo ano.

José de Mello foi figura de proeminência política e social na província. Era filho de Manoel Feliciano Muniz Freire¹¹⁷, baiano que se formou em engenharia militar e veio para o Espírito Santo, em 1858, para chefiar repartição do governo a convite do Ministro dos Negócios do Império. Muniz Freire (filho) nasceu na cidade de Vitória, em 1861, e ficou órfão aos 11 anos de idade, quando passou a ser criado pelo avô materno, José de Mello Carvalho. O avô matriculou o neto no Atheneu Provincial entre os anos de 1873 a 1875. Enquanto estudante, o jovem teve participação ativa na vida social e política da capital ao criar jornais e escrever editoriais¹¹⁸. Em 1877, ingressou na Faculdade de Direito de Recife, transferindo-se para São Paulo, onde foi redator chefe do jornal estudantil *O Liberal Acadêmico* (SALETTTO, 2013). Concluiu os estudos em 1881, voltando para a terra natal logo em seguida.

De acordo com Nara Saletto (2013), ao se reestabelecer no Espírito Santo, Muniz Freire participou ativamente da vida social capixaba: ingressou na Loja Maçônica União e Progresso, inaugurou escritório de advocacia junto com Affonso Cláudio de Freitas Rosa, participou de campanhas abolicionistas, além de publicar uma série de livros e jornais. No quadro a seguir, é possível acompanhar a extensão de sua produção bibliográfica e periódica.

¹¹⁵ Cf. capítulo 2 desta dissertação.

¹¹⁶ Dos 47 professores, tem-se dados sobre 30.

¹¹⁷ Manoel Freire também foi deputado provincial e jornalista. (SANTOS, 2012, p. 170)

¹¹⁸ Esse tema foi retratado no capítulo anterior.

Quadro 17 – Livros e jornais publicados por José de Mello Carvalho Muniz Freire (1875-1913)

Jornais	Livros
A Aurora (1875)	Cartas ao Imperador (1885)
A Liberdade (1876)	A Caixa de Conversão (1910)
O Liberal Acadêmico (1877)	O voto secreto (1910)
A Gazeta Acadêmica (1879)	A Constituinte de 1892 (1892)
Província do Espírito Santo (1882)	A existência política dos estados (1913)
O Estado do Espírito Santo (1890)	-

Fonte: SALETTO, Nara. Muniz Freire. In: DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREIRE,%20Muniz.pdf>. Acesso em fevereiro de 2019.

Seu entusiasmo na escrita de livros e periódicos de cunho político se dava em razão da sua atuação também na área da administração pública. Na política, ainda durante a Monarquia, foi eleito para os cargos de deputado provincial pelo Partido Liberal em dois mandatos (1882-1883 e 1888-1889), vereador pelo município de Vitória (1883-1889), além de ter sido convidado para integrar a comissão para a reforma da Instrução Pública provincial (1882). Com o advento da República, não perdeu influência política e foi designado para presidir o Espírito Santo por duas vezes (1892-1896 e 1900-1904). No âmbito do legislativo nacional, foi senador pelo Espírito Santo (1904-1914), participando de diversas comissões no Senado, inclusive apresentou projeto que estabelecia o voto secreto nas eleições, tema de um dos seus livros (BRASIL, 1986).

José de Mello Carvalho Muniz Freire foi professor, advogado, político e, acima de tudo, jornalista, função que não abandonou mesmo eleito para cargos públicos e se mudando para a capital federal. No início, manteve atividades na imprensa capixaba e depois na fluminense, fato que o fez patrono de uma das cadeiras na Academia Espírito-Santense de Letras. O olhar dessa importante figura política, portanto, era de alguém que conhecia o Atheneu desde os primeiros anos de funcionamento, pois foi aluno e professor. Surpreendentemente, foi na sua gestão do Estado do Espírito Santo que as atividades no Atheneu foram encerradas, sob a justificativa de que o colégio não cumpria mais com os objetivos para o qual havia sido criado.

Outro dado interessante refere-se à atuação de docentes no funcionalismo público, pois dentre os 47 professores pesquisados, somente três não foram localizadas informações sobre exercícios de cargos públicos e políticos. Ao analisar as informações obtidas nos jornais,

identificou-se que os professores exerceram os mais diversos cargos públicos, antes e depois de ocupar uma cadeira no Atheneu Provincial. Elemento que corrobora nossa hipótese de que a rotatividade dos professores, caracterizada pelo período relativamente curto de trabalho docente, era ensejada pela oferta de outro emprego no serviço público. Entre as funções detectou-se certa pluralidade de atividades exercidas longo da vida¹¹⁹, como contador do Correio (1), inspetor de saúde (4) e de obras públicas (1), secretário de gabinete (7), juiz de direito (9) e de paz (3), delegado de polícia (4), cirurgião do exército (4), bibliotecário (1) e gerente da Caixa Econômica (2), por exemplo.

A carreira política também constituiu elemento comum entre grande parte dos professores. Dentre os 47 docentes elencados, 20 ocuparam cargos políticos. As funções da esfera da vida pública foram desenvolvidas entre 1858 e 1915 e contemplam: a) o legislativo, nos cargos de Deputado Nacional (16) e Senador Nacional (1); b) o executivo, nas funções de Vice-Presidente de Província (1) e Presidente de Estado (2).

Convém nesse momento apontar o estudo realizado por Tânia Maria Bessone Ferreira (1999) sobre o funcionalismo público no Rio de Janeiro durante o período imperial. A autora identificou que médicos e advogados eram as categorias socioprofissionais que mais se envolveram com atividades político-administrativas. Sobre a supremacia desses dois grupos no serviço público, Edmundo Campos Coelho (1999, p. 88) explica que, ser advogado ou médico no Oitocentos não elevava os indivíduos ao patamar superior em relação às condições materiais, já que muitos desses profissionais participavam de outras atividades financeiras para garantir o sustento, buscar fortuna ou simplesmente fazer uma boa poupança. Coelho mostra que a prática profissional desses sujeitos no cotidiano das vilas e cidades brasileiras não fornecia bons dividendos, exceto para aqueles que atendiam as famílias mais poderosas da Corte. Dessa forma, concluiu o autor, o serviço público tornava-se a saída para construir carreira e adquirir prestígio. Em relação aos engenheiros, Coelho (1999, p. 197) esclarece que as construções e obras civis não exigiam a atuação de engenheiros, o que dificultava a inserção dos profissionais no mercado de trabalho, tornava a burocracia imperial o único empregador e que “geralmente os encaminhava para o setor ferroviário”.

Edmundo Coelho (1999) levanta a questão de que eram muitos profissionais disponíveis para a população no município da Corte. Somado a isso o fato de que outros profissionais poderiam

¹¹⁹ Convém destacar que o número total não confere com o número dos professores, pois eles ocupavam vários cargos ao longo da vida, não permanecendo na mesma função.

exercer as mesmas funções sem possuir grau acadêmico¹²⁰. Os dois fatores levavam à falta de perspectivas financeiras e forçavam, principalmente os recém-formados, a procurarem outras fontes de renda. Portanto, é compreensível que indivíduos de diversas ocupações procurassem o magistério público e particular como forma de complementar os proventos.

A coleta de dados também possibilitou estabelecer a naturalidade dos 47 professores do Atheneu Provincial. O quadro a seguir demonstra que a maior parte dos docentes eram oriundos da própria província, perfil semelhante ao traçado para os discentes.

Quadro 18 – Naturalidade dos professores do Atheneu Provincial (1873-1892)

Províncias	Quantidade
Bahia	4
Espírito Santo	20
Minas Gerais	1
Paraíba	1
Pernambuco	5
Rio de Janeiro	3
Santa Catarina	1
Sem informação	12

Fonte: Cf. Apêndice B

Cabe destacar que alguns professores, apesar de não terem nascido em terras capixabas, vieram para essa província ainda jovens¹²¹. É o caso do médico Domingos Gomes Barroso que nasceu em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 1835, e aos 15 anos se mudou com a família para o Espírito Santo. Barroso teve forte ligação com a educação pública, já que foi nomeado para alguns cargos na área. Dentre as funções, cabe destacar a atuação como diretor do Atheneu entre 1876 e 1878, professor na cadeira de aritmética e álgebra, em 1882, bibliotecário e secretário da instrução pública de 1883 a 1887, ano que veio a falecer. Sua morte foi motivo, inclusive, de comoção na cidade. Barroso perdeu a vida no naufrágio de embarcação quando viajava com a família para a província do Rio de Janeiro no intuito de tratar grave doença. Da tragédia, somente uma das filhas sobreviveu ao acidente (*A Província do Espírito Santo*, 1887, ed. 1520, p. 3).

¹²⁰ Edmundo Campos Coelho (1999, p. 167, 199) mostra que os médicos poderiam ser substituídos por boticários, parteiras e curandeiros, já os advogados, por rúbulas. E, ao invés de utilizar os serviços de engenheiros, era comum substituí-los por mestre de obras.

¹²¹ Para o Quadro 18, optou-se por classificar de acordo com o local de nascimento.

Dentre os sujeitos pesquisados, nota-se a incidência de três professores capixabas que também foram alunos do colégio, a saber: Antônio Francisco de Athayde Junior, José M. C. Muniz Freire e Affonso Cláudio de F. Rosa, os dois últimos já mencionados neste capítulo. Antônio Francisco de Athayde Junior foi aluno do Atheneu entre os anos de 1873 e 1879. Obteve êxito nos testes para o ensino superior e formou-se em Engenharia na Politécnica/RJ, em 1884 (*O Espírito Santense*, 1884, ed. 27, p. 2). Logo após a conclusão da faculdade, Athayde retornou ao Atheneu na função de professor, responsável pelas cadeiras de pedagogia, geografia, história e matemática no período de 1884 e 1885. Antônio Athayde também ocupou diversos cargos públicos no Espírito Santo: fora encarregado dos orçamentos e fiscalização de obras em 1886; prefeito de Vitória em 1910; Vice-Presidente do Estado entre 1916 e 1920; e Vice-Presidente do Congresso Legislativo Estadual, em 1927 (PEREIRA, 1914, p. 30).

3.2.1. Publicações e Associações

O olhar atento aos registros do passado revela que, assim como os discentes, os professores do Atheneu participavam ativamente da vida intelectual e cultural da capital capixaba. Chama a atenção o quantitativo de docentes que publicaram livros e poemas ou estavam envolvidos com o setor jornalístico, além de participarem de diversas associações ligadas à música, literatura, teatro, imigração, escravidão, maçonaria e irmandades religiosas. Dentre as diversas atividades fora dos muros do Atheneu, procurou-se enfatizar aquelas que alcançaram maior participação de professores.

Quanto à presença dos docentes no meio literário, foram localizadas informações referentes a 17 (36%) professores ligados ao mundo dos impressos, seja escrevendo matérias jornalísticas ou livros, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 19 – Relação de professores do Atheneu e suas produções literárias (18?-1931)

Professor	Impressos	
	Periódicos	Livros
Affonso Cláudio de Freitas Rosa	Colunista do O Cachoeirano e A Tribuna.	A insurreição do Queimado (1894); Biografia do Dr. João Clímaco (1889); História da literatura espírito-santense (1912); Trovas e cantares capixabas (1923); Ensaio de sociologia, etnografia e crítica (1931).

Professor	Impressos	
	Periódicos	Livros
Alfredo Paulo de Freitas	Colunista do O Horizonte.	-
Antônio Francisco de Athayde	Colunista da Folha da Victoria.	-
Aristides Braziliانو de Barcellos Freire	Redator da Folha da Victoria e do O Commercio do Espírito Santo.	Egoísmo Social (1877); Dominó Preto (1903).
Eduardo Gomes Ferreira Velloso	-	Novo consultor de teoria e prática das falências e liquidações... (18?); Tratado de Direito comercial marítimo (18?).
Francisco Antunes de Siqueira	Colaborou com os jornais Correio da Victoria, Regeneração, Monarchista e Cruzeiro.	Estudo sobre a ortografia... (1877); Oração fúnebre (1879); Uma noite de luar (1879); A Província do Espírito Santo (1884).
Ignacio Thomaz Pessoa	Diretor do Jornal Official.	-
João de Carvalho Borges Junior	-	Propaganda Cooperativa e Interesses Econômicos da Lavoura (18?).
João Francisco Poggi de Figueiredo	Escrevia para a revista O Direito.	-
José Correa de Jesus	Redator da A Voz Do Povo, Actualidade, Jornal da Victoria, O Cidadão e Correio da Victoria.	-
José de Mello Carvalho Muniz Freire	Redator dos jornais Gazeta Acadêmica (1879); A Província do ES (1882).	Cartas Ao Imperador (1886); A Constituinte de 1892; A Caixa de Conversão (1910); A Existência Política dos Estados (1910).
José Feliciano de Noronha Feital	Redator do O Comércio (1875).	-
José Joaquim Pessanha Póvoa	Revista Dramática (1860) e Anais Acadêmicos (1870). Proprietário da tipografia Gazeta da Victoria, redator do Vasco Coutinho.	Escreveu os livros Dois Mundos (1861); Província do Espírito Santo (1874 e 1875); Jesuítas e reis (1884) Deolinda Pinto da Silveira” (1860).
José Hygino Duarte Pereira	-	História ou anais dos feitos da companhia privilegiada dos índios ocidentais por Joanes de Laet (1874); Diário ou narração histórica de Matheus Von Den Broeck (1874); Batalha naval de 1640 (1885); A bolsa do Brasil em 1647 (1883).

Professor	Impressos	
	Periódicos	Livros
Manoel Godofredo de Alencastro Autran	Escreveu para os jornais <i>Diário de Pernambuco</i> , <i>Espírito Santense</i> , <i>Paiz</i> . Fundou as revistas <i>Monte Alegre</i> e <i>Rabeca</i> .	<i>Manual do cidadão</i> (1881); <i>Do Casamento Civil</i> (1892); <i>A Marselhesa</i> (1868); <i>Cantos efêmeros</i> (1871); <i>São Vicente de Paulo</i> (1866);
Miguel Teixeira da Silva Sarmiento	-	Traduziu os textos <i>Metodologia Geral e Éclogas 1ª</i> . Escreveu <i>Lições de ortografia nacional</i> (1871).
Sebastião Mestrinho	-	<i>Noções de taquigrafia ensinada pelo conspícuo professor Sebastião Mestrinho, sem emprego de vogais...</i> (1886).

Fonte: Site *Literatura Digital* da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/>. Acesso em: janeiro de 2019; Site da *Biblioteca Digital do Senado Federal*. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/>. Acesso em: janeiro de 2019; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, v. 4.

A produção literária evidencia que a maior parte dos professores estava ligada ao mundo das letras como autores de livros jurídicos e científicos, mas também se vinculavam ao jornalismo. Muitos foram redatores, proprietários e correspondentes de jornais acadêmicos e noticiosos. Dentre os listados, podemos exemplificar a variedade de assuntos escritos, destacando a produção de José Joaquim Pessanha Póvoa, ensaísta, crítico, jornalista, contista e biógrafo. O rol de publicações de Francisco Antunes de Siqueira, por sua vez, incluía obras religiosas. Já Manoel Godofredo de Alencastro Autran possuía em seu currículo pelo menos 35 obras de sua autoria.¹²² Segundo o dicionário biográficos de Augusto Victorino Blake (1900, v. 7, p. 92), Dr. Autran¹²³ nasceu na cidade de Recife, capital de Pernambuco, em 1848, e estudou na Faculdade de Direito da mesma cidade em fins da década de 1860 (*Diário de Pernambuco*, 1869, ed. 199, p. 3). No Atheneu, lecionou a matéria de Retórica e Poética em 1874 (*O Espírito Santense*, 1874, ed. 353, p. 2). Ao noticiar seu falecimento, em 1912, o jornal *O Paiz* do Rio de Janeiro (1912, ed. 9998, p. 3) destacou a relevante atuação do advogado no setor jornalístico, já que escrevia para os jornais *Diário de Pernambuco*, *A Capital*, *O Espírito Santense*, *O Paiz*, no Maranhão e o *Jornal do Ceará*, além das revistas *Monte Alegre*, *Gazeta de Petrópolis* e *Rabeca*, onde publicou várias produções literárias. O mesmo jornal ainda o classificou como

¹²² O levantamento fora realizado pelo site *Literatura Digital*, administrado pela Universidade Federal de Santa Catarina. O site classificou as obras da seguinte forma: trinta e duas obras jurídicas, duas poéticas e uma tradução.

¹²³ É filho do conselheiro Pedro Autran da Matta Albuquerque que foi um médico, membro titular da Imperial Academia de Medicina, primeiro cirurgião da armada, inspetor de higiene e deputado. Escreveu diversos livros (BLAKE, 1902, v. 7, p. 25).

literato e poeta devido ao lançamento das obras *A Marselhesa*, *O Escravo*, *Cantos Efêmeros* e *Sonetos e Sonetinhos*. Quanto à participação do Dr. Autran no mundo político, destaca-se sua atuação em solo capixaba como Secretário de Governo (1873), Diretor da Instrução Pública (1875) e Juiz de Direito (1890). Ao lembrar sua vida e obra, é plausível assegurar que o professor participava de recitais poéticos, declamando muitas vezes seus próprios escritos, além de um excelente literato, escritor de jurisprudência e funcionário público dos mais diversos cargos pelo Espírito Santo, demonstrando assim o grande apreço para com as terras capixabas e sua intensa participação na vida cultural e política.

Para Valéria Augusti (2007), o mercado tipográfico era o caminho para aqueles homens de letras que pretendiam adquirir status social ou emprego, mas para adentrar no setor era preciso ter boas relações de natureza política ou contar com apadrinhamento de alguma pessoa influente. Tânia Maria Bessone Ferreira (1999, p. 28-38) esclarece que os sujeitos ligados ao mundo dos livros e jornais no século XIX possuíam certa dose de “status, educação, riqueza e influência política”, ou seja, eram sujeitos com elevada condição sociocultural e muitas vezes formados no ensino superior.

Sobre a participação dos professores em grêmios e associações beneficentes, convém destacar que, entre 1850 e 1889, foram criadas, em Vitória, 83 sociedades¹²⁴ sob a designação de grêmio, clube, associação e congresso (BASTOS, 2016, p. 369). Do número expressivo de agremiações, distinguem-se a *Sociedade Libertadora Domingos Martins* e a *Sociedade Auxiliadora* que, apesar de atingir públicos diferentes, possuíam o objetivo de ajudar os mais necessitados e contavam com a participação de elevado número de professores como sócios. Cabe salientar também, o papel da maçonaria nesse universo, tendo em vista a participação de muitos professores nesse tipo de sociabilidade.

Para Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (2004, p. 100), as organizações de características humanitárias, durante o Brasil Império, foram estabelecidas por grupos sociais privilegiados com o fim de ajudar os mais necessitados e preencher as lacunas deixadas pelo Estado, que seria o promotor de políticas sociais de amparo à população. Ronaldo Pereira de Jesus (2007, p. 152) destaca ainda que os integrantes das associações buscavam a ascensão social por meio da filantropia, sem, é claro, esquecer das motivações religiosas.

Em Vitória, A *Sociedade Auxiliadora* foi instalada em 18 de agosto de 1876, com a presença de mais de 25 sócios, sob a direção de Francisco Urbano de Vasconcellos, Jose Pinto Homem

¹²⁴ Grupos ligados à literatura, ao trabalho, carnaval, música e à política.

de Azevedo, Manoel Pinto Ribeiro Manço e Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida, importantes figuras públicas da província (*O Espírito Santense*, 1876, ed. 98, p. 1). Consoante à notícia de sua fundação, nota-se que a associação tinha por objetivo, através das mensalidades e doações pecuniárias pagas pelos sócios, socorrer os “indigentes, as viúvas pobres e os órfãos desvalidos”, além de construir escola para os órfãos desamparados. Constava no estatuto da Sociedade que os sócios fundadores deveriam contribuir mensalmente com a quantia de mil réis e os beneméritos com cerca de vinte mil réis em parcela única. Outras determinações mencionadas no estatuto versavam sobre a necessidade de a diretoria convocar assembleia geral anual para prestar contas dos gastos realizados, a proibição de discriminar ou selecionar os acolhidos em razão de questões religiosas ou de nacionalidade, assim como a obrigatoriedade de auxiliar os sócios que “caíssem em indigência” (*O Espírito Santense*, 1876, ed. 110, p. 1).

Para a admissão de novos sócios, ficou estabelecido que deveriam “ser livre e de bons costumes”. Dois anos depois de ser fundada, foi noticiado que a associação contava com 1:200\$000 em caixa fora as mensalidades e a dívida de 900\$000 a receber de alguns sócios. Cabe destacar que as atividades da *Sociedade Auxiliadora* ultrapassavam as fronteiras da província. Em 1885, circulou na imprensa local a convocação da diretoria para que seus sócios arrecadassem contribuições financeiras em razão de um terremoto na Espanha¹²⁵ e as doações seriam enviadas como forma de ajuda humanitária para os atingidos pelo desastre natural (*A Província do Espírito Santo*, 1885, ed. 757, p.3).

Em relação aos membros da sociedade, na ata de inauguração da *Auxiliadora* (*O Espírito Santense*, 1876, ed. 110, p. 1), percebe-se o nome de cinco docentes associados dentre o total de 37 integrantes¹²⁶. Ao longo dos anos, nota-se o ingresso de mais professores, perfazendo o total de 12 ao longo dos 24 anos de existência da associação. O número de sócios-professores pode ser explicado pelo curto período em que a sociedade esteve em atividade no primeiro momento, pois, segundo Basílio Daemon (2010, p. 489), a sociedade paralisou as atividades em 1879, apesar de contar com grande quantia em caixa. Pelas notícias dos jornais da época, a sociedade voltou a atividade em 1883 (*A Província do Espírito Santo*, 1883, ed. 401, p. 1), ano em que foram noticiadas suas reuniões. Em 1900, foi publicado o jornal *A Auxiliadora*, com

¹²⁵ O jornal não especifica, mas provavelmente trata-se do terremoto que ocorreu em 24 de dezembro de 1884, em Andaluzia.

¹²⁶ Adolpho José de Siqueira, Aristides Brasileiro de Barcellos Freire, Domingos Gomes Barroso, Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, Florêncio Francisco Gonsalves, José de Mello Carvalho Muniz Freire, José Francisco de Lellis Horta, José Gomes de Azambuja Meirelles, Manoel das Neves Xavier Junior, Miguel Teixeira da Silva Sarmiento.

única edição comemorativa dos seus 24 anos de existência. Anos mais tarde, em 1938, o periódico *Vida Capixaba* (1938, ed. 452, p.11) lembrara da associação, ressaltando os serviços prestados ao bem da coletividade.

Como já mencionado no capítulo anterior, a *Libertadora* foi fundada em 1883 por Muniz Freire e Affonso Cláudio, com o objetivo de atuar contra a escravidão. Conforme relata Fabíola Martins Bastos (2016, p. 410), a reunião inaugural aconteceu no paço da Câmara Municipal da capital e contou com a adesão de aproximadamente 191 pessoas, entre homens e mulheres, logo nos primeiros dias de funcionamento. Para alcançar o objetivo, a associação instituiu o cargo de delegado em todos os municípios da província capixaba, formou “comissões de senhoras e cavalheiros para ativar na capital a ideia de liberdade, aliciando forças novas e o concurso de meios” (*A Folha da Victoria*, 1884, ed. 80, p.2) para arrecadar contribuições financeiras, além de redigir petição à Assembleia Provincial apelando por providências antiescravistas. Por meio de pesquisas em periódicos da época, Bastos (2016, p. 410-418) demonstra ainda que a *Libertadora* funcionou até 1888, ano da abolição do trabalho escravo no Brasil, e, durante seu período de existência, organizou algumas conferências muito concorridas, que contavam com a presença de escravizados e personalidades importantes do meio político e intelectual provinciano. O propósito era angariar fundos para a compra de alforrias. As cinco conferências analisadas pela autora assemelhavam-se a comícios políticos e geralmente aconteciam no paço municipal e contava com discursos, músicas, apresentações culturais e, em alguns casos, quermesses, contabilizando um montante de 342\$000 réis. Cabe salientar ainda, que a *Libertadora Domingos Martins*, junto a outras duas organizações antiescravistas¹²⁷, chegou a estabelecer a data de 23 de maio de 1888 para abolir a escravidão na capital, fato que não se consolidou já que a princesa regente, D. Isabel, decretou a Lei Áurea. De acordo com a listagem de sócios, foram identificados 19 professores (Apêndice B) atenienses como integrantes da *Libertadora Domingos Martins*, demonstrando, assim, o apreço pelas ideias de liberdade e a participação nas atividades sociais da província.

Quanto à maçonaria, foi possível identificar que 18 docentes¹²⁸ do Atheneu participaram da *Loja Maçônica União e Progresso*. Marco Morel (2001) explica que os grupos maçônicos eram diferentes entre si, mas, para os tempos imperiais, buscava-se, de modo geral, o desenvolvimento humano através do ideário de Razão, Perfeição e Segredo. As reuniões eram espaços para discussões políticas que não estavam sob o controle dos monarcas, tornando-se

¹²⁷ Abolicionista Dr. João Clímaco e Sociedade Libertadora Rosariense.

¹²⁸ As informações foram retiradas do livro *Maçonaria do Espírito Santo* de Christiano Woelffel Fraga.

propício ao exercício do pensamento crítico sem intervenção governamental. Alexandre Mansur Barata (1999) esclarece ainda que as lojas maçônicas eram ambiente privilegiado para externar o ideário liberal e os elementos da ilustração, mas demonstra que o grupo possuía linhas pensamentos distintas relacionadas à política. Existiam dois grupos no Grande Oriente do Brasil¹²⁹, um localizava-se na rua Lavradio e defendia a monarquia e o outro, na rua dos Beneditinos, que reunia maçons republicanos.

No Espírito Santo, Karulliny Siqueira (2016, p. 62-70) destaca que a organização já se fazia presente desde a década de 1820, mas a primeira loja maçônica foi efetivamente aberta somente em 1872 com a denominação de *União e Progresso*, contando com a filiação de importantes políticos conservadores capixabas e sob obediência do grupo maçônico da rua do Lavradio. Após problemas internos relacionados a finanças, intrigas e falta de assistência do Grande Oriente do Lavradio, em 1875, os capixabas passaram a se submeter ao grupo ligado à rua dos Beneditinos, trocando a linha de pensamento. Siqueira demonstra ainda que, dos 71 irmãos iniciais, apenas 41 permaneceram vinculados à loja após a mudança, causando desfalque no cofre da instituição, o que pode evidenciar o afastamento de grandes políticos. A maçonaria capixaba, durante o período imperial, teve como características realizar filantropias, discutir assuntos ligados a políticas, lutar a favor da abolição e atacar os dogmas da Igreja Católica, já que, na visão dos maçons, a igreja não seguia os bons costumes que tanto pregava. Karulliny Siqueira, porém, discute que não há evidências de os maçons capixabas serem partidários da república. É interessante destacar, ainda, que foi fundado, em 1873, o *Liceu da Loja Maçônica União e Progresso*, destinado a educar a população mais humilde, que possuía grande curricular baseado nos saberes humanísticos e aulas noturnas, para alfabetizar adultos livres e libertos. De acordo com Fernando Achiamé (2000, p. 34), a instalação do colégio gratuito, pode ter influenciado o governo local a instalar o Atheneu Provincial e destiná-lo a formação dos filhos da elite.

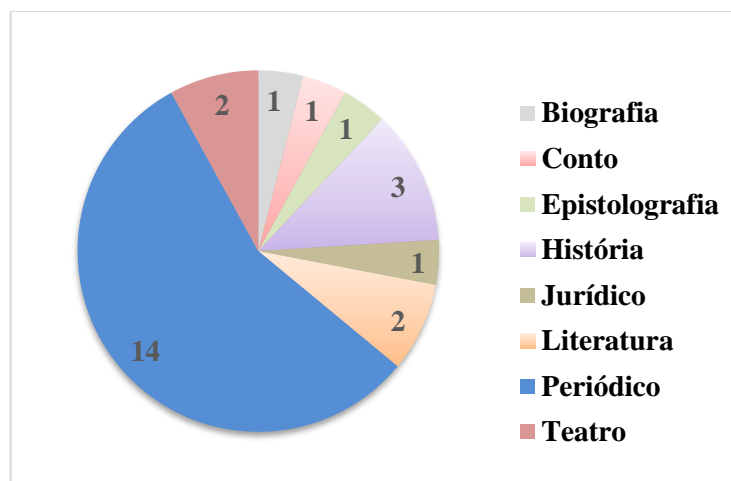
Dentre os professores maçônicos, destaca-se a figura de José Joaquim Pessanha Póvoa. De acordo com Blake (1898, v. 4, p. 492-493), Póvoa nasceu na então capitania do Rio de Janeiro em 1837, concluiu os estudos em direito na Faculdade de São Paulo em 1865 e voltou para a província natal, onde então abriu escritório de advocacia. Durante a estadia no Rio de Janeiro, lutou contra a prostituição das escravizadas e conseguiu a libertação de muitas por meio de ações de alforria impetradas na justiça. Por essa atitude, chegou a receber elogios de Machado de Assis. Blake descreveu ainda as inúmeras viagens de Póvoa ao continente Europeu até se

¹²⁹ As duas lojas foram instaladas em ruas distintas do Rio de Janeiro.

estabelecer definitivamente em solo capixaba, em 1875, ao ser tornar concessionário da estrada de ferro. No Espírito Santo, lecionou as matérias de filosofia, retórica, geografia e história entre 1875 e 1884, foi delegado de polícia em 1875, diretor do Atheneu em 1889 e Inspetor da Instrução Pública em 1895, além de deputado da Assembleia Provincial.

Mas os grandes feitos do Dr. Póvoa talvez estivessem fora do mundo político-administrativo. João Calazans, em crônica dedicada a Póvoa e publicada na *Revista Capichaba* (1927, ed. 91, p. 6), o descreve como aquele que “teve influência em seu tempo, contribuindo para que fossem conhecidas, no estrangeiro, as nossas mais célebres individualidades literárias e artísticas. Fundou vários jornais e colaborou em outros editados em diversas localidades do país”. Essas contribuições, citadas por Calazans e apontadas no gráfico a seguir, fazem referência às diversas publicações literárias, dramáticas e jornalísticas redigidas por Póvoa. Dentre as obras, foi possível localizar a indicação de 25 de autoria do professor:

Gráfico 1 – Obras de José Joaquim Pessanha Póvoa (1860-1895)¹³⁰



Fonte: Site *Literatura Digital* da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: encurtador.com.br/rsv14. Acesso em: janeiro de 2019; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionario bibliographico brasileiro. 4 vs. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

Nota-se no gráfico que, apesar da gama de interesses literários de Póvoa, sua área de atuação concentrava-se no mundo jornalístico, já que foram localizados 14 periódicos que contaram com a participação direta do professor como redator ou correspondente¹³¹. Um dos periódicos que se destaca é a *Revista Dramática*, dedicada à velha arte cênica, organizada enquanto ainda era estudante na província paulista. O periódico, de acordo com Elizabeth Azevedo (2007),

¹³⁰ A classificação seguiu as indicações que constam na fonte de pesquisa.

¹³¹ Foram excluídos dessa contabilidade, os jornais apoiados professor ou que foram impressos em sua tipografia, é o caso do jornal estudantil *Sete de Setembro* e *Pyrilampo*, por exemplo, pois não temos indicativos de que Póvoa participava ativamente da organização, como redator por exemplo,

contou com 21 números, organizados em cinco cadernos, publicados entre maio e setembro de 1860¹³². O editorial de abertura redigido por Póvoa, demonstra os objetivos do periódico:

A publicação que empreendemos tem por fim despertar as vocações dramáticas que desvairadas abraçam mil seduções da política, abutre insaciável, que só consente liberdade e vida àqueles que por ele se apaixonam [...]. Nossa pátria, muito tarde, virá a convencer-se de que os grandes homens só apareceram nos séculos literários, que contribuíram mais para a civilização dos impérios: que a literatura é fonte de instrução, de felicidade, é caminho certo para a conquista da glória, é o éculo das inspirações enérgicas, é quem prepara a independência dos povos, é quem esclarece os horizontes impregnados de miasmas políticos dos governos monopolizadores (*Revista Dramática*, 1860, ed. 1, p.1).

Pelo trecho acima, observa-se que os fundadores do periódico defendiam a ideia de que a arte, principalmente a teatral, serviria para clarear os espíritos, concebendo-os no exercício da soberania, cidadania e nacionalidade; a arte libertaria o povo da ignorância. Ao criar a revista, o público alvo eram os alunos do centro acadêmico frequentado pelos redatores, mas devido à gama de assuntos abordados em suas páginas (notícias, música, dança, questões técnicas, censura, traduções, entre outros) pode-se pensar que a *Revista Dramática* atingiu diversificado público leitor. Ainda sobre a participação de Pessanha Póvoa no mercado jornalístico, não podemos deixar de lembrar sua colaboração na confecção do jornal estudantil *Sete de Setembro* e na sociedade literário *Saldanha Marinho*, ligada ao referido jornal e que será abordado mais adiante. Percebe-se então que, desde a juventude, Póvoa admirava os saberes literários, fato que o fez participar de diversos jornais e escrever sobre os mais diferentes assuntos.

Outra contribuição de Póvoa refere-se ao hino oficial do Espírito Santo. Enquanto era professor do Atheneu, Póvoa escreveu hino escolar para a inauguração solene do prédio do colégio em 1880, cantado ainda por ocasião da reinauguração da Biblioteca Pública. A música contou com a elaboração de Arthur Napoleão¹³³ e foi considerada hino oficial capixaba até 1909. Nota-se, em seguida, que o discurso poético é dirigido aos estudantes, o que é comprovado por versos como “nossos braços são fracos, que importa?”, ou “saudemos nossos pais e nossos mestres”, ou ainda por versos pueris como “se as glórias do presente forem poucas / acenai para nós, Posteridade!”.

Figura 9 – Hino do Espírito Santo escrito por Pessanha Póvoa (1880)

¹³² Encontra-se disponível para consulta no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional os números 1 e 5.

¹³³ Nascido no Rio de Janeiro em 1843 foi compositor, pianista, editor de partituras musicais, professor e comerciante. É patrono da cadeira nº 18 da Academia Brasileira de Música (MEDEIROS, 2010).

Hymno Espirito-Santense

(Poesia do dr. Pessanha Póvoa e musica do maestro João de Azevedo).

Surge ao longe a estrella promettida,
Que a luz sebre nós quer espalhar;
Quando ella occulliar-se no horizonte,
Ha de o Sol nesses feltos lumiar.

Nossos braços são fracos, que imporia?
Temos fé, temos crença a faltar;
Suppre a falta de idade e de força,
Peitos nobres, valentes, sem par.

ESTRIBILHO

Salve, oh! povo Espirito-Santense!
Herdeiro de um passado glorioso,
Nós sômos a phalange do presente
Em busca de um futuro esperançoso.

Saudemos nesses paes e nossos mestres,
A Patria, que estremece de alegria,
Ha hora em que seus filhos reunidos,
Dão exemplo de amor e de harmonia.

Venham louros, corôas, venham flôres,
Ornar os trophéos da mocidade;
Si as glorias do presente fôrem poucas,
Acenai para nós — Posteridade!

ESTRIBILHO

Salve, oh! povo, etc.

Fonte: *Vida Capichaba*, 1927, ed. 104, p. 27.

A partir do levantamento prosopográfico exposto, é possível afirmar que o perfil dos professores que lecionaram no Atheneu remete a pessoas ativas e participantes no contexto político e cultural. Os docentes atuavam nas profissões que tinham formação, acadêmica ou não, mas também em outras áreas, além de integrar-se nos grupos sociais da província. Eles participavam de atividades que mobilizavam a opinião pública, defendiam valores como da justiça e liberdade, além de transitarem com desenvoltura por diferentes campos do conhecimento científico e político.

3.3 GESTORES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA: DIRETORES OU PROFESSORES?

De acordo com Regulamento n. 152 de 19 de junho de 1873 (*O Espirito Santense*, 1873, ed. 230, p. 1-3), primeiro conjunto normativo para a administração do Atheneu Provincial, ficou definido que a instituição seria composta por 14 funcionários públicos: servente, porteiro, censor¹³⁴, bedel, secretário, oito professores e o diretor.

¹³⁴ Foi abordado anteriormente.

O porteiro ficava a cargo de bater a sineta para indicar a entrada e saída dos alunos “nas horas competentes e marcadas no relógio do Atheneu”, abrir e fechar a instituição, ficando sob sua guarda as chaves e todos os móveis e utensílios. Ao porteiro cabia, ainda, mandar limpar a casa e as salas de aula, não deixar os alunos adentrá-las antes da chegada dos professores, além de ser obrigado a residir na instituição.

Quanto ao bedel, cabia apresentar a cada professor o livro de ponto para assiná-lo no começo de cada aula e rubricá-lo na saída, fazer a chamada dos alunos em cada aula e avisar ao censor todas as vezes que os professores faltassem ou se retirassem antes de hora estipulada para o final do dia letivo, além de auxiliar o porteiro quanto ao asseio do estabelecimento escolar.

Já os secretários ficavam incumbidos de escriturar e registrar a correspondência oficial, registrar os diplomas dos funcionários, atas do conselho e termos de exames. Deveriam também passar os certificados de exames e diplomas aos alunos que tivessem concluído o curso, registrando-os nos livros competentes.

Por fim, cabia ao diretor escolar organizar e vigiar toda a estrutura educacional, formada por professores, alunos e funcionários. Ao reorganizar a instrução pública em dezembro de 1877 (*O Espírito Santense*, ed. 153, p. 2; ed. 154, p. 1), Afonso Peixoto de Abreu e Lima, Presidente da Província, estabeleceu regras para o funcionamento da educação, incluindo o Atheneu Provincial. Na terceira parte do novo regulamento, que dispõe sobre o ensino público secundário, constam as funções para o cargo de diretor: a) recolher as mensalidades pagas pelos pensionistas e meio-pensionistas para prover a alimentação e outros custos necessários ao funcionamento da instituição; b) comunicar ao Presidente da Província quaisquer alterações ou reformas convenientes ao prédio da instituição; c) conferir prêmios e menções honrosas aos alunos por bom comportamento, bem como julgar suas faltas e aplicar as respectivas penas para as infrações cometidas dentro da escola; d) comunicar as faltas dos professores e empregados (porteiro, censor, secretário, bibliotecário, bedel, entre outros) ao Inspetor da Instrução Pública. Sobre o último ponto, convém destacar que, visando à economia de verbas públicas, foi decretado por Martim de Andrada Junior, Presidente da Província, que a direção administrativa do Atheneu Provincial ficaria a cargo do Inspetor da Instrução Pública a partir de 1883 (*O Horizonte*, 1883, ed. 84, p. 3). Foi definido, ainda, que o diretor devia ser homem casado, de “moralidade reconhecida” e residir no mesmo estabelecimento com sua família. No quadro a seguir, foram listados 14 dos diretores identificados em notícias divulgadas oficialmente pelo Atheneu em jornais e relatórios de Presidentes de Província.

Quadro 20 – Diretores do Atheneu Provincial (1873-1890)

Nome	Nasc.	Nat.	Anos de Contratação	Profissão
Aldano Ferreira de Paiva	1864	ES	1890	Militar
Domingos Gomes Barroso	1835	RJ	1876 - 1878	Médico
Eduardo Gomes Ferreira Velloso	-	-	1877	Advogado
Eliseu de Souza Martins	1842	PI	1882	Advogado
Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira	1835	BA	1882	Médico
Florêncio Francisco Gonsalves	-	-	1884, 1885	Médico
João Francisco Poggi de Figueiredo	1847	PE	1877	Advogado
Joaquim Maria Nascentes Azambuja	-	-	1886 - 1889	-
José Joaquim Pessanha póvoa	1836	RJ	1883 - 1885, 1889, 1890	Advogado
Manoel das Neves Xavier	-	ES	1877	Militar
Manoel Ferreira de Paiva	1822	ES	1873, 1874	Militar
Manoel Goulart de Sousa	-	ES	1884	Médico
Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas	1831	-	1873	Militar
Tito da Silva de Machado	1835	BA	1884 - 1886	Advogado

Fonte: Cf. Apêndice C.

Em geral, o grupo de diretores era formado por advogados (5), militares (4) e médicos (4). Observa-se que todos os diretores, exceto Joaquim Maria Nascentes Azambuja, de quem não foi possível coletar dados biográficos, possuíam algum grau de instrução, que poderia ou não ser adquirido nas faculdades do império.

Um dos nomes que ressaltou na listagem anterior é Eliseu de Souza Martins, por ter ocupado a presidência da província entre 1879-1880 e ter recommençado a construção do prédio destinado ao Atheneu Provincial em 1880 (DAEMON, 2010, p. 513). Souza Martins formou-se em direito pela Faculdade de Recife, passando a administrar a província do Rio Grande do Norte em 1878. Ao fixar residência em Vitória, ocupou os cargos de diretor do Atheneu, em 1882, depois de ter passado pelo executivo provincial (*O Espírito Santense*, 1883, ed. 9, p. 2). No campo político, ele também fora eleito vereador de Vitória (*O Horizonte*, 1883, ed. 63, p. 2) e deputado provincial, razão pela qual deixou o cargo de diretor dos estudos (*O Horizonte*, 1883, ed. 26, p. 2). Além disso, também foi lente adjunto do colégio naval (*O Liberal*, 1885, ed. 1, p. 3). O jornal *A Folha da Victoria* (1889, ed. 633, p. 1) conta que ao ocupar o cargo de administrador da província e se envolver em “picuinhas políticas”, Martins “caiu no desagrado de seu próprio partido [o conservador], que até hoje não o tem aproveitado para comissão alguma”, indicando assim o seu distanciamento das grandes discussões políticas promovidas pelo seu partido. Após

longo período em solo capixaba, Martins filiou-se então ao partido Liberal e retornou para o nordeste brasileiro, fixando residência em sua terra natal, Piauí, onde fora eleito senador (1890-1894) (SENADO FEDERAL, 1986).

Dentre os que ocuparam o cargo da direção, torna-se oportuno sublinhar aqueles que também foram alunos e professores do colégio. Nove pessoas se enquadram nessa situação. Quanto aos professores, após o cruzamento de dados, constaram-se que, dos 14 identificados como diretores, oito (57%) lecionaram no colégio e passaram a ocupar o cargo após deixarem a sala de aula, a saber: Domingos Gomes Barroso, Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, Ernesto Vieira de Mello, Florêncio Francisco Gonsalves, João Francisco Poggi de Figueiredo, José Joaquim Pessanha Póvoa, Manoel das Neves Xavier Junior e Manoel Goulart de Sousa.

Em relação aos discentes, há a ocorrência de um ex-aluno que anos mais tarde ocupou a cadeira de direção da escola. Trata-se de Aldano Ferreira de Paiva que estudou no colégio entre 1875 e 1883. Aldano também exerceu o cargo de delegado literário em Cariacica, em 1885. Nos jornais, Paiva é definido como militar, mas não foi possível identificar em qual academia obteve formação. Localizou-se apenas a crítica anônima, publicada no jornal *A Província do Espírito Santo* (1887, ed. 1495, p. 4), denunciando a escolha de Paiva para o cargo de capitão quartel, resultado, em grande parte, da política de apadrinhamento.

O cargo e função do diretor foram motivos de debates na Assembleia Provincial e de várias publicações noticiosas. O jornal *O Espírito Santense*, por exemplo, conta que o pedido de exoneração feita pelo Coronel Mascarenhas pegou todos de surpresa, já que a sua escolha para a função levantou discussões de “aranzel” entre a oposição (1873, ed. 248, p. 3), demonstrando que o grupo político capixaba opinava na escolha do cargo.

Em outra edição, o mesmo jornal fala sobre o pedido de férias feito pelo professor de filosofia, Dr. Paula de Freitas, durante o período letivo. Explica que os alunos ficaram sem aulas e cobra do diretor postura profissional para coibir tais abusos. Na publicação, o tom de crítica se direcionava à direção do colégio (*O Espírito Santense*, 1881, ed. 15, p. 1). Alguns anos depois, a função de diretor escolar ainda suscitou discussões dos noticiosos. Em 1883, o jornal *O Espírito Santense* (1883, ed. 58, p. 3) observou que o Atheneu estava passando por “uma transição para melhor!”, que antes era “teatro de cenas desagradáveis entre diretor, lentes e alunos”, local de “gritos, apupos, vaias e desrespeitos”, “um asilo de doidos”. Por essas características a “mocidade honesta” não permanecia na escola, causando assim desprestígio ao colégio. Para o periódico, a escolha do Dr. Pessanha Póvoa para a direção escolar traria novos caminhos para a instrução pública secundária. Com os conhecimentos científicos e literários do

Póvoa, seria possível “imprimir no espírito da mocidade o gosto pelo estudo”. O jornal termina descrevendo um exemplo da atuação do novo diretor: “passando casualmente junto do Atheneu, ali vimos Dr. Pessanha Póvoa, sentado entre uma roda de estudantes, em animada palestra, mas uma palestra útil, e convenientíssima para a mocidade ouvinte”. A mudança de direção configurava então importante notícia a ser veiculada na imprensa capixaba.

O perfil traçado para o grupo de diretores do Atheneu demonstra que já ter lecionado no colégio constituía variável importante na nomeação realizada pelo governo provincial/estadual. Certamente, a função de professor trazia visibilidade para ocupar cargo de confiança, como a direção escolar, e se tornava garantia de conhecimento sobre a instrução pública e o funcionamento político-administrativo da instituição. Ser lente do Atheneu cancelava a experiência na área educacional e, possivelmente, tornava mais legítimo o processo de indicação, não se fundamentando apenas em políticas de apadrinhamento.

3.3. NOTAS DE CONCLUSÃO

Ao longo deste capítulo, demarcou-se o perfil dos três grupos que fizeram parte do Atheneu Provincial: alunos, professores e diretores. O levantamento permitiu a aproximação de grande parcela dos indivíduos que circularam pelo ensino secundário da capital durante os 19 anos de funcionamento do Atheneu. Sem dúvida, foi neste espaço que grande parte da juventude masculina de Vitória obteve sua formação inicial, constituiu seus elos de amizade e deu seus primeiros passos na participação da vida cultural e política do país através da formação de sociedades estudantis. Os discentes estavam envolvidos com o contexto político e artístico do seu tempo. As agremiações e jornais organizados pelos alunos contaram, muitas vezes, com o auxílio de professores e diretores do Atheneu, constantemente foram aplaudidos pela imprensa capixaba.

Após terminarem os estudos secundários, os jovens se inseriam na sociedade através do funcionalismo público, mas também alguns concluíram o ensino superior e participaram da política nacional. Tais resultados demonstram que o Atheneu Provincial cumpria, de certa forma, os objetivos para os quais tinha sido edificado. É interessante destacar também que os professores do Atheneu foram homens de proeminência social e política para além das terras capixabas. Muitos foram aqueles que se tornaram escritores e artistas de renome, além políticos do cenário local, demonstrando que, por muitas vezes, o magistério secundário era o começo da vida profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas desenvolvidas sobre a instrução pública capixaba em fins do Oitocentos brasileiro são de suma importância para compreender as primeiras décadas da República. Assim, esta dissertação teve o objetivo de apresentar as características do ensino secundário público masculino na província do Espírito Santo entre 1873 e 1892, período de funcionamento do Atheneu Provincial.

A análise dos periódicos revelou a compreensão dos dirigentes da época sobre a instituição. O Atheneu Provincial foi criado com o intuito de educar os jovens da província do Espírito Santo, buscando inseri-los nas faculdades do Império, além de contribuir para a formação de mão de obra qualificada para os serviços públicos. A elite espírito-santense, que auxiliou financeiramente na construção do prédio do colégio, almejava desenvolver a formação secundária, porém, isso não significou proporcionar o acesso a toda população, já que existiam regras excludente e mensalidades.

Sobre a localização do colégio, foram identificadas três regiões em que a instituição funcionou. No primeiro momento, em 1873, o governo provincial alugou edifício na Rua da Matriz (atual rua Pedro Palácios), enquanto a sede definitiva era construída. Em 1879, o Atheneu foi transferido, provavelmente devido ao aumento no preço do aluguel exigido pela proprietária do imóvel anterior, para um sobrado de dois pavimentos, localizado na Praça do Imperador, cuja frente dava para a rua Primeiro de Março. No ano seguinte, em 1880, a construção da sede definitiva do Atheneu fora concluída, disponibilizando para a comunidade capixaba um edifício ao lado do Palácio do Governo. Pela localização das ruas, percebe-se que o colégio sempre foi instalado na região central de Vitória, próximo à sede administrativa do governo, indicando a importância da instituição para a sociedade capixaba. O edifício definitivo do Atheneu Provincial, que atualmente é ocupado pela Escola Estadual Maria Ortiz, passou por reforma em 1908, ganhando as atuais configurações arquitetônicas.

Com a análise prosopográfica das fontes, foram localizados os nomes de 446 alunos, 47 professores e 14 diretores, que frequentaram o Atheneu durante seus 19 anos de funcionamento. Para o corpo estudantil que frequentara o ensino secundário no Atheneu, constatou-se a diversidade de grêmios e associações fundadas pelos estudantes. De natureza variada, identificou-se espaços de sociabilidade dos alunos dedicados às artes teatrais, como também às discussões políticas, abolicionistas, literárias, carnavalescas e espaço para estudos extracurriculares. Acreditamos que as associações proporcionavam a participação dos jovens nos movimentos do período, além de os preparar para a socialização cultural e política.

Percebemos também que muitos continuaram os estudos e adentraram no ensino superior, assim como tornaram-se funcionários públicos da província.

Entre as personalidades públicas capixabas que iniciaram a instrução no colégio destacam-se José de Mello Carvalho Muniz Freire, Affonso Cláudio de Freitas Rosa, Túlio de Alencar Araripe e os irmãos Chapot Prevost. As trajetórias daqueles que fizeram parte da história do Atheneu revelaram o papel da instituição na formação de membros da elite política capixaba que viriam a contribuir na implementação do novo regime republicano.

Outra questão que merece destaque são as funções política assumidas pelos 47 professores que lecionaram na instituição. Vimos que muitos professores foram eleitos para cargos no legislativo e no executivo capixaba. Assim, seria interessante questionarmos até que ponto ser professor do Atheneu trazia visibilidade e confiança dos eleitores, projetando-os aos cargos políticos. Essa análise só seria plausível numa outra linha de pesquisa e com a problematização de conjunto de fontes que não foram atribuídas nesta dissertação. Mesmo não sendo o objetivo desta investigação, consideramos uma importante possibilidade de pesquisa.

A análise sobre o corpo docente da instituição revelou que a maior parcela dos professores era formada por homens com certo grau de instrução, mesmo que não possuindo o diploma do ensino superior. Convém destacar que, durante o século XIX, não existiam instituições que habilitassem professores para ministrar aulas no ensino secundário, sendo a profissão docente desempenhada por pessoas de diversas formações e interesses, como médicos, advogados, engenheiros e farmacêuticos. A ligação com o universo dos saberes literários consistiu característica da biografia coletiva dos personagens responsáveis pelo ensino no Atheneu, já que era grande a produção escrita desses professores em livros científicos e jornais. Identificou-se, ainda, que os docentes participaram de organizações beneficentes como a *Sociedade Libertadora Domingos Martins*, a *Sociedade Auxiliadora* e a *Maçonaria*. A partir do levantamento prosopográfico, é possível afirmar que o perfil dos professores que lecionaram no Atheneu remete a pessoas ativas e participantes no contexto político e cultural. Eles participavam de atividades que mobilizavam a opinião pública, além de transitarem com desenvoltura por diferentes campos do conhecimento científico e político.

Sobre os 14 dirigentes escolares, identificou-se que nove foram alunos e professores do Atheneu. O fato de ter lecionado no colégio parecia constituir variável importante na nomeação realizada pelo governo provincial/estadual para ocupar o cargo. Outro destaque são os debates realizados na Assembleia Provincial e nos jornais que versavam sobre o cargo e função do

diretor. Em diversas publicações, constatou-se que os problemas enfrentados pelo colégio recaíam sobre a direção, que muitas vezes não possuíam perfil e postura profissional para ocupar importante cargo.

Outro ponto que merece destaque é a justificativa para o término da instituição. Em 1892, o então Presidente de Estado, José de Mello Carvalho Muniz Freire, ex-aluno do Atheneu, argumentou que o colégio não cumpria mais com os objetivos que fora criado, auxiliar os jovens nos exames admissionais para as faculdades do Império. Além disso, Muniz Freire acreditava que o Espírito Santo precisava formar professores para ministrar aulas no ensino primário, já que era uma diminuta parcela da população que sabia ler e escrever. Imbuído de nova proposta educacional, Muniz Freire advogava que o ensino superior deveria ser a última etapa da reestruturação educacional, que deveria dar primazia ao ensino das massas. Assim, na opinião do dirigente estadual, não se justificava educação tão elitizada, preocupada exclusivamente com o ensino superior. Ironicamente, se Muniz Freire foi o principal defensor pelo fim da instituição no Espírito Santo, foi ele também uma amostra de que o colégio cumpriu, de certo modo, com os objetivos estabelecidos na época de sua concepção, ainda no tempo do Império.

REFERÊNCIAS

FONTES

Documentos oficiais

Alvará régio em que se extinguem todas as Escolas reguladas pelo método dos Jesuítas e se estabelece um novo regime, 1759. Disponível em: <https://bit.ly/2KhqPLX>. Acesso em: abril de 2018.

APEES. Fala José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844.

APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. Evaristo Ladislau e Silva a Assembleia Legislativa Provincial em 23 de maio de 1853.

APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, o Bacharel, Pedro Leão Velloso, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859.

APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, a Assembleia Legislativa em 23 de maio de 1863.

APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. José Joaquim do Carmo a Assembleia Legislativa em 26 de maio de 1865.

APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio, na abertura da sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 1868.

APEES. Fala com que foi aberta a sessão extraordinária da Assembleia Provincial pelo Sr. Presidente da Província, Dr. João Thomé da Silva, em maio de 1873.

APEES. Fala dirigida a Assembleia Legislativa Provincial pelo sr. Presidente da província do Espírito Santo, Dr. João Thomé da Silva, na da abertura de sua sessão ordinária, em 10 de setembro de 1873.

APEES. Relatório a Assembleia Legislativa Provincial pelo sr. Presidente da província do Espírito Santo, Luiz Eugenio Horta Barbosa por ocasião de deixar a administração da província do Espírito Santo, em 29 de abril de 1874.

APPES. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial pelo sr. 1º Vice-Presidente da província do Espírito Santo, Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas, na sessão da 21ª Legislatura, em 01 de setembro de 1874.

APEES. Fala do dr. Domingos Monteiro Peixoto que instalou a Assembleia Provincial do Espírito Santo na sessão do dia 18 de setembro de 1875.

APEES. Relatório apresentado pelo Dr. Manoel José de Menezes Prado na instalação da Assembleia Provincial do Espírito Santo na sessão de 15 de outubro de 1876.

APEES. Relatório do Dr. Affonso Peixoto de Abreu Lima a Assembleia Provincial do Espírito Santo na sessão do dia 28 de julho de 1877.

APEES. Relatório do Dr. Affonso Peixoto de Abreu Lima a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo na sessão do dia 19 de fevereiro de 1878.

APEES. Relatório apresentado pelo Dr. Alpheu Adelpho Monjardim d'Andrade e Almeida, 1º Vice-Presidente da província a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 6 de março de 1879.

APEES. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Espírito Santo, pelo presidente da província, Dr. Eliseu de Sousa Martins, em sessão ordinária de 9 de março de 1880.

APEES. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo, pelo sr. Presidente da Província, Marcellino de Assis Tostes, em sua sessão ordinária de 8 de março de 1881.

APEES. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo, pelo sr. Presidente da Província, Herculano Marcos Inglês de Souza em 9 de dezembro de 1882.

APEES. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo pelo sr. Presidente da Província, Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior, em 3 de março de 1883.

APEES. Relatório com que dr. Miguel Bernardo Vieira de Amorim, 2. Vice-Presidente, passou a administração desta província ao dr. Joaquim José Affonso Alves no dia 12 de janeiro de 1884.

APEES. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Presidente da Província, Dr. Antônio Joaquim Rodrigues, em 5 de outubro de 1886.

APEES. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo 1º Vice-Presidente da Província, Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas, em 9 de julho de 1887.

APEES. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Presidente da Província, sr. Antônio Leite Ribeiro de Almeida, na abertura da primeira em 9 de julho de 1888.

APEES. Relatório apresentado pelo Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Jose de Mello Carvalho Muniz Freire, ao passar o governo ao Dr. Graciano dos Santos Neves em 23 de maio de 1896.

APEES. Legislação provincial do Espírito Santo: ementário 1835-1888. Vitória: APEES, 1988.

APEES. Livro de matrícula de alunos do Instituto Normal Ateneu Provincial, 1873 – 1882. Fundo de Educação. Livro 73.

APEES. Livro de registro de ofícios da Inspetoria de Ensino. Fundo de Educação. Livro 96.

APEES. Livro de registro de ofícios do Diretor da Instrução Pública à Presidência da Província. Fundo de Educação. Livro 93.

APEES. Ofícios recebidos pelo Inspetor Geral da Instrução Pública. Fundo de Educação. Caixa 6B.

BRASIL. Decreto n. 13.331-a, de 17 de janeiro de 1854. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. Disponível em: <https://bit.ly/2KBcESn>. Acesso em: junho de 2018.

BRASIL. Decreto n. 5659, de 6 de junho de 1874. Dá nova organização à secretária de Estado dos Negócios do Império. Disponível em: <https://bit.ly/2Mar2kv>. Acesso em: setembro de 2018.

BRASIL. Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Disponível em: <https://bit.ly/2tTY415>. Acesso em: junho de 2018.

BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Parecer da Comissão de instrução pública e texto do projeto, sessão em 14 de maio de 1875, p. 65-68. Disponível em: <https://bit.ly/2O1u4ci>. Acesso em maio de 2018.

BRASIL. Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Disponível em: <https://bit.ly/2oS4kUP>. Acesso em maio de 2018.

BRASIL. Decreto n. 9.311, de 25 de outubro de 1884. Dá novos estatutos as faculdades de medicina. Disponível em: <https://bit.ly/2oS1Qr3>. Acesso em: maio de 2018.

BRASIL. Decreto n. 9.360, de 17 de janeiro de 1885. Dá novos estatutos as faculdades de direito. Disponível em: <https://bit.ly/2CAPEdM>. Acesso em: maio de 2018.

IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1872. Disponível na Biblioteca Digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em abril de 2018.

IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1956. Disponível na Biblioteca Digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em abril de 2018.

Jornais e periódicos

A Actualidade, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

A Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

A Folha da Victória, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

A Notícia, Salvador, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

A Ordem, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

A Província do Espírito Santo, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

A Regeneração, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

A Serra, Serra, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província do Espírito Santo, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

Almanak do Estado do Espírito Santo, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

Cidade do Rio, Rio de Janeiro, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

Commercio do Espírito Santo, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

Correio da Victória, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

Correio do Norte, Rio de Janeiro, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

Diário da Manhã, Vitória, 1917. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

Diário de Notícias Rio de Janeiro, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

Diário de Pernambuco, Recife, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

Diário do Espírito Santo, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

Espírito Santo, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

Faculdade de Recife, Recife, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

Folha do Povo, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

Gazeta de Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, 1883. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

Jornal da Victória, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

Jornal do Recife, Recife, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

Jornal Oficial, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

MACHADO, Martim Francisco Ribeiro d'Andrada. Memória sobre a reforma dos estudos na capitania de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Distrito Federal, v. 6, n. 18, p. 466 - 482, 1945. Disponível em: <https://bit.ly/2tUfaM6>. Acesso em: junho de 2018.

Mensagem do Governador do Espírito Santo, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

O Cachoeirano, Cachoeiro de Itapemirim, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

O Constitucional, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

O Echo dos Artistas, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

O Espírito Santense, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

O Estado do Espírito Santo: Ordem e Progresso, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

O Estado, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

O Estandarte, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

O Horizonte, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

O Liberal, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

O Meteoro, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

O Povo, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

O Progresso, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. História da imprensa no Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 3, 1922, p. 28-40.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. História da imprensa no Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 4, 1925, p. 22-31.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. História da imprensa no Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 5, 1926, p. 41-90.

Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros/ES, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: março de 2018.

Sete de Setembro, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

Vida Capichaba, Vitória, anos indicados. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: agosto de 2018.

Fotografias

APEES. Catálogo Geral de Fotos. Pasta Jerônimo de Sousa Monteiro, imagem 051.

APEES. Fundo de Serviço de Cinema, Rádio e Teatro Educativo. Série Carlos Fernando Monteiro Lindemberg, imagem CFML 888-897.

ARQUIVO DA FACULDADE DE DIREITO DA USP. Prontuário de Affonso Cláudio de Freitas Rosa.

Livros e Dicionários

ACKERMANN, Sílvia Regina. AFONSO CLÁUDIO. In: DICIONÁRIO da Elite Republicana (1889-1930). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2013. Disponível em: encurtador.com.br/tBR24. Acesso em: fevereiro de 2019.

ALMEIDA, José Ricardo Pires. *História da instrução pública no Brasil (1500-1989)*. São Paulo: EDUC, 1989.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. 1 v.

_____. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893. 2 v.

_____. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1895. 3 v.

_____. Dicionario Bibliographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1898. 4 v.

_____. Dicionario Bibliographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1899. 5 v.

_____. Dicionario Bibliographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1900. 6 v.

_____. Dicionario Bibliographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1902. 7 v.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Parecer e projeto apresentado em sessão de 13 de abril de 1882 pela comissão de instrução pública composta por Ruy Barbosa, Thomaz Bonfim Spindola e Ulysses Machado Vianna*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. Disponível em: <https://bit.ly/2QfTjsQ>. Acesso em: setembro de 2018.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

IMPERIAL ESCOLA AGRÍCOLA DA BAHIA. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <https://bit.ly/2y9Bwim>. Acesso em janeiro de 2018.

IMPERIAL ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA E DE AGRICULTURA PRÁTICA. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <https://bit.ly/2MiyKua>. Acesso em janeiro de 2018.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil, 1854-1887*. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

SALETTTO, Nara. MUNIZ FREIRE. In: DICIONÁRIO da Elite Republicana (1889-1930). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2013. Disponível em: encurtador.com.br/bkyAC. Acesso em: janeiro de 2019.

SALETTTO, Nara; ACHIMÉ, Fernando. JOSÉ FRANCISCO MONJARDIM. In: DICIONÁRIO da Elite Republicana (1889-1930). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2013a. Disponível em: encurtador.com.br/kzBV9. Acesso em: janeiro de 2019.

SALETTTO, Nara; ACHIMÉ, Fernando. JOSÉ MARCELINO PESSOA DE VASCONCELLOS. In: DICIONÁRIO da Elite Republicana (1889-1930). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2013b. Disponível em: encurtador.com.br/kQUY4. Acesso em: janeiro de 2019.

SOUZA, Paulino Jose Soares (Visconde do Uruguay). *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865, v. 1. Disponível em: <https://bit.ly/2IYUKd>. Acesso em: maio de 2018.

VERISSÍMO, José. *A educação nacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: TopBooks; Belo Horizonte, MG: PUC-MINAS, 2013.

OBRAS DE APOIO

ACHIAMÉ, Fernando A. M. *Esquadro e compasso em Vitória*: álbum da Loja Maçônica União e Progresso. Vitória, ES: IHGES, 2010.

ADEODATO, Ademir. *Entre lares, lyceus e liturgias*: professores de música nas escolas do Espírito Santo, vestígios de histórias não contadas (1843-1930). 256 p. Tese (Doutorado em Música) - Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: encurtador.com.br/mGLQR. Acesso em: janeiro de 2019.

ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi. A educação jesuítica no Brasil e o seu legado para a educação da atualidade. *Revista Grifos*, Santa Catarina, vol. 23, n. 36/37, p. 117 – 126, 2014. Disponível: <https://bit.ly/2M9ydt2>. Acesso em abril de 2018.

ALVES, Cláudio Maria Costa. A intelectualidade militar e as práticas escolares no exército brasileiro no século XIX. In: Congresso Brasileiro de História da Educação “História e memória da educação brasileira”, 2., 2002, Natal. *Anais eletrônicos....* Disponível em: encurtador.com.br/wDEIJ. Acesso em: dezembro de 2018.

ALVES, Gilberto Luiz. Manuais didáticos de história do Brasil no colégio Pedro II: do império às primeiras décadas da república. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 8., 2009, Campinas. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <https://bit.ly/2wTG1cN>. Acesso em: agosto de 2018.

AMARAL, Giana Lange. Reflexões sobre a produção de jornais estudantis em escolas de ensino secundário (1930-1960): a contribuição da obra *Jornais Escolares de Guerino Casasanta*. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 7., 2013, Cuiabá. *Anais eletrônicos...* Cuiabá: UFMT, 2013. v. 1. p. 1-11. Disponível em: encurtador.com.br/fhrt0. Acesso em janeiro de 2019.

AQUINO, Vanessa Teixeira. *A instrução da mocidade rio-grandina*: o ensino secundário na cidade do Rio Grande/RS (1850-1889). Tese (Doutorado em Educação) - Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

AUGUSTI, Valeria. Mercado das letras, mercado dos homens. In: *Revista de História Regional*, Ponta grossa, V. 12, p. 93-121, 2007. Disponível em: encurtador.com.br/aAIV4. Acesso em: fevereiro de 2019.

AZEVEDO, Elizabeth. *Revista Dramática*: São Paulo, 1860. *Sala Preta*, v. 7, 2007, p. 257 – 260.

BARATA, Alexandre Mansur. A maçonaria e a ilustração brasileira. *História, Ciências, Saúde – Mangunhos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 78 – 99.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Ed. 70, 2004.

BARMAN, Roderick; BARMAN, Jean. The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 18, n. 4, p. 423-450, 1976. Disponível em: <https://bit.ly/2KB4koL>. Acesso em: janeiro de 2018.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *A Formação de Padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)*. 2009. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. São Paulo, USP: 1959.

BASTOS, Fabíola Martins. *A política na antessala do parlamento: imprensa e sociabilidades na formação da esfera pública de opinião em Vitória/ES, nos anos de 1840 a 1889*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2016.

BASTOS, Fabíola Martins. *Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no Município de Vitória, 1850-1872*. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2009.

BASTOS, Maria Helena Camara. Manuais escolares franceses no imperial Colégio de Pedro II (1856-1892). *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 26 p. 39-58, setembro/dezembro 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2KoNn1m>. Acesso em: abril de 2018.

BEDIAGA, Begonha. Discreto personagem do império brasileiro: Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro (1818-1886). *Topoi*, Rio Janeiro, v. 18, n. 35, 2017. Disponível: <https://bit.ly/2KwCmY1>. Acesso em: junho de 2018.

BONICENHA, Wallace. *Devoção e caridade: as irmandades religiosas na cidade de Vitória*. Vitória: Multiplicidade, 2004.

BONTEMPI JUNIOR, Bruno; BOTO, Carlota. O ensino público como projeto de nação: a “Memória” de Martim Francisco (1816-1823). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, n. 68, p. 253-278, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2yTGU9z>. Acesso em: abril de 2018.

BESSONE, Tânia Maria Tavares. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 1999.

BOTO, Carlota. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, p. 735-762, setembro 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2INM5hH>. Acesso em: fevereiro de 2018.

CAMPOS, Karen Calegari Santos. Mais nada sirvam, se quiserão a isto prestar: representações oficiais sobre os professores capixabas no século XIX. In: *Revista Ágora*. Vitória, n. 18, 2013, p. 40-51. Disponível em: <https://bit.ly/2oSGbxj>. Acesso em: abril de 2017.

CARON, Jean-Claude. Os jovens na escola: alunos de colégio e liceus na França e na Europa (fim do séc. XVIII – fim do séc. XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. v. 2.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo. O nacionalismo crítico de José Veríssimo. In: VERISSÍMO, José. *A educação nacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: TopBooks; Belo Horizonte, MG: PUC-MINAS, 2013.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Laerte Ramos. A Educação Brasileira e a sua Periodização. *Revista brasileira de história da educação*, Maringá, n. 2, p. 137-152, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2oS3GXG>. Acesso em: maio de 2018.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. O Estado e a política educativa dos jesuítas na história da educação brasileira. In: SAVIANI, Dermeval (Org.). *Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira*. Vitória: EDUFES, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectiva. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, julho/dezembro 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2tTr9cX>. Acesso em: fevereiro de 2018.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COSTA, Vagner Melo; PAIVA, Marlúcia Menezes. A educação no Seminário de Olinda no início do século XIX: componentes curriculares humanistas e científicos X componentes curriculares religiosos. In: Encontro Norte Nordeste de História da Educação, 6., 2016, Natal. *Anais...* Natal, UFRN, 2016. Disponível em: encurtador.com.br/ntBKU. Acesso em fevereiro de 2019.

COUTINHO, José Maria. *Uma história da educação no Espírito Santo*. [Vitória, ES?]: Departamento Estadual de Cultura: UFES, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1993.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

DICK, Sara. As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: o Liceu Provincial (1860 – 1890). 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar do século XIX. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.); VEIGA, C. G. (Org.); LOPES, E. M. T. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERREIRA, Antônio Gomes; VECHIA, Ariclê. Instruir elites em meados do século XIX: o Liceu de Coimbra e o Imperial Colégio de Pedro II. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 3, 2004. *Anais...* Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004. Curitiba, PR. Disponível em: encurtador.com.br/fkET6. Acesso em abril de 2019.

FERREIRA, Dirce Nazaré de Andrade. *Poder e relações políticas na educação: o método lancasteriano no ensino público do espírito santo (1827 a 1860)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações do ensino secundário na Província da Parahyba do Norte/. 2012. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FRAGA, Christiano Woelffel. *A maçonaria no Espírito Santo*. Vitória: [s.n.], 1995.

FRANCO, Sebastião Pimentel. A instrução na província do espírito santo entre 1835 e 1848: os avanços possíveis. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 6, 2011, Vitória. *Anais...* Vitória, ES: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2011. Disponível: <https://bit.ly/2IF19tJ>. Acesso em: maio de 2018.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Brasil Império*. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. 1. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2014.

JESUS, Ronaldo Pereira. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860 – 1889). *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144 – 170. Disponível em: encurtador.com.br/hqtCR. Acesso em: janeiro de 2019.

JORDÃO, Eduardo Antônio. As conferências públicas no projeto de instrução pública e organização do ensino de Condorcet. *Filosofia e Educação*, Campinas, v. 3, n. 1, p. 87-103,

Abril – Setembro de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2Kk1Bki>. Acesso em: fevereiro de 2018.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista brasileira de história da educação*, Maringá, n. 1, jan./jun. 2001, p. 9-43. Disponível em: <https://bit.ly/2CuAwY2>. Acesso em: março de 2017.

LOPES, Raimundo Hélio. Saldanha Marinho. In: *Dicionário da Elite Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2013. Disponível em: encurtador.com.br/alwU0. Acesso em: janeiro de 2019.

LORENZ, Karl Michel; VECHIA, Ariclê. O debate ciências versus humanidades no século XIX: reflexões sobre o ensino de ciências no Collegio de Pedro II. In: Gonçalves Neto, Wenceslau; Miguel, Maria Elisabeth Blanck; Ferreira Neto, Amarílio. (Orgs). *Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares [séculos XIX e XX]*. Vitória: EDUFES, 2011.

LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio (Orgs.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LUC, Jean-Noël. Permanências e mutações dos liceus franceses, do Primeiro Império ao início do século XXI. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 193-215, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2IG7W3F>. Acesso em: fevereiro de 2018.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A atuação da mulher na cena pública: diversidade de atores e de manifestações políticas no Brasil imperial. In: *Almanack Braziliense*, n. 3, p. 105- 122, maio/2006. Disponível em: <https://bit.ly/2oRiN3i>. Acesso em: junho de 2018.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Disponível: <https://bit.ly/2wW6wOP>. Acesso em: junho de 2018.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, 2006. Disponível: <https://bit.ly/2tIChir>. Acesso em: junho de 2018.

MARIANO, Nayara R. C. Ordenar, civilizar e instruir: os livros didáticos e a construção do saber escolar no Brasil oitocentista. In: Encontro Estadual de História, 8., 2008, Guarabira/PB. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <https://bit.ly/2NsyH1X>. Acesso em: julho de 2018.

MATTA, Gabriel. *Livros escolares no Brasil durante os anos finais do Império e início da República (1870-1910)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

MEDEIROS, Alexandre Raicevich. Memórias de Arthur Napoleão. In: Encontro Regional da Associação Nacional de História, 14, 2010, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos....* Disponível: encurtador.com.br/sAO37. Acesso em: janeiro de 2019.

MOREL, Marco. Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. *Revista Estudos Históricas*, v. 2, n. 28, 2001.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTTA, Kátia Sausen. *Eleições no Brasil do oitocentos: entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881)*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2018.

MOTTA, Kátia Sausen. *Juíz de paz e cultura política no início do oitocentos (Província do Espírito Santo, 1827-1842)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2013.

NEVES, Leonardo dos Santos. *Organização do ensino secundário em Minas Gerais no século XIX*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

NUNES, Clarice. O "velho" e "bom" ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, s/v, n.14, p.35-60, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2tZuabV>. Acesso em: fevereiro de 2018.

PAIM, Antônio. Por uma universidade no Rio de Janeiro. In: Schwartzman, S. (org.). *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982.

PAIVA, José Maria. Estado e cristandade nos primórdios da colonização do Brasil: implicações para a política educacional. In: SAVIANI, Dermeval (Org.). *Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira*. Vitória: EDUFES, 2010.

PANG, Eul-Soo e Seckinger, Ron L. The mandarins of imperial Brazil. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 14, n.º 2, março/1972, USA, Cambridge University Press, 1972, p. 215-244. Disponível em: <https://bit.ly/2M7qMTe>. Acesso em: março de 2018.

PAULINO NETTO, Augusto. A cirurgia no século XXI. In: *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgias*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, mar. / apr. 2010. Disponível em: encurtador.com.br/dixPT. Acesso em: fevereiro de 2019.

PEREIRA, João Paulo Rodrigues. O ensino no seminário de mariana durante o período de dom Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875). *Saberes Interdisciplinares*, [S.l.], v. 11, n. 22, p. 67-78, maio 2018. Disponível em: encurtador.com.br/dtFPV. Acesso em: março 2019.

PEREIRA, Rosimeri da Silva. As reformas educacionais do século XX e a disciplina língua portuguesa: entre o ensino clássico e o moderno. In: VIII Jornada HISTEDBR - grupo de Estudos e Pesquisas 'História, Sociedade e Educação no Brasil', São Carlos. *Anais eletrônicos...* Campinas: Unicamp, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2KCK1J0>. Acesso em: junho de 2018.

PINTASSILGO, Joaquim. O mestre como artesão/prático e como intelectual. In: MAGALHÃES, Justino; ESCOLANO, Agustín (Orgs.). *Os professores na história*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1999, p. 83 – 99.

PIROLA, André Luiz Bis. *Lutas, leis e livros: professores de história na história do ensino no Espírito Santo (1850 - 1950)*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

PIROLA, André Luiz Bis. *O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro didático: história e representações*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. *O espelho da nação: a antologia Nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971)*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: 2000.

REIS, Rosinete Maria dos. *Vestígios de uma Cultura Escolar: as provas e os exercícios escolares das escolas isoladas de Mato Grosso*. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 5., 2008, Aracaju. *Anais eletrônicos...* São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008. Disponível em: encurtador.com.br/anBLM. Acesso em janeiro de 2019.

ROCHA, Karolina Fernandes. *Mensageiras da liberdade: mulheres, abolicionismo e recrutamento militar (Província do Espírito Santo 1836-1888)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2016.

ROCHA, Levy. *De Vasco Coutinho aos contemporâneos*. Rio de Janeiro: R. Continente, 1977.

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. *A educação pública antes da independência*. In: PALMA FILHO, J. C. (Orgs.). *Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed.* São Paulo: UNESP, Santa Clara Editora, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2lJpi6M>. Acesso em: abril de 2018.

SALIM, Maria Alayde Alcântara. *A política educacional no Espírito Santo na primeira república: algumas reflexões sobre as reformas Muniz Freire (1892), Gomes Cardim (1909) e Atílio Vivacqua (1928)*. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 6, 2011, Vitória. *Anais...* Disponível: <https://bit.ly/2wVx17M>. Acesso em: agosto de 2018.

SALIM, Maria Alayde Alcântara; OLIVEIRA, Ueber José. *A difusão do livro e da leitura no estado do Espírito Santo, na passagem do império para a república*. *Revista Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v. 6, n. 10, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2wYvgWu>. Acesso em: agosto de 2018.

SALIM, Maria Alayde Alcântara; OLIVEIRA, Ueber José. *A educação secundária no Espírito Santo durante o século XIX*. In: OLIVEIRA, U. J. (Org.); NANDOLPHO, S. (Org.); OLIVEIRA, E. S. (Org.). *Educação e relações de poder no Brasil e no Espírito Santo*. Cariacica/ ES: Cândida Editora, 2016.

SANTANA, Rosemere Olimpio. *Os raptos consentidos e o cotidiano das cidades – o papel das festas - na Paraíba do período Imperial*. In: *Revista de História e Estudos Culturais*, Minas Gerais, v. 6, n. 2, 2009. Disponível em: encurtador.com.br/efBL8. Acesso em janeiro de 2019.

SANTANA, Sayonara Rodrigues do Nascimento. *Por entre as memórias de uma instituição: o arquivo e as práticas administrativas do Atheneu Sergipense (1870-1926)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2012.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *José de Melo Carvalho Muniz Freire*. Vitória, ES: Espírito Santo em Ação, 2012.

SAVIANI, Dermeval. *Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. et al. *O legado educacional do século XIX*. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.

SAVOIE, Philippe. Criação e reinvenção dos liceus: 1802-1902. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 11, n. 22, p. 9-30, maio/agosto 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2IG0xBp>. Acesso em: fevereiro de 2018.

SCHELBAUER, A. R. Em exposição as coleções de objetos para o ensino intuitivo: a Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 5, 2008, Aracajú. *Anais... O ensino e a pesquisa em História da Educação*. Aracajú: SBHE, UFS, UNIT, 2008. v. 1. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/paginas/cbhe.htm>. Acesso em: abril de 2019.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHNEIDER, Omar. *A circulação de modelos pedagógicos e as reformas da instrução pública: atuação de Herculano Marcos Inglês de Sousa no final do segundo império*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCHNEIDER, Omar. Educação e instrução na província do Espírito Santo. In: GONDRA, José; SCHNEIDER, Omar (Org.). *Educação e instrução nas províncias e na Corte imperial (Brasil, 1822-1889)*. Vitória: EDUFES, 2011.

SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Cleonara Maria. "Tradicional instituição" e "Ensino de qualidade": representação e imagem da Escola Normal D. Pedro II nos anos de 1950 - Vitória (ES). In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 3, 2004, Londrina. *Anais... Educação Escolar em Perspectiva Histórica*. Londrina: SBHE, PUCPR, UEL, UEM, UEPG, FACIPAL, UTP, UFPR, 2004. v. 1.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *100 anos: Escola Maria Ortiz*. Vitória: 1992.

SENADO FEDERAL. *Catálogo biográfico dos senadores brasileiros: de 1826 a 1986*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1986.

SILVA, Geraldo Bastos. *A Educação Secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SIQUEIRA, Karulliny Silveiro. *Imprensa e partidos políticos na Província do Espírito Santo: 1860 – 1880*. Vitória: IHGES, 2013.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O Império das repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *Ensinando a ser brasileiro: o Colégio Pedro II e a formação dos cidadãos na Corte Imperial (1837-1861)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SUCUPIRA, Newton. O ato adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A Educação nas constituintes brasileiras, 1823-1988*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, 2000. Disponível em: encurtador.com.br/gEW34. Acesso em janeiro de 2019.

VECHIA, Ariclê. Imperial Collegio de Pedro II no século XIX: portal dos estudos históricos franceses no Brasil. In: VECHIA, Ariclê (Org.); CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora (Org.). *A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)*. São Paulo Annablume, 2003.

VECHIA, Ariclê (Org.); CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora (Org.). *A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)*. São Paulo Annablume, 2003.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 99 – 113. Disponível em: encurtador.com.br/dqzEY. Acesso em: janeiro de 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Lista de discentes do Atheneu (1873-1892)

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
1	Abelardo Alcebíades Nunes Pereira	1867	ES	1878, 1879, 1882, 1883	-	-	-
2	Adalberto da Silva Cabral	1877	ES	1889	-	-	-
3	Adalberto Gabriel do Couto Rodrigues	-	-	1883 - 1885	Militar	Subdelegado de Polícia (1916); Capitão Comandante do Corpo de Polícia (1905)	Vereador (Santa Leopoldina - 1928)
4	Adeodato Francisco da Terra	-	-	1873	-	-	-
5	Adeodato Pinto da Terra	-	-	1875	Funcionário público	Colaborador Secretaria da Instrução Pública (1877); 1º Escrivão da Alfandega (1904)	-
6	Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira	1868	ES	1880 - 1883	Professor	Secretario da Diretoria de Instrução Pública (1896); Tabelião de Notas e Escrivão (1908); Funcionário da Diretoria de Agricultura, Terras e Obras do Estado (1912); Professor do Ginásio Espírito Santense (1916)	-
7	Adrião Correia de Lório	1876	ES	1888 - 1892	Telegrafista	Sub-chefe da estatal Central do Brasil (Rio de Janeiro – 1927)	-
8	Adrião Heliodoro Joaquim Rangel	-	-	1873	Médico	-	-
9	Adrião Nunes do Amaral Pereira	1867	ES	1879	Negociante	Suplente Juiz Municipal (1890)	-
10	Adrião Victor da Trindade	-	-	1876	-	-	-
11	Affonso Cláudio de Freitas Rosa	1859	ES	1874 - 1877	Advogado	(1)	(1)
12	Affonso Correia de Lório	1877	ES	1889 - 1892	Advogado	Juiz Federal (1933)	-
13	Affonso Henrique de Magalhães	1871	ES	1882 - 1889	Jornalista	1º Oficial da Secretaria do Estado (1892)	-
14	Affonso José de Oliveira Peixoto	-	-	1875	-	-	-
15	Affonso Luiz de Sá Athayde	1866	ES	1875 - 1885	-	-	-
16	Afrodísio Candido de Vasconcellos	1876	ES	1889, 1890	Engenheiro	-	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
17	Agenor Augusto da Silva Moreira	1867	RJ	1880	Advogado; Engenheiro	Oficial do Gabinete da Presidência da Província (1888); Contínuo do Tesouro do Estado (1899); Secretário da Presidência do Estado; Professor da Escola de Direito do Rio de Janeiro	-
18	Alaclides Pinto dos Santos Ferreira	1870	ES	1881 - 1884	-	-	-
19	Alberico Lírio Santos	1878	ES	1892	Funcionário público	Secretario da Instrução Pública (1906); Secretário escolar (1912)	-
20	Alberico (Propercio) Daemon	1877	ES	1889 - 1891	-	-	-
21	Alberto Adolpho Pinto Pacca	-	-	1883	Engenheiro	-	-
22	Alberto Gomes Azambuja Meirelles	-	-	1873 - 1876	Médico	Delegado de Higiene (1886); Delegado Geral da Instrução Pública (Serra - 1893)	Deputado Estadual (Espírito Santo - 1894)
23	Alberto Honorad	1876	ES	1889 - 1892	-	-	-
24	Alberto Horta de Araújo	-	-	1883	Negociante	-	-
25	Alberto Pinto Netto	1860	ES	1879	-	-	-
26	Albino Leite de Aguiar	1865	ES	1875 - 1879	-	-	-
27	Alcebíades Peçanha	-	-	1885	Funcionário público	Secretário da Presidência da República (1909)	-
28	Alcides Oliveira Pinto Pacca	1874	ES	1887 - 1889	-	-	-
29	Aldano Ferreira de Paiva	1864	ES	1875 - 1879; 1881 - 1883	Militar	Delegado Literário (Cariacica - 1885); Secretário do Diário Oficial (1927)	-
30	Alexandre Affonso Moura	1861	BA	1881	-	-	-
31	Alexandre Ferreira da Silva Calmon	-	-	1875 - 1877	-	-	-
32	Alexandre Muniz Freire	1871	ES	1884 - 1889	Funcionário público	2º Escrivário da Recebedoria da Capital (1897); Secretaria de Agricultura (1929)	-
33	Alfredo Adolpho Pinto Pacca	-	ES	1873, 1874	Engenheiro	Escrivário (1882)	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
34	Alfredo Camillo Ferreira Rabello	-	-	1874, 1875	Funcionário público	Coletor de Rendas Gerais (Cachoeiro de Itapemirim - 1890)	-
35	Alfredo Francisco das Chagas	1860	RJ	1877 - 1879	-	-	-
36	Alfredo Godolphim Bandeira	1871	RS	1881	-	-	-
37	Alfredo Manoel de Couto	1865	ES	1876 - 1878	Funcionário público	Juiz de Paz (1889)	-
38	Alfredo Martins de Azambuja Meirelles	1861	ES	1876 - 1879; 1881	-	-	-
39	Alfredo Otávio Domingues da Silva	1864	-	1875 - 1877	-	-	-
40	Alfredo Pereira Lírio	1866	ES	1879	Funcionário público	Contínuo da Assembleia Provincial (1883); Funcionário Correios (1889); Oficial da Caixa Econômica (1889);	-
41	Alfredo Pinto	-	-	1873	Funcionário público	Escriturário (1882); Comissário Geral de Terras Públicas (1906)	-
42	Alfredo Pinto Ribeiro	1875	ES	1890, 1891	-	-	-
43	Alfredo Pinto Vieira de Mello	1863	PE	1879 - 1881	Advogado	Juiz Municipal (Rio Grande do Sul - 1887); Chefe de Polícia (Minas Gerais - 1894 e do Rio de Janeiro - 1906)	Deputado Federal (Minas Gerais - 1899)
44	Alfredo Vieira da Costa	1869	ES	1882	Funcionário público	Carteiro da Repartição Telegráfica (1890); Contínuo da Prefeitura de Vitoria (1909)	-
45	Alicio Cláudio de Freitas	1876	ES	1887 - 1891	-	-	-
46	Alípio José Alves do Nascimento	1863	ES	1878 - 1880	Funcionário público	Contador dos Correios (1888); Inspetor dos Telégrafos (Paraná - 1910)	-
47	Aloisso Leite de Aguiar	-	-	1883	-	-	-
48	Álvaro Adolpho Pinto Pacca	-	ES	1873, 1874	-	-	-
49	Álvaro Benício Gonçalves	1869	-	1885 - 1887	-	-	-
50	Álvaro Pinto de Queiroz	-	-	1884, 1885	Funcionário público	Despachante da Força de Guardas (1889)	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
51	Álvaro Rodrigues de Andrade Pereira	1867	ES	1881	Funcionário público	Inspetor das Obras Públicas (1889)	-
52	Alvim Francisco Barbosa	1875	-	1885 - 1887	-	-	-
53	Alvino Leite de Aguiar	1865	ES	1875 - 1879; 1883; 1885	Médico	-	-
54	Amadeu Fernandes Magalhães	1873	ES	1886 - 1891	-	-	-
55	Amâncio Pinto Pereira	1862	ES	1873 - 1876	Professor	Ensino primário (1908)	-
56	Amenophio Eulálio de Assis	1866	ES	1880	-	-	-
57	Américo Araripe Paiva	1878	ES	1890 - 1892	Funcionário público	Fiscal de Imposto do Estado (1909)	-
58	Américo Espindola Batalha Ribeiro	1869	ES	1880 - 1887	-	-	-
59	Américo Vespúcio Ferreira Rabello	1869	ES	1882 - 1884, 1887, 1888	Engenheiro	-	-
60	Amorilino Pinto Ribeiro de Jesus	1874	ES	1888	-	-	-
61	Antenor Pinto Guimarães	1872	RJ	1887	-	-	-
62	Antônio Affonso Alves de Azevedo	1872	ES	1888, 1889	Militar	Avaliador da Fazenda Provincial (1889)	-
63	Antônio Alberto da Costa Rodrigues	-	-	1873, 1874	-	-	-
64	Antônio Alves de Azevedo Junior	1872	ES	1884 - 1887	-	-	-
65	Antônio Borges de Athayde Junior	-	-	1873, 1874	Engenheiro	-	Representante na Assembleia Constituinte (Brasil – 1889)
66	Antônio Candido de Araújo Aguirra	-	-	1875 - 1878	-	-	-
67	Antônio Carmelita Collares Barroso	-	-	1884 - 1886	-	-	-
68	Antônio da Silva Cabral	1879	ES	1890	Comerciante	-	Vereador (Vitória - 1917)
69	Antônio da Silva Marins		-	1875, 1876	Negociante	Agentes do Correios (1889)	
70	Antônio das Neves Marins Junior	1863	ES	1876 - 1878	Professor	Professor primário (Itapemirim – 1889)	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
71	Antônio de Salles Borges	-	-	1883	-	-	-
72	Antônio de Souza Gouvêa Netto	1876	ES	1888	-	-	-
73	Antônio Ferreira da Costa Marins	-	-	1874	-	-	-
74	Antônio Feydit	-	-	1877	-	-	-
75	Antônio Francisco de Athayde	1862	ES	1873 - 1879	Engenheiro	(1)	(1)
76	Antônio Guimarães Pinto de Siqueira	1868	ES	1880 - 1887	-	-	-
77	Antônio Henrique Machado	-	-	1873	Professor	Professor primário (Rio Novo - 1886)	-
78	Antônio Honório da Fonseca Castro	-	-	1877	Agricultor	1º Suplente de Subdelegado (S. José do Calçado - 1882)	Deputado Estadual (Espírito Santo - 1910); Prefeito (S. José do Calçado - 1905)
79	Antônio Ignacio da Conceição	1863	ES	1878	-	-	-
80	Antônio José da Victoria	1863	ES	1877, 1878	-	-	-
81	Antônio José de Salles Borges	1870	-	1884 - 1886	Funcionário público	-	-
82	Antônio José Pinto	-	-	1885	-	-	-
83	Antônio José Ribeiro dos Santos Junior	-	-	1873, 1874	Professor	Praticante do Correios (1884); Delegacia Fiscal (1899)	-
84	Antônio Machado Bittencourt de Mello Junior	-	-	1873 - 1876	Engenheiro	Tabelião (1883); Juiz Comissário (Santa Cruz - 1886)	Vereador (Santa Cruz - 1884)
85	Antônio Pacheco Ribeiro Junior	1872	ES	1886 - 1888	Funcionário público	Inspetor da Alfandega (Piauí - 1911); 2º Escriturário Alfandega (Rio de Janeiro - 1929)	-
86	Antônio Pedro Mall	-	-	1885	-	-	-
87	Antônio Pereira Leitão da Silva	1863	ES	1874 - 1881	Militar	-	-
88	Antônio Pereira Madruga	1874	-	1886	Funcionário público	Tabelião (1910)	-
89	Antônio Pereira Manhães	-	ES	1892	Médico	-	-
90	Antônio Póvoa de Pinto	1866	-	1886	-	-	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
91	Antônio Rodrigues de Barros	1863	ES	1877 - 1880	Militar	-	-
92	Antônio Rodrigues de Campos Sobrinho	1864	ES	1875, 1878 - 1881	Engenheiro	Inspetor de Obras Públicas (1885)	-
93	Antônio Rodrigues de Miranda	1862	ES	1875 - 1879	Médico	-	-
94	Antônio Rodrigues Figueira	-	-	1883	-	-	-
95	Antônio Rodrigues Tagarro	1870	ES	1881 - 1885	-	-	-
96	Appolonio Fernandes Rodrigues de Miranda	1869	-	1886, 1887	Professor	Professor (Nova Almeida – 1889 e Cariacica - 1910); Tabelião de Notas e Escrivão (1917)	Prefeito (Cariacica - 1915)
97	Araclides Pinto dos Santos Ferreira	-	-	1883, 1885	-	-	-
98	Argeo Hortencio Monjardim	1871	ES	1884 - 1890	Advogado	Procurador da República (1899); Delegado Diretoria de Estatística (Espírito Santo - 1910); Delegado Recenseamento (1910)	Vereador (Vitória - 1937)
99	Argui Nunes	1877	ES	1891, 1892	-	-	-
100	Aristides Barbosa Espindola	1873	ES	1888, 1889	-	-	-
101	Aristides Barbosa Rodrigues	1874	ES	1886, 1887	-	-	-
102	Aristides Francisco Ramos	1878	ES	1891	-	-	-
103	Aristides Heraclides Silva Sarmiento	1869	ES	1881 - 1883	-	-	-
104	Aristides José Maciel dos Passos Costa	1866	ES	1878 - 1883	Militar	-	-
105	Aristides Pinto dos Santos Ferreira	1867	ES	1880 - 1882	-	-	-
106	Aristides Ribeiro da Silva Malta	1870	ES	1887	-	-	-
107	Arlindo Rodrigues Tagarro	1877	ES	1891, 1892	-	-	-
108	Arnaldo Fernandes de Magalhães	1876	ES	1890 - 1892	Funcionário público	Praticante dos Correios (1893)	-
109	Arthur Alves da Rocha Paranhos	-	-	1884	-	-	-
110	Arthur Coutinho de Alvarenga	1866	ES	1877, 1879, 1880	Comerciante	-	Deputado Estadual (Espírito Santo - 1910); Vereador (Colatina - 1928)

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
111	Arthur Espindola Batalha Ribeiro	1873	ES	1884 - 1890	Militar	Escriturário Alfândega (1899); Inspetor da Alfandega (Aracaju - 1922 e Rio de Janeiro - 1929)	-
112	Arthur Gabrielli de Aroeira	1879	RJ	1892	Funcionário público	Praticante do Correio (1899);	-
113	Arthur Militão da Rocha Gabrielli	1869	ES	1881, 1882	Funcionário público	2º Oficial da Corte de Justiça (1894)	-
114	Arthur Pinto Netto	1866	ES	1881 - 1885	Engenheiro	-	-
115	Augusto Manoel de Aguiar Filho	1876	ES	1889	Farmacêutico	Farmacêutico do Exército (1901); Conselho Fiscal do Banco do Espírito Santo (1930)	Deputado (Espírito Santo - 1929)
116	Augusto Manoel de Aguiar Silva	1877	ES	1891	-	-	-
117	Augusto Martins de Azevedo	1874	ES	1886 - 1888	-	-	-
118	Aureliano Augusto Nunes	-	-	1876	-	-	-
119	Aureliano Nunes de Azevedo Maciel	1873	ES	1887 - 1891	-	-	-
120	Aureliano Nunes Pereira	1866	ES	1882 - 1884	Professor	Professor Primário (1886); Subdelegado (S. Izabel - 1889)	-
121	Aureliano Vicente Pereira	-	-	1885	Professor	Professor Primário (1899)	-
122	Belarmino Marcellino Vieira Machado	1864	ES	1876 - 1884	Advogado	Promotor Público (Iiritiba - 1889); Procurador (1899); Juiz de S. Mateus (1921)	-
123	Belmiro Geraldo Castello	1867	ES	1879 - 1886	Funcionário público	Delegado Literário (Serra - 1910)	Vereador (Serra - 1928)
124	Belmiro Pinto Ribeiro Paim	1864	ES	1879	-	-	-
125	Benedicto Jogoanharo da Fonseca	1872	ES	1886 - 1887	-	-	-
126	Benedicto Peregrino Barroso	1868	ES	1888	-	-	-
127	Benício Álvaro Gonçalves	1869	ES	1885 - 1888	médico	-	-
128	Benjamim das Neves Martins	1867	ES	1879	-	-	-
129	Bento Francisco do Nascimento	1873	ES	1887 - 1890	Militar	-	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
130	Bento José da Rocha Junior	-	-	1873	-	-	-
131	Bernardo Horta de Araújo	1862	ES	1877	Farmacêutico	Delegado Literário (Cachoeiro de Itapemirim - 1884)	Prefeito (Cachoeiro de Itapemirim – 1899) Deputado Federal (Espírito Santo - 1903 a 1912)
132	Bruno Cabral de Miranda	-	-	1876 - 1877	Farmacêutico	-	-
133	Caetano Dias da Fonseca Silva	1868	ES	1879	-	-	-
134	Calixto Fernandes de Azevedo	1863	-	1874 - 1877	Negociante	-	-
135	Candido Ferreira de Santanna	1860	ES	1873 - 1881	Professor	2º Suplente de Delegado de Polícia (Cariacica – 1916)	-
136	Candido Pereira Azevedo Kabonoza	1865	ES	1878 - 1882	Professor e militar	Empregado do Banco Hipotecário e Agrícola (1917)	-
137	Candido Rodrigues de Azevedo	1865	-	1885	Professor	-	-
138	Carlos Antônio de Mattos	1879	ES	1891, 1892	-	-	-
139	Carlos Augusto Pereira Guimarães	-	-	1873	Militar	Inspetor de Portos e Costas (1921)	-
140	Carlos Ignacio de Cerqueira Aguirra	1867	ES	1879 - 1882	-	-	-
141	Carlos Mendes de Carvalho e Silva	1866	ES	1878 - 1885	Médico	-	-
142	Carolino Pereira Firme	1865	ES	1878 - 1880	Agricultor	-	-
143	Casimiro Escobar Araújo	1866	ES	1879 - 1883	-	-	-
144	Cesar Pinto	1880	ES	1892	Secretário	-	-
145	Cincinato Francisco do Nascimento	1864	ES	1874 - 1881	Médico	-	-
146	Cisinio Soares Pinto	-	-	1885	Médico	-	-
147	Clementino Fernandes Guimarães	-	-	1875; 1876	-	-	-
148	Cleto Heleodoro Joaquim Rangel	-	-	1873 - 1875	-	-	-
149	Cleto Pereira dos Santos	1875	ES	1888 - 1891	Funcionário público	Escriturário do Tesouro Estadual (1899)	-
150	Cleto Rodrigues	1874	ES	1890 - 1892	Funcionário público	Escriturário da Comissão de Terras Pública (1899)	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
151	Cyrilo Ayres de Albuquerque Tovar	1875	ES	1887 - 1891	Funcionário público	Secretário do serviço de abastecimento de água (1912)	Deputado Estadual (Espírito Santo - 1908)
152	Daciano Goulart	1875	ES	1885 - 1891	Médico	-	-
153	Dante Bettini	1869	ITÁLIA	1880 - 1882	-	-	-
154	Dario Soares de Azevedo	1870	SP	1889	Farmacêutico	-	-
155	Delfim Horta de Araújo	1868	PE	1883	Negociante	-	-
156	Deocleciano Nunes de Oliveira	1870	ES	1881 - 1887	Advogado	Secretário Geral (1899); Inspetor Geral do Ensino Público (1910); responsável pela organização do Arquivo Público (1910); Diretor da Escola Normal (1919)	Deputado Estadual (Espírito Santo - 1895)
157	Deocleciano Pinto de Azevedo Sarmiento	-	-	1874, 1875; 1878	Agricultor	Juiz de Paz (1884); Subdelegado (1890)	-
158	Deocleciano Saldanha Marinho	1876	ES	1889, 1892	-	-	-
159	Deocleciano Sarmiento Ferreira Araújo	1868	ES	1881 - 1886	-	-	-
160	Deoclecio Ferreira dos Passos	-	-	1873	-	-	-
161	Deoclecio Levino de Moura	1865	RJ	1879	-	-	-
162	Deoclecio Pinto Ribeiro Manso	1865	ES	1876, 1879 - 1881	Militar	-	-
163	Deoclecio Vieira Passos Costa	-	ES	1873 - 1877	-	-	-
164	Deolindo Amaro da Costa	1861	-	1874 - 1877	Professor	Delegado de Polícia (1885); Promotor Público (1908)	-
165	Domingos da Silva Santos	-	-	1873	Funcionário público	Arquivista da Diretoria de Segurança Pública (1914)	-
166	Domingos Elias de Abreu Leal	1862	-	1875 - 1877	Funcionário público	Juiz Distrital (1916)	-
167	Domingos José da Rocha	-	ES	1873, 1876, 1877	Engenheiro	Vice-diretor da Escola de Minas (Ouro Preto - 1904)	1º Vice-Governador (Minas Gerais - 1890)
168	Edgardo Eurico Daemon	1862	ES	1875 - 1880	Militar	-	-
169	Edgardo Norberto Gonçalves	1871	ES	1885 - 1887	-	-	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
170	Eduardo Augusto de Azevedo (Azambuja) Susano Otten	1876	ES	1890 - 1892	Médico	-	-
171	Eduardo Chapot Prevost	1864	RJ	1878 - 1880	Médico	Membro da Comissão de Febre Amarela (1888); Professor da Faculdade de Medicina do Rio De Janeiro (1909)	-
172	Eduardo Gabrielli Junior	-	-	1874 - 1876	Funcionário público	Suplente Subdelegado de Polícia (Santa Cruz - 1882)	-
173	Eloy Antônio de Souza	1866	-	1876	Funcionário público	Escriturário (1899); Administrador da Mesa de Rendas (Itabapoana - 1905)	-
174	Eloy José Ferreira Martins	-	-	1876	-	-	-
175	Elysio Augusto Nogueira da Gama	1866	ES	1881 - 1882	Militar	Escrivão da Coletoria Geral (Santa Leopoldina - 1888); Agente de Rendas (Afonso Cláudio - 1900)	-
176	Emiliano Bello Amorim	1873	ITÁLIA	1887 - 1889	Agricultor	2º Oficial da Secretaria Geral do Estado (1892)	-
177	Emílio Augusto de Azevedo Sarmento	1875	ES	1889 - 1891	Negociante	-	-
178	Emílio de Freitas Villas-Boas	1874	ES	1888, 1889	-	-	-
179	Emílio Nunes Leão	-	-	1873 - 1876	Professor	Professor primário (Itabapoana - 1894)	-
180	Emílio Rangel de Vasconcellos Coutinho	1870	-	1885 - 1886	-	-	-
181	Emygdio de Freitas Lira	-	-	1873, 1874	Negociante	Delegado de Polícia (Viana - 1920)	Vereador (Viana - 1916)
182	Emygdio José dos Fogos	1863	ES	1875, 1878 - 1880	Funcionário público	Praticante do Tesouro Provincial (1889)	-
183	Eneas Lobão Nogueira	1874	RJ	1888, 1889	-	-	-
184	Eneas Rodrigues Tagarro	1873	ES	1884 - 1890	-	-	-
185	Epaminondas de Souza Gouveia Junior	1874	ES	1887 - 1888	-	-	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
186	Elpidio Francisco Guimarães	1865	ES	1879 - 1883	-	-	-
187	Elpidio João da Boa Morte	1865	ES	1878 - 1882	Funcionário público e militar	Delegado Fiscal (1901); Escriturário do Tesouro Federal (1908); Diretor da Recebedoria Federal (1916)	-
188	Ernestino Francisco do Nascimento	1866	ES	1879 - 1882	Funcionário público	Guarda da Inspetoria de Saúde do Porto (1887); Escriturário (1888); Comissão Fiscal (1899)	-
189	Ernesto Mendo de Andrade Oliveira Junior	1863	-	1875 - 1877	Professor	-	-
190	Ernesto Rodrigues da Costa Vidigal	1863	ES	1873 - 1879	Médico	-	-
191	Euclides Ribeiro Souza Werneck	1868	ES	1882	-	-	-
192	Eudocio de Oliveira Pinto Pacca	1875	ES	1888 - 1891	-	-	-
193	Eufrosino Vieira Machado	1874	ES	1885 - 1888	-	-	-
194	Eugênio Augusto de Azambuja Meirelles	1867	ES	1878	-	-	-
195	Eugenio Domingos do Nascimento	1878	ES	1891	-	-	-
196	Eugenio Francisco do Nascimento	1877	ES	1890 - 1892	Farmacêutico	Integrante da Inspetoria de Higiene (1909)	-
197	Eugenio Gomes da Silva Netto	1861	ES	1879 - 1883	-	-	-
198	Eugenio Gomes Távora Netto	1858	-	1877	-	-	-
199	Eustácio Rodrigues Tagarro	-	-	1884	-	-	-
200	Fernandino José de Araújo	1874	ES	1888, 1890, 1891	Funcionário público	Amanuense da Biblioteca Pública (1894)	-
201	Fernando Luiz Pralon Castelo	1869	ES	1880 - 1882	-	-	-
202	Firmino Gonçalves Rodrigues	1860	-	1874 - 1877	Funcionário público	Praticante de Tesouraria da Fazenda (1882)	-
203	Florêncio Goulart de Souza	1863	ES	1877 - 1879	Funcionário público	Contador do Tesouro Estadual (1908)	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
204	Francisco Amálio Grijo	1856	ES	1873 - 1875	Funcionário público	Guarda Livro dos Correios (1884); Escriturário do Tesouro Provincial (1889); Contador do Tesouro Estadual (1905)	-
205	Francisco Arthur de Azambuja Meirelles	1864	ES	1878	Funcionário público	Oficial de Descarga da Alfandega (1887)	-
206	Francisco das Neves Firme Cravo	1870	-	1886 - 1888	Funcionário público	Fiscal Municipal (Cariacica - 1900)	-
207	Francisco de Cerqueira Aguirre	1871	ES	1882	Farmacêutico	-	-
208	Francisco de Paula Maciel dos Passos Costa	-	-	1883 - 1886	Advogado	Promotor de Justiça (Linhares - 1909)	-
209	Francisco de Paula Martins	1875	AL	1889	-	-	-
210	Francisco Domingos do Nascimento	1875	ES	1888 - 1891	-	-	-
211	Francisco José Pinto	-	-	1885	Advogado	Guarda Livros (1885); Promotor Público (São Mateus - 1890); Juiz (1899)	-
212	Francisco José Santiago Pinto Eloy	1860	ES	1874 - 1875	Militar	-	-
213	Francisco Luiz de Azevedo Silva	-	-	1885	-	-	-
214	Francisco Marcos Inglês de Souza	1862	AM	1882	-	-	-
215	Francisco Modesto de Araújo	1874	ES	1886 - 1891	-	-	-
216	Francisco Ribeiro Escobar Araújo	1868	ES	1881 - 1883, 1886, 1887	Funcionário público	Contador, partidor e distribuidor (São Mateus - 1888);	-
217	Francisco Rodrigues de Campos	1871	ES	1885 - 1887	Funcionário público	Carteiro (1889); Escriturário da Prefeitura (Vitória - 1910)	-
218	Francisco Rodrigues Pessoa	1871	ES	1883 - 1887	Funcionário público	Despachante Alfandega (1898)	-
219	Francisco Rufino Ferreira Coutinho	-	-	1876, 1877	Funcionário público	Contínuo da Secretaria da Presidência (1883); Escriturário da Recebedoria da Capital (1894)	-
220	Franklin Cassalho Lima	1877	RJ	1891	-	-	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
221	Frederico Guilherme de Almeida	1865	ES	1877 - 1883	Funcionário público e militar	Juiz de Paz (1889)	-
222	Gabriel Duarte Carneiro	1876	ES	1890	-	-	-
223	Gaudino Faria da Motta Junior	1874	ES	1888	Engenheiro	Administrador da Mesa de Rendas (S. Eduardo - 1900); Oficial Gabinete da Presidência (Espírito Santo-1892)	-
224	Gélio Ferreira de Paiva	1865	ES	1875 - 1882	Médico	Médico Municipalidade (1894); Inspetor da Comissão de Higiene (1894); Membro do Conselho da Caixa Econômica (1899)	Deputado Estadual (Espírito Santo-1899)
225	Genésio Constâncio Vieira Cardoso	1876	ES	1889	-	-	-
226	Genésio de Santanna Lopes	-	-	1873 - 1875	Funcionário público	Procurador Fiscal do Tesouro Provincial (1882); Escriturário (1885); Guarda Livros (1887)	-
227	Genésio Pinto Cardoso	1877	ES	1891	-	-	-
228	Godofredo Augusto da Silveira	-	-	1873	-	-	-
229	Godofredo Pinto dos Santos Ferreira	-	-	1885	-	-	-
230	Guilherme Ferreira da Rocha Pimentel	1869	-	1883 - 1886	Comerciante	Delegado (Serra - 1910)	Prefeito (Serra - 1908); Vereador (São Leopoldina - 1928)
231	Heitor da Silva Coutinho	1871	ES	1888	-	-	-
232	Heitor Pimentel de Vasconcellos Coutinho	1871	ES	1885 - 1889	Funcionário público e telegrafista	Telegrafista da Repartição Geral (1899)	-
233	Henrique Augusto Ribeiro dos Santos	1865	ES	1877, 1878	Telegrafista e funcionário público	Telegrafista Adjunto (1886); Encarregado da Telegráfica (Vitória - 1904)	-
234	Henrique de Castro Menezes	1858	ES	1876 - 1879	-	-	-
235	Henrique Dias Rangel	-	-	1877	-	-	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
236	Henrique Heráclito de Azevedo	-	RJ	1891, 1892	Funcionário público	Escriturário Delegacia Fiscal (1909)	-
237	Henrique Pamplona de Menezes	-	-	1875; 1876	-	-	-
238	Horácio Fernandes de Magalhães	1869	ES	1879 - 1885	-	-	-
239	Horácio Gomes de Oliveira	-	-	1883	Engenheiro	Chefe da Comissão de Medição de Terras em Castello (1889); Escrivão (Alfredo Chaves - 1902)	-
240	Horácio Lopes de Almeida	-	-	1885 - 1886	Militar	-	-
241	Hortêncio Gomes da Silva Netto	1860	ES	1874 - 1877; 1882; 1883	Engenheiro	Comissão de Medição e Demarcação de Terras (Castelo - 1889)	-
242	Ignacio Holzmeister	-	-	1884	Militar	-	-
243	Ignacio João da Victoria	1862	ES	1878, 1879	Funcionário público	Carteiro (1886); Alferes da Guarda Cívica (1889)	-
244	Ignacio Rodrigues Bermudes	1859	ES	1878	Funcionário público	Procurador Distrital (1909)	-
245	Indalicio de Jesus	1877	ES	1889	-	-	-
246	Jacinto Antônio de Jesus Mattos	1873	ES	1888 - 1891	Funcionário público	Tabelião (Alfredo Chaves - 1894)	Deputado Estadual (Espírito Santo - 1916)
247	Jayme Faria	-	-	1892	Militar	-	-
248	João Aleixo Vieira Machado	1877	ES	1890, 1891	-	-	-
249	João Antônio da Cunha Ribeiro Junior	-	-	1883, 1884	Advogado	-	-
250	João Antônio Fernandes Magalhães Junior	1866	ES	1876 - 1881	Militar	-	-
251	João Baptista Grijo Junior	-	-	1875	-	-	-
252	João Baptista Juno Gonçalves	-	RJ	1891	-	-	-
253	João Baptista Pereira Guimarães	-	-	1873	Advogado	Secretário da Província (Santa Catarina - 1883)	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
254	João Borges de Loyola Pereira	1873	ES	1885 - 1888	Professor	Professor primário em Campinho (Serra – 1889)	-
255	João Clímaco do Couto Barroso	1875	ES	1886, 1887	-	-	-
256	João da Matta Siqueira Gomes	-	-	1875	Dançarino	-	-
257	João Dalmácio Castello	1872	-	1885 - 1886	Comerciante	-	-
258	João de Almeida Coelho	1867	ES	1878 - 1884	Professor	Promotor Público (Itapemirim - 1891); Bibliotecário (1924)	-
259	João de Deus Rodrigues Netto	1877	ES	1888 - 1892	Comerciante	Juiz Distrital (1908); Secretário do Congresso Legislativo (Espírito Santo - 1935)	Vice-Presidente (Espírito Santo - 1922); Deputado Estadual (Espírito Santo - 1920)
260	João dos Anjos Raposa	-	-	1874	-	-	-
261	João Dukla Borges de Aguiar	1873	ES	1889 - 1891	Médico	Diretor Higiene (1928); Professor da Escola Normal (1901); Diretor do Departamento de Saúde (Espírito Santo - 1929)	Deputado Estadual (Espírito Santo)
262	João Gomes dos Remédios	-	-	1874; 1875	Funcionário público	-	-
263	João Goulart de Souza	-	-	1884, 1885	-	-	-
264	João Ignacio Vieira	-	-	1877	-	-	-
265	João Justino de Andrade Santos	-	-	1875	-	-	-
266	João Luiz Álvaro Wanzeler	1865	ES	1880	-	-	-
267	João Luiz de Albuquerque Tovar	1873	ES	1887 - 1890	Funcionário público	Escriturário do Tesouro Estadual (1904); Secretário da Fazenda; Diretoria da Finanças (1912);	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
268	João Maria Calmon Adnet	1870	ES	1886 - 1888	Funcionário público	Escriturário (1901); Arquivista Diretoria do Interior e Justiça (1912); Arquivista da Biblioteca Pública (1915)	-
269	João Monteiro Peixoto	-	-	1875	Advogado	Juiz Municipal e Órfãos (1887)	-
270	João Octaviano Nunes (2)	1874	ES	1887 - 1890	Comerciante	-	Vereador (Vitória - 1928)
271	João Pereira Cassilhas	1863	ES	1878, 1879	Encadernador	-	-
272	João Pinto Caldeira	1871	ES	1882	Professor	Suplente de Subdelegado de Polícia (1890); Professor primário (Meaípe - 1914)	-
273	João Pinto Machado	-	-	1873 - 1876	Professor	Juiz de Paz (1886)	-
274	João Ribeiro Sampaio de Andrade Santos	-	-	1876, 1877	Médico	-	-
275	João Rodrigues Pessoa	1877	ES	1891, 1892	Médico	-	Vereador (Vitória - 1928)
276	João Rodrigues Teixeira	1879	ES	1890	Militar	-	-
277	João Teixeira da Silva Sarmento	1867	ES	1877 - 1883	Militar	-	-
278	Joaquim Alves de Azevedo	-	-	1884 - 1886	-	-	-
279	Joaquim Antônio da Fonseca	-	-	1874	Funcionário público	Subdelegado (Itapemirim - 1888); Professor primário (1889); Secretário (Villa do Rio Pardo - 1909)	-
280	Joaquim Antônio Pinto da Miranda	1863	RJ	1882	-	-	-
281	Joaquim Barbosa dos Santos	1868	ES	1882	Funcionário público	Contínuo do Atheneu (1887); Professor primário (1889)	-
282	Joaquim Bello de Amorim	1871	ES	1887 - 1888	Médico e farmacêutico	Ajudante Museu Nacional (1898); Médico Escolar Rio de Janeiro; Desembarcadouro e Lazareto Veterinário (Rio de Janeiro - 1927)	Vereador (São Paulo)
283	Joaquim Cabral da Fonseca	1861	-	1877	Funcionário público	Agente Correio (1892)	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
284	Joaquim de Castanheda Pimentel	1856	ES	1879 - 1881	Militar	-	-
285	Joaquim Duarte Pinto de Azevedo	1863	ES	1878 - 1880	Funcionário público	Inspetor de Terras e Colonização (1890); Oficial da Secretaria Geral do Estado (1899); Tesoureiro dos Correios (1910)	-
286	Joaquim Francisco Pereira Ramos	1867	ES	1879 - 1886	Farmacêutico	Juiz de Paz (1888)	-
287	Joaquim José Alves do Nascimento (3)	1866	ES	1880 - 1881	Funcionário público	Juiz (1906); Tabelião Notas (S. Leopoldina - 1907); Delegado Literário (S. Leopoldina - 1910)	-
288	Joaquim José de Amorim e Silva	1863	ES	1873 - 1878	Engenheiro	Desenhista da Repartição de Agricultura, Terras e Obras (1910)	-
289	Joaquim José Domingues da Silva	1861	-	1875 - 1877	-	-	-
290	Joaquim Olympio de Oliveira Garneiro	-	-	1876	-	-	-
291	Joaquim Pereira Duarte Carneiro	-	-	1874; 1875	Professor	-	-
292	Joaquim Pinto Pacca Junior	1869	ES	1887 - 1888	Professor	Auxiliar da Comissão de Melhoramento da Capital (Vitória - 1896)	-
293	José Affonso Martins de Queiroz	1860	ES	1875 - 1877	Funcionário público	Escriturário da Alfandega (1888)	-
294	José Antônio da Cunha Ribeiro Junior	1866	ES	1882	-	-	-
295	José Antônio de Alencar	-	-	1875	-	-	-
296	José Antônio dos Reis Bastos Junior	-	ES	1873 - 1877	Funcionário público	Tesoureiro da Caixa Econômica (1896)	-
297	José Augusto Monjardim de Araújo	1862	ES	1875 - 1883	Funcionário público	Escriturário da Tesouraria da Fazenda (1884); Escriturário da Fazenda Estadual (1891)	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
298	José Candido de Vasconcellos	1866	ES	1878, 1879, 1882 - 1884	Funcionário público	Praticante do Tesouro Provincial (1885); Inspetor da Alfandega (1904); Secretário Repartição de Polícia (1909); Arquivo Público (1929)	-
299	José Carlos da Silva Junior	1874	ES	1886 - 1889	Funcionário público	Praticante da Tesouraria da Fazenda (1908)	-
300	José Carlos Jardim de Lório		-	1873, 1874	-	-	-
301	José Chapot Prevost	1866	MG	1879 - 1880	Médico	-	-
302	José Correia Maciel Passos Costas	1868	ES	1878 - 1883	-	-	-
303	José Cupertino do Couto Barroso	1874	ES	1885 - 1890	-	-	-
304	José de Calazans Pinto de Azevedo	1868	ES	1879 - 1886	Professor	Delegado de Polícia (1908)	-
305	José de Mello Carvalho Muniz Freire	1861	ES	1873 - 1875	Advogado	(1)	(1)
306	José do Couto Aguirra	1876	ES	1891, 1892	-	-	-
307	José Espindola Batalha Ribeiro	1868	RJ	1879 - 1888	Advogado	Promotor Público (1895); Juiz (1912); Desembargador (1931)	-
308	José Ferreira Dias	-	-	1875	Funcionário público	Amanuense Secretaria do Governo (1877); Carteiro (1888); Bibliotecário (1899)	-
309	José Francisco da Silva	-	-	1875 - 1877	-	-	-
310	José Francisco Monjardim	1871	ES	1880 - 1892	Advogado	Presidente da Caixa Econômica no Estado (1899); Diretor da Escola de Aprendizizes Artífices (1916)	Deputado Estadual (Espírito Santo - 1899)
311	José Francisco Reis Monção	1868	ES	1885, 1888	-	-	-
312	José Gomes da Silva Netto	1859	ES	1874 - 1879	-	-	-
313	José Gomes de Azambuja Meirelles	-	-	1886	-	-	-
314	José João Valentim Debiasi	1870	ÁUSTRIA	1886 - 1889	Funcionário público	Oficial da Secretaria de Agricultura, Imigração, Colonização e Obras Públicas (1891); Suplente Delegado de polícia (1895); Auxiliar da Diretoria do Interior e Justiça (1915)	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
315	José Luiz de Araújo	-	-	1892	Advogado	Promotor Público (1921)	-
316	José Marcellino Pessoa de Vasconcellos	1865	ES	1875 - 1881	Médico	-	Deputado Estadual (Espírito Santo - 1895) e Federal (Espírito Santo - 1900); Governador (Espírito Santo - 1898)
317	José Maria Tovar	1874	ES	1887	Funcionário público	Contador da Repartição de Finanças (1908)	-
318	José Martins da Silva Sobrinho	1867	ES	1879 - 1881	Médico	Escriturário Repartição de Estatística (Rio de Janeiro -1908)	-
319	José Martins da Silveira	-	-	1885	-	-	-
320	José Moreira Gomes	1862	-	1874 - 1877	Médico	Delegado de Higiene Pública (Itapemirim - 1887); Administrador dos Correios (1926)	Deputado Provincial (Espírito Santo - 1889); Prefeito (Itapemirim - 1892); Deputado Estadual (1899)
321	José Pereira Cassilhas	1862	ES	1878, 1879	Funcionário público	Escriturário da Repartição de Obras Públicas (1889);	-
322	José Pereira Firme	1864	ES	1878	-	-	-
323	José Pinto de Queiroz Junior	-	-	1873, 1874	Comerciante	Subdelegado (1885); Juiz de Paz (1886); Administrador da Mesa de Rendas Provinciais (1889)	Vereador (Vila do Espírito Santo - 1886)
324	José Pinto Dias	1865	ES	1880 - 1883	Funcionário público	Contínuo do Atheneu (1888); Recebedoria da Capital (1897)	-
325	José Pinto dos Santos Lisboa	1862	ES	1873 - 1875, 1878	-	-	-
326	José Ramalho de Oliveira Garneiro	1862	ES	1876 - 1881	Militar	-	-
327	José Ribeiro Pinto de Azevedo	1864	ES	1873 - 1879	Secretário	-	-
328	José Ribeiro Pinto Espindola	1866	ES	1879 - 1881	-	-	-
329	José Teixeira da Silva Sarmento	1867	ES	1882	Funcionário público	Subdelegado de Polícia (1916);	-
330	José Thomas de Aquino Tovar	1872	ES	1887	Secretário	Contador (1911)	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
331	Josino Vital Pinto de Azevedo	-	-	1875	Funcionário público	Secretario da Delegacia Especial (1886); Amanuense da Biblioteca (1888); Inspetor do Tesouro Provincial (1887); Secretário da Instrução Publica (1890);	-
332	Júlio Carlos Maciel	-	-	1886	Comerciante	Cobrador dos Impostos de Trânsito e Passagens (1910)	-
333	Juvenal Francisco Pereira Ramos	1873	ES	1884 - 1889; 1892	Farmacêutico	Professor (1926)	-
334	Leonardo das Neves Fraga	1858	-	1873 - 1877	Funcionário público	Amanuense da Secretaria de Governo (1886); Funcionário do Arquivo Provincial (1888);	-
335	Leovigildo Antônio do Patrocínio	1866	ES	1878 - 1882	Professor	Professor (1889); Escriturário da Diretoria de Finanças (1910)	-
336	Leudolpho Ribeiro da Santa Marta	1866	ES	1881	-	-	-
337	Lídio José Sipipira Alfavaca Mululo	1861	ES	1877 - 1883	Funcionário público	Professor primário (1883); Procurador fiscal do Tesouro Provincial (1883); Contador dos Correios (1884); Oficial da Caixa Econômica (1888)	-
338	Lídio Pires Martins	1869	ES	1880, 1885	-	-	-
339	Livino José Pacheco	-	-	1885	-	-	-
340	Lucidato Francisco de Paula Xavier	1863	ES	1876 - 1881	Funcionário público	Contínuo da Alfandega (1889); Guarda da Inspetoria da Saúde do Porto (1889)	-
341	Ludgero de Jesus e Silva	-	-	1877	Funcionário público	Encarregado Telégrafo (S. Cruz - 1899); Delegado de Higiene (1910);	-
342	Ludgero Francisco Guimarães	1856	-	1873	Funcionário público	Amanuense da Inspetoria Geral da Instrução Publica (1876); Carcereiro (1889); Subdelegado (1894)	-
343	Luiz Chapot Prevost Junior	1863	RJ	1878, 1879	-	-	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
344	Luiz Antunes de Siqueira	1865	ES	1879 - 1885	Professor	Agente do Correio (1891); Professor primário (1891); Secretário da Diretoria do Serviço Sanitário (1910)	-
345	Luiz Borges da Victoria	-	-	1874 - 1877	Professor	Escriturário do Tesouro Estadual (1894); Chefe da Diretoria Central de Terras e Colonização (1899); Secretário da Diretoria do Serviço Sanitário (1910)	-
346	Luiz Gonzaga Borges da Fonseca	1872	CE	1881	-	-	-
347	Luiz José de Amorim e Silva	1861	ES	1873 - 1877	Professor	-	Vereador (Linhares - 1888)
348	Luiz Pessoa Pinto Siqueira Junior	1869	ES	1882	-	-	-
349	Manoel Alves de Souza Lopes	1867	RJ	1879 - 1880	-	-	-
350	Manoel Antônio de Moraes	1870	ES	1884 - 1888	Professor	-	-
351	Manoel Carlos d'Oliveira Guimarães	-	ES	1873 - 1876	Professor	-	-
352	Manoel da Guia Tristão Sobrinho	1868	ES	1881	Negociante	-	-
353	Manoel de Almeida Bermudes	1870	ES	1881	Funcionário público	Subdelegado (Nova Almeida - 1907)	-
354	Manoel de Oliveira Seabra	1870	ES	1886	Advogado	-	-
355	Manoel Feliz de Alvarenga Salles Junior	1862	ES	1874 - 1880	-	-	-
356	Manoel Ferreira Coutinho	1866	ES	1878, 1879	Funcionário público	Contínuo Ajudante de Porteiro (1884); Subdelegado (1888)	Vereador (Vila do Espírito Santo - 1884)
357	Manoel Ferreira de Souza Filho		-	1884 - 1886	-	-	-
358	Manoel Gomes da Penha Braga	1863	ES	1877 - 1880	Funcionário público	Subdelegado em Carapina (1890)	-
359	Manoel Gonçalves da Silva	1864	ES	1875 - 1881	Militar	-	-
360	Manoel Jorge Domingos da Silva	1867	-	1877	Militar	-	-
361	Manoel José da Silva	1877	ES	1891	-	-	-
362	Manoel José de Faria e Silva	1876	ES	1888 - 1892	Militar	-	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
363	Manoel José Dias Junior	1863	ES	1875 - 1887	Professor	Escriturário da Secretaria da Assembleia Provincial (1886)	-
364	Manoel Maria de Mello Muniz Freire	1864	ES	1873; 1875; 1876; 1880	-	-	-
365	Manoel Maria Pinto	1876	ES	1889 - 1892	Funcionário público	Secretario da Capitania do Porto (1899)	-
366	Manoel Nunes Pereira	1866	ES	1877, 1879	Funcionário público	-	Deputado (Espírito Santo - 1929)
367	Manoel Pereira Cassilhas	1867	ES	1880	Funcionário público	Secretaria da Capitania do Porto (1888); Subdelegado (1908); Oficial da Secretaria da Instrução Pública (1906)	-
368	Manoel Pereira de Aguiar Junior	1864	ES	1878, 1879	-	-	-
369	Manoel Pinto Gomes da Victoria	-	-	1875	-	-	-
370	Manoel Pinto Netto Junior	1875	ES	1886, 1890, 1891	Militar	-	-
371	Manoel Ribeiro do Nascimento Vasconcellos	-	-	1885	-	-	-
372	Manoel Ribeiro Espindola	-	-	1892	-	-	-
373	Manoel Rodrigues Pereira	1861	ES	1876 - 1879	Médico	Fiscal dos Impostos (1900)	-
374	Manoel Silvino Monjardim	1876	ES	1887 - 1892	Médico	Diretor de higiene e médico legista do Estado (Espírito Santo); Professor da Escola Normal de Vitória	Deputado Estadual (Espírito Santo - 1919) e Federal (Espírito Santo - 1918); Senador (Espírito Santo - 1924)
375	Manoel Venâncio da Costa Flores	-	-	1875	-	-	-
376	Marcellino Veira Machado	1863	ES	1877, 1878	-	-	-
377	Mario Saturnino Collares Barroso	1869	RJ	1881 - 1884	-	-	-
378	Misael Ferreira Penna	-	-	1892	Advogado	Correio; Inspetor da Alfandega (Recife - 1919)	-
379	Nicomedes José Machado	1868	ES	1882 - 1887	Funcionário público	Funcionário da Delegacia Geral de Higiene (1924)	-
380	Nilo Peçanha	-	-	1885	-	-	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
381	Octaviano Francisco Pereira Ramos	-	-	1885	-	Auxiliar da Estação Férrea (1889)	-
382	Octavio Ramos	-	-	1884	Funcionário público	Delegado de investigação (1927)	-
383	Olavo Pinto do Bom Jesus	1875	ES	1886 - 1888	-	-	-
384	Olímpio Correia de Lório	1869	ES	1879 - 1885	-	-	-
385	Olindo Espindola Batalha Ribeiro	1878	ES	1890 - 1892	Funcionário público	Escriturário do Tesouro (1899); Telegrafista (1909)	-
386	Olivio Fernandes do Nascimento Rosa	1864	ES	1878 - 1882	-	-	-
387	Olyntho Baptista Martins Pires	-	ES	1880, 1883	-	-	-
388	Olyntho Manoel de Siqueira Couto	1860	ES	1873 - 1878	Engenheiro	Diretor da Seção de Obras da Secretaria de Agricultura (1922)	-
389	Olyntho Modesto	1870	ES	1880 - 1887	Advogado	-	-
390	Orencio Coutinho Tinoco		-	1885	Negociante	-	-
391	Ormindo da Costa Rodrigues	1875	ES	1887 - 1890	-	-	-
392	Orozimbo Correia de Lyrio	1872	RJ	1882 - 1890	Engenheiro militar	Diretor da Instrução Pública (Espírito Santo - 1905); Comandante do Corpo de Polícia (1910); Coletor de Rendas (Cachoeiro de Itapemirim - 1931)	-
393	Orozimbo Lincoln do Nascimento	1867	ES	1880 - 1883	Engenheiro	-	-
394	Orriz Coutinho Tinoco	-	-	1885	-	-	-
395	Oscar de Souza Martins	1871	PE	1882 - 1883	-	-	-
396	Oscar Heliodoro de Azevedo Souto	1866	RJ	1879 - 1882	Funcionário público	Carteiro do Tesouro Provincial (1883)	-
397	Othelo Moure do Brasil e Silva	-	-	1876	Engenheiro	Fiscal da estrada de ferro Victoria ao Rio Pardo (1891)	-
398	Pedro Corrêa de Lório	1861	ES	1873 - 1881	Militar	Escriturário e Alferes de Polícia (1884); Caixa Econômica (1885); Oficial de Descarga da Alfandega (1888); Amanuense da Secretaria de Polícia (1889)	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
399	Pedro da Rocha Tagarro	-	-	1873	Militar	Alferes	-
400	Pedro Jorge Nolasco Pereira Sá Cunha	1866	ES	1886, 1887	Advogado	-	-
401	Pedro Lopes de Almeida Nobre	1878	ES	1891, 1892	Funcionário público	Contador (1897) e Praticante dos Correios (1899); Delegado de Higiene (1906)	-
402	Pedro Ramos	-	-	1892	Funcionário público	Correio (1897); Amanuense dos Correios (1899); Secretário do Governo Municipal (1908)	-
403	Pedro Thidio Daemon	1866	ES	1880 - 1887	-	-	-
404	Pio Francisco Pereira Ramos	1865	ES	1879 - 1886	Engenheiro	Juiz Comissário (1890)	-
405	Placidino Augusto Nogueira da Gama	-	-	1883, 1884	Professor	-	-
406	Plinio Liberato Pessoa	1877	SC	1890	Funcionário público	Delegacia Fiscal da Fazenda Estadual (1900)	-
407	Plinio Pércles do Espírito Santo	-	-	1884	-	-	-
408	Procelito de Castro Oiticica Raposo	1866	ES	1879 - 1882	-	-	-
409	Roberto Augusto de Miranda	-	-	1876, 1877	-	-	-
410	Rodolpho Chapot Prevost	1870	AM	1879 - 1880	Médico	-	-
411	Rodolpho Collares Barroso	1867	RJ	1879 - 1886	-	-	-
412	Ruffino Gonçalves Ferreira	-	-	1892	Funcionário público	-	Governador Municipal (Afonso Cláudio - 1905)
413	Rufino Rodrigues de Campos	1869	ES	1882 - 1886	Militar	-	-
414	Sebastião Collares Barroso	1871	ES	1881 - 1886	Funcionário público	Secretario de Polícia (1894)	-
415	Sebastião José Rodrigues de Azevedo	1866	SP	1882 - 1886	Advogado	-	-
416	Sebastião Rodrigues	1870	ES	1882, 1886	Funcionário público	Praticante do Tesouro do Estado (1889); Fiscal da Câmara (1889); Oficial da Secretaria da Corte de Justiça (1906)	-
417	Sicínio de Siqueira Pinto	-	-	1883	-	-	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
418	Sizenando Rodrigues Bourguignon de Mattos	1865	ES	1880 - 1883	Funcionário público	Delegado; Escriturário (1890)	-
419	Tarquínio Fernandes Magalhães	1878	ES	1891	-	-	-
420	Tertuliano de Loyola e Silva	-	-	1892	-	-	-
421	Thomas Aristides Guizan	-	-	1884	-	-	-
422	Ticiano Corregio Daemon	1865	ES	1878 - 1883	Militar	-	-
423	Tito Lívio de Alvarenga Costa	1863	-	1875 - 1877	Militar	-	-
424	Tulio de Alencar Araripe	1866	ES	1878 - 1882	Engenheiro	Agrimensor da Comissão Terras do Rio Preto e Castello (1889)	-
425	Ubaldo Rodrigues de Andrade Pereira	1863	ES	1876 - 1881	Funcionário público	Diretor Secretaria da Instrução, Justiça e Segurança (1891); Escrivão das Rendas Federais (Petrópolis - 1902)	-
426	Ulysses Teixeira da Silva Sarmento	1875	ES	1889	Militar	-	-
427	Urbano Candido de Vasconcellos	1865	ES	1876 - 1880	Engenheiro	Fiscal da Ferrovia (Cachoeiro de Itapemirim - 1889 e S. Paulo - 1886)	-
428	Urcesino Coutinho Pinto Siqueira	1863	ES	1875 - 1884	Funcionário público	Secretario do Congresso Estadual (1894)	-
429	Urcesino José Maciel Passos Costa	-	-	1883	-	-	-
430	Valdemiro Augusto de Silveira	1863	ES	1876 - 1881	Funcionário público	Secretario do Congresso Estadual (1894)	-
431	Venceslão Ferreira Braga Junior	1876	BA	1891, 1892	-	-	-
432	Veredino Ferreira Wanzeler	1866	ES	1878 - 1885	-	-	-
433	Veredino Leite de Aguiar	-	-	1883	Engenheiro	-	-
434	Viriato da Silva Loureiro	1866	ES	1881 - 1883	-	-	-
435	Vespasiano Ferreira de Paiva	1871	ES	1882 - 1887	Funcionário público	Oficial da Secretaria do Governo (1890); Oficial da Secretaria da Instrução Publica (1894); Administrador da Mesa de Rendas de Itapemirim (1900)	-
436	Vicente Rodrigues de Campos	-	-	1873	Engenheiro	Comissão Medição Terras (1883)	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Período matrícula	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
437	Virgílio Ayres Albuquerque Tovar	1866	ES	1878, 1879	Militar	-	-
438	Virgílio da Costa Rodrigues	1864	ES	1878	-	-	-
439	Virgílio de Moraes Coutinho e Costa	1861	ES	1874, 1877, 1878	-	-	-
440	Virgílio Pinto Barbosa	1862	ES	1876 - 1881	Militar	-	-
441	Virginio Calmon Ferreira Fernandes	1870	ES	1883, 1886, 1887	Comerciante	-	Prefeito (Colatina - 1929)
442	Viriato Esperidião Pinto	-	-	1885	-	-	-
443	Vitalino Ferreira de Paiva	-	-	1892	Funcionário público	Porteiro (1894) e Contador (1907) dos Correios; Escriturário do Tesouro Estadual (1896)	-
444	Walfredo Ferreira de Paiva	1876	ES	1891, 1892	Funcionário público	Secretário da Junta Comercial (1928)	Vereador (Cariacica - 1928)
445	Zepherino Pires Loureiro	-	-	1873	-	-	-
446	Zozimo Pinto da Fraga	1879	ES	1891, 1892	Funcionário público	Escriturário da Alfandega (1904); Contador Delegacia Fiscal (1910)	-

Fontes: APPES. *Livro de matrícula de alunos do Instituto Normal Ateneu Provincial* (1873 – 1882). *A Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo* (1877, ed. 8, p. 21; 1883, ed. 4, p. 11; 1884, ed. 3, p. 13; 1885, ed. 1, p. 8 e 58; 1886, ed. 1, p. 17, 50, 61; 1888, ed. 1, p. 22, 40); *A Folha da Victoria* (1881, ed. 465, p. 1; 1883, ed. 11, p. 3; 1883, ed. 15, p. 3; 1883, ed. 23, p. 2; 1883, ed. 27, p. 2; 1883, ed. 41, p. 2; 1884, ed. 93, p. 3; 1884, ed. 107, p. 1; 1886, ed. 244, p. 2, 3; 1886, ed. 322, p. 2; 1886, ed. 336, p. 3; 1886, ed. 342, p. 3; 1887, ed. 421, p. 4; 1888, ed. 549, p. 1; 1890, ed. 702, p. 2; 1890, ed. 706, p. 3; 1890, ed. 807, p. 2; 1889, ed. 619, p. 3; 1890, ed. 681, p. 3); *A Ordem* (1928, ed. 4, p.1); *A Regeneração* (1888, ed. 14, p. 3); *A Província do Espírito Santo* (1882, ed. 47, p. 2; 1883, 156, p. 2; 1883, ed. 178, p. 2; 1883, ed. 307, p. 3; 1883, ed. 339, p. 3; 1883, ed. 350, p. 4; 1884, ed. 555, p. 2; 1884, ed. 567, p. 2; 1885, ed. 700, p. 3; 1885, ed. 750, p. 2; 1885, ed. 880, p. 1; 1885, ed. 961, p. 4; 1886, ed. 993, p. 4; 1886, ed. 1002, p. 2; 1886, ed. 1161, p. 2; 1887, ed. 1276, p. 3; 1887, ed. 1284, p. 2; 1887, ed. 1292, p. 3; 1887, ed. 1326, p. 3; 1887, ed. 1375, p. 3; 1887, ed. 1417, p. 2; 1887, ed. 1513, p. 3; 1888, ed. 1583, p. 3; 1888, ed. 1656, p. 2; 1888, ed. 1735, p. 2; 1888, ed. 1750, p. 2; 1888, ed. 1753, p. 3; 1888, ed. 1787, p. 3; 1889, ed. 1841, p. 3; 1889, ed. 1845, p. 4; 1889, ed. 1899, p. 3; 1889, ed. 1923, p. 4; 1889, ed. 1929, p. 3; 1889, ed. 1934, p. 3; 1889, ed. 1955, p. 3; 1889, ed. 1956, p. 4; 1889, ed. 1994, p. 3; 1889, ed. 2018, p. 3; 1889, ed. 2062, p. 3; 1889, ed. 2029, p. 3); *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província do Espírito Santo* (1884, ed. 1, p. 52, 130, 162, 173; 1885, ed. 2, p. 68 e 143; 1886, ed. 3, p. 73 e 169; 1889, ed. 4, p. 27, 32, 37, 38, 43, 63, 67, 102, 174, 188, 198, 223); *Almanak do Estado do Espírito Santo*: Publicação Commercial, Administrativa, Litteraria, Scientifica (1899, ed. 1, p. 49, 146, 162, 174, 177, 184, 187, 193; 199, 203, 204, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 224, 312, 317); *Commercio do Espírito Santo* (1894, ed. 20, p. 1; 1894, ed. 76, p. 2; 1894, ed. A201, p. 1; 1894, ed. 158, p. 1; 1894, ed. 180, p. 1; 1894, ed. 266, p. 1; 1894, ed. 271, p. 1; 1894, ed. 313, p. 1; 1894, ed. 338, p. 1; 1895, ed. 76, p. 1; 1895, ed. 303, p. 3; 1895, ed. 305, p. 2; 1896, ed. 242, p. 2; 1897, ed. 284, p. 1; 1897, ed. B082, p. 2; 1900, ed. 125, p. 1; 1900, ed. 273, p. 1; 1902, ed. 124, p. 1; 1908, ed. 178, p. 1; 1909, ed. 171, p. 2; 1909, ed. 263, p. 2; 1910, ed. 11, p. 2; 1910, ed. 23, p. 1; 1910, ed. 30, p. 2; 1910, ed. 44, p. 1; 1910, ed. 62, p. 1; 1910, ed. 117, p. 1; 1910, ed. 176, p. 1; 1910, ed. 260, p. 1); *Diário da Manhã* (1908, ed. 124, p. 1 e 2; 1908, ed. 126, p. 1; 1908, ed. 171, p. 1; 1908, ed. 205, p. 2; 1908, ed. 238, p. 1; 1908, ed. 239, p. 2; 1908, ed. 265, p. 2; 1908, ed. 288, p. 2; 1909, ed. 3, p. 3; 1909, ed. 73, p. 3; 1909, ed. 189, p. 2; 1909, ed. 203, p. 1; 1910, ed. 49, p. 3; 1910, ed. 50, p. 1; 1910, ed. 61,

p. 4; 1910, ed. 66, p. 3; 1910, ed. 303, p. 2; 1910, ed. 310, p. 2; 1910, ed. 314, p. 2; 1911, ed. 45, p. 2; 1911, ed. 133, p. 4; 1911, ed. 280, p. 3; 1911, ed. 311, p. 2; 1912, ed. 113, p. 1; 1912, ed. 156, p. 2; 1916, ed. 149, p. 3; 1916, ed. 168, p. 2; 1916, ed. 196, p. 1; 1916, ed. 199, p. 1; 1916, ed. 235, p. 1; 1916, ed. 279, p. 2; 1917, ed. 216, p. 2; 1919, ed. 53, p. 2; 1920, ed. 157, p. 1; 1921, ed. 80, p. 5; 1921, ed. 230, p. 1; 1922, ed. 147, p. 1; 1922, ed. 163, p. 3; 1924, ed. 173, p. 4; 1924, ed. 230, p. 1; 1926, ed. 237, p. 2; 1927, ed. 638, p. 3; 1927, ed. 687, p. 3; 1928, ed. 865, p. 5 e 6; 1928, ed. 854, p. 6; 1928, ed. 859, p. 1; 1929, ed. 2065, p. 6; 1931, ed. 2510, p. 8; 1931, ed. 2525, p. 8; 1933, ed. 2439, p. 1; 1933, ed. 2444, p. 4; 1935, ed. 2987, p. 5; 1937, ed. 3482, p. 8); *Diário do Espírito Santo* (1889, ed. 2113, p. 3; 1889, ed. 2107, p. 3; 1889, ed. 2092, p. 2; 1889, ed. 2093, p. 3; 1889, ed. 2096, p. 3; 1889, ed. 2097, p. 2; 1889, ed. 2113, p. 3); *Jornal do Brasil/RJ* (1892, ed. 123, p. 2); *Jornal Oficial* (1905, ed. 2, p. 2; 1905, ed. 13, p. 1; 1905, ed. 75, p. 1; 1905, ed. 123, p. 1; 1905, ed. 138, p. 2; 1905, ed. 214, p. 1; 1905, ed. 232, p. 1; 1906, ed. 2, p. 4; 1906, ed. 97, p. 2; 1906, ed. 134, p. 2; 1906, ed. 236, p. 2; 1907, ed. 153, p. 2; 1907, ed. A096, p. 3; 1907, ed. 134, p. 3); *Lucifer* (1884, ed. 3, p. 4); *Mensagem do Governador do Espírito Santo* (1912, ed. 1, p. 66, 378, 398, 452; 1910, ed. 1, p. 28; 1914, ed. 1, p. 73 e 76; 1915, ed. 1, p. 63, 115; 1919, ed. 1, p. 29; 1928, ed. 1, p. 33, 34; 1929, ed. 1, p. 36; 1930, ed. 1, p. 286); *O Cachoeirano* (1886, ed. 11, p. 1; 1886, ed. 15, p. 2; 1888, ed. 47, p. 2; 1889, ed. 15, p. 2; 1890, ed. 7, p. 4; 1890, ed. 22, p. 2; 1891, ed. 7, p. 2; 1891, ed. 15, p. 2; 1895, ed. 23, p. 1; 1895, ed. 36, p. 1; 1900, ed. 71, p. 2; 1902, ed. 42, p. 1; 1902, ed. 75, p. 2; 1904, ed. 30, p. 2; 1904, ed. 40, p. 2; 1904, ed. 78, p. 2; 1908, ed. 40, p. 2; 1909, ed. 46, p. 1; 1910, ed. 19, p. 1; 1922, ed. 54, p. 2); *O Constitucional* (1886, ed. 39, p. 3; 1887, ed. 50, p. 2; 1889, ed. 181, p. 2); *O Espírito Santense* (1876, ed. 87, p. 1; 1877, ed. 58, p. 1; 1877, ed. 102, p. 1; 1882, ed. 87, p. 2; 1886, ed. 12, p. 3; 1886, ed. 65, p. 1; 1886, ed. 95, p. 2; 1888, ed. 56, p. 3; 1889, ed. 28, p. 1; 1890, ed. 2178, p. 3; 1890, ed. 2220, p. 2; 1891, ed. 2424, p. 1); *O Estado* (1922, ed. 154, p. 1); *O Estado do Espírito Santo* (1890, ed. 2136, p. 3; 1890, ed. 2122, p. 3; 1890, ed. 2166, p. 3; 1890, ed. 2204, p. 3; 1890, ed. 2299, p. 3; 1890, ed. 2336, p. 2; 1890, ed. 2371, p. 2; 1890, ed. 2395, p. 1; 1891, ed. 2437, p. 1; 1891, ed. 2473, p. 3; 1891, ed. 2599, p. 2; 1891, ed. 2610, p. 3; 1891, ed. 2624, p. 2; 1892, ed. 2737, p. 1; 1892, ed. 2740, p. 1; 1892, ed. 2753, p. 1; 1892, ed. 2852, p. 1; 1892, ed. 2909, p. 1; 1893, ed. 3191, p. 1; 1894, ed. 3331, p. 1; 1894, ed. 3383, p. 1; 1894, ed. 3392, p. 1; 1894, ed. 3409, p. 2; 1894, ed. 3428, p. 2; 1894, ed. 3471, p. 2; 1894, ed. 3473, p. 1; 1894, ed. 3534, p. 2; 1894, ed. 3749, p. 1; 1894, ed. 3752, p. 2; 1895, ed. B4095, p. 1; 1896, ed. 4245, p. 2; 1896, ed. 4254, p. 2; 1896, ed. 4331, p. 2; 1897, ed. 277, p. 2; 1898, ed. 125, p. 1; 1899, ed. 3, p. 2; 1899, ed. 14, p. 2; 1899, ed. 292, p. 4; 1900, ed. 132, p. 1; 1900, ed. 175, p. 1; 1900, ed. 186, p. 1; 1900, ed. 187, p. 2; 1900, ed. 286, p. 1; 1901, ed. 186, p. 1; 1902, ed. 64, p. 2; 1904, ed. 241, p. 1; 1904, ed. 274, p. 2; 1908, ed. 292, p. 1; 1909, ed. 46, p. 2; 1909, ed. 68, p. 1; 1910, ed. 186, p. 2); *O Horizonte* (1882, ed. 21, p. 2; 1882, ed. 30, p. 1; 1882, ed. 41, p. 2; 1882, ed. 59, p. 3; 1883, ed. 25, p. 2; 1883, ed. 33, p. 2; 1883, ed. 37, p. 3; 1883, ed. 72, p. 2; 1883, ed. 91, p. 1; 1883, ed. 130, p. 1; 1884, ed. 83, p. 2); *O Meteoro* (1886, ed. 3, p. 2); *O Povo* (1920, ed. 1, p. 3; 1921, ed. 55, p. 4); *O Progresso* (1927, ed. 449, p. 4); *Vida Capichaba* (1926, ed. 64, p. 22; 1926, ed. 69, p. 20; 1926, ed. 196, p. 41; 1927, ed. 98, p. 42; 1929, ed. 161, p. 4; 1929, ed. 169, p. 10; 1929, ed. 170, p. 7 e 10; 1929, ed. 195, p. 49; 1930, ed. 214, p. 28; 1930, ed. 232, p. 8; 1933, ed. 352, p. 19; 1935, ed. 382, p. 17); *A Serra* (1910, ed. 7, p. 3); BLAKE (v. 5, 1899); SALETTO (2013); SALETTO, ACHIAMÉ (2013a); SALETTO, ACHIAMÉ (2013b); SENADO FEDERAL (1986a, 1986b, 1986c). (1) As informações constam no Apêndice B – Lista dos docentes do Atheneu Provincial. (2) Passou a assinar como João Nunes Coelho (*Commercio do Espírito Santo*, 1894, ed. 113, p. 2). (3) Passou a assinar como Joaquim Jose do Nascimento (*A Folha da Victoria*, ed. 387, p. 4).

APÊNDICE B – Lista de docentes do Atheneu (1873-1892)

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Anos de atuação	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
1	Adolpho José de Siqueira	1850	ES	1877 -1878 e 1885 - 1886	Professor primário	-	-
2	Affonso Cláudio de Freitas Rosa	1859	ES	1887, 1888	Advogado	Promotor Público (1883); Procurador Fiscal do Tesouro Provincial (1884); Ministro da Corte de Justiça (1899 - 1909)	Governador (Espírito Santo - 1889)
3	Alfredo Paulo de Freitas	-	-	1879 e 1883	Médico e jornalista	Diretor do Atheneu (1883); Delegado de Higiene (1889)	-
4	Antônio Francisco de Athayde Junior	-	ES	1884 - 1885	Engenheiro	Encarregado dos Orçamentos e Fiscalização de Obras (1885); Professor do Ginásio Espírito Santense (1908); Diretor das Obras Públicas (1908); Diretor do departamento de Agricultura, Terras e Obras (1910)	Vice-Presidente de Estado (Espírito Santo – 1916); Prefeito (Vitória – 1910); Deputado Estadual (Espírito Santo – 1927)
5	Antônio Joaquim Rodrigues Junior	-	ES	1885	Advogado	Secretário de Gabinete do Presidente de província (1887); Secretário do Colégio Pedro II (1888); Ministro de Guerra (1884)	Deputado Provincial (Espírito Santo – 1888 e Ceará – 1889)
6	Aristides Braziliano de Barcellos Freire	1850	ES	1878, 1886, 1889 - 1892	Professor primário e jornalista	Adjunto da Promotoria Pública (1889); Diretor do Banco do Estado (1899); Auxiliar da Inspeção Geral do Ensino (1912)	-
7	Balthazar Antônio dos Reis	1822	BA	1874 - 1877	Músico	Suplente de Subdelegado de Vitória (1871)	-
8	Benjamim Constant Pereira da Graça	-	-	1875 - 1876	-	Secretário de Governo (1875); Membro do Conselho Central de Instrução (1875)	-
9	Diogenes José Teixeira	-	-	1883 - 1885	Médico	Cirurgião do Exército	-
10	Domingos Gomes Barroso	1835	RJ	1877 e 1885	Médico	Bibliotecário e Secretario da Instrução Publica (1887); Diretor do Atheneu Provincial	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Anos de atuação	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
11	Eduardo Gomes Ferreira Velloso	-	-	1876 - 1877	Advogado	Promotor Público de Vitória (1877); Membro da Comissão encarregada de edificar o prédio da Instrução Pública (1877)	Deputado Estadual (Bahia – 1914)
12	Eleutério da Silva Lima	-	-	1877 - 1878	-	Adjunto do Promotor Público (1877); Integrante da Comissão Encarregada da Obra do Atheneu (1878)	-
13	Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira	1835	BA	1882 - 1883	Médico	Professor do Colégio Espírito Santo (1869); Inspetor Geral da Instrução Pública (1878); Procurador Fiscal do Tesouro Provincial (1887); Inspetor de Higiene (1894); Diretor do Atheneu	-
14	Ernesto Vieira de Mello	1847	PE	1881 - 1883	Advogado	Juiz de Órfãos de Vitória (1878) e Itapemirim (1881); Procurador Fiscal (1886); Chefe de Polícia (1886); Inspetor da Instrução Pública (1886)	Deputado Provincial (Pernambuco – 1870)
15	Florêncio Francisco Gonsalves	1833	-	1875 - 1876, 1882 - 1886 e 1889 - 1892	Médico	Cirurgião do exército (1864); Presidente da Comissão de Salubridade de Vitória (1871); Juiz de Paz	Deputado Provincial (Espírito Santo - 1862)
16	Francisco Antônio Machado	1845	ES	1875 - 1876	Farmacêutico	-	-
17	Francisco Antunes de Siqueira	1832	ES	1876, 1878, 1879, 1882, 1884, 1886, 1889 - 1892	Padre e poeta	Professor Público Primário (1867); Inspetor das escolas públicas de Santa Cruz (1867); Secretário do Atheneu (1889)	Deputado Provincial (Espírito Santo – 1862)
18	Francisco Gomes de Azambuja Meirelles	1835	ES	1876 - 1877 e 1882	Médico	Médico público (1867); Subdelegado de polícia (1868); Inspetor do Tesouro Provincial (1882)	Deputado Provincial e Geral (Espírito Santo - 1878); Vereador (Vitória - 1873)
19	Getúlio Augusto de Carvalho Serrano	1850	PB	1884	Advogado	Juiz (Guarapari – 1882); Inspetor de Instrução da Comarca de Iiritiba (1884); Ministro do Tribunal Superior da administração da justiça (1899);	Vice-Presidente (Espírito Santo – 1888)

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Anos de atuação	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
						Procurador Geral do Estado do Espírito Santo (1899); Chefe de polícia (1908)	
20	Henrique Alves de Cerqueira Lima	1848	BA	1882, 1884, 1889 - 1892	Médico	Cirurgião da Marinha (1878); Diretor da Escola Normal (1896); Delegado Fiscal dos Exames Gerais Preparatórios (1901); Diretor do Arquivo e Biblioteca Pública (1910); Diretor do Ginásio Espírito Santense (1912); Diretor da Instrução Pública	Deputado Estadual (Espírito Santo); 3º Vice-presidente de Estado (Espírito Santo – 1888)
21	Ignacio dos Santos Pinto	1833	ES	1874 - 1875	Professor primário	Oficial da Secretaria da Assembleia Legislativa (1854); Professor Público Primário (1860) e secundário do Colégio Espírito Santo (1868); Subdelegado de Polícia (1873)	-
22	Ignacio Thomaz Pessoa	1858	ES	1889	Farmacêutico e jornalista	Diretor do Tribunal da Fazenda do Estado (1905); Diretor da Instrução Pública (1908)	Deputado (Espírito Santo – 1882)
23	João Alves da Rocha Paranhos	-	ES	1882	-	Professor Primário (1869); Secretário da Assembleia Legislativa (1882); Guarda Livros da Caixa Econômica (1884)	-
24	João de Carvalho Borges Junior	1843	-	1877	Engenheiro	Engenheiro responsável pela obra do Ateneu (1877); Inspetor Especial de Terras e Colonização do Espírito Santo (1877)	-
25	João Francisco Poggi de Figueiredo	1847	PE	1876, 1882 - 1884	Advogado	Secretário da Assembleia Provincial (1878); Chefe de Polícia (1883); Diretor do Atheneu; Professor do Colégio N. S. da Penha (1878); Procurador Fiscal do Tesouro (1883); Juiz no Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Sul e Espírito Santo (1897);	Deputado Provincial (Espírito Santo – 1878)
26	João Pereira de Azevedo	1836	RJ	1874 - 1875	Músico e dançarino	Guarda de Rendas Provinciais (1884); Porteiro da Escola Normal Masculina (1899)	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Anos de atuação	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
27	João Teixeira Maia	-	ES	1882 - 1883	Engenheiro	Ajudante de Ordens (1881); Presidente da Sociedade Espírito Santense de Imigração (1889);	-
28	José Antônio de Alvarim Costa	-	-	1879	Militar	Capitão Tenente da Marinha (1874); Dirigente da Capitania do Porto (1878); Chefe do Comissariado Geral da Armada (1895);	-
29	José Correa de Jesus	1840	BA	1874 - 1877	Advogado	Juiz de Paz (1871); Procurador Fiscal da Tesouraria Provincial (1873); Promotor Público; Secretário da repartição da polícia	Deputado Provincial (Espírito Santo – 1868); Vereador (Vitória – 1871)
30	José de Mello Carvalho Muniz Freire	1861	ES	1883 - 1885	Advogado	Membro da comissão para reformar a Instrução Pública (1882)	Deputado Provincial (Espírito Santo – 1882 e 1888); Vereador (Vitória – 1883); Presidente de Estado (Espírito Santo - 1892 e 1904); Senador (Espírito Santo – 1904 a 1914)
31	José Elysis de Carvalho Couto	1843	PE	1886 - 1888	Advogado	Inspetor de Comarca (1885); Juiz Municipal (1885); Delegado Literário (1885); Inspetor da Instrução Pública (1885) Promotor; Desembargador do Supremo Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro (1891); Secretário de Governo (Sergipe - 1877); Juiz Municipal (Goiás – 1889); Supremo Tribunal de Justiça (São Catarina - 1890)	-
32	José Hygino Duarte Pereira	1847	PE	1875 - 1876	Advogado	Juiz Municipal (Florianópolis – 1868); Procurador Fiscal (1876); Inspetor Geral da Instrução Pública (Espírito Santo - 1876); Professor da Faculdade de Direito de Recife (1884); Ministro da Instrução Pública (1891); Ministro do Supremo Tribunal Federal (1892) e do Interior (1892)	Deputado Provincial (Pernambuco - 1878), Senador (Pernambuco - 1890)

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Anos de atuação	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
33	José Feliciano de Noronha Feital	1847	-	1874 - 1875	Engenheiro	Inspetor Geral das Obras Públicas (1873); Delegado de Polícia	Deputado Provincial (Espírito Santo – 1874)
34	José Francisco de Lellis Horta	1832	ES	1874 - 1877	Professor primário	Censor e Secretário do Atheneu; Membro do Conselho Central de Instrução	-
35	José Gomes de Azambuja Meirelles	-	ES	1874 - 1879, 1885 - 1886 e 1889 - 1892	Padre	Membro do Conselho Central dos Lentes (1875); Delegado Literário da Capital; Professor Escola Normal (1899)	-
36	José Joaquim Pessanha Póvoa	1837	RJ	1877	Advogado, jornalista e poeta	Secretário de Governo (Rio Grande do Sul – 1865); Diretor Geral da Instrução (1885, 1896); Delegado de Polícia (1885);	Representante à Assembleia Constituinte (1891)
37	Luiz Antônio Faria	-	-	1882 - 1883	Médico	Secretário de Governo (Espírito Santo – 1882); Membro do Conselho Superior da Instrução Pública (1882); Inspetor de Saúde (São Paulo - 1890)	-
38	Luiz Gomes Caldeira de Andrade	1847	SC	1878	Militar	Secretária Militar (1878)	-
39	Manoel das Neves Xavier Junior	-	ES	1877 - 1878	Militar	Contador do Correios (1883); Escriturário do Tesouro Público (1884); Oficial da 1ª seção da Secretaria de Governo (1886)	-
40	Manoel Godofredo de Alencastro Autran	1848	PE	1874	Advogado	Secretário de Governo (1874); Diretor da Instrução Pública (1875); Chefe da Polícia (Mato Grosso - 1888); Juiz de Direito (1888); Professor Colégio Espírito Santo	-
41	Manoel Goulart de Sousa	1838	ES	1874 - 1876, 1882- 1886 e 1889 - 1892	Médico	Inspetor da Saúde Pública (1877); Professor do Colégio Espírito Santo; Cirurgião do exército; Inspetor da Saúde do Porto (1896)	Deputado Provincial (Espírito Santo – 1858)
42	Manoel Pinto Ribeiro Manso	1842	ES	1882	-	Professor de 1ª Letras (Itapemirim – 1864); Adjunto do Promotor Público (1872); Diretor de colégio (Cachoeiro de Itapemirim – 1873) Gerente e Escrivão da Caixa Econômica (1906);	-

N.	Nome	Ano de nasc.	Província de origem	Anos de atuação	Profissão	Cargo Público	Cargo Político
43	Manoel Rodrigues Bermudes de Oliveira	-	-	1876	Padre	Diretor da escola pública masculina (Muniz Freire - 1899)	-
44	Manoel Rodrigues de Campos	-	ES	1879 e 1882	Engenheiro militar	Professor Primário; Comissão de organizou do Colégio Militar (Rio de Janeiro); Secretaria Militar da Província (1881)	Indicado a Presidente de Estado, mas não assumiu o cargo (19?)
45	Miguel Teixeira da Silva Sarmiento	-	ES	1882 - 1885	Professor primário	Suplente de subdelegado (1861); Professor de 1º letras (1864); Delegado Literário (Vitória - 1884); Adjunto do Promotor Público (1884)	Deputado Provincial (Espírito Santo - 1864)
46	Nelson Pereira do Nascimento	-	-	1884 - 1885	Militar	Presidente do Conselho de fornecimento de viveres aos praças do exército (1886)	-
47	Sebastiao Mestrinho	1843	MG	1877	Taquigrafo	Secretário da Assembleia Provincial (1886)	-

Fonte: *A Actualidade* (1878, ed. 35, p. 2; 1878, ed. 49, p. 2; 1878, ed. 63, p. 3; 1878, ed. 89, p. 2; 1878, ed. 90, p. 2; 1878, ed. 99, p. 2); *A Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo* (1860, ed. 1, p. 19; 1861, ed. 1, p. 75; 1868, ed. 1, p. 53; 1873, ed. 2, p. 28 e 38; 1874, ed. 2, p. 19 e 40; 1875, ed. 2, p. 13; 1877, ed. 7, p. 27 e 57; 1877, ed. 8, p. 13; 1877, ed. 11, p. 29 e 46; 1878, ed. 12, p. 13; 1878, ed. 13, p. 13 e 56; 1882, ed. 3, p. 3 e 41; 1885, ed. 1, p. 7); *A Folha da Victoria* (1883, ed. 37, p. 2; 1884, ed. 113, p. 3; 1884, ed. 114, p. 1; 1886, ed. 248, p. 1; 1886, ed. 249, p. 2; 1887, ed. 353, p. 3; 1877, ed. 377, p. 3; 1888, ed. 468, ed. 2; 1889, ed. 572, p. 4; 1889, ed. 622, p. 4; 1889, ed. 649, p. 3); *A Notícia/BA* (1914, ed. 21, p. 2); *A Província do Espírito Santo* (1882, ed. 6, p. 2; 1882, ed. 70, p. 3; 1882, ed. 97, p. 2; 1883, ed. 282, p. 3; 1884, ed. 452, p. 2; 1884, ed. 474, p. 2; 1885, ed. 703, p. 2; 1885, ed. 951, p. 3; 1888, ed. 1721, p. 2; 1888, ed. 1826, p. 2; 1889, ed. 2051, p. 4); *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província do Espírito Santo* (1884, ed. 1, p. 42, 66, 77, 80 e 81; 1885, ed. 2, p. 41, 58, 101 e 143; 1886, ed. 3, p. 27; 1889, ed. 4, p. 25, 27, 28, 59 e 269); *Almanak do Estado do Espírito Santo: Publicação Commercial, Administrativa, Litteraria, Scientifica, etc, etc.* (1899, ed. 1, p. 49, 104, 159, 171, 177, 200, 202 e 237); *Cidade do Rio/RJ* (1889, ed. 43, p. 1); *Comercio do Espírito Santo* (1896, ed. 220, p. 1; 1897, ed. 56, p. 1; 1897, ed. 235, p. 2; 1910, ed. 53, p. 1; 1910, ed. 31, p. 1; 1908, ed. 136, p. 2; 1910, ed. 54, p. 1; 1909, ed. 156, p. 1); *Correio da Victoria* (1869, ed. 40, p. 1; 1869, ed. 95, p. 3; 1871, ed. 2, p. 4; 1871, ed. 76, p. 4; 1872, ed. 58, p. 4); *Correio do Norte/RJ* (1877, ed. 5, p. 1); *Diário da Manhã* (1908, ed. 164, p. 1; 1909, ed. 230, p. 3; 1912, ed. 13, p. 2; 1912, ed. 111, p. 1; 1917, ed. 127, p. 3; 1919, ed. 56, p. 2; 1933, ed. 3139, p. 2); *Diário de Notícias/RJ* (1890, ed. 1933, p. 1); *Diário de Pernambuco/PE* (1870, ed. 71, p. 1); *Diário do Espírito Santo* (1889 ed. 2102, p. 2; 1889, ed. 2117, p. 3); *Espírito Santo* (1916, ed. 33, p. 2); *Faculdade de Recife* (1863, ed. 2, p. 16); *Folha do Povo* (1953, ed. 508, p. 5); *Gazeta de Itapemirim* (1883, ed. 9, p. 1); *Jornal da Victoria* (1864, ed. 11, p. 2; 1864, ed. 13, p. 2; 1864, ed. 18, p. 2; 1864, ed. 22, p. 1; 1864, ed. 64, p. 2; 1867, ed. 330, p. 1; 1867, ed. 357, p. 1; 1868, ed. 397, p. 2); *Jornal do Recife* (1886, ed. 123, p. 1); *Jornal Official* (1905, ed. 160, p. 1; 1906, ed. 84, p. 1); *O Cachoeirano* (1881, ed. 52, p. 1; 1882, ed. 17, p. 1; 1888, ed. 3, p. 2; 1908, ed. 24, p. 1; 1895, ed. 47, p. 1; 1915, ed. 7, p. 3); *O Constitucional* (1887, ed. 22, p. 2; 1888, ed. 16, p. 2); *O Echo dos Artistas* (1878, ed. 7, p. 2); *O Espírito Santense* (1871, ed. 65, p. 1; 1873, ed. 180, p. 2; 1874, ed. 417, p. 2; 1875, ed. 53, p. 2; 1875, ed. 70, p. 3; 1875, ed. 73, p. 2; 1876, ed. 1, p. 3; 1876, ed. 2, p. 2; 1877, ed. 21, p. 1; 1878, ed. 10, p. 2; 1878, ed. 51, p. 3; 1878, ed. 59, p. 2; 1879, ed. 20, p. 1; 1879, ed. 62, p. 2; 1883, ed. 50, p. 4; 1885, ed. 77, p. 1; 1886, ed. 1, p. 3; 1886, ed. 7, p. 1; 1886, ed. 38, p. 2; 1888, ed. 77, p. 3; 1894, ed. 3749, p. 2; 1904, ed. 33, p. 2); *O Estado do Espírito Santo* (1890, ed. 2131, p. 1; 1890, ed. 2173, p. 3; 1890, ed. 2375, p. 1; 1891, ed. 2451, p. 2; 1894, ed. 3460, p. 1; 1895, ed. 3765, p. 1; 1895, ed. 3788, p. 1; 1896, ed. 4202, p. 2; 1898, ed. 246, p. 2); *O Horizonte* (1881, ed. 88, p. 4; 1882, ed. 37, p. 4; 1882, ed. 44, p. 2; 1882, ed. 56, p. 3; 1883, ed. 130, p. 1); *Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros/ES* (1912, ed. 1, p. 35); *Sete de Setembro* (1878, ed. 10, p. 3); *Vida Capichaba* (1926, ed. 67, p. 46; 1927, ed. 91, p. 5; 1927, ed. 100, p. 29; 1930, ed. 225, p. 8; 1934, ed. 370, p. 12); DAEMON (2010, p. 390, 474, p. 545 – 572); SENADO FEDERAL (1986a, 1986b, 1986c).

APÊNDICE C – Lista dos diretores do Atheneu (1873-1892)

N.	Nome	Ano de Nasc.	Província de origem	Ano de atuação	Profissão	Cargos Públicos	Cargos Políticos
1	Aldano Ferreira de Paiva	1864	ES	1890	Militar	(1)	-
2	Domingos Gomes Barroso	1835	RJ	1876 - 1878	Médico	(2)	-
3	Eliseu de Souza Martins	-	PI	1882	Advogado	Secretário de governo (Piauí – 1869); Professor do Colégio Naval (Rio de Janeiro - 1885); Presidente da Comissão de Lentes (1882); Diretor dos Estudos da Província (1882)	Presidente de Província (Espírito Santo – 1880); Deputado Provincial Vereador (Espírito Santo – 1882)
4	Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira	1835	BA	1882	Médico	(2)	-
5	Ernesto Vieira de Mello	-	PE	1886	Advogado	(2)	(2)
6	Florêncio Francisco Gonsalves	1833	-	1884, 1885	Médico	(2)	(2)
7	João Francisco Poggi de Figueiredo	1847	PE	1877	Advogado	(2)	(2)
8	Joaquim Maria Nascentes Azambuja	-	-	1886 - 1889	-	Inspetor da Instrução Pública do Espírito Santo (1886 – 1889)	-
9	José Joaquim Pessanha Póvoa	1836	RJ	1883 - 1885, 1889, 1890	Advogado, Jornalista, Poeta	(2)	(2)
10	Manoel das Neves Xavier Júnior	-	ES	1877	Militar	(2)	-
11	Manoel Ferreira de Paiva	1822	ES	1873, 1874	Militar	Membro do Conselho Fiscal da Caixa Econômica; Professor de Latim da Serra (1854); Administrador dos Correios (1904)	Vice-Presidente da Província (Espírito Santo – 1872); Deputado Provincial (Espírito Santo - 1887);

N.	Nome	Ano de Nasc.	Província de origem	Ano de atuação	Profissão	Cargos Públicos	Cargos Políticos
12	Manoel Goulart de Sousa	1838	ES	1884	Médico	(2)	(2)
13	Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas	1831	-	1873	Militar	-	Deputado Provincial (Espírito Santo – 1870) Vice-Presidente de Província (Espírito Santo - 1874 e 1887)
14	Tito da Silva de Machado	1835	BA	1884 - 1886	Advogado	Juiz Municipal (Santa Cruz – 1861); Delegado de Polícia (Santa Cruz – 1867) Secretário do governo (1872); Professor do francês (1868); Delegado Especial da Instrução Pública da Corte (1885)	Deputado Provincial (Espírito Santo – 1871)

Fonte: *A Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo* (1854, ed. 1, p. 54; 1861, ed. 3, p. 12; 1874, ed. 1, p. 9; 1882, ed. 3, p. 4; 1886, ed. 1, p. 10); *A Folha da Victoria* (1887, ed. 415 p. 1; 1888, ed. 527, p. 4); *A Província do Espírito Santo* (1887, ed. 1507, p. 3); *Almanak do Estado do Espírito Santo* (1899, ed. 1, p. 16 e 215); *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província do Espírito Santo* (1884, ed. 1, p. 42, 1885, ed. 2, p. 41 e 239; 1886, ed. 3, p. 27; 1889, ed. 4, p. 28); *Correio da Victoria* (1849, ed. 93, p. 2; 1869, ed. 57, p. 2); *Jornal da Victoria* (1867, ed. 304, p. 1; 1868, ed. 459, p. 1); *O Cachoeirano* (1877, ed. 20, p. 4; 1887, ed. 1, p. 2); *O Constitucional* (1885, ed. 27, p. 2; 1889, ed. 158, p. 1); *O Estado do Espírito Santo* (1904, ed. 12, p. 1); *O Espírito Santense* (1872, ed. 136, p. 4); *O Estandarte* (1871, ed. 48, p. 3; 1872, ed. 33, p. 1); *O Liberal* (1885, ed. 1, p. 3); DAEMON (2010, p. 545 – 572). (1) A indicação das fontes e dados consultados encontra-se no Apêndice A – Lista de discentes do Atheneu. (2) A indicação das fontes e dados consultados encontra-se no Apêndice B – Lista dos docentes do Atheneu.

ANEXOS

ANEXO 1 – Regimento do Atheneu Provincial que assim dispõe sobre as disciplinas (1873)

1º ANO: latim (gramática Clintock, sintaxe Dantas, versão de Eutropio e Cornelio, composição); francês (gramática Sevene, versão em prosa Narrations de Philon, composição); desenho linear e de paisagem; música vocal, dança e ginástica.

2º ANO: latim (gramática, sintaxe, versão de Salustio, Phedro, Quinto Curcio, Cezar, pela Selecta, composições); francês (gramática, versão das Fables de Lafontaine, Charles André, Composições); inglês (novo curso de Robertson, versão da Class Book, Selecta por Blair, composições, exercícios de Murray); desenho (como no ano anterior).

3º ANO: latim (versão de Tito Livio e outros clássicos pela Selecta, mitologia pelo dicionário de Champie, composições); inglês (como no ano anterior); geografia, astronomia, física, política e tosografia (explicações em cartas, esferas celeste, terrestre e armilar); história universal (antiga, romana, idade média, moderna e contemporânea por Victor Duruy); desenho (como no ano anterior).

4º ANO: latim (versões dos clássicos mais difíceis, composições em prosa e verso); aritmética (curso superior de Sá, problemas); geografia (como no ano anterior); história sagrada e do Brasil (por Macêdo); história universal (Victor Duruy), desenho.

5º ANO: aritmética (repetições, exercícios escritos); álgebra (até equações do 2º grau, problemas); filosofia (psicologia e lógica por Barthe, dissertações por escrito); retórica (Freyre de Carvalho, composições por escrito); desenho (como no ano anterior).

6º ANO: geometria plana e no espaço, trigonometria retilínea (sabatinas por escrito); filosofia (metafísica, ética, por Barbe); história da filosofia (Barbe, dissertações mensais por escrito); retórica e literatura (curso especial de Fernandes Pinheiro) conferências sobre autores portugueses e brasileiros e suas obras; desenho (como nos anos anteriores).

Fonte: MOACYR, 1940, p.140.

ANEXO 2 – Grade curricular dos cursos ofertados pelo Atheneu Provincial (1882)

1. Curso Normal

Cadeira	Disciplinas
1^a	Gramática e língua nacional
3^a	Língua francesa
7^a	Matemáticas elementares
8^a	Geometria e trigonometria
9^a	Cosmografia, geografia física, comércio e política
10^a	Física química e história Natural
11^a	Psicologia humana precedida das indispensáveis noções de anatomia e higiene
12^a	História universal
14^a	Pedagogia e metodologia

Fonte: SCHENEIDER, 2007, p. 265.

2. Curso de Comércio

Cadeira	Disciplinas
1^a	Gramática e Língua nacional
2^a	Língua Latina
5^a	Língua Inglesa
6^a	Língua Alemã
7^a	Matemáticas elementares
8^a	Geometria e trigonometria
9^a	Cosmografia, geografia física, comércio e política
12^a	História universal
13^a	Noções de direito constitucional, civil criminal e comercial brasileiro

Fonte: SCHENEIDER, 2007, p. 268.

3. Curso de Agricultura

Cadeira	Disciplinas
1^a	Gramática e Língua nacional
3^a	Língua Francesa
7^a	Matemáticas elementares

Cadeira	Disciplinas
8^a	Geometria e trigonometria
9^a	Cosmografia, geografia física, comércio e política
10^a	Física química e História natural
11^a	Psicologia humana precedida das indispensáveis noções de anatomia e higiene
13^a	Noções de direito constitucional, civil criminal e comercial brasileiro
15^a	Agricultura, método intensivo e extensivo. Notícias abreviada dos principais produtos nacionais.

Fonte: SCHENEIDER, 2007, p. 268.

4. Curso de Letras

Cadeira	Disciplinas
1^a	Gramática e Língua nacional. Retórica e poética
2^a	Língua Latina
3^a	Língua Francesa
4^a	Língua Italiana
5^a	Língua Inglesa
6^a	Língua Alemã
7^a	Matemáticas elementares
8^a	Geometria e trigonometria retilínea
9^a	Cosmografia, geografia física, comercial e política
10^a	Física química e História natural
11^a	Fisiologia humana precedida das indispensáveis noções de anatomia e higiene.
12^a	História universal. Noções gerais de economia política, de estatísticas e finanças
13^a	Filosofia. Noções gerais de direito constitucional, civilidade criminal e comercial brasileiro

Fonte: SCHENEIDER, 2007, p. 269.

ANEXO 3 – Conteúdo das cadeiras do Atheneu (1890)

1ª Língua nacional: estudo prático e teórico de seu gênio, de sua gramática e de suas afinidades. Exercícios de boa lição, de exposição dos assuntos, de recitação e noções literárias.

2ª Língua francesa: exercícios de conversação, de leitura e de versão.

3ª Matemáticas elementares: aritmética, álgebra e geometria; noções das leis gerais do movimento.

4ª Geografia

5ª Cursos das ciências: concreto – noções gerais sobre todas as categorias das ciências fundamentais e estudos descritivos da física, química e psicologia humana.

6ª Cursos das ciências: abstrato – estudos do conjunto do saber humano, distribuído pelas sete categorias fundamentais: matemáticas, astronomia, física, química, biologia, sociologia e moral.

7ª Pedagogia e metodologia: exercícios práticos para demonstração do modo porque se pode transmitir a infância as noções científicas; explicação do método das lições de coisas. Exercícios do método experimental; explicações gerais da constituição política e do código penal do Brasil; experiências práticas de ensino nas escolas da capital.

Fonte: *O Estado do Espírito Santo*, 1890, ed. 2155, p. 2.